

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

JOÃO CARLOS GONÇALVES CAVALCANTI

**CONTROLES E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE
INFORMATIZAÇÃO DA CORTE DE JUSTIÇA PERNAMBUCANA
(1983 – 1992)**

Recife, PE
2020

JOÃO CARLOS GONÇALVES CAVALCANTI

**CONTROLES E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE
INFORMATIZAÇÃO DA CORTE DE JUSTIÇA PERNAMBUCANA
(1983 – 1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar

Recife, PE
2020

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO CARLOS GONÇALVES CAVALCANTI

CONTROLES E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE INFORMATIZAÇÃO DA CORTE DE JUSTIÇA PERNAMBUCANA (1983 – 1992)

DEFESA PÚBLICA em

Recife, 30 de junho de 2020

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Orientador Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar

Examinador: Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim

Examinador: Prof. Dr. Marcelo Vianna

Recife, PE
2020

Aos meus amados pais, Ray e Jacob,
Ao meu amor, Ana Cláudia,
Ao meu tesouro, João Vitor,
À minha pedra preciosa, Júlia,
Ofereço esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Gratidão aos que vou citar e desculpas àqueles de quem eu possa ter me esquecido. Fazer um curso de mestrado, sabemos, demanda um tempo considerável, difícil de encontrar na agenda repleta de quem trabalha, ensina, cuida das necessidades da família, dos idosos da família. Minha condição de falta de tempo se acentuou nos últimos meses em que realizei esta pesquisa e escrita de dissertação devido à coexistência com a pandemia de Covid-19. Por este motivo, enalteço mais ainda os agradecimentos à família que constituí (esposa e filhos) e aquela de onde vim (mãe Ray, pai Jacob e irmãos Jorge e Felipe). Agradeço ao meu orientador, Professor Tiago Cesar, um educador gentil e paciente para ouvir, que soube interferir no processo de aprendizagem com elegante exaltação do conhecimento trazido pelo aprendente ou com suas contribuições quando eu não trazia nada.

Grato aos Professores Flávio Cabral, Paulo Cadena e Lídia Santos, com os quais aprendi a desvendar, num patamar diferenciado, os conhecimentos de História, já que minhas graduações eram de outras áreas. Também aos colegas de turma, dos mais próximos aos mais reservados, que deixaram plantadas contribuições para o desenrolar deste trabalho. Agradecimento especial aos Professores Helder Remigio Amorim e Marcelo Vianna, pelas orientações e sugestões de bibliografias que enriqueceram este trabalho.

Aos entrevistados Geraldo Og Fernandes, Zélia Mendonça, Giovanna Schettini, Valéria Tenório, Adriana Manso, Antônio Costa, Marlon Soares e Marcos Heliodoro do Nascimento, agradeço pela disponibilidade e pelos ricos relatos de memória, essenciais para a presente narrativa histórica.

Fiquei comovido com a disposição de Rogério Martins, atual gerente do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, de quebrar a quarentena imposta pelas autoridades em razão da pandemia e lá coletar informações para este trabalho: muito obrigado. Também agradeço à equipe desse centro documental, Ana Paula, Évia Dorta, Bartolomeu Almeida Filho, Cristiane e Miqueas.

Um agradecimento carinhoso à Mônica Pádua, gestora do Memorial da Justiça do TJPE, que me ajudou no pré-projeto e com os artigos produzidos. Também à Maria de Fátima Vasconcelos, da Biblioteca do Palácio da Justiça, pelo apoio nas pesquisas realizadas nas versões física e digital do Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

Grato aos gestores do TJPE, que autorizaram o acesso à documentação do Arquivo Geral, Desembargador Fernando Cerqueira e Maria José Alves; à Juliana Neiva, da Secretaria de

Tecnologia da Informação e Comunicação; a Márcio Rocha, da Secretaria de Administração; à Marília Portela e à Maria das Graças Almeida, da Secretaria de Gestão de Pessoas, e a tantos colegas que indicaram percursos para a coleta de informações para esta pesquisa.

Muito obrigado.

RESUMO

O processo de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE) ocorreu na década de 1980, momento em que empresas e órgãos públicos como a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe), a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), o Departamento de Trânsito (Detran) e a Secretaria de Administração do Estado, dentre outros, adotaram o processamento de dados eletrônicos para modernizar os serviços ofertados à sociedade pernambucana. A presidência do Tribunal de Justiça obteve recursos financeiros junto ao Governo do Estado de Pernambuco para que o Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco (Cetepe) desenvolvesse e implantasse um sistema informatizado destinado à distribuição e ao acompanhamento dos processos que tramitavam nas varas judiciais da comarca de Recife. Em dezembro de 1986, o sistema, que recebeu o nome de Infojus, entrou em operação. Já a informatização no Palácio da Justiça começou no ano de 1988, com a aquisição da licença de uso de softwares de uma empresa privada de informática, tendo o sistema sido implantado no final de julho de 1989. A modernização, representada por uma nova metodologia de trabalho atrelada ao uso de recursos tecnológicos, sob o patrocínio dos dirigentes da Corte de Justiça pernambucana, encontrou resistência por parte de juízes e servidores públicos do PJPE. Apesar disso, a informatização dos serviços prestados foi realizada, amparada por medidas legais que coagiram as ações contrárias a esse objetivo.

Palavras chaves: Informatização, processos judiciais, Poder Judiciário de Pernambuco.

ABSTRACT

The process of informatization of Pernambuco's Judiciary Power (PJPE) took place in the 1980's, moment in which companies and public agencies such as Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe), Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), Departamento de Trânsito (Detran) and the Secretaria de Administração do Estado, amongst others, adopted electronic data processing to modernize the services offered to Pernambuco's society. The presidency of the State's Court obtained financial resources with the State's Government so that the Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco (Cetepe) would develop and implement a computerized system destined to distribute and keep in check the lawsuits that moved around Recife's county courts. In december of 1986, the system, named Infojus, started operating. The informatization of the Palace of Justice, however, started in the year of 1988 with the acquisition of the license for the use of softwares from a private informatics company, with the system being implemented by the end of July of 1989. The modernization, represented by a new work method combined with the use of technological resources under the sponsorship of Pernambuco's Court of Justice leaders, found resistance by part of PJPE's judges and public servers. Nevertheless, the informatization of the services came to be, supported by legal measures that coerced the opposing actions to this goal.

Key-words: Informatization, lawsuits, Pernambuco's Judiciary Power (PJPE).

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 – Transistores com diferentes encapsulamentos usados nos primeiros computadores, em escala de centímetros.	30
Imagem 2 – Primeiro circuito integrado criado por Jack Kilby, da empresa norte-americana Texas Instruments.	30
Imagem 3 – Recorte da notícia jornalística publicada no jornal O Estado de São Paulo de 11 de maio de 1984, p. 26, sobre o primeiro computador produzido em Pernambuco.	84
Imagem 4 – Corisco, o primeiro computador pernambucano, lançado em 1984.	85
Imagem 5 – Ficha do processo de nº 4365 – ano 1980 (frente), pertencente ao acervo da 1ª Vara de Sucessões da Capital, para controle de entrega ao advogado.	98
Imagem 6 – Ficha do processo de nº 4365 – ano 1980 (verso), pertencente ao acervo da 1ª Vara de Sucessões da Capital, para controle de entrega ao advogado.	99
Imagem 7 – Folha 02 do Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco, de 13/12/1986, onde consta a parte inicial da publicação da primeira pauta de distribuição de processos judiciais gerada pelo sistema Infojus.	100
Imagem 8 – Visão parcial da Folha 02 do Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco de 13/12/1986, com destaque da parte inicial da publicação da primeira pauta de distribuição de processos judiciais gerada pelo sistema Infojus.	101
Imagem 9 – Marcos cronológicos do projeto de implantação do Infojus – Sistema de distribuição e acompanhamento processual da 1ª instância.	105
Imagem 10 – Tela inicial do sistema Infojus.	106
Imagem 11 – Themis, a deusa grega da Justiça.	107
Imagem 12 – Computador Cobra 530 e a logomarca da empresa Computadores Brasileiros (Cobra).	120
Imagem 13 – Folha 02 do Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco de 12/9/1989, onde consta a parte inicial da publicação da primeira pauta de distribuição de processos judiciais gerada pelo sistema Judwin do 2º grau.	123
Imagem 14 – Visão ampliada e parcial da Folha 02 do Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco de 12/9/1989, com destaque para as colunas 2 e 3 da publicação da primeira pauta de distribuição de processos	124

judiciais gerada pelo sistema Judwin do 2º grau.	
Imagem 15 – Ficha do Mandado de Segurança de nº 998/86, de 12/8/1986 (frente).	125
Imagem 16 – Parte superior da ficha do Mandado de Segurança de nº 998/86, de 12/8/1986 (verso).	126
Imagem 17 – Ficha da Apelação Cível de nº 146/88 de 8/2/1988 (frente).	126
Imagem 18 – Parte superior da ficha da Apelação Cível de nº 146/88, de 8/2/1988 (verso).	127
Imagem 19 – Principais marcos cronológicos na implantação do Judwin do 2º grau – Sistema de distribuição e acompanhamento processual da 2ª instância.	128

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Inventos essenciais com os respectivos autores e instituições de ensino ou empresas financiadoras para o futuro desenvolvimento e produção de computadores (1948 a 1961).	28-29
Gráfico 2 – Distribuição de minicomputadores por fabricante – Julho de 1975.	39

ÍNDICE DE ORGANOGRAMAS E FLUXOGRAMA

Organograma 1 – Composição da Mesa Diretora do Poder Judiciário de Pernambuco na década de 1980.	60
Organograma 2 – Composição do Tribunal de Justiça – Divisão Judiciária – década de 1980.	64
Organograma 3 – Composição do Tribunal de Justiça – Divisão Disciplinar, Correicional e Administrativa – década de 1980.	65
Organograma 4 – Estrutura Organizacional do Núcleo de Organização e Sistemas.	91
Fluxograma 1 – Fluxo da Linha Batch de Produção.	95

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Parque instalado de computadores em alguns países (1981).	32
Tabela 2 – Distribuições do parque de computadores no Brasil por valor porcentual e pela classificação da Secretaria Especial de Informática (SEI).	39
Tabela 3 – Participações das indústrias nacionais e multinacionais no parque de informática no Brasil.	39-40
Tabela 4 – Participação das diversas classes de computadores no parque instalado no Brasil no ano de 1982.	41
Tabela 5 – Panorama da indústria de informática no Brasil no período 1980-1989.	46
Tabela 6 – Panorama da indústria de informática no Brasil no período 1980-1989.	48
Tabela 7 – Varas judiciais da comarca de Recife – COJE de 1970.	66
Tabela 8 – Câmaras cíveis e criminais do TJPE – COJE de 1970.	67
Tabela 9 – Comparação entre a linha batch de execução e o fluxo de execução de tarefas da Unidade de Registro de Movimentações (URM).	96

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEP-TIC – Associação Brasileira de Entidades Estaduais da Tecnologia e Comunicação

ABICOMP – Associação Brasileira das Indústrias de Computadores

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASCC – IBM Automatic Sequence Controlled Calculator

ATI – Agência Estadual de Tecnologia da Informação

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Capre – Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico

Celpe – Companhia de Eletricidade de Pernambuco

CEPE – Companhia Editora de Pernambuco

Cetepe – Centro de Serviços Técnicos do Estado de Pernambuco

CGJ – Corregedoria Geral da Justiça

CI – Central de Informações

Cobra – Computadores e Sistemas Brasileiros

Compesa – Companhia Pernambucana de Saneamento

Concex – Conselho de Comércio Exterior

Conin – Conselho Nacional de Informática e Automação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COJE – Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco

CPMDs – Centros de Digitação e Processamento de Massa de Dados

CTI – Centro Tecnológico para Informática

Detran – Departamento de Trânsito

Dipin – Diretoria de Projeto de Informatização

DJe – Diário de Justiça eletrônico

DOE – Diário Oficial do Estado

DOPJ – Diário Oficial do Poder Judiciário

EDVAC – Electronic Discrete Variable Automatic Computer

Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações

EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas

ENIAC – Electronic Numerical Integrator and Calculator

EUA – Estados Unidos da América
FESP – Fundação de Ensino Superior de Pernambuco
Finame – Agência Especial de Financiamento Industrial
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FMI – Fundo Monetário Internacional
Geace – Grupo Executivo de Aplicação de Computadores Eletrônicos
GTE – Grupo de Trabalho Especial
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM – International Business Machines
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
Loman – Lei Orgânica da Magistratura Nacional
LSI – Larga Escala de Integração
MBI – Movimento Brasil Informática
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MOS – Semicondutor de Óxido Metálico
NOS – Núcleo de Organização e Sistemas
OEA – Organização dos Estados Americanos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PFL – Partido da Frente Liberal
PJPE – Poder Judiciário de Pernambuco
Planin – Plano Nacional de Informática e Automação
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Prodasen – Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCS – Partido Comunista da União Soviética
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJPE – Tribunal de Justiça de Pernambuco

TJRS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
SEI – Secretaria Especial de Informática
Seplan – Secretaria de Planejamento
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
STJ – Superior Tribunal de Justiça
UDA – Unidade de Distribuição Automatizada
UDN – União Democrática Nacional
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unicap – Universidade Católica de Pernambuco
UPE – Universidade de Pernambuco
UPIS – União Pioneira de Integração Social
URM – Unidade de Registro de Movimentações
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – Inventos tecnológicos e a política de informática	25
1.1. Breve cenário mundial do desenvolvimento da informática.....	26
1.2. O Brasil e a Política Nacional de Informática	33
CAPÍTULO II – O primeiro sistema informatizado	56
2.1. O Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE).....	59
2.2. O Centro de Prestação de Serviços Técnicos do Estado de Pernambuco (Cetepe)	68
2.3. A parceria TJPE e Cetepe para a informatização do Judiciário pernambucano	71
2.4. Uma imagem para o Infojus e sua representatividade para o PJPE.....	106
CAPÍTULO III – Controle e resistências na informatização	110
3. 1. As tentativas de informatização no Palácio da Justiça.....	112
3.2. A informatização chega ao Palácio da Justiça de Pernambuco	116
3.3. Modernização como justificativa para a mudança.....	129
3.4. As ações de resistência na adoção dos sistemas informatizados do PJPE.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	153
FONTES	156
SITES ELETRÔNICOS	157
APÊNDICES – Entrevistas e Questionários	158
ANEXO	217

INTRODUÇÃO

A escolha para elaborar a narrativa histórica sobre a informatização do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE) teve sua motivação nos projetos de que participei enquanto servidor público desse Poder na busca de soluções para seus problemas. Como profissional de formação em Direito, fui escolhido para estabelecer o entendimento entre a linguagem jurídica e a linguagem de informática e, assim, viabilizar a construção de sistemas informatizados para melhorar a prestação de serviços aos cidadãos.

A visão que tinha, acredito que comum a muitos, sobre os produtos advindos da área de informática era de que eles resolveriam todos os problemas como um truque de mágica. Não possuía o conhecimento das limitações e restrições que pairavam sobre a elaboração e construção de sistemas informatizados, aplicativos e demais soluções tecnológicas. Também não era conhecedor da dificuldade da equipe daquela área para entender os procedimentos jurídicos com tantos caminhos e decisões possíveis, tão complexos em relação à objetividade das linguagens de programação computacional.

O aprendizado veio com a minha participação em dois projetos de criação de sistemas informatizados, dos quais cito apenas o primeiro: um novo banco de dados que reunisse os julgamentos proferidos pelos órgãos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)¹ para posterior consulta dos operadores do Direito (advogados, procuradores, defensores públicos, juízes, estudantes das ciências jurídicas, entre outros).

Os meus pedidos eram muitos, o paradigma era o site de consulta de julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a técnica de tecnologia da informação escalada para reunir os requisitos que serviriam para arquitetar o sistema, em linguagem de programação, advertia: “Você pede itens que são de uma Ferrari para rodar sobre um chassi de um Fusca. Não tem como funcionar”.

Desse modo, fui desmistificando o mundo da informática e, com o aprendizado adquirido, defendendo esse setor quando os gestores determinavam prazos curtos e pedidos inviáveis na criação de soluções tecnológicas para as questões do Judiciário pernambucano.

Como minha curiosidade sobre o campo da informática no PJPE sempre esteve latente e eu tinha questionamentos em aberto, resolvi concorrer à vaga de Mestrado em História com um tema relativo à informatização desse poder estadual.

¹ Nota do autor – a diferença entre o Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE) e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) será explicada no Capítulo 2 deste trabalho.

Dessa forma, analisar como ocorreu a implantação de sistemas informatizados na Corte de Justiça de Pernambuco, notadamente na área jurídica, e os benefícios trazidos para os cidadãos tornou-se o objeto da presente pesquisa.

Para alcançar o citado objetivo, foram estabelecidos os objetivos específicos: a) identificar e analisar os motivos que levaram à adoção de recursos tecnológicos para impulsionar as atividades judiciais do PJPE; b) descrever as fases do processo de informatização do PJPE em sua implantação; c) averiguar e analisar as formas de resistências dos atores envolvidos; d) analisar as permanências e mudanças ocorridas no processo de informatização e, por fim, e) identificar os benefícios para o cidadão decorrentes da informatização do PJPE.

A delimitação do recorte temporal inicialmente proposta para a realização do projeto de pesquisa de mestrado (a partir de 1986) decorreu da notícia corrente entre os servidores do TJPE de que a informatização do Poder Judiciário de Pernambuco teve início nesse ano, momento em que o primeiro sistema informatizado judicial entrou em operação.

Entretanto, no currículo do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes², que também fora Juiz e Desembargador³ do Tribunal de Justiça de Pernambuco, consta o ano de 1985 como marco da elaboração do Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário de Pernambuco, tocado por um grupo multidisciplinar do qual ele próprio fora integrante.

Por fim, com o aprofundamento das pesquisas, documentos encontrados datados de 1983 referem-se a tratativas entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Centro de Serviços Técnicos do Estado de Pernambuco (Cetepe) para implantar sistemas informatizados na área judicial, o que de fato se concretizou em janeiro de 1984.

Nossa pesquisa, longe de perseguir algo parecido com o “mito das origens”, a que se referiu Bloch (2000, p. 21), privilegiará, não obstante, como pontapé inicial, as fontes documentais de 1983, quando o Poder Judiciário e uma empresa pública estabeleceram uma parceria de informatização daquele Poder. Isso não significa que invalidaremos ou faremos pouco caso de ideias ou ações anteriores ou posteriores tomadas por autoridades ligadas àquela demanda.

Ainda conforme Bloch (2001, p. 60), o importante é estudarmos o contexto e as pessoas envolvidas no processo: “Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno

² Disponível em: http://www.stj.jus.br/web/verCurriculoMinistro?parametro=1&cod_matriculamin=0001193. Acesso em: 30 maio 2020.

³ Desembargador – O juiz responsável pelo Tribunal de Justiça ou de Apelação. Disponível em: www.dicio.com.br. Acesso em: 26 jul. 2019.

histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela que vivemos como das outras”.

O termo inicial para a narrativa histórica proposta fixou o ano de 1983 e, para concluir o percurso a ser averiguado, chegou-se ao ano de 1992, sendo pesquisada uma década de história.

Por outro lado, algumas entrevistas com funcionários do Cetepe e servidores do TJPE revelaram o que os historiadores orais estão cansados de dizer acerca da seletividade da memória: ela obriga o pesquisador a buscar outras fontes e proceder ao devido cruzamento. Michael Pollak (1992, p. 204) afirma que: “As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada”.

Essas recordações, portanto, devem ser trabalhadas, tendo-se presente, ademais, que o TJPE possui uma estrutura hierarquicamente verticalizada, nada democrática, de forma que nem todos os seus integrantes tinham acesso à informação relativa ao planejamento e execução de projetos instituídos pelos gestores do alto escalão. Apenas quando uma mudança afetava substancialmente a maioria dos magistrados e servidores, gravava-se na memória o acontecimento (que não era exato cronologicamente) tal como ocorreu quando o primeiro sistema informatizado do PJPE entrou em operação, em 1986.

Todavia, a opção por entrevistar servidores e o próprio Ministro Geraldo Og Fernandes decorreu da dificuldade para conseguir a documentação sobre o objeto da pesquisa referente à década de 1980 no Arquivo Geral do TJPE, local natural para a guarda e conservação permanente do acervo documental dessa instituição. Conforme Barros (2005, p. 10):

Ao se deparar com novas formas, ao reformular hipóteses, ao se confrontar com as inevitáveis dificuldades, ao produzir novos vislumbres de caminhos possíveis, ou ao amadurecer no decorrer do próprio processo de pesquisa, o investigador deverá estar preparado para lidar com mudanças, para abandonar roteiros, para antecipar ou retardar etapas, para se desfazer de um instrumento de pesquisa em favor do outro, para repensar as esquematizações teóricas que até ali haviam orientado seu pensamento.

A estratégia adotada se mostrou produtiva porque trouxe elementos que auxiliaram na construção de um novo percurso metodológico de pesquisa das fontes. Três dos entrevistados, funcionários do Cetepe, forneceram dados e informações que serviram para realizar pesquisas em documentos digitalizados existentes em sites oficiais do Governo do Estado de Pernambuco, na internet (“Cetepe”, por exemplo, funcionou como uma palavra-

chave importantíssima para o levantamento de fontes documentais), além de esclarecer as informações desconhecidas guardadas na memória daqueles que ainda estão em atividade laboral no Poder Judiciário estadual.

A mudança de patamar na procura das fontes documentais, saindo de uma escassez de documentos físicos para um conjunto de atos, portarias, resoluções, leis e informações jornalísticas no suporte digitalizado, não preencheu as lacunas que serão anotadas neste trabalho. Ou seja, ficou-se ainda distante do “excesso incontrolável de fontes primárias”, como anota Eric Hobsbawm (1998, p. 254) ao tratar do problema relativo às fontes na história do tempo presente. Os originais ou cópias de alguns documentos, que foram citados em outros, arquivados digitalmente, não puderam ser recuperados.

A obtenção do conjunto de documentos e informações se deu por meio de publicações no periódico Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE)⁴, armazenadas no site da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), com endereço eletrônico www.cepe.com.br, e ainda no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco, www.tjpe.jus.br.

A expectativa era de obtenção, sem embaraço, da documentação física por se tratar de papéis do setor público, que tudo deve registrar e guardar; entretanto, isso depende dos cuidados dos agentes públicos com a documentação produzida.

Após buscas em três centenas de caixas-arquivo no setor do Arquivo Geral do TJPE, constatou-se que o registro das várias etapas de projetos, planos e programas no Poder Judiciário estadual não era uma prática rotineira em décadas passadas e nem tudo o que permeava as ações dos envolvidos tinha a permissão do gestor maior para ser anotado, seja por falta de conscientização de sua importância para futuras gerações, seja pela ausência de uma metodologia de registros e de lições aprendidas.

Assim, foi compreensível se deparar com lacunas na documentação acerca de acontecimentos institucionais permeando a informatização na área jurídica. Muitos dos fragmentos documentais existentes só podem servir a uma narrativa histórica viável quando entrecruzados com relatos orais de memória de quem testemunhou ou protagonizou alguns desses eventos. Essas pessoas guardam em sua memória acontecimentos que não constam nos registros oficiais, como as dificuldades, as atitudes dos envolvidos, inclusive, as tomadas de decisões dos gestores. As decisões proferidas pelos gestores nos processos decisórios envolvendo projetos e ações de gestão podem ocorrer por comunicações orais diretas ou via

⁴ Nota do autor – explicações sobre este periódico oficial estão anotadas no Capítulo 2.

telefonemas, que não ficam documentadas, mas com impacto relevante para o direcionamento nas políticas gerenciais das instituições públicas ou privadas.

Entre o pensar, conhecer e agir de um gestor para o planejamento e execução de um projeto institucional ocorrem obstáculos, interrupções e prioridades outras que muitas vezes não constam na documentação, mas podem ser inferidas por indícios, como atrasos nos prazos estabelecidos na entrega parcial do produto ou serviço originalmente concebido. Além disso, os avanços e recuos na adoção de novas práticas e modelos de trabalho costumam acometer mais intensamente o serviço público devido a vários fatores: falta de recursos financeiros e pessoas qualificadas, resistências – e até boicotes – dos atores participantes, obsolescência acelerada dos recursos materiais sem as reposições imediatas, entre outros.

A coleta de documentos no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, além de causar frustrações, repita-se, trouxe a comprovação de que certas ações não eram registradas e, se registradas, não foram devidamente guardadas para consultas futuras.

Nesse ponto – e já adentrando o planejamento original de coleta documental –, houve uma primeira visita ao Arquivo Geral do TJPE em 11 de julho de 2018 para mapear informações sobre o funcionamento da unidade administrativa, o modelo de arquivamento de documentos administrativos e judiciais e o controle quantitativo e qualitativo da documentação arquivada e para estabelecer laços de convivência com gestores e servidores que lá trabalham.

O Arquivo Geral do TJPE tem dois prédios para guarda e conservação de documentos: um se localiza no bairro do Bongi (Recife) e o outro, no Fórum Desembargador Henrique Capitulino, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, bairro de Prazeres, às margens da BR-101 Sul. Os dois espaços comportam aproximadamente 290.000 caixas arquivadas que contêm em torno de 5 milhões de processos judiciais e 8,55 milhões de documentos e livros. As pesquisas foram realizadas no primeiro prédio, um galpão com mais de 4.500 m², onde a documentação fica acondicionada em 28 conjuntos de arquivos deslizantes (manuais e eletrônicos) e 576 estantes comuns de aço, onde são acondicionadas as caixas-arquivo confeccionadas em material plástico (ver fotos no Anexo).⁵

No universo de mais de 8,5 milhões de documentos administrativos, buscaram-se projetos, relatórios, ofícios, contratos e processos licitatórios, entre outros, que servissem de fonte para esta pesquisa.

⁵ Nota do autor – Dados fornecidos por Rogério Martins Santos, Técnico Judiciário do PJPE e gestor da Gerência do Arquivo Geral do TJPE.

O controle desse acervo para viabilizar a localização e recuperação das informações solicitadas pelos profissionais do Direito e pesquisadores ocorre de duas formas: para os processos judiciais, utilizam-se os sistemas informatizados Judwin do 1º e 2º graus, onde há campos em que são inseridos dados de sua localização, e, para a documentação administrativa, os dados de identificação estão inseridos numa extensa planilha em Excel.

Bartolomeu Matos de Almeida Filho, Chefe da Unidade de Depósito e Controle do Acervo do Arquivo Geral, explicou a organização e o funcionamento da unidade arquivista fazendo uma analogia com a disposição geográfica de uma cidade, com seus bairros, ruas e casas. No caso, cada bairro seria o conjunto de estantes enfileiradas lado a lado e dispostas paralelamente ao longo do espaço físico do prédio, formando os vários bairros da cidade. As ruas seriam as estantes ou os arquivos deslizantes, as casas seriam as caixas-arquivo acondicionadas em cada um deles e os documentos, os moradores daquela residência.

Nas colunas da tabela de controle de acervo da documentação administrativa constam a identificação da estante ou arquivo deslizante, da caixa-arquivo, da unidade organizacional que enviou a documentação e normalmente a relação de documentos guardados em cada caixa. Na caixa-arquivo são afixadas etiquetas com o número, o ano de envio e a relação de documentos. A precisão na identificação dos documentos enviados fica sob a responsabilidade da unidade organizacional que produziu ou enviou a documentação para o Arquivo Geral.

Visando estabelecer uma padronização no acondicionamento e na identificação dos documentos encaminhados para a Gerência do Arquivo Geral, o então Presidente do TJPE, Desembargador José Fernandes de Lemos, expediu a Instrução Normativa nº 03, de 30 de maio de 2011 (publicada no *Diário de Justiça eletrônico* – DJe – de 2 de junho de 2011, fl. 22-24)⁶, determinando os procedimentos a serem observados. No normativo há dois modelos de etiquetas de identificação de caixa-arquivo: um para o envio de processos judiciais e o outro para os demais documentos.

Aqui vale uma ressalva: a instrução normativa tem embasamento no art. 216, § 2º da Constituição da República de 1988, e na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991⁷, que tratam da gestão da documentação governamental e da política nacional de arquivos públicos e privados, respectivamente. Entretanto, o TJPE só tardiamente, após 20 anos, estabeleceu procedimentos para contemplar seu setor de arquivamento documental.

⁶ Disponível em: www.cepe.gov.br. Acesso em 5 jun. 2020.

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em 5 jun. 2020.

A importância das instituições arquivísticas públicas na década de 1980 foi fortalecida no Brasil principalmente pela intervenção da diretoria-geral do Arquivo Nacional junto à Unesco e à Assembleia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988, mas, como pontua Fonseca (2005, p. 69), a nova acepção proposta:

[...] significava romper com o círculo vicioso dos chamados “arquivos nominais”, ou seja, as instituições arquivísticas presentes nos organogramas das administrações públicas dos países latino-americanos, com os indícios de sua existência, tais como instalações, papéis timbrados e publicações periódicas, mas desprovidas dos recursos materiais e humanos indispensáveis ao exercício das funções arquivísticas essenciais.

Tudo faz acreditar que a falta de um olhar sobre a necessidade de gerir a documentação produzida pelo TJPE mais precocemente pode ter causado perda considerável de documentos administrativos, possível razão para não terem sido encontrados.

Anterior ao disciplinamento legal, os setores administrativos enviavam (quando enviavam) os documentos com identificação em formatos variados ou, em alguns casos, com poucos elementos identificativos, tornando muito difícil a recuperação do documento pesquisado.

Mesmo não tendo sucesso nas primeiras buscas realizadas em julho de 2018, por cautela, efetuaram-se outras nos meses seguintes, intensificadas em outubro de 2018 e maio de 2019. Foram verificados os conteúdos de mais de 300 caixas-arquivo, tendo como setores produtores as Diretorias de Informática e Recursos Humanos, Secretaria de Administração, Corregedoria Geral da Justiça e Gabinete da Presidência.

No dizer de Farge (2009, p. 66-67):

Em plena coleta, não há como dispensar informações, pois o importante é deter o conjunto de dados sobre a questão, naturalmente nos limites cronológicos e espaciais previamente estabelecidos. Em contrapartida, para selecionar o mesmo, o olhar não pode se impedir de se deter no diferente, pelos menos para saber se não há com que se preocupar.

De tudo se encontrou um pouco: de lista de cota de valores monetários para presentear a filha do Desembargador Presidente pela cerimônia de casamento até processo disciplinar acerca de agressões verbais entre juízes durante um jogo de futebol (na “pelada” de fim de semana no clube de campo da associação dos magistrados), mas os documentos descobertos nas pesquisas em meio digital e citados nos relatos de memória dos técnicos da Cetepe não estavam ali arquivados.

Paralelamente, foram realizadas as entrevistas com os funcionários do Cetepe e servidores do TJPE e a aplicação de questionário para o Ministro Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Embora as publicações do *Diário Oficial do Estado* (DOE) só tenham iniciado em agosto de 1992, a análise das capas do caderno *Diário do Poder Judiciário de Pernambuco* (DOPJ) ajudou na pesquisa porque se referiam a acontecimentos passados que ainda provocavam consequência na década de 1990 e diziam respeito ao objeto sob estudo.

Desse modo, a sistemática aplicada na organização deste trabalho seguiu três vertentes: a) busca de documentação física no Arquivo Geral do TJPE; b) procura em sites eletrônicos em que havia documentação digitalizada e c) entrevistas com atores envolvidos no processo de informatização do PJPE. A execução das três etapas foi simultânea, e cada nova informação ou documento que instigasse questionamentos acerca do que já fora coletado exigiu ajustes no planejamento original.

O resultado da pesquisa encontra-se registrado nos próximos três capítulos. No primeiro há uma síntese dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos no mundo e no Brasil destacando aqueles que afetaram as indústrias de tecnologia no transcorrer das décadas de 1950 a 1990.

No segundo capítulo, apresenta-se o Poder Judiciário de Pernambuco, sua organização e funcionamento na década de 1980 e o Centro de Prestação de Serviços Técnicos do Estado de Pernambuco. A parceria entre esse poder e a empresa pública estadual para o desenvolvimento de um sistema informatizado a fim de controlar a distribuição e movimentação processual das varas judiciais da capital também é analisada. Conclui-se com o estudo sobre a criação de uma imagem para representar o sistema desenvolvido pelo Cetepe, denominado Infojus, que começou a operar em 1º de dezembro de 1986.

O último capítulo cuida das tentativas de informatização do Palácio da Justiça na área administrativa e jurídica. Houve a ocorrência efetiva desse processo com a participação de uma empresa privada do Estado do Paraná, o que não aconteceu com a primeira área. Também se estudaram as justificativas que levaram os presidentes da Corte de Justiça pernambucana a realizar tais mudanças e os mecanismos de garantia para que elas se efetivassem. Ainda, verificaram-se os processos de resistências ao controle das informações processuais e do trabalho de magistrados e servidores diante da nova sistemática de atividades laborais, bem como os mecanismos utilizados para anular os efeitos desses movimentos contrários à informatização do PJPE.

As transformações ocorridas no cenário político, social e econômico no fim do século XX e as descobertas tecnológicas em seu crescimento acelerado obrigaram as instituições públicas e privadas a repensar sua forma de prestação de serviços ou entrega de produtos.

Essas mudanças afetaram também os órgãos do Poder Judiciário brasileiro, mas não de forma linear e uniforme porque prevalecia a autonomia de cada um nas esferas federal e estadual, que foi reforçada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Antes deste acontecimento, já existiam algumas ações que procuraram implantar os recursos tecnológicos disponíveis nas atividades dos órgãos judiciais. Na década de 1980 o Tribunal de Justiça de Pernambuco substituiu a máquina de escrever manual pela máquina elétrica e implantou os dois primeiros sistemas informatizados com o objetivo de acompanhar e controlar a tramitação dos processos em suporte de papel e auxiliar nos serviços cartorários.⁸

De acordo com os discursos dos gestores do Poder Judiciário brasileiro, o resultado esperado era promover mais celeridade e transparência para os cidadãos que procuravam resolver na Justiça os seus conflitos nas relações privadas e com o poder público.

A formação de processos judiciais utilizando a escrita de próprio punho de juízes e servidores públicos e depois empregando-se as máquinas de escrever (manual e elétrica) não acompanhava a demanda crescente de ações judiciais, aumentada com a vigência da Constituição Republicana de 1988, que estabeleceu um número maior de direitos ao cidadão nas áreas de educação, saúde, trabalho, entre outras. Também foram criados órgãos de defesa do cidadão/consumidor e cargos públicos especializados para os servidores realizarem a defesa de pessoas pobres, o que possibilitou o acionamento do Judiciário para a solução de contendas.

Os gestores da Corte de Justiça pernambucana argumentavam que a Justiça precisava se modernizar para acompanhar as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas que se descortinavam no mundo e no Brasil e que isso seria possível começando por controlar a movimentação dos processos, que, conforme as velhas práticas de trabalho nos cartórios judiciais, eram feitos com anotações por escrito ou datilografadas em fichas pautadas. A modernização desse controle seria viável com a adoção dos recursos inovadores da informática.

⁸ Nota do autor – Serviços cartorários – conjunto de atividades também denominadas de atos cartorários praticados pelos servidores públicos do Poder Judiciário para impulsionar o processo judicial a partir das decisões do juiz.

Os motivos para implementar a modernização fizeram parte de documentos oficiais que pediam recursos financeiros ao Poder Executivo para a implantação do processo de informatização no Poder Judiciário pernambucano, aderindo ao significado que o “moderno” adquirira na sociedade capitalista – novo, recente, que se opõe ao velho – e cujo alicerce estava na ideia de progresso (REZENDE, 1997, p. 107-108).

Nesse cenário de tantas mudanças, o Poder Judiciário de Pernambuco procurou encontrar alternativas para prestar melhores serviços à sociedade, e o uso da informática se apresentava como uma possibilidade de obter sucesso. Como isso ocorreu, quando e por que está nas próximas linhas, com o alerta da incompletude da narrativa em face de tão amplo e complexo conjunto de acontecimentos registrados na década sob estudo.

CAPÍTULO I

Inventos tecnológicos e a política de informática

Antes de iniciar o relato da informatização do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE), descreveremos uma síntese dos acontecimentos no mundo e no Brasil que proporcionaram o desenvolvimento de ferramentas advindas de uma nova ciência da tecnologia – a informática – e transformaram a dinâmica do trabalho nesse espaço jurídico, pois fortaleceram o controle de informações sobre as atividades laborativas de magistrados e servidores, foco da presente pesquisa. Para Bloch (2001, p. 55), a ciência da história analisa as ações do homem no tempo e tais ações estão conectadas a uma rede que tende a afetar todos os que dela fazem parte. Sendo assim, relacionamos não só os inventos e descobertas científicas, mas também os principais acontecimentos políticos que ajudaram na construção de um novo campo do saber no século XX.

Tendo a década de 1980 como marco da introdução da informática no PJPE, inevitavelmente os fatos ocorridos nas décadas anteriores no contexto mundial e brasileiro definiram as tomadas de decisões de chefes desse Poder, responsáveis por adotar a nova metodologia de trabalho por meio de inovadoras ferramentas tecnológicas. Além disso, a incipiente Política Nacional de Informática da década de 1970 teve expressivo impacto na evolução da indústria de informática, inicialmente com diretrizes e ações definidas e executadas pela Capre – Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, em 1972, e em seguida pela Secretaria Especial de Informática (SEI), órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional, em 1979.

Apenas em outubro de 1984 houve a aprovação de uma lei que estabeleceu princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Informática, consolidando os argumentos políticos e econômicos para a adoção das medidas protecionistas destinadas às empresas nacionais de informática por se tratar de uma questão de segurança nacional. Com o crescimento da aplicação dos conhecimentos e ferramentas da ciência da informática, a década seguinte sedimentou o processo, mas isso se deu diante de um novo cenário político advindo da redemocratização do país e do neoliberalismo que passou a nortear os rumos da economia nacional.

1.1. Breve cenário mundial do desenvolvimento da informática

O começo da história da informática e dos computadores data de muito antes do século XX. Nas palavras de Marques, Motoyama e Vieira (1994, p. 421): “Embora possuidora de um longo passado, que remonta à Antiguidade, a informática só adquiriu a forma atual após a Segunda Guerra Mundial, graças à ajuda da eletrônica”. Os autores possivelmente querem nos remeter ao longínquo momento em que o homem usou os dedos para representar quantidades, bem como ao instante em que criou símbolos para representá-las, percebendo que quantidades eram atributos abstratos e por sua vez, estabeleceu configurações para esses símbolos, conforme Barbosa (1985, p. 48).

O computador é uma ferramenta tecnológica que processa informações em sua memória utilizando-se de configurações – os dígitos binários – transcritas na forma de um programa, o que permite o controle e o tratamento de dados para fornecer as informações que lhe são demandadas.

Feitos e estudos científicos como a criação dos ábacos⁹, inventos dos séculos XII e XIII que possibilitaram posteriormente a mecanização dos cálculos, o desenvolvimento da astronomia, que forneceu as tábuas logarítmicas, as funções trigonométricas, a criação da primeira máquina com capacidade para realizar operações aritméticas por Blaise Pascal¹⁰ em 1642 e o desenvolvimento dos mecanismos de controle das sequências de ações de máquinas, que viabilizou a automatização da indústria têxtil durante a Revolução Industrial (BARBOSA, 1985, p. 49) auxiliaram no somatório de conhecimentos e na resignificação de suas aplicabilidades para que os estudiosos chegassem a desenvolver equipamentos tecnológicos denominados “computadores” no século XX, mais intensamente em sua segunda metade.

O desenvolvimento da informática teve amplo crescimento nos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial: com a passagem das décadas do século XX, países como Japão, Grã-Bretanha, França e Alemanha, por meio de incentivos financeiros governamentais, beneficiaram empresas privadas e centros acadêmicos de pesquisas para que também promovessem a difusão desse novo conhecimento.

⁹ Ábaco é um antigo instrumento de cálculo em sistema decimal com provável origem na Mesopotâmia há mais de 5500 anos, considerado uma extensão do ato de se contar nos dedos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81baco>. Acesso em: 3 maio 2020.

¹⁰ Blaise Pascal (1623-1662), matemático, escritor, físico, inventor, filósofo e teólogo católico francês. Os primeiros trabalhos de Pascal dizem respeito às ciências naturais e ciências aplicadas. Contribuiu significativamente para o estudo dos fluidos. Ele esclareceu os conceitos de pressão e vazio, estendendo o trabalho de Torricelli. Aos 19 anos inventou a primeira máquina de calcular, chamada de máquina de aritmética. Disponível em: <http://mathshistory.st-andrews.ac.uk/Biographies/Pascal.html>. Acesso em: 3 maio 2020.

Motoyama et al. (1994, p. 421) atribuem à eletrônica a forma atual como a informática se apresenta e destacam como marco importante a construção do Electronic Numerical Integrator and Calculator (ENIAC), iniciada durante a Segunda Guerra Mundial e concluída em 1946 por J. W. Mauchly e J. P. Eckert, ambos da Universidade da Pensilvânia. Segundo os autores, esse equipamento foi destinado ao governo norte-americano com o objetivo de confeccionar tabelas balísticas.¹¹

Os autores também citam que em 1944 foi construído um computador elétrico por H. Aiken, da Universidade de Harvard, com a colaboração da International Business Machines (IBM)¹², tanto que recebeu a denominação de IBM Automatic Sequence Controlled Calculator (ASCC). Entretanto, com base nos componentes e na dinâmica de funcionamento, essa máquina não poderia ser considerada um protótipo dos modernos computadores eletrônicos, como alguns analistas defendem, o que reforça a ideia de que o ENIAC foi o pioneiro.

Seguiu-se outra inovação tecnológica para ser introduzida nos computadores: o sistema binário, criado por J. von Neumann¹³ e outros. Leibniz¹⁴ cogitou essa possibilidade no século XVIII, porém sua viabilidade matemática só ocorreu com o surgimento da álgebra de

¹¹ Tabelas balísticas são produtos da balística, ciência que estuda o movimento dos projéteis, especialmente das armas de fogo, seu comportamento no interior e exterior destas, como a trajetória, impacto, marcas, explosão. A balística também identifica tipos de armamento e munição (projéteis), comprimento do calibre, massa e velocidade do projétil, velocidade cinética, números de impactos etc., utilizando-se de técnicas próprias e conhecimentos de física e química, além de servir a outras ciências. Disponível em: http://www.quimica.net/emiliano/artigos/2007fev_forense3.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

¹² International Business Machines (IBM) – No ano de 1896, Herman Hollerith, inventor de diversas máquinas elétricas para a soma e contagem de dados, criou a Tabulating Machine Company, que posteriormente, em 1911, uniu-se a duas outras companhias, a *Internacional Time Recording Co.* (de registradores mecânicos de tempo), e a Computing Scale Co. (de instrumentos de aferição de peso), por sugestão do negociante e banqueiro Charles R. Flint, formando-se então a Computing Tabulating Recording Co – a CTR. Três anos mais tarde, em 1914, Thomas J. Watson (líder industrial que foi um dos homens mais ricos do seu tempo) assumiu a presidência da organização e estabeleceu normas de trabalho absolutamente inovadoras para a época. Em fevereiro de 1924 a CTR muda seu nome para International Business Machines, hoje mundialmente conhecida pelo seu acrônimo, IBM. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/ibm/>. Acesso em: 3 maio 2020.

¹³ John von Neumann (1903-57), matemático húngaro-americano, que desenvolveu o ramo da matemática conhecido como teoria dos jogos. Nasceu em Budapeste, Hungria, e estudou em Zurique, na Suíça, e nas universidades de Berlim e Budapeste. Ele foi para os Estados Unidos em 1930 para ingressar na faculdade da Universidade de Princeton, tornou-se cidadão dos EUA em 1937 e durante a Segunda Guerra Mundial atuou como consultor no projeto de bomba atômica de Los Alamos. É conhecido como um dos matemáticos mais destacados do mundo, sendo o criador do design de computadores eletrônicos de alta velocidade. Disponível em: https://web.archive.org/web/20080405192824/http://encarta.msn.com/encyclopedia_761579159/Neumann_John_von.html#. Acesso em: 3 maio 2020.

¹⁴ Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), filósofo e matemático alemão. Sua realização mais notável foi conceber as ideias de cálculo diferencial e integral, independentemente dos desenvolvimentos contemporâneos de Isaac Newton. Tornou-se um dos inventores mais prolíficos no campo das calculadoras mecânicas, além de ter refinado o sistema de números binários, que se tornaria a base de todos os computadores digitais. Disponível em: <http://mathshistory.st-andrews.ac.uk/Biographies/Leibniz.html>. Acesso em: 3 maio 2020.

Boole¹⁵, no século XIX. A construção do Electronic Discrete Variable Automatic Computer (EDVAC) materializa a inovação. A máquina foi construída na Universidade da Pensilvânia logo depois do ENIAC. Assim, no período de 1946 a 1957, conhecido como o de 1ª geração de computadores¹⁶, emprega-se elevado esforço na melhoria dessas máquinas, em especial com relação ao armazenamento da memória (MOTOYAMA et al., 1994, p. 421).

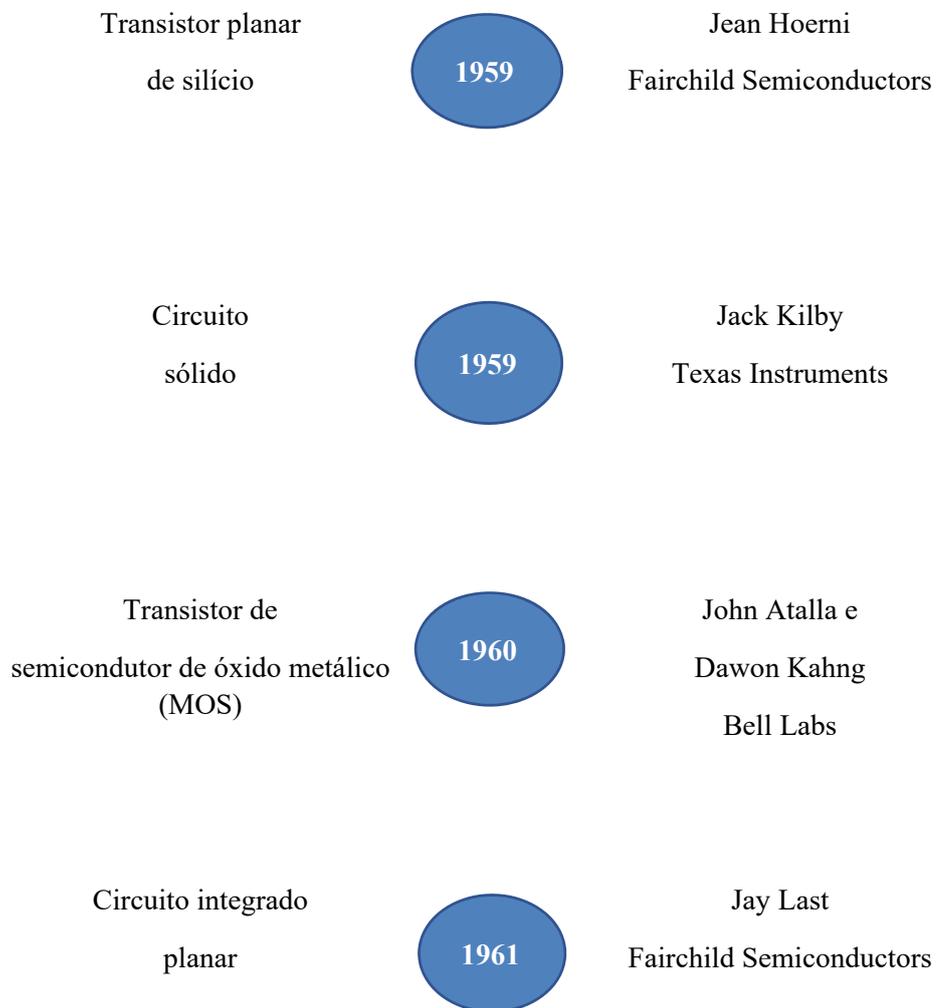
Inventos criados durante as décadas de 1940 a 1960 proporcionaram as melhorias almejadas no desenvolvimento de computadores, como maior capacidade de armazenamento de dados (memória) e velocidade de processamento. O gráfico a seguir apresenta alguns dos inventos.

Gráfico 1 – Inventos essenciais, com os respectivos autores e instituições de ensino ou empresas financiadoras, para o futuro desenvolvimento e produção de computadores (1948 a 1961).

INVENTOS	ANO	AUTOR/ORGANIZAÇÃO
Armazenamento com tubos de raios catódicos convencionais	1948	Frederic Callan Williams Universidade de Manchester
Transistor de junção bipolar	1948	William Shocley, John Bardeen e Walter H. Brittain Bell Labs
Núcleo magnético ou memória de ferrite	1956	Remington Rand Universal Automatic Computer (UNIVAC)

¹⁵ George Boole (1815-1864), matemático e filósofo britânico, criador da álgebra booleana, fundamental para o desenvolvimento da computação moderna. Disponível em: <http://ecalculo.if.usp.br/historia/boole.htm>. Acesso em: 3 maio 2020.

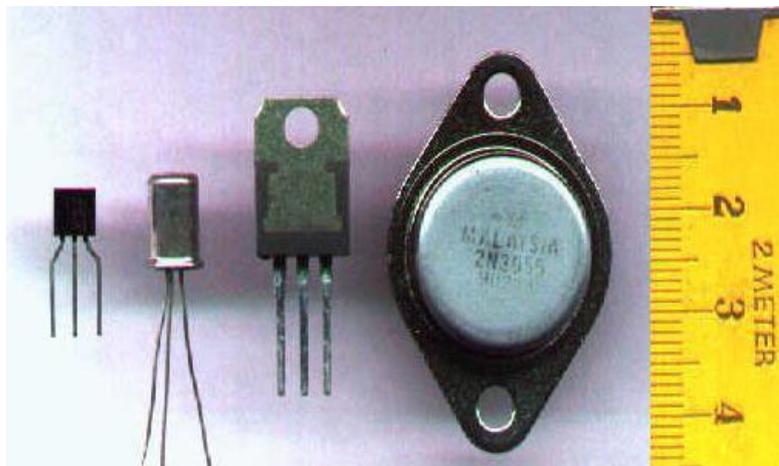
¹⁶ As gerações de computadores são: a primeira geração (1946-1954) foi marcada pela utilização de válvulas. A segunda geração (1955-1964) foi caracterizada pela substituição da válvula pelo transistor. A terceira geração (1964-1977) se caracteriza pela utilização de circuitos integrados de silício. A quarta geração (1977- 1991) identificada pelo surgimento dos processadores – unidade central de processamento. A quinta geração (1991 – dias atuais) se destaca pelo uso de processadores com milhões de transistores e o surgimento das arquiteturas de 64 bits, entre outras inovações. Disponível em: <http://producao.virtual.ufpb.br/books/camyle/introducao-a-computacao-livro/livro/livro.chunked/ch01s02.html>. Acesso em: 3 maio 2020.



Fonte: Gráfico elaborado com base em informações obtidas nos sites <https://www.techtudo.com.br> e <https://www.computerhistory.org/siliconengine/timeline/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

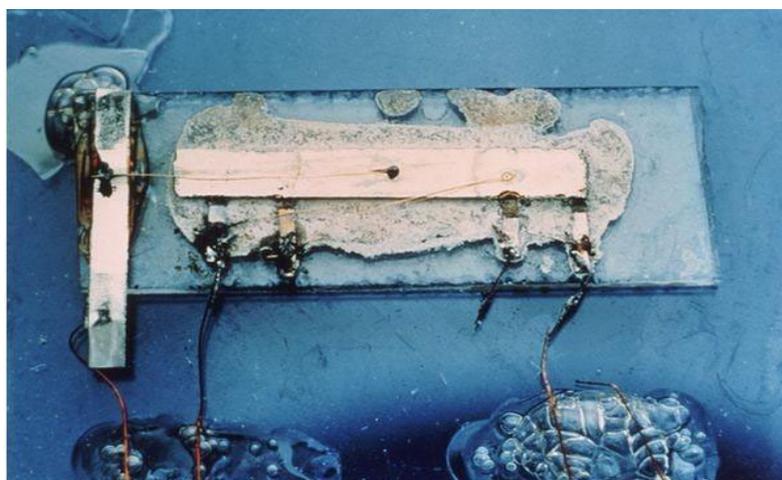
Juntamente com a invenção do transistor, os circuitos integrados representaram um grande avanço para a indústria de computadores. Entretanto, a aplicação e a disseminação industrial das descobertas listadas no Gráfico 1 não foram imediatas. À época, houve uma demora que variava entre cinco a dez anos para que elas ocorressem porque, segundo Motoyama et al. (1994, p. 422), “a industrialização e a comercialização de uma descoberta tecnológica requer aperfeiçoamentos pacientes e demorados e comercialização no momento oportuno”.

Imagem 1 – Transistores com diferentes encapsulamentos usados nos primeiros computadores, em escala de centímetros.



Fonte: Imagem obtida do site <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Transistor-photo.JPG>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

Imagem 2 – Primeiro circuito integrado criado por Jack Kilby, da empresa norte-americana Texas Instruments.



Fonte: Imagem obtida no site <https://www.chiphistory.org/84-the-first-ic-by-jack-kilby>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

No transcorrer da década de 1960, o Japão conseguiu ter sucesso na obtenção de óxidos estáveis na superfície de silício (SiO_2), descoberta indispensável para o bom funcionamento do transistor e consequente utilização mais eficaz de MOS-LSI¹⁷, o que lhe permitiu grande vantagem sobre seus concorrentes norte-americanos e europeus. Isso foi

¹⁷ MOS-LSI representa a junção de duas siglas, a MOS – Metal-Oxide Semiconductor (Metal-óxido-semicondutor), sendo um tipo de transistor a base de óxido de metal e LSI – Large Scale Integration (Larga escala de integração), refere-se ao processo de criação de um circuito integrado (CI) por combinação de centenas de milhares de transistores ou dispositivos num único chip. Disponível em: https://pt.qwe.wiki/wiki/Very_Large_Scale_Integration. Acesso em: 3 maio 2020.

possível devido ao esforço conjunto do governo nipônico, universidades e empresas privadas na realização de pesquisas. A integração foi responsável, em parte, pelo êxito das indústrias japonesas no campo da microeletrônica, com reflexos em outros segmentos industriais, além do setor informático, que estava sendo gestado.

Exemplo deste sucesso japonês encontra-se na indústria automobilística, que, ao introduzir robôs no processo produtivo de automóveis, atingiu a taxa de 12% nas exportações deste item para o mercado norte-americano e mais expressiva ainda, de 20%, para países como Bélgica, Dinamarca, Noruega e Países Baixos no ano de 1976. É importante destacar que, em 1967, essa taxa não ultrapassava 2% (BENAKOUCHE, 1985, p. 86).

Os Estados Unidos tinham o domínio em escala mundial na produção de computadores na década de 1970. Além de deterem o conhecimento da fabricação dos grandes equipamentos, possuíam também 68% do parque mundial dos microcomputadores. Tal fato pode ser confirmado pela nacionalidade das 50 maiores empresas de microeletrônica em 1977: 26 eram norte-americanas; 9, japonesas; 4, inglesas; 4, alemãs e 1, canadense, de acordo com Benakouche (1985, p. 87). Entretanto, na tabela a que o autor faz referência, inscrita nas páginas 98-99, há um levantamento do ano de 1982 que mostra maior supremacia das empresas estadunidenses: 44, duas japonesas e uma representante cada da Itália, Grã-Bretanha, França e Alemanha.

Mais uma década adiante, no ano de 1981, o domínio das indústrias norte-americanas de informática sobre as dos demais países continuava. Considerando o parque de computadores instalado no mundo, os Estados Unidos possuíam 34,3% de números de unidades, seguidos do conjunto de nações do oeste da Europa (principalmente Alemanha, França e Grã-Bretanha), com 27,9%, e do Japão, com 14,7%. Já em relação ao valor de mercado em milhões de dólares desses equipamentos no panorama global, os três grupos citados tinham respectivamente \$ 58.165 (42,6%); \$ 38.676 (28,3%) e \$ 15.365 (11,2%).

Trazendo dados estatísticos colacionados por Benakouche (1985, p. 89), na América Latina os porcentuais eram pequenos em relação ao contexto mundial, com destaque para o Brasil, com 1,5%, equivalente a 2.482 de unidades instaladas no valor, em milhões de dólares, de \$ 1.569 (1,1%), e para o México, com 0,7%, equivalente a 1.174 unidades no valor de \$ 526 (0,4%).

Tabela 1 – Parque instalado de computadores em alguns países (1981).

País ou região	Número de sistemas instalados	% do total mundial	Valor (milhões US\$)	% do total mundial
Estados Unidos	56.515	34,3%	58.165	42,6%
Oeste da Europa	45.976	27,9%	38.676	28,3%
Japão	24.311	14,7%	15.365	11,2%
Brasil	2.482	1,5%	1.569	1,1%
México	1.174	0,7%	526	0,4%

Fonte: Tabela adaptada com base em dados existentes no artigo de Rabah Benakouche: *Crise, informática e nova divisão internacional do trabalho: que perspectivas para o Brasil?* (p. 81-105), publicado no livro *A questão da Informática no Brasil* (1985), organizado pelo mesmo autor.

O contexto político vivenciado nas décadas pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) reportava um mundo dividido entre países capitalistas e comunistas. De uma banda, os Estados Unidos da América do Norte, que pregavam os valores do capitalismo e do livre mercado e, de outra, a União Soviética, que almejava consolidar o modelo socialista, com forte tutela do Estado sobre a sociedade. As duas potências militares e econômicas buscavam estabelecer zonas de influência na Europa, América Latina, África e Ásia. Surgiu, então, a Guerra Fria, representação de um conflito ideológico, econômico, científico, cultural e militar.

Nos anos da década de 1950, tiveram início a corrida armamentista, enfatizando o desenvolvimento de armas nucleares, e a corrida espacial, com o objetivo de realizar viagem até a lua. A microeletrônica e a informática, em especial, tiveram papel fundamental para que tais objetivos fossem alcançados.

O desenvolvimento contínuo dessas duas áreas técnicas resultou na produção de equipamentos com aplicabilidades variadas que ultrapassaram os campos armamentista e espacial e beneficiaram diversos setores da sociedade na esfera pública e privada: bancário, comercial, prestação de serviços, industrial, telecomunicações etc.

A indústria eletrônica evoluiu para descobrir a microeletrônica, que, aliados a outros inventos, muitos deles realizados por cientistas estadunidenses, propiciaram o desenvolvimento da informática. Surgida nos Estados Unidos, esta indústria foi beneficiada pela política externa adotada pelo país em plena Guerra Fria e teve as condições propícias para se estabelecer ou fortalecer seus laços comerciais em países da América Latina, como o Brasil.

Este é um breve apanhado dos acontecimentos no cenário mundial até a década de 1980 acerca do nascente campo da informática que iriam influenciar o governo brasileiro na adoção dessas inovações tecnológicas para a informatização dos diversos setores produtivos da sociedade, inclusive na prestação de serviços públicos.

1.2. O Brasil e a Política Nacional de Informática

O primeiro computador desenvolvido no Brasil data de 1961. Foi construído por quatro alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos, São Paulo, com componentes produzidos pela indústria brasileira, recebeu o nome de “Zezinho” e foi utilizado para demonstrações didáticas nos laboratórios do ITA (BARBOSA, 1985, p. 52). José Ellis Ripper, Fernando Vieira de Souza, Alfred Wolkmer e Andras Vásárhelyi, orientados pelo chefe da Divisão de Eletrônica do ITA, Richard Wallauschek, na realidade pensaram em desenvolver um computador para fins comerciais, ideia posteriormente abandonada por falta de condições tecnológicas e de mercado para uma indústria de computadores (MOTOYAMA et al., 1994, p. 428).

No ano em que Zezinho foi construído, a IBM montou o primeiro computador no país e, a partir de 1964, passou a exportar os equipamentos aqui produzidos. Enquanto isso, a Burroughs Corporation¹⁸ inaugurava sua segunda planta industrial em Veleiros, São Paulo para fabricar periféricos¹⁹ para computadores, entre outros equipamentos. Na década de 1960 ocorreu a difusão do uso de computadores no Brasil. Vê-se com esses acontecimentos que, enquanto num centro acadêmico se procurava desenvolver uma tecnologia brasileira para o desenvolvimento de computadores, as subsidiárias de empresas multinacionais aqui instaladas ganhavam espaço no mercado interno, utilizavam a força de trabalho nacional de baixo custo e promoviam o aumento das exportações de seus produtos feitos ou montados no Brasil.

Motoyama et al. (1994, p. 425) anotam, porém, que o Brasil ingressou na era do processamento mecânico de dados ainda em 1917, ano em que começavam a funcionar máquinas chamadas de “hollerith” na Diretoria de Estatística Comercial, subordinada ao Ministério da Fazenda. Ressaltam, também, a parceria entre esse órgão e a empresa norte-

¹⁸ Burroughs Corporation: empresa norte-americana fabricante de equipamentos de negócio. Foi fundada em 1886 com a denominação de American Arithmometer Company por William S. Burroughs, em St. Louis, Missouri. Produziu inicialmente máquinas de somar, inventadas pelo próprio fundador. Em 1986 passou por um processo de fusão com a Sperry UNIVAC e posteriormente adotou o nome comercial de Unisys. Disponível em: https://pt.qwe.wiki/wiki/American_Arithmometer_Company. Acesso em: 20 abr. 2020.

¹⁹ Os periféricos são dispositivos instalados junto ao computador cuja função é auxiliar na comunicação homem/máquina. Tipos de periféricos são fita magnética, teclado, terminais de computadores, entre outros. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~j.barreto/cca/perifer/perifericos.htm>. Acesso em: 2 maio 2020.

americana The Tabulating Machine Company para a realização da tabulação de dados do censo demográfico e econômico do ano de 1920. Posteriormente, essa empresa, então sob a nova denominação de International Business Machine Corporation (IBM), juntamente com outra empresa norte-americana, a Burroughs Corporation, recebeu autorização do governo do Presidente Arthur Bernardes²⁰ em 1924 para instalar plantas industriais no Brasil. A IBM instalou sua primeira planta industrial fora dos Estados Unidos em Benfica, no Rio de Janeiro.

Com o grande ingresso de capital estrangeiro em face de planos econômicos nacionais²¹, na década de 1950 outras empresas, como Sperry Rand, NCR, Olivetti e Honeywell Bull²², aportaram no Brasil e passaram a produzir computadores utilizando-se da mão de obra brasileira de baixo custo e da tecnologia importada de suas matrizes.

Os primeiros computadores foram importados para o Brasil no final da década de 1950, tendo sido destinados a organizações como a Anderson Clayton²³, o Jôquei Clube de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para instituições acadêmicas, como a pioneira Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Algumas dessas importações tiveram o incentivo do Grupo Executivo de Aplicação de Computadores Eletrônicos (Geace), criado pelo Decreto nº 45.832, de 10 de abril de 1959²⁴, e vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Nacional (MOTOYAMA et al., 1994, p. 427).

Em 1971, dez anos após a pioneira construção do Zezinho, um contrato assinado entre a Marinha (Grupo de Trabalho Especial – GTE), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Agência Financeira FINEP possibilitou o projeto denominado “GTE/FUNTEC 111”, que deu início ao Projeto Guarany e resultou no minicomputador G-

²⁰ Arthur da Silva Bernardes (1875-1955), advogado e político mineiro. Foi deputado federal e senador pelo estado de Minas Gerais. Eleito o 12º Presidente do Brasil, governou o país no período de 15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/arthur-bernardes/biografia>. Acesso em: 3 maio 2020.

²¹ Na década de 1950, o Brasil teve os planos econômicos SALTE, elaborado no Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) para ser executado no período de 1950 a 1954, e o de Metas, do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-metas>. Acesso em: 30 abr. 2020.

²² Sperry Rand, NCR, Olivetti e Honeywell Bull, empresas estrangeiras: as duas primeiras são norte-americanas; a terceira, italiana e a última, francesa. Atuavam inicialmente na área de eletrônica e migraram para o setor de informática.

²³ A Anderson Clayton S/A entrou em operação na segunda metade da década de 1950. Sua razão social era Anderson, Clayton & Co. S.A. Indústria e Comércio. Tendo sido instalada em um terreno com mais de 26 mil m² entre a via férrea e as avenidas Centenário e Tuiuti, a indústria atuou no ramo de compra e venda de café, algodão, soja, mamona e amendoim. Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br/2017/10/anderson-clayton-sa.html>. Acesso em: 10 maio de 2020.

²⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45832-20-abril-1959-384857-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 abr. 2020.

10, com hardware²⁵ desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP) e o software²⁶, pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (BARBOSA, 1985, p. 53).

Dois anos depois, em 1973, foi criada a Eletrônica Digital Brasileira Ltda., que um ano mais tarde se tornou uma empresa pública chamada Digibrás S/A. Seu objetivo era ser um instrumento de intervenção estadual para promover o desenvolvimento da indústria eletrônica nacional e servir de incentivo para que o empresariado brasileiro criasse outras empresas similares para atender o mercado interno. O capital da Digibrás era formado por ações de companhias estaduais, direta ou indiretamente ligadas ao governo federal, cuja atuação abrangia uma parte importante do mercado vigente de computadores e dos equipamentos de processamento de dados (BARBOSA, 1985, p. 53).

Para definir as diretrizes normativas de uma Política Nacional de Informática, em 5 de abril de 1972, pelo Decreto nº 70.370²⁷ do Presidente da República Emílio G. Médici²⁸, foi criada a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (Capre), subordinada à Secretaria de Planejamento (Seplan). Num primeiro momento, a Capre atuou racionalizando as compras e otimizando a utilização de computadores dos órgãos da administração pública e empresas vinculadas. Posteriormente, em 1976, houve a extensão do seu papel para impedir importações desnecessárias até mesmo do setor privado.

Como resultado dessa medida, o Conselho de Comércio Exterior (Concex) estabeleceu a necessidade de a Capre aprovar previamente a emissão de guias de importação de equipamentos de processamento de dados. Até o fim de 1976 realizou o exame de aproximadamente 2.000 pedidos de importação de peças, partes e componentes eletrônicos destinados à manutenção e à fabricação de computadores (BARBOSA, 1985, p. 54).

²⁵ Hardware é o termo usado para designar as peças, circuitos, e peças eletrônicas em geral. É um termo muito utilizado na informática, para definir as peças do computador, sendo os processadores os mais conhecidos hardware. Disponível em: <https://www.infoescola.com/informatica/hardware/>. Acesso em: 10 maio 2020.

²⁶ Software é um agrupamento de comandos escritos em uma linguagem de programação. Esses comandos, ou instruções, criam as ações dentro do programa e permitem seu funcionamento. Disponível em: <https://www.infoescola.com/informatica/software/>. Acesso em: 10 maio 2020.

²⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70370-5-abril-1972-418827-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

²⁸ Emílio Garrastazu Médici, militar, nascido na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre (1918-1922), na Escola Militar de Realengo (1924-1927) e na Escola de Armas, atual Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1939). Comandante da AMAN (1963-1964), apoiou o golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart, e foi nomeado adido militar em Washington (1964-1966). Com o afastamento de Costa e Silva, teve seu nome indicado pelo Alto Comando do Exército à sucessão presidencial. Pela eleição indireta, passou a exercer o cargo de Presidente da República em 30 de outubro de 1969, com mandato até 15 de março de 1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/biografia>. Acesso em: 10 maio de 2020.

O Presidente Ernesto Geisel²⁹ editou o Decreto nº 77.118³⁰, de 9 de fevereiro de 1976, que atribuiu à Capre a missão de estudar e propor as diretrizes da Política Nacional de Informática. Com isso, o conselho plenário³¹ sofreu alteração, passando a ser composto pelos órgãos: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), Ministério da Comunicação, Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Fazenda e Ministério da Indústria e Comércio.

Esta alteração resultou de um embate sobre a condução da política de informática no país envolvendo várias forças que pressionavam a Capre em suas decisões. Essas forças eram representadas pelas empresas multinacionais instaladas no Brasil, em especial a IBM, pelos representantes da comunidade científica brasileira, pelos bancos nacionais financiadores da emergente indústria nacional de informática, notadamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e pelos setores governamentais ligados à área de informática, destacando-se o Conselho Nacional de Segurança, o Serviço Nacional de Informações, o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Planejamento e o Estado-Maior das Forças Armadas.

A situação era tensa e polarizada: em uma ponta estava a proteção da indústria nacional que começava a se desenvolver com o apoio dos centros acadêmicos de pesquisa e dos militares, que viam o setor de informática como extremamente estratégico para as questões de segurança nacional, e aqueles que previam a oportunidade de mais financiamento público para pesquisas no desenvolvimento de uma tecnologia própria; na outra ponta, havia as empresas multinacionais, que usufruíam de uma força de trabalho de baixo custo e de um mercado carente de produtos gerados por uma nova tecnologia. Elas dominavam o

²⁹ Ernesto Geisel, militar, nascido na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, em 3 de agosto de 1907. Foi o 1º da turma também na arma da Artilharia, na Escola Militar de Realengo (1928) e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada (1938), tendo estudado ainda na Escola de Estado-Maior do Exército (1941-1943) e feito estágio no Army Command and General Staff College, em Fort Leavenworth, Kansas, Estados Unidos (1945). Apoiou a Revolução de 1930 e em 1932 aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo e participou da repressão à Revolta Comunista de 1935. Sufocou em Recife uma revolta que visava derrubar o interventor federal no estado. Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado Chefe do Gabinete Militar do presidente Castelo Branco (1964-1967). Promovido a general-de-exército em 1966, foi Ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969) e presidente da Petrobrás (1969-1973). Por meio de eleição indireta, passou a exercer o cargo de Presidente da República em 15 de março de 1974, com mandato até 15 de março de 1979. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/biografia>. Acesso em: 10 maio 2020.

³⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77118-9-fevereiro-1976-425743-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

³¹ O conselho plenário da Capre era formado originariamente pelo Estado-Maior da Forças Armadas, Ministério da Fazenda, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Serviço Federal de Processamento de Dados, Instituto Brasileiro de Informática e o Escritório da Reforma Administrativa (Decreto nº 70.370, de 5 de abril de 1972).

conhecimento o mantinham sob sigilo industrial. Também existiam no meio político aqueles favoráveis a uma abertura de mercado para importações de equipamentos da área de tecnologia sob o argumento de que o país não tinha reserva de recursos financeiros para investir em pesquisas e tempo para alcançar o estágio de desenvolvimento apresentado por países como Estados Unidos e Japão, já que a rapidez na geração de novos e mais avançados equipamentos era muito intensa e o Brasil não tinha como superar anos de defasagem de conhecimento científico.

Ocorreram, então, vários movimentos de defesa de interesses dos protagonistas desse processo, que não serão aqui abordados em face do foco deste trabalho. Vale anotar o desfecho desse cabo de guerra, que será exposto mais adiante.

Os objetivos traçados pela Capre eram a ocupação do mercado e a horizontalização da produção de determinado segmento com proteção para os empreendimentos brasileiros, notadamente as atividades de industrialização e comercialização de minicomputadores, de periféricos e de terminais por empresas de efetivo controle nacional.

Nesse cenário, a Cobra, empresa nacional de computação criada em 1974, com capital inicial composto por 1/3 Digibrás, 1/3 Equipamentos Eletrônicos e 1/3 Ferranti Limited (empresa britânica fornecedora de tecnologia), sofreu alterações e passou a ter nova composição: 56% das ações para o governo, 39% para a holding³² dos bancos particulares do Brasil (AEDB) e os 5% restantes diluídos entre pequenos acionistas (BARBOSA, 1985, p. 57).

Com o crescimento da informatização da sociedade brasileira permeando as atividades corriqueiras dos cidadãos, o governo substituiu a Capre e, por meio do Decreto nº 84.067, de 8 de outubro de 1979³³, criou a Secretaria Especial de Informática (SEI), órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional cuja finalidade era assessorar o Presidente da República³⁴ na formulação da Política Nacional de Informática e coordenar suas ações para alcançar principalmente o desenvolvimento científico e tecnológico do setor.

³² Holding: Grupo de empresas em que uma detém a maioria das ações das outras com o fim de controlá-las. A empresa majoritária é chamada “holding” e as demais, “subsidiárias”. A empresa holding indica o pessoal de direção e dita normas relativas às atividades comerciais das subsidiárias. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/holding/>. Acesso em: 15 maio 2020.

³³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84067.htm. Acesso em: 16 abr. 2020.

³⁴ O Presidente era João Baptista de Oliveira Figueiredo, que governou o Brasil no período de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Militar nascido na cidade do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 1918. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo (1935-1937). Durante o governo Jânio Quadros, integrou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro (1964-1966). Foi comandante da Força Pública de São Paulo (1966-1967), do 1º Regimento de

As decisões anteriormente tomadas por colegiado na Capre, mobilizando forças políticas, acadêmicas, empresariais e profissionais, passaram a se concentrar na SEI. Essa mudança na Política Nacional de Informática se justificou pela dependência tecnológica que o Brasil tinha em relação a outros países e que ameaçava a soberania nacional. Assim, aumentou-se o poder de controle e alterou-se a direção do governo brasileiro no setor de informática.

Infere-se da análise de Cícero Barbosa (1985, p. 62-69) que a Política Nacional de Informática estruturou e desenvolveu o parque de computadores no Brasil, permitindo que o mercado de micro e minicomputadores fosse atendido por empresas locais. Contudo, o desenvolvimento de tecnologia genuinamente brasileira, de forma ampla, não ocorreu. Como foi mencionado, a reserva de mercado proporcionado pela referida política só conseguiu beneficiar um dos segmentos do setor.

Constata-se esse fato pelo desempenho da indústria de informática apresentado a seguir, considerando a classificação adotada pela SEI, que dividiu o mercado de computadores em classes que variavam de acordo com o porte dos equipamentos: Classe 1 – microcomputadores, processador de palavra, faturadora e terminal financeiro; Classe 2 – minicomputadores; Classe 3 – pequenos; Classe 4 – médio, Classe 5 – grande e Classe 6 – muito grande.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição porcentual de minicomputadores existentes no Brasil por empresa fabricante em julho de 1975. Da produção desses equipamentos, 75,6% estavam concentrados em duas empresas multinacionais: a Burroughs Corporation, com 41,7%, e a Olivetti³⁵, com 33,9%. O levantamento foi realizado por Barbosa (1985, p. 74) com dados da Revista Dados e Idéias³⁶ (*sic*) de dezembro/1976–janeiro/1977.

Cavalaria de Guardas – Dragões da Independência (1967-1969) e chefe do estado-maior do III Exército (1969). Chefe do Gabinete Militar do governo Médici (1969-1974), tornou-se ministro-chefe do SNI durante o governo Geisel (1974-1979), sendo promovido a general-de-exército em 1977. Por meio de eleição indireta, passou a exercer o cargo de Presidente da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/biografia>. Acesso em: 15 maio 2020.

³⁵ Ing. C. Olivetti & Co., SpA., conhecida simplesmente como Olivetti, é uma empresa italiana fabricante de computadores e outros equipamentos empresariais. Foi fundada em 1908 na cidade de Ivrea, na província de Turim, região do Piemonte. A empresa é atualmente de propriedade da Telecom Itália. No passado, também era uma das empresas italianas mais importantes no mundo, especialmente no campo das máquinas de escrever e calculadoras, antes do desenvolvimento e da popularização dos computadores portáteis. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Olivetti>. Acesso em: 20 abr. 2020.

³⁶ Segundo Marcelo Vianna, a revista Dados e Idéias (*sic*) foi “lançada em setembro de 1975 pelo engenheiro eletrônico Mário Ripper e um grupo de especialistas em informática a partir de um veículo de informação impressa pertencente a um órgão do Ministério da Fazenda, a revista foi um importante marco na construção do campo da informática no Brasil”. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/uma-visao-da-tecnopolitica-em-informatica-na-sociedade-brasileira-2013-um-olhar-sobre-a-revista-dados-e-ideias-1975-1979>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Gráfico 2 – Distribuição de minicomputadores por fabricante – Julho de 1975.

Burroughs	41,7%
Olivetti	33,9%
Phillips	10,2%
Outras multinacionais	14,2%

Fonte: Gráfico adaptado com base em dados existentes no artigo de Cícero Ricardo França Barbosa, *A informática: situação e desempenho* (p. 47-80), publicado no livro *A questão da Informática no Brasil* (1985), organizado por Rabah Benakouche.

A Tabela 2 traz os dados percentuais acerca da distribuição do parque de computadores no Brasil por valor dos equipamentos e mediante classificação adotada pela Secretaria Especial de Informática (SEI). Os minicomputadores representavam mais de dois terços (2/3) dos equipamentos existentes no país. Os dados foram compilados pela Revista de Administração Pública³⁷ de janeiro/1981.

Tabela 2 – Distribuições do parque de computadores no Brasil por valor percentual e pela classificação da Secretaria Especial de Informática (SEI).

Valor porcentual pelo porte do computador		Quantitativo e porcentual correspondente dos tipos computadores	
Muito grande	30,6%	Demais computadores	1.859 (31,2%)
Grande	15,2%		
Médio	22,4%	Minicomputadores	4.105 (68,8%)
Pequeno	23,3%	Total de computadores	5.964 (100%)
Mini	8,5%		

Fonte: Tabela adaptada com base em dados existentes no artigo de Cícero Ricardo França Barbosa, *A informática: situação e desempenho* (p. 47-80), publicado no livro *A questão da Informática no Brasil* (1985), organizado por Rabah Benakouche.

Este panorama apresentado pelo Gráfico 2, que representa o monopólio das empresas multinacionais, e pela Tabela 2 serviu para a Capre definir os objetivos da Política Nacional

³⁷ A Revista de Administração Pública (RAP) é publicada desde 1967, sem nenhuma interrupção, pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV EBAPE). Trata-se da revista acadêmica trilingue (português, inglês e espanhol) líder em Administração e Políticas Públicas no Brasil. Nos últimos anos, vem atraindo relevantes contribuições de pesquisa de outras regiões do mundo, especialmente de países ibero-americanos. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap>. Acesso em: 20 abr. 2020.

de Informática voltada para o segmento dos minicomputadores com a reserva de mercado para as empresas nacionais, que tiveram incentivo financeiro de bancos estatais.

Esta estratégia se mostrou bem sucedida com relação às participações das indústrias nacionais no mercado de produção de micro e minicomputadores no início da década de 1980, mas, considerando a distribuição valorativa do parque instalado, as empresas multinacionais continuaram a obter maiores faturamentos porque detinham a tecnologia de produção e desenvolvimento dos computadores classificados com valor percentual grande e muito grande. A Tabela 3 retrata o cenário no período de 1980 a 1982, quando a Capre já tinha sido substituída pela Secretaria Especial de Informática.

Tabela 3 – Participações das indústrias nacionais e multinacionais no parque de informática no Brasil.

EMPRESAS	PORCENTUAL	(US\$ MIL)	PORCENTUAL
1980			
Multinacionais	83,1%	1.533.746,70	93%
Nacionais	16,9%	115.443,30	7%
	100,0% (8.844 unid.)	1.649.190,00	100%
1981			
Multinacionais	58%	1.840.597,80	86%
Nacionais	42%	299.632,20	14%
	100% (14.249 unid.)	2.140.230,00	100%
1982			
Multinacionais	33%	2.249.046,00	81%
Nacionais	67%	527.554,00	19%
	100% (24.339 unid.)	2.776.600,00	100%

Fonte: Tabela adaptada com base em dados existentes no artigo de Cícero Ricardo França Barbosa: *A informática: situação e desempenho* (p. 47-80), publicado no livro *A questão da Informática no Brasil* (1985), organizado por Rabah Benakouche.

Concentrando-se a análise no ano de 1982 com os valores do parque de informática acima apresentados, a Tabela 4 demonstra a participação quantitativa e percentual das diversas classes de equipamentos adotadas pela SEI e os valores e percentuais correspondentes a cada uma delas.

Tabela 4 – Participação das diversas classes de computadores no parque instalado no Brasil no ano de 1982.

Computadores classificação SEI	Quantidade e porcentual de computadores	Valor (US\$ mil) e porcentual de computadores
Classe 1	17.702 = 73%	286.610 = 10%
Classe 2	3.571 = 14%	382.850 = 14%
Classe 3	1.950 = 8%	351.000 = 12%
Classe 4	400 = 2%	268.000 = 10%
Classe 5	544 = 2%	1.033.600 = 36%
Classe 6	172 = 1%	516.000 = 18%
TOTAIS	24.339 = 100%	2.776.600 = 100%

Fonte: Tabela adaptada com base em dados existentes no artigo de Cícero Ricardo França Barbosa, *A informática: situação e desempenho* (p. 47-80), publicado no livro *A questão da Informática no Brasil (1985)*, organizado por Rabah Benakouche.

Reunindo-se as classes 1, 2 e 3, dos mini, micro e pequenos computadores, respectivamente, tem-se 23.233 unidades refletindo os efeitos da Política Nacional de Informática que equivalem a 95% do total do parque instalado. Este conjunto tem o valor de US\$ 1.020.460 mil, equivalente a 36% do total de US\$ 2.776.600 mil. Já os computadores das classes 4, 5 e 6, com apenas 1.116 unidades e que reuniam os de médio, grande e muito grande porte, somavam US\$ 1.817.600 mil, correspondentes a 64% do total. Em outras palavras, a política adotada pelo governo brasileiro viabilizou que principalmente as empresas brasileiras produzissem um número elevado de máquinas, mas com baixo valor no mercado, enquanto as empresas multinacionais detinham um quantitativo 20 vezes menor de computadores, porém mais valorizados.

Por outro lado, a falta de incentivo no desenvolvimento científico e tecnológico do setor de informática em sua abrangência parecia evidenciar a dependência do Brasil da aquisição de equipamentos de grande porte de tecnologia mais avançada, para o qual era preciso recorrer às empresas multinacionais como a International Business Machine Corporation (IBM). A empresa norte-americana instalou sua primeira planta industrial no Rio de Janeiro em 1924 e, na década de 1980, passou a liderar o mercado de produção de computadores de grande porte, sendo uma das empresas do setor de informática com o maior faturamento em 1983, conforme relatos de Benakouche (1985, p. 64).

Nessa mesma década a IBM superou suas concorrentes Burroughs e Olivetti, que dividiam a liderança na produção de computadores nos anos de 1970, de acordo com a Tabela 2. Contudo, os dados já apresentados permitem constatar que a indústria nacional no segmento dos pequenos equipamentos cresceu a altas taxas anuais com a criação da Secretaria

Especial de Informática. Isso foi possível porque o governo brasileiro, por meio da SEI, manteve a anuência prévia para a fabricação dos equipamentos projetados, regulamentou as transferências de tecnologia e a aquisição preferencial, pelos seus órgãos, de equipamento nacional. Ainda regulamentou a área de microeletrônica, o controle de equipamentos finais, os registros de programa de computadores, criou um centro de pesquisa – o Centro Tecnológico de Informática – e discorreu sobre a instrumentação eletrônica (MOTOYAMA et al., 1994, p. 438).

No campo político, eram travados intensos debates sobre o caminho que o país deveria adotar em relação à Política Nacional de Informática. De um lado, os argumentos cuja base eram a soberania nacional e a reserva de mercado para as empresas nacionais foram defendidos pelo Senador Severo Gomes³⁸, que repudiava a tese das empresas multinacionais e dos países do Norte de que os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos deveriam se empenhar em adquirir e saber usar os computadores por eles produzidos, em vez de procurar conhecer e executar a produção dessas máquinas. No dizer de GOMES (1985, p. 33):

Mas não se trata simplesmente da importação de produtos e técnicas: o que se está em causa é a dominação que exercem os países do Norte, os países do Centro sobre os países do Sul. A moderna linguagem do domínio nas relações internacionais é a informática. Para se antepor a essa dominação não existe outra maneira senão enfrentar o conhecimento da informática das metrópoles com uma astúcia tão forte como aquela que dá a base científica do poderio desses Estados. [...] Os países latino-americanos que se curvarem ao uso da informática vindo das metrópoles, recusando-se a tomar iniciativas que afirmem a autonomia nacional, se comportam como se fossem escravos diante do Senhor. Hoje, no horizonte do conflito Norte-Sul, a linguagem do “senhor” é a informática: “O primeiro passo para a libertação é o domínio da linguagem do senhor”.

³⁸ Severo Fagundes Gomes nasceu em 10 de agosto de 1924 na cidade de São Paulo. Formou-se em Direito em 1947, administrou as empresas da família, tornando-se diretor-presidente da Tecelagem Paraíba, uma das dez maiores empresas do setor no Brasil. Atuou durante 17 anos exclusivamente na iniciativa privada. Eleitor da União Democrática Nacional (UDN), participou dos preparativos para o movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Em maio do mesmo ano, foi nomeado diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil. A partir de então, ocupou vários cargos públicos até ser nomeado, em 12 de agosto de 1966, Ministro da Agricultura. Foi Ministro da Indústria e Comércio em março de 1974, tendo pedido demissão em 7 de fevereiro de 1977. Filiou-se, em setembro de 1980, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sendo eleito senador pelo Estado de São Paulo nas eleições de novembro de 1982. Em 12 de outubro de 1992, Severo Gomes morreu em Parati em consequência (*sic*) de um desastre de helicóptero quando retornava de um fim de semana em Angra dos Reis (RJ), juntamente com o deputado Ulysses Guimarães e suas respectivas esposas, Maria Henriqueta Marsiaj Gomes e Mora Guimarães. Seu enterro, no dia 16, teve honras de Ministro de Estado conferidas por decreto do Presidente Itamar Franco. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>. Acesso em: 16 maio 2020.

Divergindo dos argumentos sobre ampliar a abertura do mercado brasileiro para as empresas multinacionais de informática, o Senador Roberto Campos³⁹ (1985, p. 37-43) colocava no centro do debate os seguintes questionamentos:

A pergunta fundamental é diferente, que é a seguinte: Tem o Brasil capitais suficientes para investir nessa indústria? Ou é o Brasil um país carente de capitais com carências mais urgentes do que essa? Segundo: Admitindo que o Brasil queira destacar capitais para essa atividade, há ou não há um problema de tempo? Tem o Brasil tempo para esperar ou o passo tecnológico é tão rápido que, senão (*sic*) agirmos rapidamente, ficaremos atrasados em termos de vida? Qual a resposta a essa pergunta? A minha resposta é que somos um país subcapitalizado (*sic*), com vastas carências de capitais.

Campos citou o exemplo do Japão para respaldar sua posição pela abertura do mercado para as multinacionais, inclusive em acolher os joint ventures⁴⁰, alegando que aquele país, apesar de ter as três coisas que o Brasil não tinha – poupança de 31 a 34% do Produto Interno Bruto (PIB), tradição tecnológica e científica superior e grande capacidade exportadora –, não deixou de comprar, importar e ratear tecnologia. Portanto, não praticava uma política totalmente fechada, mesmo sendo um dos países mais competitivos do mundo industrial, com superávit de mais de 20 bilhões de dólares em 1984, considerando apenas as transações com os Estados Unidos.

Prevalendo os argumentos da soberania nacional e a reserva de mercado para a indústria nacional do setor de informática, foi aprovada a Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984⁴¹, que estabeleceu princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Informática, seus fins e mecanismos de formulação. Legislação muito ampla, também criou o Conselho

³⁹ Roberto de Oliveira Campos nasceu em Cuiabá (MT) em 17 de abril de 1917. Diplomou-se em Teologia e Filosofia. Fez concurso para o Itamarati em março de 1939. Em 1942 foi nomeado para o seu primeiro posto no exterior, em Washington (EUA). Atuou no serviço da Chancelaria no Brasil de agosto de 1949 a março de 1951, quando assumiu uma das diretorias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Em setembro de 1953, atuou como cônsul em Los Angeles (EUA). Em junho de 1958, foi nomeado presidente do BNDE, tendo deixado o cargo em junho de 1959. A polarização política nacional acabou levando ao movimento militar de março de 1964, que depôs o presidente Goulart. Roberto Campos apoiou o movimento e assumiu, em 14 de maio desse ano, o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Em dezembro de 1974, já no Governo Ernesto Geisel, foi nomeado embaixador em Londres. Filiou-se em maio de 1980 ao Partido Democrático Social (PDS), governista e foi eleito senador pelo Estado de Mato Grosso em novembro de 1982. Em 3 de outubro de 1990, depois de transferir seu título eleitoral para o Rio de Janeiro, elegeu-se deputado federal, sendo empossado em fevereiro de 1991. Foi reeleito em outubro de 1994, deixando a Câmara em janeiro de 1999, no fim da legislatura. Em 23 de julho de 1999, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras na vaga deixada pelo dramaturgo e escritor Dias Gomes. Tomou posse em 26 de outubro desse ano. Morreu em 9 de outubro de 2001 na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/roberto_campos. Acesso em: 16 maio 2020.

⁴⁰ Joint venture é a realização de um projeto comum, empreendimento cuja duração pode ser curta ou longa, porém com prazo determinado. É a celebração de um contrato entre duas ou mais empresas, que se associam, criando ou não uma nova empresa para realizar uma atividade econômica produtiva ou de serviços, com fins lucrativos. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28558-28576-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

⁴¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7232.htm. Acesso em 03 maio 2020.

Nacional de Informática e Automação (Conin), os Distritos de Exportação de Informática e o Fundo Especial de Informática e Automação, além de dispor sobre a Secretaria Especial de Informática – SEI, autorizar a criação da Fundação Centro Tecnológico para Informática – CTI e instituir o Plano Nacional de Informática e Automação.

Assim, as diretrizes anteriormente aplicadas ao setor por uma comissão (Capre) e depois por um órgão (SEI) deixam o disciplinamento por decretos e finalmente recebem o status de lei, após vários anos de acúmulo de experiências e embates ideológicos entre diversos setores da sociedade. Segundo Motoyama et al. (1994, p. 438), a aprovação da denominada Lei de Informática decorreu da:

[...] sensibilização de alguns deputados da ala progressista do PMDB quanto à importância estratégica da informática para o país, somados aos interesses da comunidade tecno-acadêmica, ocupando postos estratégicos dentro da administração federal e dos setores militares [...].

Devido à própria dinâmica do setor de informática em face de seu acelerado desenvolvimento, resultando em constantes inovações e extensa aplicação em diversos setores da economia, promoveu-se, menos de dois anos depois, novo ajuste no disciplinamento legal para este segmento. Dessa forma, o Presidente da República José Sarney⁴² sancionou a Lei nº 7.463, de 17 de abril de 1986⁴³, aprovando o I Plano Nacional de Informática e Automação – Planin, com duração de três anos.

⁴² José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro (MA) em 24 de abril de 1930. Em 1965 adotou legalmente o nome de José Sarney Costa, do qual já se utilizava para fins eleitorais desde 1958, por ser conhecido como “Zé do Sarney”, isto é, José, filho de Sarney. cursou a Faculdade de Direito do Maranhão, pela qual se bacharelou em 1953. Por essa época ingressou na Academia Maranhense de Letras. Fez parte de um movimento literário difundido pela revista *A Ilha*, que lançou o pós-modernismo no Maranhão e da qual foi um dos fundadores. Iniciou suas atividades profissionais como oficial judiciário, tornando-se depois diretor da Secretaria do Tribunal de Justiça do Maranhão. Ingressou na vida política ao eleger-se, em outubro de 1954, quarto suplente de deputado federal por seu estado na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Ocupou uma cadeira na Câmara entre agosto e setembro de 1956 e de maio a agosto do ano seguinte e em outros curtos períodos. Candidato da coligação da UDN com o Partido Social Progressista (PSP) e ostensivamente apoiado pelo Presidente Castelo Branco, Sarney conquistou o governo do Maranhão em outubro de 1965. Em fevereiro de 1971, Sarney assumiu o mandato no Senado, sendo reeleito em novembro de 1978. Na eleição presidencial de 1985, Sarney foi escolhido como candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Tancredo Neves. Tancredo venceu a eleição, porém acabou tendo problemas de saúde pouco antes de tomar posse, falecendo em seguida. Dessa forma, Sarney acabou assumindo a presidência de maneira definitiva. Em 1990, cinco anos depois de deixar a presidência, Sarney foi novamente eleito senador, dessa vez pelo Estado do Amapá, exercendo o mandato de 1991 até 2015. No dia 31 de janeiro de 2015, José Sarney concluiu seu mandato no Senado, tendo sido o político brasileiro que no plano nacional teve a mais longa carreira (60 anos). Como parlamentar, integrou 13 legislaturas, quatro como deputado federal e seis como senador. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>. Acesso em: 16 maio 2020.

⁴³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7463.htm. Acesso em: 3 maio 2020.

O texto do I Planin, anexado à lei, trouxe em sua introdução dados de resultados econômicos que demonstravam o crescimento acelerado do setor de informática:

- ocupação de cerca da metade do mercado brasileiro de computadores e periféricos pelas empresas nacionais, com um faturamento estimado de 1,5 trilhão de cruzeiros (correspondendo a aproximadamente 845 milhões de dólares) em 1984, e uma taxa de crescimento real, prevista, de 20 a 30% para 1985;
- parque instalado do setor de equipamentos de processamento de dados no valor aproximada (*sic*) de 4,4 bilhões de dólares, sendo a quarta parte, 1,1 bilhão de dólares, correspondente à participação da indústria nacional, com cerca de 140 empresas fabricantes;
- redução sistemática do diferencial de preços de alguns produtos nacionais, em relação aos seus congêneres no mercado internacional;
- empregos gerados diretamente para mais de 20.000 pessoas (estimativa de 1984), sendo um terço com escolaridade de nível superior.

A duração do I Planin foi prorrogada pela Medida Provisória nº 98⁴⁴, de 24 de outubro de 1989, editada pelo Presidente José Sarney, até que fosse aprovado o II Plano Nacional de Informática e Automação, que fora submetido ao Congresso Nacional ainda em 1988. A MP foi convertida em lei no dia 24 de novembro de 1989 em face da aprovação da Lei nº 7.893/89⁴⁵.

Por meio da Lei nº 8.244⁴⁶, de 16 de outubro de 1991, o Presidente Fernando Collor aprovou o II Plano Nacional de Informática e Automação (II Planin), com igual duração do primeiro: três anos. Anexado à lei, o texto do plano trazia seu conteúdo explanado em 90 laudas, incluindo estudos gráficos com o panorama da indústria de informática no Brasil no período de 1980-1990. As diretrizes, metas e ações do plano envolviam extensos segmentos: uso da informática; produção de bens e serviços de informática (microeletrônica, programas de computador, processadores e periféricos, informática em telecomunicações, automação industrial, instrumentação digital e prestação de serviços técnicos de informática); pesquisa e desenvolvimento; formação e desenvolvimento em recursos humanos. Incluía, também, aplicação de incentivos, estimativa de recursos e estratégia de acompanhamento.

Analisando-se alguns dos estudos estatísticos graficamente apresentados no segundo anexo do plano, observa-se o crescimento da participação das indústrias do setor de informática na economia do país. Optou-se por dar ênfase aos dados do período de 1980 a 1989, excluindo-se as informações de 1990 nas anotações a seguir por se tratar de estimativas

⁴⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1988-1989/098.htm. Acesso em: 7 maio 2020.

⁴⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L7893.htm. Acesso em: 7 maio 2020.

⁴⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8244.htm. Acesso em: 7 maio 2020.

que foram projetadas pela Associação Brasileira das Indústrias de Computadores (ABICOMP).⁴⁷

Tabela 5 – Panorama da indústria de informática no Brasil no período de 1980-1989.

Faturamento Bruto – Segmento industrial de informática (US\$ bilhões)	1980	1989
	Nacionais = 0,3 bi	Nacionais = 4,3 bi
	Multinacionais = 0,6 bi	Multinacionais = 2,7 bi
	Total = 0,9 bi	Total = 7,0 bi
Importações de produtos de informática	1980	1989
	259 (US\$ milhões)	1.277 (US\$ milhões)
Custos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em processamento de dados no seguimento nacional	1980	1989
	27,4 (US\$ milhões)	139,9 (US\$ milhões)
Serviços técnicos de informática – Evolução da comercialização bruta (US\$ bilhões)	1986	1989
	Setor Público = 577 bi	Setor Público = 1.036 bi
	Setor Privado = 609 bi	Setor Privado = 996 bi
	Total = 1.186 bi	Total = 2.032 bi

Fonte: Tabela elaborada com base no Anexo II do II Plano Nacional de Informática e Automação (II Planin), da Lei nº 8.244, de 16 de outubro de 1991.

Os dados valorativos relacionados na Tabela 5 mostram como evoluiu a indústria de informática na década de 1980. O faturamento bruto do parque industrial nacional, englobando empresas brasileiras e estrangeiras, cresceu de 900 milhões para 7 bilhões de dólares. As empresas nacionais passaram de 300 milhões para 4,3 bilhões de dólares, chegando a concentrar um pouco mais de 61% do valor total no final da década.

As importações de produtos de informática, que haviam sofrido restrições na década de 1970, como antes relatado, tiveram um aumento superior a quatro vezes entre 1980 e 1989.

⁴⁷ Entidade criada em 1979, foi a principal arremetadora do Movimento Brasil Informática (MBI), a linha de frente empresarial da Política Nacional de Informática (PNI). A ABICOMP foi encerrada em outubro de 1992, após a aprovação da Lei de Informática que extinguiu a reserva de mercado. Disponível em: https://web.archive.org/web/20171215144225/http://www.cos.ufrj.br/shialc/content/docs/3.5_22SHIALCCarvalho_paper.pdf. Acesso em: 9 maio 2020.

Esse dado reflete a dependência de alguns insumos na produção de equipamentos, mas reforça o aumento de produção daqueles cuja tecnologia era genuinamente nacional ou compartilhada com empresas estrangeiras devido ao licenciamento autorizado pela legislação brasileira.

Os custos aplicados na pesquisa e desenvolvimento na área de processamento de dados cresceram mais de 500% (de 27,4 para 139,9 milhões de dólares) na década em estudo. Para existir competitividade no mercado externo, os investimentos na área de pesquisa eram imprescindíveis, mesmo havendo uma política de reserva de mercado para as empresas nacionais. O setor de informática tinha (e tem) como característica a contínua melhoria nos diversos componentes de seus equipamentos para garantir mais velocidade e eficiência no processamento de dados e transmissão de informações e reduzir os custos de produção. As empresas que não seguiam esse ritmo de inovação eram suplantadas pelas concorrentes mais qualificadas. As subsidiárias das multinacionais instaladas no Brasil inevitavelmente seguiam essa diretriz de atuação também para sobreviver no mercado e garantir o retorno dos investimentos de implantação de suas plantas industriais.

Outro crescimento se deu com a comercialização dos serviços técnicos de informática durante um intervalo de quatro anos, de 1986 a 1989: comparando os setores público e privado, houve uma inversão na predominância entre eles. Em 1986, o setor público comercializava 577 bilhões de dólares, enquanto o privado, 609 bilhões de dólares. Quatro anos depois, contabilizam-se 1.036 bilhões de dólares no público frente a 996 bilhões de dólares no privado. Em termos de participação neste segmento, os 51% deixam as mãos da iniciativa privada em 1986 e passam para as do governo em 1989. Este resultado mostra a política governamental que incentivava a criação de empresas públicas para prestação de serviços técnicos de informática e a exigência para os órgãos públicos federais, estaduais e municipais contratarem-nas quase que exclusivamente.

Tabela 6 – Panorama da indústria de informática no Brasil no período de 1980 a 1989

Quantitativo de Recursos Humanos na indústria de informática	1981	1989
	Nacional = 8.800	Nacional = 55.605
	Estrangeira = 12.200	Estrangeira = 14.776
	Total = 21.000	Total = 70.381
Quantitativo de Recursos Humanos – Profissionais com nível superior	1981	1989
	Nacional = 2.074	Nacional = 17.980
	Estrangeira = 2.554	Estrangeira = 5.862
	Total = 4.628	Total = 23.842
Serviços Técnicos de Informática – Quantitativo de Recursos Humanos	1986	1989
	Setor Público = 41.300	Setor Público = 42.000
	Setor Privado = 17.600	Setor Privado = 20.000
	Total = 58.900	Total = 62.000

Fonte: Tabela elaborada com base no Anexo II do II Plano Nacional de Informática e Automação (II Planin), da Lei nº 8.244, de 16 de outubro de 1991.

Nos dados coletados do II Planin vê-se, ainda, o aumento de trabalhadores atuando no setor industrial de informática num espaço de quatro anos (1986-1989): de 21.000 para mais de 70.000 (335% de crescimento), sendo 55.605 empregados por empresas nacionais em 1989. Reafirmando a necessidade de conhecimento especializado para trabalhar no setor, os profissionais com graduação superior, que representavam 4.628 em 1986, atingiram o quantitativo de 23.842, correspondendo a mais de 1/3 (33,8%) do total de trabalhadores em 1989.

As informações aqui registradas serão resgatadas quando for analisada a implantação da informática no Poder Judiciário de Pernambuco nos próximos capítulos.

Fazendo igual paralelo com o contexto político mundial, no período que se inicia pós-Segunda Grande Guerra até o final da década de 1980, o Brasil, enquanto partícipe de um mundo dividido entre capitalismo e socialismo, também teve suas oscilações no campo político e ideológico diante da guerra fria instalada entre as duas potências econômicas e militares – Estados Unidos e União Soviética.

Aliado do governo norte-americano no segundo grande conflito mundial e integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil começou a segunda metade do século XX aparentemente alinhado com o capitalismo e os princípios democráticos defendidos pelas nações europeias e os Estados Unidos.

Entretanto, para não perder o apoio da classe operária, entre março e junho de 1953 o governo de Getúlio Vargas⁴⁸ se direcionou para a esquerda, depois de assistir à eclosão de uma das maiores greves no país em março desse ano na cidade de São Paulo – “a greve dos 300 mil” – e, em junho, à da greve dos marítimos no momento em que Vargas nomeou João Goulart (Jango)⁴⁹, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para o Ministério do Trabalho.⁵⁰

O novo Ministro do Trabalho realizou uma série de ações que promoveram uma orientação de liberalização nas relações entre o Ministério do Trabalho e o movimento sindical ao propor o reajuste de 100% do salário mínimo em fevereiro de 1954. Tal decisão, entre outras, desagradou os setores conservadores, que alegaram que ela causaria inflação e representava um apoio à agitação operária, considerada subversiva. Devido à pressão de setores militares e civis, houve a destituição de João Goulart e o suicídio de Getúlio Vargas.

Após os mandatos para a Presidência da República exercidos por Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, complementando o período não concluído por Getúlio Vargas, seguiu-se

⁴⁸ Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907), elegeu-se, pelo Partido Republicano Rio Grandense, deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha entre 1923 e 1926. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-27) e presidente (*sic*) do Rio Grande do Sul (1927-1930). Em 1929, candidatou-se à Presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, chefiou o movimento revolucionário de 1930, por meio do qual assumiu em novembro desse mesmo ano o Governo Provisório (1930-34). Em novembro de 1933, instalou-se a Assembléia (*sic*) Nacional Constituinte, responsável pela promulgação da nova Constituição e pela eleição de Getúlio Vargas como Presidente da República em julho de 1934. Com a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas determinou o fechamento de Congresso, outorgou uma nova Constituição, que lhe conferia o controle dos poderes Legislativo e Judiciário. Entre 1937 e 1945, duração do Estado Novo, Getúlio Vargas deu continuidade à estruturação do Estado, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico. Candidato à Presidência da República pelo PTB, em 1950 Getúlio Vargas derrotou os candidatos Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD). Na madrugada de 23 para 24 de agosto de 1954, Vargas se viu confrontado com a eminência da renúncia ou deposição e suicidou-se com um tiro no coração, deixando uma carta-testamento em que acusava os inimigos da nação como os responsáveis por seu suicídio. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/getulio_vargas. Acesso em: 16 maio 2020.

⁴⁹ João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS) no dia 1º. de março de 1919. Desde criança recebeu o apelido de Jango, comum no sul do país. Formado em Direito em 1939, não quis exercer a advocacia, regressando logo a São Borja para dedicar-se a atividades agropecuárias. Em 1943, com a morte do pai, assumiu definitivamente a responsabilidade de gerir os negócios da família. Com o fim do Estado Novo em outubro de 1945, Getúlio Vargas, chefe do governo deposto, retornou a São Borja, sua cidade natal, e passou a viver em sua estância de Itu, onde fortaleceu os laços de amizade com Jango, seu assíduo visitante. Passadas as eleições, Getúlio começou a introduzir Jango na política, percebendo claramente seu potencial de liderança. Em junho de 1953, Jango foi nomeado Ministro do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas. Em janeiro de 1956, foi empossada a chapa vencedora do pleito presidencial, cabendo a Jango, por força de dispositivo constitucional, além da Vice-presidência da República, a Presidência do Senado. Com a renúncia de Jânio Quadros, Jango foi empossado na Presidência do Brasil em 7 de setembro de 1961. Deposto pelo golpe civil-militar de 31 de março de 1964, Jango refugiou-se no Uruguai. Em dezembro de 1976, João Goulart faleceu em sua fazenda La Villa, no município argentino de Mercedes, sem ter conseguido regressar ao Brasil. Sua morte teve grande repercussão tanto no Uruguai como no Brasil. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart. Acesso em: 16 maio 2020.

⁵⁰ Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Trabalhadores_movimento_sindical_e_grev es. Acesso em: 11 maio 2020.

o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)⁵¹, vitorioso na eleição para Presidente pelo Partido Social Democrático (PSD) com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Apesar de sua política desenvolvimentista, que construiu a nova capital do país – Brasília – e promoveu a expansão industrial brasileira, os setores conservadores representados pela União Democrática Nacional (UDN) procuravam desestabilizar o governo com denúncias de corrupção e não aceitavam sua aliança com o PCB.

O Partido Comunista Brasileiro apoiou a política nacional-desenvolvimentista do governo de JK em face da difusão pela União Soviética da tese de coexistência pacífica com o bloco capitalista ocidental durante o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PUCS), em fevereiro de 1956.

Um fato ocorrido ainda em 1957 desagradou os militares, em especial, o General Lott, Ministro da Guerra. O Presidente JK, depois de solicitar empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), conhecido como Banco Mundial, propôs o reatamento das relações comerciais com a URSS, tendo em vista, sobretudo, o interesse na venda do café.

No dia 17 de junho de 1958, tornou-se público o rompimento de Juscelino com o FMI, provocado pela recusa do governo brasileiro em ceder às exigências do órgão para a

⁵¹ Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina (MG) no dia 12 de setembro de 1902. Em 1919 foi trabalhar na Repartição Geral dos Telégrafos. Exerceu a função de telegrafista até se formar pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, diplomando-se em dezembro de 1927. Fez especialização em urologia em Paris, retornando em seguida para Belo Horizonte. Em 1931 foi nomeado para integrar o Corpo de Médicos do Hospital Militar da Força Pública do Estado de Minas Gerais. Em 12 de dezembro, Vargas nomeou Benedito Valadares interventor federal em face do falecimento de Olegário Maciel. Valadares, ao tomar posse no dia seguinte, convidou Juscelino para exercer a chefia de seu Gabinete Civil. Realizadas as eleições em outubro, Juscelino foi eleito para seu primeiro mandato parlamentar, iniciado em maio de 1935. Em fevereiro de 1940, foi convidado por Benedito Valadares para assumir o cargo de prefeito de Belo Horizonte, assumindo dois meses depois do convite inicial, após tomar conhecimento de que Valadares mandara publicar no *Minas Gerais*, órgão oficial do estado, o decreto de sua nomeação para a prefeitura da capital. O resultado do pleito de 2 de dezembro de 1945 conferiu ampla vitória ao PSD, Dutra conquistou a presidência da República e Kubitschek foi o segundo candidato mais votado em seu estado, iniciando o mandato de deputado federal ao se instalar a Constituinte em fevereiro de 1946. Promulgada a nova Carta em setembro de 1946, a Assembléia (*sic*) Constituinte foi transformada em Congresso ordinário, permanecendo Juscelino no exercício de seu mandato na Câmara Federal. Em 31 de janeiro de 1951, tomou posse no cargo de Governador de Minas Gerais, eleito pela legenda do PSD. Foi eleito para a Presidência da República pelo PSD, tendo como vice João Goulart (PTB) nas eleições de 3 de outubro de 1955. Assumiu em 31 de janeiro de 1956, lançou o Plano de Metas e iniciou a construção da capital do país, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. Em 31 de janeiro de 1961, Kubitschek transmitiu o poder a Jânio Quadros. Nas eleições extraordinárias realizadas em 4 de junho de 1961, Juscelino elegeu-se senador por Goiás na legenda do PSD. Em 31 de março de 1964, eclodiu o movimento militar que depôs Goulart. Juscelino Kubitschek teve seus direitos políticos cassados e se exilou em Portugal e na França. Em maio de 1967, retornou definitivamente ao Brasil e, logo depois, assumiu o cargo de diretor-presidente do Conselho Administrativo do Banco Denasa de Investimento. O agravamento da situação política levou o governo a um enrijecimento de suas posições, extinguindo a Frente Ampla no dia 5 de abril de 1968, movimento político do qual Kubitschek participou. Com a extinção do movimento, Juscelino abandonou definitivamente o cenário político, dedicando-se à área empresarial. Faleceu em 22 de agosto de 1976, vítima de desastre sofrido na via Dutra, nas proximidades de Resende (RJ). Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek. Acesso em: 17 maio 2020.

concessão de financiamentos. A população do Rio, representada por suas organizações de classe, compareceu em massa ao Palácio do Catete em atitude de solidariedade ao presidente, portando faixas e cartazes em favor do estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética e a China Popular. Porém, a elevada inflação no final do mandato de Juscelino Kubitschek retirou-lhe o apoio da população.

Numa campanha contra a corrupção e a inflação, Jânio Quadros saiu vitorioso nas eleições de 1960, apoiado pela UDN (União Democrática Nacional). João Goulart, do PTB, venceu para o cargo de vice-presidente, já que a votação para os mandatos de presidente era independente da votação para os de vice. Dessa forma, o Brasil passou a conviver com um momento político diferenciado, com um presidente de direita e um vice de esquerda. Esse cenário propiciou a crise política que resultou na renúncia de Jânio Quadros e na posse de João Goulart, em 7 de setembro, à Presidência da República sob o regime parlamentarista em razão do Ato Adicional de 3 de setembro de 1961.

Na realidade, Jânio Quadros adotou uma política interna conservadora e bem aceita pelos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, procurou reatar relações econômicas e culturais com a União Soviética e a China, o que foi concretizado posteriormente no governo de João Goulart.

A política externa adotada pelo governo de João Goulart procurava manter-se independente da polarização mundial. Internamente ele promoveu medidas em benefício dos trabalhadores e defendeu a nacionalização de refinarias particulares de petróleo entre outras ações. Com isso, seus opositores procuraram mobilizar a opinião pública contra a política desenvolvida pelo governo sob o argumento de que Jango pretendia implantar o comunismo no Brasil. Em 31 de março de 1964, ocorreu o golpe civil-militar que destituiu João Goulart do poder.

Humberto de Alencar Castello Branco tornou-se o primeiro presidente da ditadura do Brasil. Esse regime passou por três fases diferentes ao longo de seus 21 anos de duração. A primeira foi de legalização do regime autoritário por meio de decretos-lei e de uma nova constituição (1964-1968); a segunda, de recrudescimento da repressão e de violência estatal contra os opositores da ditadura (1969-1978) e a terceira, de reabertura política, com a Lei da Anistia e o movimento pelas eleições diretas para presidente (1979-1985)⁵².

De imediato, o governo de Castello Branco revogou as leis e os decretos de João Goulart, como a nacionalização das refinarias de petróleo, a desapropriação de terras para a

⁵² Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura/>. Acesso em: 17 maio 2020.

reforma agrária e a lei que controlava a remessa de lucros das empresas estrangeiras. Com isso, os investimentos estrangeiros, antes negados ao governo de Goulart, retornaram, e o FMI aprovou o reescalonamento da dívida externa brasileira. As bases das políticas de combate à inflação que se implementaram foram um forte arrocho salarial e a revogação de conquistas trabalhistas, incluindo a estabilidade no emprego.

No segundo período da ditadura civil-militar, a crise do petróleo e a elevação dos juros no mercado norte-americano pioraram a situação econômica do Brasil, causando insatisfações na população. Todavia, a forte repressão à base de prisões arbitrárias e de fazer os opositores desaparecerem e um conjunto de Atos Institucionais procuravam neutralizar os protestos da sociedade. Em 1977, os Estados Unidos, que até então apoiavam o regime ditatorial brasileiro – inclusive treinando os militares nacionais em técnicas de enfrentamento de guerrilhas urbanas –, mudaram de postura com a eleição de Jimmy Carter⁵³, cuja política evitava a aproximação com as ditaduras e estimulava a defesa dos direitos humanos. Esta mudança causou dificuldades para o Governo de Ernesto Geisel⁵⁴ e provocou o arrefecimento das relações entre os dois países.

Na terceira etapa, identificada pela anistia e pela reabertura política, a situação econômica do país se caracterizava por alta inflação, chegando a 100% em 1980. A moeda nacional passara por uma desvalorização de 30% no final do ano anterior, e a elevação nos

⁵³James Earl Carter Jr. nasceu em Plains, Geórgia, no dia 1º de outubro de 1924. Político e filantropo norte-americano. Foi o 39º presidente dos Estados Unidos (1977 a 1981). Nascido numa tradicional família fazendeira sulista, Carter serviu como oficial da Marinha americana dos Estados Unidos e depois ingressou na política, cumprindo dois mandatos como senador do Estado da Geórgia e um como governador (1971-1975) antes de se candidatar à presidência em 1976. A presidência de Carter foi marcada por estagnação econômica e inflação. Disponível em: <https://www.usa-presidents.info/carter.htm>. Acesso em: 17 maio 2020.

⁵⁴Ernesto Geisel nasceu em Bento Gonçalves (RS) no dia 3 de agosto de 1907. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Entre março e junho de 1931, ficou à disposição do interventor federal no Rio Grande do Norte, primeiro-tenente Aluísio de Andrade Moura, sendo nomeado secretário-geral do governo estadual e chefe do Departamento de Segurança Pública. Ocupou a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas da Paraíba de janeiro a maio de 1934 e de agosto seguinte a janeiro de 1935, durante a interventoria de Gratuliano Brito. Teve participação destacada na deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Entre maio de 1946 e abril de 1947, durante o governo do General Eurico Dutra, chefiou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, sendo nomeado em seguida adido militar junto à Embaixada Brasileira no Uruguai. Geisel foi promovido a general-de-divisão em novembro de 1964, ainda na chefia do Gabinete Militar do Presidente Humberto Castello Branco. Promovido a general-de-exército em novembro de 1966, deixou o Gabinete Militar no final do Governo Castello Branco em 15 de março de 1967 e foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), onde participou do julgamento de inúmeros processos referentes a crimes políticos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Aposentou-se do STM em 1969, sendo nomeado para a presidência da Petrobras em novembro desse ano, no início do mandato presidencial do General Emílio Garrastazu Médici. No dia 14 de setembro de 1973, a Arena homologou por unanimidade as candidaturas de Geisel para a Presidência e do General Adalberto Pereira dos Santos para a Vice-presidência da República. Ambos foram eleitos pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1974, vencendo o deputado Ulisses Guimarães e o jornalista Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, autointitulados (*sic*) “anticandidatos” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em protesto contra a forma da eleição. Ernesto Geisel faleceu no Rio de Janeiro no dia 12 de setembro de 1996. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>. Acesso em: 17 maio 2020.

preços de bens importados provocou um enorme déficit no balanço de pagamentos. Em 1981 o Brasil entrava numa recessão que perduraria até o segundo semestre de 1982.⁵⁵

Em 1983 houve nova maxidesvalorização do câmbio e a impossibilidade de o Brasil renegociar sua dívida externa devido aos vários anos de instabilidade monetária e cambial e ao estancamento dos fluxos internacionais de crédito. O governo ainda se encontrava pressionado pelos vários comícios e manifestações públicas favoráveis à anistia. O regime cedeu, mas promoveu uma anistia legal parcial e restrita. Muitos dos que foram perseguidos e perderam seus direitos políticos retornaram ao Brasil.

Ocorreu a reforma partidária: com o fim do bipartidarismo, surgiram seis novos partidos políticos. Os metalúrgicos do ABC paulista organizaram grandes greves entre 1978 e 1980. Nas eleições de 1982, a oposição liderada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) venceu em nove estados, elegendo inclusive os governadores de São Paulo e Minas Gerais – os dois estados com os maiores números de eleitores. Ainda no plano político, surgiu o movimento pelas eleições diretas para presidente em 1984, que teve grande adesão popular nos comícios realizados em várias cidades do país. A emenda constitucional das diretas não foi aprovada pelo Congresso, mas, nas eleições indiretas de 1984, venceu Tancredo Neves⁵⁶ para presidente, apoiado por dez governadores oposicionistas, e José Sarney foi eleito para a vice-presidência, assumindo efetivamente a presidência em 21 de abril de 1985 com a morte de Tancredo Neves.

Em 10 de maio Sarney sancionou várias medidas aprovadas pelo Congresso com o objetivo de redemocratizar o país. Em 28 de junho, encaminhou ao Congresso proposta de

⁵⁵ Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 17 maio 2020.

⁵⁶ Tancredo de Almeida Neves nasceu no dia 4 de março de 1910, em São João del Rei (MG). Advogado formado em 1932 pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte (MG), no ano seguinte ingressou no Partido Progressista (PP), sendo eleito vereador em sua cidade natal em 1935. Eleito para a Assembléia (*sic*) Legislativa de Minas Gerais na legenda do PSD em 1947, Tancredo conquistou seu primeiro mandato de deputado federal em 1950, empossado em fevereiro de 1951. Em junho de 1953, licenciou-se da Câmara para assumir o Ministério da Justiça. Em novembro, Tancredo elegeu-se governador de Minas Gerais pelo novo PMDB e em março de 1983 deixou o Senado. Tancredo participou com destaque de todas as manifestações em defesa das eleições diretas. Não afastava, porém, a possibilidade de o PMDB disputar o pleito presidencial indireto, caso a emenda Dante de Oliveira não fosse aprovada por maioria absoluta. Em 15 de janeiro, o Colégio Eleitoral deu 480 votos a Tancredo Neves e 180 a Paulo Maluf, candidato governista. Entre fins de janeiro e princípios de fevereiro de 1985, Tancredo visitou os Estados Unidos e vários países da Europa. Com o seu regresso ao Brasil, tiveram início as negociações visando à formação do ministério. Um dia antes da posse, marcada para 15 de março de 1985, Tancredo Neves foi submetido a uma cirurgia de emergência. José Sarney tomou posse como presidente na manhã do dia 15. Tancredo Neves faleceu na noite de 21 de abril, depois de ter sido submetido a sete cirurgias. Na manhã do 22, Sarney foi confirmado na presidência. No dia 23 o corpo de Tancredo Neves chegou ao Aeroporto de Belo Horizonte para receber as homenagens de cerca de 1,8 milhão de pessoas. Finalmente, no dia 24, na presença de 50 mil pessoas, foi enterrado no Cemitério de São João del Rei. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/tancredo_neves. Acesso em: 18 maio 2020.

emenda convocando a Assembleia Nacional Constituinte, composta pelo Congresso a ser eleito em novembro de 1986 e pelos senadores no exercício do mandato, que se reuniram a partir de 1º de fevereiro de 1987 para elaborar uma nova Constituição.

Os problemas econômicos herdados pela Nova República incluíam uma dívida externa aproximada de 100 bilhões de dólares e uma elevada inflação, que atingiu 12,7% mensais em março de 1985 e, ao final do primeiro ano de governo, alcançou a marca de 255,16%. As negociações com o FMI e o BIRD (Banco Mundial) para o primeiro problema duraram todo o mandato de José Sarney, ocorrendo a decretação da moratória da dívida externa em 20 de fevereiro de 1987.

O governo acumulou crescentes percentuais de aumento da inflação e fracassados planos econômicos (Cruzado, Cruzado Novo, Bresser). Ao fim do mandato de Sarney, os números mostravam uma inflação de 2.751% acumulada de fevereiro de 1989 a fevereiro de 1990.

Em 15 de março de 1990, assumiu o governo Fernando Afonso Collor de Melo⁵⁷, lançando de imediato o Plano de Estabilização Econômica, ou Plano Brasil Novo, que ficou conhecido como Plano Collor. Os objetivos estratégicos desse plano estavam sintonizados com as recomendações do “Consenso de Washington”, denominação dada às conclusões do seminário que, em novembro de 1989, reuniu técnicos do governo dos Estados Unidos, do FMI, do Banco Mundial e do BID, além de economistas de países latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas em curso no continente.

As medidas propostas nesse seminário giravam em torno de três eixos principais: a retirada do Estado das atividades econômicas; a liberalização dos mercados nacionais para a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco, e a obtenção da estabilidade monetária por meio do combate intransigente à inflação, ainda que à custa de recessão, aumento do desemprego, contenção salarial e diminuição dos investimentos públicos na área social⁵⁸.

⁵⁷ Fernando Collor de Melo nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 12 de agosto de 1949. Formou-se em ciências econômicas pela União Pioneira de Integração Social (UPIS). Foi eleito deputado federal pelo Estado de Alagoas (1983-1987) e governador do Estado de Alagoas (1987-1989). Foi o primeiro Presidente do Brasil eleito pelo voto direto nas eleições de 1989, tendo assumido o mandato em 15 de março de 1990 até sua renúncia em dezembro de 1992, antes do julgamento do processo de *impeachment*. Afastado do poder em face do resultado do julgamento realizado pelo Senado Federal em 29 de dezembro de 1992 que o condenou à inelegibilidade e à inabilitação por oito anos para o exercício de qualquer cargo público. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>. Acesso em: 5 jun. 2020.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>. Acesso em: 5 jun. 2020.

Com a adoção dos pilares do neoliberalismo no país, uma das consequências foi o enfraquecimento da indústria nacional. As empresas de informática, que não conseguiram competir com as gigantes estrangeiras, foram fortemente afetadas. Algumas dessas indústrias nacionais sofreram alterações substanciais, como a Cobra – Computadores e Sistemas Brasileiros, que passou de produtora de microcomputadores durante a década de 1980 para prestadora de assistência técnica e de serviços de processamento de documentos após a aquisição da maior parte de suas ações pelo Banco do Brasil⁵⁹.

Esse era o panorama vigente no Brasil que se apresentava ao Poder Judiciário de Pernambuco quando este decidiu informatizar o controle de tramitação de processos e os serviços de informações processuais nas varas judiciais da capital numa primeira etapa e, em seguida, no próprio Palácio da Justiça.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.bbts.com.br/a-empresa/nossa-historia.html>. Acesso em 5 jun. 2020.

CAPÍTULO II

O primeiro sistema informatizado

A informatização do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE) ocorreu na década de 1980, quando empresas e órgãos públicos como a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe), a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), o Departamento de Trânsito (Detran) e a Secretaria de Administração do Estado, entre outros, adotaram o processamento de dados eletrônicos para modernizar os serviços ofertados à sociedade pernambucana.

Enquanto no mundo as nações conviviam com a Guerra Fria e suas consequências sociais, políticas, econômicas e culturais, no Brasil a década de 1980 foi marcada pelo movimento da abertura política – a redemocratização. O general João Baptista Figueiredo, último presidente do período da ditadura civil-militar, com mandato iniciado em 15 de março de 1979, tomou medidas com a intenção de conduzir a abertura política em um ritmo compatível com a segurança do regime.⁶⁰ Sancionou a lei de anistia, mas com restrições e de forma acentuadamente benéfica para os militares que praticaram torturas e assassinatos de opositores do regime. Ainda, “Figueiredo conduziu a reforma política que buscava preservar um partido de sustentação do governo enquanto dividia a oposição” (RIDENTI, 2014, p. 24).

A anistia política pleiteada logo após o início do regime da ditadura civil-militar ganhou força entre 1968 e 1974 porque “formou-se uma nova leva de atingidos pela repressão, parte da qual tinha relação com o movimento estudantil e com as mobilizações que marcaram o ano de 1968” (RODEGHERO, 2014, p. 104).

De janeiro a abril de 1984, os comícios em favor das eleições diretas reuniram numerosas multidões nas praças das capitais e principais cidades do país. No ano anterior, o deputado federal Dante de Oliveira⁶¹ fez a proposta de emenda constitucional para a realização de eleições diretas para todos os cargos políticos dos poderes executivo e

⁶⁰ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo>. Acesso em: 19 maio 2020.

⁶¹ Dante Martins de Oliveira nasceu em Cuiabá em 6 de fevereiro de 1952. No início dos anos 1970, mudou-se para o Rio de Janeiro e cursou Engenharia Civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluindo-a em 1976. Em 15 de novembro de 1978, foi eleito deputado estadual do Mato Grosso, vindo a assumir o mandato em fevereiro de 1979. Eleito para o cargo de deputado federal com a segunda votação do partido PMDB, assumiu o mandato em 1º de fevereiro de 1983, vindo a integrar como titular a Comissão do Interior e como suplente a Comissão da Agricultura e Política Rural. Em maio de 1986, foi convidado pelo presidente José Sarney e aceitou assumir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Em 3 de outubro de 1994, foi eleito no primeiro turno Governador do Estado do Mato Grosso e empossado em janeiro de 1995. Faleceu em Cuiabá, em plena campanha para deputado federal (PSDB), em decorrência de uma infecção generalizada no dia 6 de julho de 2006, aos 54 anos de idade. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dante-martins-de-oliveira>. Acesso em: 20 maio 2020.

legislativo, o que não foi aprovado pelo Congresso Nacional em virtude de manobras políticas do governo militar. Apesar disso, nas eleições indiretas conduzidas pelos membros do Colégio Eleitoral saíram vitoriosos os opositores do governo Tancredo Neves, para a vaga da Presidência da República e José Sarney, para a vice-presidência, em 15 de janeiro de 1985.

Com o falecimento de Tancredo Neves, José Sarney assumiu definitivamente a presidência do Brasil em 21 de abril de 1985. Seu governo procurou imprimir a marca da redemocratização. Em 10 de maio sancionou várias medidas aprovadas pelo Congresso com o objetivo de redemocratizar o país: restabelecimento das eleições diretas para presidente em dois turnos e para prefeito das capitais, estâncias hidrominerais e municípios até então considerados áreas de segurança nacional; concessão do direito de voto para os analfabetos; representação política para o Distrito Federal e fim da sublegenda e da fidelidade partidária, bem como liberdade de criação de partidos e formação de coligações partidárias. Os partidos clandestinos – Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – foram legalizados e, com a liberalização das regras, criaram-se várias legendas⁶².

Na área econômica, a situação do país era difícil: dívida externa em torno de 100 bilhões de dólares e elevada inflação, que alcançou a marca de 255,16% em dezembro de 1985. As negociações com o FMI e BIRD (Banco Mundial) para o primeiro problema durou todo o mandato de José Sarney, tendo havido a decretação da moratória da dívida externa em 20 de fevereiro de 1987. Ainda em relação à inflação, o governo fracassou nos planos econômicos implementados (Plano Cruzado, Plano Cruzado Novo, Plano Bresser), chegando ao fim do mandato com uma hiperinflação de 2.751%, no acumulado de fevereiro de 1989 a fevereiro de 1990.

Mesmo com tantas dificuldades econômicas que elevaram o nível de empobrecimento da população brasileira, a implantação de projetos de informatização na Justiça brasileira teve momentos significativos: tribunais estaduais do sul e sudeste adotaram processos de informatização para o controle dos processos judiciais. Na esfera federal, pode-se destacar a informatização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, em 1986, realizou o primeiro cadastramento eletrônico eleitoral do Brasil, envolvendo aproximadamente 70 milhões de eleitores⁶³.

Nesse contexto de constantes mudanças políticas nacionais e crise econômica, além da dependência financeira do Poder Executivo estadual, a Presidência do Tribunal de Justiça

⁶² Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>. Acesso em: 19 maio 2020.

⁶³ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/urna-electronica/seguranca-da-urna/eleicoes>. Acesso em: 16 ago. 2020.

obteve recursos financeiros para que o Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco (Cetepe) desenvolvesse e implantasse um sistema informatizado para distribuição e acompanhamento dos processos que tramitavam nas varas judiciais da comarca⁶⁴ de Recife.

Nominado de Infojus, o sistema durou quase três anos para ser desenvolvido, de 30 de janeiro de 1984, quando houve a assinatura do primeiro contrato entre a Presidência do TJPE e o Diretor-Presidente do Cetepe, a 1º de dezembro de 1986.

As dificuldades se apresentaram já na elaboração do fluxograma da distribuição processual. A interação entre a linguagem jurídica e a de informática representou um grande desafio, apesar de os analistas de sistema e de organização e método terem conhecido um sistema informatizado similar, utilizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Empregando o corriqueiro vocabulário tecnológico “copiar e colar” nesse caso não era aplicável devido às peculiaridades dos procedimentos internos de cada tribunal.

Apesar de alguns erros cometidos na fase de desenvolvimento, o sistema foi finalizado. A atuação dos dois juízes designados para compor o grupo de trabalho intitulado Grupo de Informática Jurídica – Jones Figueiredo Alves e Geraldo Og Fernandes – foi essencial para que os técnicos do Cetepe entendessem os procedimentos jurídicos a serem traduzidos para a linguagem de programação.

Os movimentos de resistência frente à nova metodologia de trabalho tiveram a participação de magistrados e servidores, que retratavam a natural estranheza com o “novo” e geravam conflitos, como alertado por Pierre Lévy:

[...] a informatização das empresas, a criação da rede telemática ou a “Introdução” dos computadores nas escolas podem muito bem prestar-se a debates de orientação, dar margem a múltiplos conflitos e negociações onde técnica, política e projetos culturais misturam-se de forma inextrincável (LÉVY, 2010, p. 8).

O TJPE reagiu com as armas típicas de sua natureza institucional: editou normas internas para punir os que impedissem a implantação e utilização do sistema informatizado Infojus, com reflexos prejudiciais na remuneração dos servidores, atores mais demandados no processo de informatização envolvendo as varas judiciais da comarca do Recife.

Para dar identidade visual ao Infojus, recorreu-se a um dos objetos da deusa grega da Justiça Themis – a balança –. Essa imagem visava representar um sistema definindo uma nova ferramenta de trabalho que não era palpável e que ficava guardada num equipamento

⁶⁴ “Comarca é a circunscrição territorial que delimita a jurisdição do magistrado, ou seja, define seu âmbito de atuação.” Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>. Acesso: 28 abr. 2019.

chamado “computador”, outro item desta nova ciência da informática que poucos podiam compreender de forma integral.

A criação da imagem para aplicação no campo jurídico envolvendo uma personagem da história da mitologia grega e signos da linguagem de informática mostra um resultado da relação entre diferentes campos do conhecimento denominado de “ressonância” por Gilles Deleuze (1992), que também “constrói a representação de que a ciência, a filosofia e a arte seriam linhas melódicas estrangeiras que, por razões intrínsecas, estabeleceriam relações de troca entre si”, conforme síntese de Antonio Montenegro (2018, p. 23).

Para entender como se deu esta negociação entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Cetepe, convém conhecer a estrutura organizacional e o funcionamento do Poder Judiciário de Pernambuco. Tem relevância também saber algumas informações sobre o Cetepe e seu papel na gestão administrativa do governo estadual na década de 1980, o que será apresentado nas próximas linhas.

2.1. O Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE)

O Poder Judiciário pernambucano surgiu com a efetiva instalação do Tribunal da Relação da vila do Recife em 13 de agosto de 1822. Foi criado pelo Alvará Régio de 6 de fevereiro de 1821, de Dom João VI, Rei do Reino Unido Brasil e Portugal, apesar de ter havido inúmeras representações efetuadas pela Câmara da cidade de Olinda no período de 1796 a 1821 para a capitania de Pernambuco ter uma corte de justiça⁶⁵. Antes disso, no Brasil funcionavam dois tribunais de relações: o da Bahia, instalado em 7 de março de 1609, e o do Rio de Janeiro, instalado em 13 de outubro de 1751 (CARRILHO, 2003).⁶⁶

Com as alterações realizadas na estrutura e funcionamento do Poder Judiciário por meio da Constituição da República de 1891, houve a dissolução do Tribunal da Relação de Pernambuco, que foi substituído pelo Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco, implantado no início de 1892.⁶⁷

Na Constituição Brasileira de 1946, o conjunto de normas referentes ao Poder Judiciário passou a denominar os tribunais dos estados como “tribunais de justiça”,

⁶⁵ Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/237-relacao-de-recife-pernambuco>. Acesso em: 21 maio 2020.

⁶⁶ Disponível em: http://www.tjba.jus.br/publicacoes/mem_just/volume2/cap6.htm. Acesso em: 21 maio 2020.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.tjpe.jus.br/poder-judiciario/sobre>. Acesso em: 21 maio 2020.

conferindo aos próprios Estados da Federação a organização da Justiça, desde que obedecessem às normas gerais previstas na Carta Magna.

Com a Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977, o Poder Judiciário nas esferas federal e estaduais voltou a ter a autonomia decorrente das normas constitucionais de 1967, que fora subtraída pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Assim, pôde organizar seu funcionamento por meio de regras legais próprias aprovadas pelos membros de cada tribunal. Promulgada pelo Presidente Ernesto Geisel, a Emenda Constitucional restabeleceu as garantias e as prerrogativas do Poder Judiciário conferidas pela Constituição de 1967 e acrescentou outras.

O Poder Judiciário de Pernambucano, com base nas prerrogativas constitucionais, aprovou o seu Código de Organização Judiciária⁶⁸, disciplinando os órgãos e o funcionamento de sua estrutura organizacional. Nesse documento havia a previsão para a escolha de uma mesa diretora que comandaria o Poder, que, na década de 1980, compunha-se de um presidente, um vice-presidente e um corregedor geral da Justiça.

Organograma 1 – Composição da Mesa Diretora do Poder Judiciário de Pernambuco na década de 1980.



Fonte: Organograma criado com base na Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970 (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco).

⁶⁸ Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco criado pela Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970, publicada no Diário Oficial do Poder Judiciário de 30/12/1970, p. 25-77. Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 5 jul. 2019.

O colegiado de 15 desembargadores era nominado de “Tribunal Pleno” (atualmente com 52 membros), representando a totalidade de seus membros e o mandato da mesa diretora, que antes era de um ano, passou para dois anos.

A criação do Tribunal Pleno como órgão do Tribunal de Justiça e o mandato de dois anos para a mesa diretora em plena ditadura civil-militar deu-se pela Lei Estadual nº 8.034, de 1º de novembro de 1979⁶⁹, aprovada pelo governador Marco Maciel⁷⁰, alterando o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (art. 16 da Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970, publicada no *Diário Oficial do Estado*⁷¹ (DOE, 30/12/1970, p. 25-77).⁷²

Essa mudança provocada pela citada lei estadual decorreu da reforma do Poder Judiciário promovida pelo governo militar de Ernesto Geisel, que resultou na aprovação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, denominada de “Loman” (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979).⁷³

Adotando a nova disposição legal, o titular da Corregedoria Geral da Justiça, Desembargador Benildes de Souza Ribeiro⁷⁴, estendeu sua gestão, iniciada em 1979, até o fim de janeiro de 1981. Mas o Desembargador Presidente Geraldo Magela Dantas Campos⁷⁵,

⁶⁹ Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2020.

⁷⁰ Marco Antônio de Oliveira Maciel nasceu em 21 de julho de 1940, no Recife, Estado de Pernambuco. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco em 1963. Foi governador de Pernambuco de 1978 a 1982 pela legenda do Partido Democrático Social (PDS), tendo anteriormente exercido um mandato de deputado estadual pela ARENA (1967-1971), dois de deputado federal (1971-1974 e 1975-1978) e três de senador (1983-1991 e 1991-1994). Também foi eleito vice-presidente para o mandato de 1995-1999, sendo reeleito para o período seguinte (1999-2003), pelo Partido da Frente Liberal (PFL), ambos tendo como presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel-1>. Acesso em: 22 maio 2020.

⁷¹ O Diário Oficial do Estado (DOE) é um periódico oficial do Estado de Pernambuco que divulga atos, decretos e regulamentos oficiais que devem ter execução no âmbito estadual. Compõe-se por cadernos que contemplam as publicações dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além de órgãos municipais, e edita publicações de empresas privadas e organizações sociais. As publicações do DOE, em versões impressa e digital, são de responsabilidade da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 5 jul. 2019.

⁷² Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 5 jul. 2019.

⁷³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp35.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

⁷⁴ Benildes de Souza Ribeiro nasceu em Agrestina, Pernambuco, em 14 de junho de 1928. Exerceu o cargo de vereador de Agrestina de 1951 a 1955. Foi promotor público interino em Riacho das Almas, no período de 3/9/1954 a 15/8/1955. Ingressou na magistratura em agosto de 1955, iniciando suas atividades na Comarca de Carnaíba. Promovido para a capital em 1966, foi nomeado desembargador em 1975, tendo exercido a presidência do TJPE de fevereiro de 1984 a janeiro de 1986. Aposentado em dezembro de 1997, faleceu em 25 de agosto de 2008. Disponível em: <http://arpenpe.org/?tag=benildes-de-souza-ribeiro>. Acesso em: 23 maio 2020.

⁷⁵ Geraldo Magela Dantas Campos nasceu no município de São José do Egito, em 9 de março de 1922. No ano de 1946, formou-se em Direito e iniciou sua vida jurídica como promotor de justiça nos municípios de Cabrobó e Goiana. Foi nomeado juiz de direito em 1947, atuando no Município de Cabrobó. Promovido para a capital pernambucana em 1966, três anos depois, em 1969, foi nomeado para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco pelo Governador Nilo Coelho, escolhido pelo critério de merecimento. Assumiu a Corregedoria Geral da Justiça do TJPE em 1974. Foi eleito para a vice-presidência do TJPE em 1976 e para a

também com mandato iniciado em 1979, não aceitou prolongar seu tempo, finalizando-o em janeiro de 1980. Isso ocasionou um descompasso entre os mandatos mencionados que somente foi solucionado com a edição da Resolução nº 22, de 5 de maio de 1986, publicada no *Diário Oficial do Poder Judiciário* (DOPJ, 8/5/1986, p. 29), nos seguintes termos:

[...] CONSIDERANDO que o biênio do Corregedor Geral da Justiça não vem coincidindo com o período dos mandatos exercidos pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal;

CONSIDERANDO que, para a correção desse descompasso urge que se possibilite a simultaneidade de eleições para os três cargos de direção do Tribunal, a fim de, subsequentemente, coincidirem seus respectivos biênios, em perfeita adequação ao teor de norma constante do mencionado art. 6º da Lei nº 8.034/79 [...].⁷⁶

Assim, o Corregedor Geral da Justiça eleito no fim de 1986 teve mandato de um ano, ou seja, de 1º de fevereiro de 1987 a 31 de janeiro de 1988, de acordo com o art. 1º da citada Resolução: “Art. 1º – O Corregedor Geral da Justiça a ser eleito na última sessão do Tribunal Pleno, no ano de 1986, terá o mandato de um (1) ano”. Portanto, a partir de fevereiro de 1988, os três integrantes da mesa diretora do PJPE tiveram seus mandatos bienais coincidentes.

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tinham (e têm) funções bem delimitadas: a primeira era um órgão de fiscalização disciplinar, controle e orientação forense que funcionava no Palácio da Justiça e se situava na capital do Estado. A chefia da CGJ era (e ainda é) exercida pelo Desembargador Corregedor Geral da Justiça, auxiliado por Juízes Corregedores Auxiliares que atuavam (e atuam) sobre as 1ª, 2ª e 3ª entrâncias.⁷⁷

A fiscalização, o controle e a orientação forense eram (e ainda são) dirigidas aos juízes, serventuários⁷⁸ e empregados da Justiça⁷⁹ distribuídos nas três entrâncias. Os juízes e

presidência, em 1979. Disponível em: http://www.tjpe.jus.br/documents/33154/34052/Desembargador_Geraldo_Magela.pdf/e8913bd6-59d7-4f28-88a0-1c6cff9f3ff5. Acesso em: 09 abr. 2020.

⁷⁶ Disponível em:

http://www.tjpe.jus.br/cgi/om_isapi.dll?clientID=219790&infobase=normasinternas&record={764AB}&softpag e=ref_Doc. Acesso em: 12 ago. 2019.

⁷⁷ “Entrância – categoria hierárquica das circunscrições jurisdicionais (comarcas) estabelecida de acordo com as regras da Lei de Organização Judiciária de cada Estado-membro, correspondendo a um grau na carreira da magistratura tanto para ingresso quanto para promoção a tribunal imediatamente superior, por merecimento ou antiguidade do juiz na carreira.” Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

⁷⁸ “Serventuários da justiça – titulares dos ofícios de justiça e dos cartórios, somente acessíveis aos maiores de vinte um (21) e menores de quarenta (40) anos, dispensado o limite máximo para os que, serventuários ou funcionários de justiça, se inscrevam em concursos para outro cargo da justiça”. (Art. 271, da Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970, publicada no DOPJ de 30/12/1970). Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 5 jul. 2019.

⁷⁹ “Empregados da justiça – servidores que o titular de ofício ou do cartório não oficializados contratava para o desempenho do serviço de datilografia ou outros não específicos nem previstos nas classes referidas em artigo.”

servidores da Justiça (serventuários e funcionários) se admitiam por concurso público. Os empregados da Justiça se contratavam pelos titulares dos cartórios não oficializados sob o regime celetista. Desse modo, tanto os juízos (varas judiciais) como os cartórios não oficializados (ou cartórios extrajudiciais⁸⁰) eram passíveis de correção⁸¹ pela CGJ.

A Presidência do TJPE tinha um elenco extenso de funções administrativas e judiciais (art. 25 da Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970) (DOE, 30/12/1970, 25-77). A elaboração orçamentária e a destinação dos recursos financeiros, por exemplo, competiam ao presidente da Corte de Justiça, e os órgãos desse Poder ficavam dependentes das decisões administrativas da Presidência. Por outro lado, as decisões judiciais dos juízes e dos colegiados de desembargadores eram independentes, embora passíveis de revisão por instâncias superiores. Na realidade, ainda hoje esta organização e funcionamento persistem, com o diferencial de ter havido aumento de comarcas ou novas unidades judiciárias/varas judiciais nas comarcas já existentes e de unidades administrativas organizacionais na estrutura do TJPE.

Dessa forma, na década de 1980 integravam o PJPE o Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Conselho da Magistratura, os Juízes de Direito, os Juízes de Paz, o Tribunal do Júri e o Conselho de Justiça Militar. Logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado de Pernambuco promulgou sua Constituição Estadual de 1989, havendo alteração na composição do Poder Judiciário em relação à anterior: retiraram-se os Juízes de Paz e acrescentaram-se “Outros Juízos e Tribunais instituídos por Lei” (art. 44).⁸² E o Regimento Interno (Resolução nº 10/1970) incluía também os Juízes Substitutos.

Já o Tribunal de Justiça de Pernambuco, composto pelos 15 desembargadores, na função judiciária dividia-se em Câmaras Cíveis Reunidas, Câmaras Criminais Reunidas, três Câmaras Cíveis e duas Câmaras Criminais, cada uma das cinco (5) últimas funcionando

(Art. 274, da Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970) (DOPJ, 30/12/10970, p. 25-77). Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 5 jul. 2019.

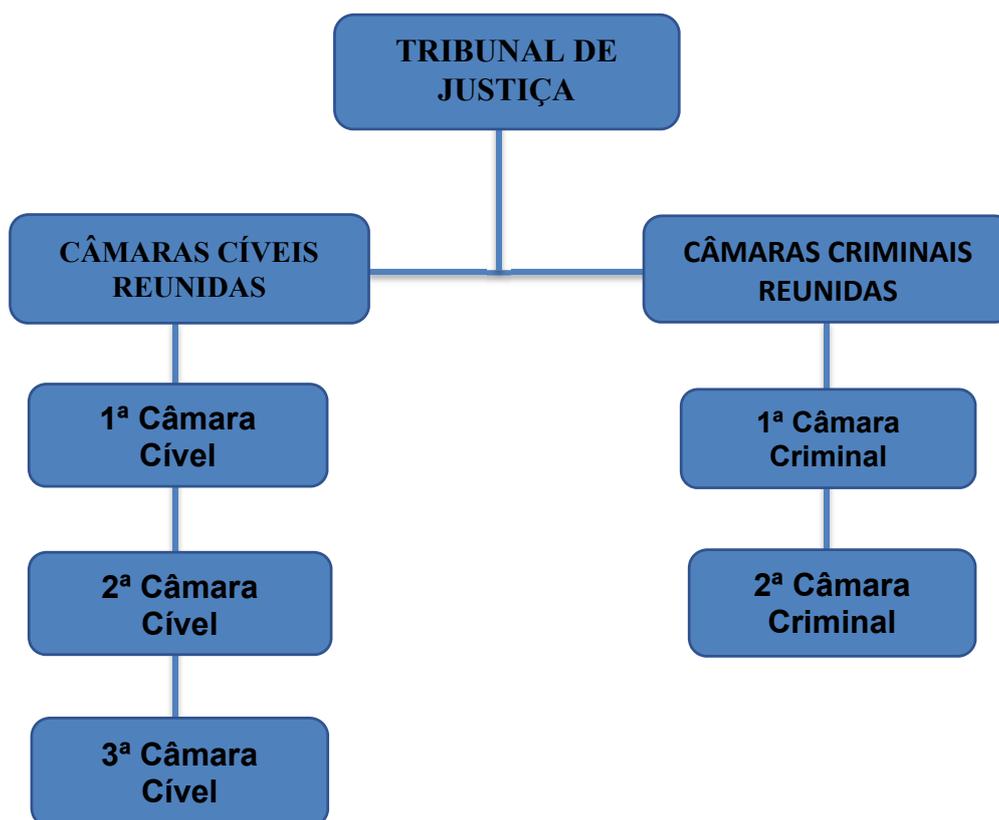
⁸⁰ “Cartórios extrajudiciais – As serventias extrajudiciais, também conhecidas como cartórios, são os locais onde funcionam os serviços notariais (tabelionatos) e de Registro (ofícios de registro). Nos quais são praticados diversos atos extrajudiciais, por exemplo: escrituras, registros de Imóveis, registros de nascimento, casamento etc.” Disponível em: <http://blog.cartorio24horas.com.br/regulamentacao-e-atribuicao-dos-cartorios-extrajudiciais/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

⁸¹ “O termo “correção”, com base no Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, tem os seguintes sentidos: 1. Ato ou efeito de corrigir; correção. 2. Função administrativa, em via de regra de competência do Poder Judiciário, exercida pelo corregedor. 3. Visita do corregedor às comarcas, no exercício de suas atribuições.” Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/sobre/perguntas-frequentes/atividade-disciplinar/correicao>. Acesso em: 9 nov. 2019.

⁸² Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2020.

isoladamente (art. 17, da Resolução nº 10/1970). Todas tinham suas competências definidas na citada Resolução.

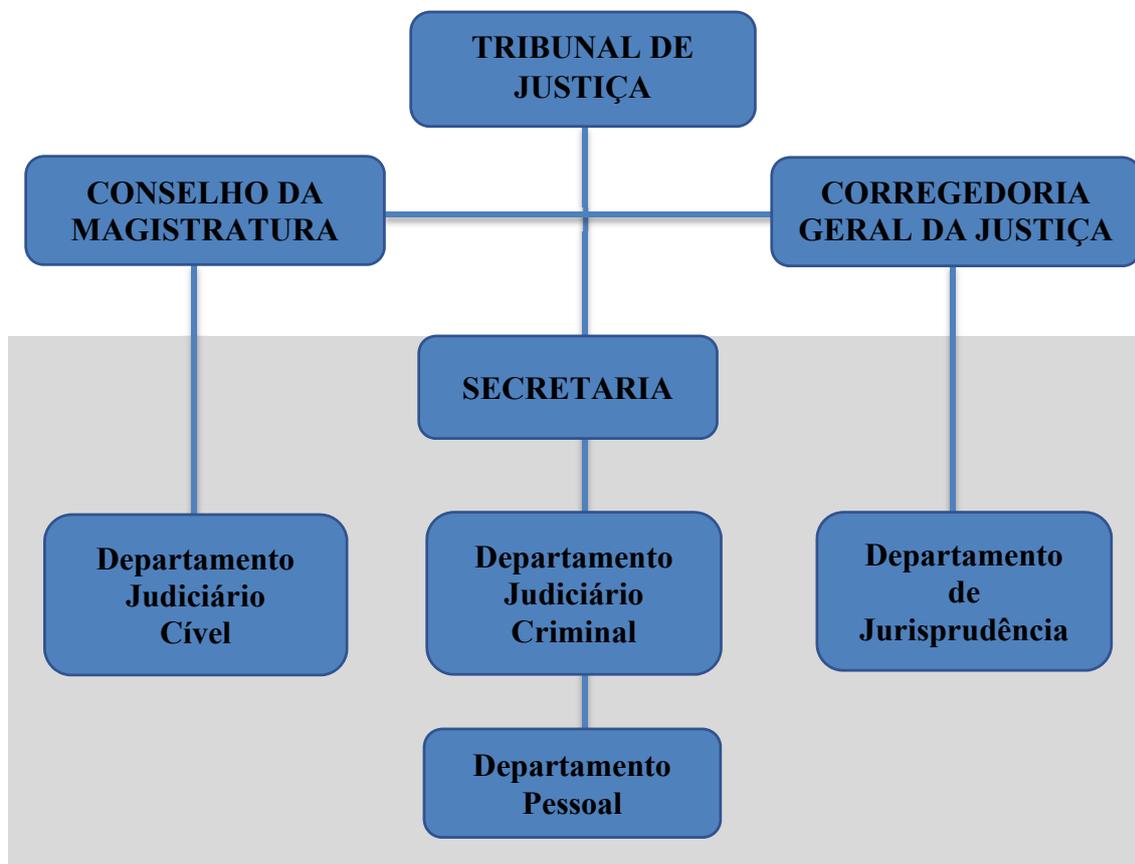
Organograma 2 – Composição do Tribunal de Justiça – Divisão Judiciária – década de 1980.



Fonte: Organograma criado com base na Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco).

Quanto à função administrativa, no TJPE, além da mesa diretora detalhada no organograma nº 1, havia uma Secretaria do Tribunal de Justiça subordinada ao Presidente da Corte de Justiça e, ligados a esta, existiam os departamentos judiciário cível, judiciário criminal, de jurisprudência e de pessoal, que serão mencionados adiante. Na função disciplinadora, atuava o Conselho da Magistratura (antigo Conselho de Justiça), e na correcional, a Corregedoria Geral da Justiça, órgãos independentes.

Organograma 3 – Composição do Tribunal de Justiça – Divisão Disciplinar, Correicional e Administrativa – década de 1980.



Fonte: Organograma simplificado criado com base na Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco).

As atividades administrativas envolvendo as varas judiciais da capital eram de responsabilidade da Corregedoria Geral da Justiça. No interior, em comarcas com mais de uma vara judicial, elas cabiam ao juiz diretor do fórum, designado pelo Presidente do Tribunal entre os magistrados atuantes na comarca. Nas comarcas com apenas uma vara, era o próprio juiz que tinha essa atribuição.

O território de Pernambuco, para fins de administração judiciária, era dividido em circunscrições, comarcas e termos. As circunscrições eram formadas por um conjunto de comarcas.

A comarca poderia coincidir com a área territorial de um município, mas o contrário não ocorria – nem ocorre – necessariamente. Uma comarca era assim considerada para a instalação de uma vara judicial ou mais, em função de dados referentes à extensão territorial,

ao número de habitantes, número de eleitores, receita tributária e movimento forense dos municípios que a compõem, conforme previa o art. 8º, da Resolução nº 10/1970.

Um termo judiciário correspondia – e corresponde – a um município que não atingiu os índices necessários para se tornar comarca. Assim, havia comarca congregando dois ou mais municípios, como foi o caso de Pesqueira, que reunia Alagoinha e Poção, sendo uma comarca de 2ª entrância.

Os índices mínimos para criar as comarcas serviam também para classificá-las em comarcas em 1ª e 2ª entrâncias, à época, com pontuação de 70 e 180, respectivamente. A 3ª entrância tinha uma comarca apenas – a do Recife (art. 5º, da Resolução 10/1970).

Quando o Código de Organização Judiciária (COJE) de 1970 foi aprovado, havia 34 varas (cíveis, criminais e especializadas) na comarca da capital – 3ª entrância, em Recife, 53 varas em 44 comarcas da 2ª entrância e 22 varas únicas em 22 comarcas da 1ª entrância. Os municípios eram 124 no total.

A informatização envolveu primeiramente as varas judiciais da comarca da capital, incluindo o setor de distribuição de processos (Tabela 7).

Tabela 7 – Varas judiciais da comarca de Recife – COJE de 1970.

VARAS CÍVEIS	VARAS CRIMINAIS
1ª a 10ª Vara Cível	1ª a 7ª Vara Criminal
VARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS	VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS
Vara da Fazenda Estadual	1ª Vara Privativa do Júri
Vara da Fazenda Municipal	2ª Vara Privativa do Júri
1ª Vara Privativa de Família e Registro Civil	1ª Vara Privativa de Delitos de Trânsito e Contravenções Penais
2ª Vara Privativa de Família e Registro Civil	2ª Vara Privativa de Delitos de Trânsito e Contravenções Penais
Vara de Menores Abandonados e Infratores	1ª Vara Privativa de Delitos contra o Patrimônio
Vara de Órfãos, Menores e Interditos	2ª Vara Privativa de Delitos contra o Patrimônio
Vara de Acidentes do Trabalho, Falências e Concordatas	3ª Vara Privativa de Delitos contra o Patrimônio
	4ª Vara Privativa de Delitos contra o Patrimônio
	Vara Privativa das Execuções Penais

Fonte: Anexo do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (COJE) de 1970 (Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970).

No Palácio da Justiça, o sistema de informática que foi contratado englobou a distribuição de processos no 2º grau, ou instância recursal, os gabinetes dos desembargadores das câmaras cíveis e criminais e os departamentos por onde tramitavam os processos judiciais (Tabela 8).

Tabela 8 – Câmaras cíveis e criminais do TJPE – COJE de 1970.

CÂMARAS CÍVEIS	CÂMARAS CRIMINAIS
1ª Câmara Cível	1ª Câmara Criminal
2ª Câmara Cível	2ª Câmara Criminal
3ª Câmara Cível	Câmaras Reunidas Criminais
Câmaras Reunidas Cíveis	

Fonte: Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (COJE) de 1970 (Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970).

As câmaras cíveis e criminais eram compostas por três desembargadores, e as câmaras reunidas, pela soma daqueles que integravam as câmaras isoladamente, nove nas cíveis e seis nas criminais. Atualmente há mais câmaras, novos órgãos julgadores e aglutinações de órgãos com competências específicas para cada um.

Nas varas cíveis, criminais e especializadas os julgamentos dos processos eram, e ainda são, realizados por um juiz, e suas decisões e sentenças poderiam, e ainda podem, ser revistas em grau de recurso pelos desembargadores que compunham as câmaras cíveis ou criminais, a depender da matéria que estivesse, ou esteja, sob exame.

Portanto, ao se referir ao Poder Judiciário de Pernambuco, entende-se todos os seus órgãos e seus integrantes: as varas judiciais, os fóruns do interior, da região metropolitana e os da capital, juízes e servidores e o próprio TJPE com sua estrutura organizacional e seus órgãos julgadores.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco tem duas funções: aquela que envolve seus órgãos julgadores, disciplinares, fiscalizadores e correccionais, onde há as decisões jurídicas, determinações procedimentais e punitivas, e a outra, a administrativa, onde o presidente do tribunal comanda as unidades organizacionais para gerir todas as unidades do PJPE. No aspecto jurídico, os magistrados são independentes para julgar; no aspecto administrativo, financeiro e orçamentário, prevalecem as definições da Presidência do TJPE.

2.2. O Centro de Prestação de Serviços Técnicos do Estado de Pernambuco (Cetepe)

O Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco (Cetepe) foi criado pelo Decreto-Lei nº 42, de 28 de junho de 1969, e foi alterado pelo Decreto-Lei nº 176, de 30 de dezembro de 1969 – ambos editados pelo governador Nilo de Souza Coelho⁸³ durante o regime militar. A normativa tem por base o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Inicialmente subordinada à Secretaria de Administração, a partir de 1983 a empresa passou a fazer parte da Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco (Lei nº 9.222, de 17 de fevereiro de 1983, e Decreto nº 8.515, de 16 de março de 1983, dos governadores José Muniz Ramos⁸⁴ e Roberto Magalhães⁸⁵, respectivamente)⁸⁶.

⁸³ Nilo de Souza Coelho era médico, industrial, político e foi o primeiro Governador de Pernambuco eleito por via indireta depois do Golpe Militar de 1964. Nasceu em 2 de novembro de 1920, em Petrolina, município pernambucano. Também foi o candidato mais votado pelo PSD na região do sertão de Pernambuco, tendo sido eleito Deputado Estadual para o mandato de 1947 a 1950. Na Assembléia (sic) Legislativa, foi primeiro-secretário da Mesa Diretora; Membro da Comissão de elaboração da Carta Constitucional Estadual, 1947; Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco de 1952 a 1955; Deputado Federal em quatro legislaturas, de 1950 a 1954, de 1954 a 1958, de 1958 a 1962 e de 1962 a 1966. Foi eleito Senador, tomando posse em fevereiro de 1979. Faleceu em 9 de novembro de 1983, quando era presidente do Senado Federal. Disponível em:

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=207&Itemid=1. Acesso em: 24 maio 2020.

⁸⁴ José Muniz Ramos nasceu em Araripina (PE) no dia 22 de setembro de 1939. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas – UFAL (1966), chefiou a Assessoria Jurídica do Complexo Industrial Clementino Coelho, em Petrolina (1967-1969). Gerente das Indústrias Coelho S.A. (1969-1970), elegeu-se deputado estadual na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), assumindo o cargo em fevereiro do ano seguinte. Titular da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, reelegeu-se em 1974. Conquistou seu terceiro mandato em 1978 e, com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena. Líder do governo e depois presidente da Assembleia Legislativa, em maio de 1982 foi empossado no Governo de Pernambuco, quando o governador Marco Maciel e o vice-governador Roberto Magalhães se desincompatibilizaram para concorrer a uma cadeira no Senado e ao governo do estado. José Muniz Ramos permaneceu à frente do Executivo estadual até 15 de março de 1983, transferindo o cargo para Roberto Magalhães. Presidente do Banco de Desenvolvimento de Pernambuco (1985-1986), candidatou-se pela legenda do Partido da Frente Liberal (PFL) a vice-governador na chapa encabeçada por José Múcio Monteiro, mas foi derrotado nas eleições de novembro de 1985 pelo candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o ex-governador e deputado federal Miguel Arrais. Em outubro de 1990, José Ramos Muniz candidatou-se novamente a deputado estadual, ainda na legenda do PFL, obtendo uma suplência. Exerceu o mandato de abril de 1991 a junho de 1992. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ramos-jose-muniz>. Acesso em: 24 maio 2020.

⁸⁵ Roberto Magalhães Melo nasceu em Canguaretama (RN) em 17 de julho de 1933. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, em 1953, bacharelando-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1957. Assessor jurídico no governo de Cid Sampaio (1962-1963) e professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito da UFPE (1963) e na Universidade Católica de Pernambuco (1964), tornou-se secretário estadual de Educação e Cultura de Pernambuco (1967-1971) durante o governo de Nilo Coelho. Em 1978, elegeu-se pela via indireta vice-governador de Pernambuco na chapa da Aliança Renovadora Nacional (Arena), encabeçada por Marco Maciel, sendo empossado em março de 1979. Foi eleito governador do Estado de Pernambuco para o mandato de 1983-1986 pelo Partido Social Democrático (PSD). Em 1990, tornou-se o deputado federal pelo Estado de

Criado como empresa pública, o Cetepe tinha como finalidade prestar serviços de processamento de dados, pesquisa operacional e programação, necessários para as atividades dos órgãos e entidades da administração estadual. Conforme o art. 12 do Decreto-Lei nº 176, de 30 de dezembro de 1969, a empresa gozava de exclusividade na prestação de serviços: “Nenhum Órgão da Administração Estadual Direta ou Indireta poderá adquirir ou locar equipamento para Processamento de Dados ou realizar contratos de serviço com entidades que operem nesse ramo, sempre que os serviços possam ser executados pelo Cetepe”.⁸⁷

Nas palavras de Marcelo Ridenti (2014, p. 21):

Foi um discurso do deputado Márcio Moreira Alves – considerado uma ofensa pelos quartéis – que deu pretexto para a edição do Ato Institucional n.5 (AI-5), após a recusa dos parlamentares de conceder licença para o governo processar o deputado, que gozava de imunidade parlamentar garantida pela Constituição de 1967.

O AI-5, decretado pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, trouxe várias medidas repressivas, entre as quais a suspensão das garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade da magistratura, a suspensão do habeas-corpus e a atribuição do presidente do poder de intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos, confiscar bens adquiridos ilicitamente no exercício de função pública, decretar o estado de sítio sem anuência do Congresso, promulgar decretos-leis e atos complementares e demitir ou reformar oficiais das forças armadas e das polícias militares. A adoção dos decretos-lei na esfera federal também foi seguida pelos governos estaduais, sendo esse tipo de instrumento legal que criou o Cetepe.

A capacidade técnica do Cetepe, assim como sua exclusividade na área de processamento eletrônico de dados, pode ser verificada nas matérias informativas publicadas no DOE, que dão conta da celebração de vários contratos com as Secretarias do Poder Executivo (DOE, 24/9/1985, p. 1; de 02/11/1985, p. 20 e de 06/11/1985, p. 24), mas também com outros órgãos públicos da Administração Direta e Indireta, tais como o Departamento de Trânsito (Detran), a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe), a Fundação de

Pernambuco mais votado do país, para exercer o mandato de 1991-1994, tendo sido reeleito (1995-1998), ambas as eleições pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Foi ainda prefeito da cidade do Recife (1997-2001) e deputado federal por Pernambuco em duas eleições consecutivas (2003-2010). Afastou-se das disputas eleitorais no fim de seu mandato em 2010. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-magalhaes-melo-1>. Acesso em: 9 abr. 2020.

⁸⁶ Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=45871&tipo=TEXTTOORIGINAL>. Acesso em: 1º ago. 2019.

⁸⁷ Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=45871&tipo=TEXTTOORIGINAL>. Acesso em: 1º ago. 2019.

Ensino Superior de Pernambuco (FESP) e Tribunal de Contas do Estado (TCE) (DOE, 8/3/1986, p. 32; 21/3/1986, p. 1; 26/3/1986, p. 40; 24/4/1986, p. 32, respectivamente), além de outros poderes como o Legislativo (DOE, 21/3/1986, p. 20) e o Judiciário estadual (DOE, 31/1/1984, p. 1).⁸⁸

A atuação da empresa de serviços técnicos ultrapassava as divisas do Estado de Pernambuco. Resultado de uma parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Cetepe compartilhava informações do banco de dados daquele Instituto com os estados vizinhos da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas pela interligação de seus computadores e os das empresas de processamento de dados daqueles estados (DOE de 30/1/1985, p. 16).⁸⁹

Havia, portanto, um monopólio por parte do governo do estado relativo à atividade tecnológica, embora também existissem investimentos e parcerias institucionais para que a referida empresa pública cumprisse seus objetivos e projetos perante os órgãos governamentais, conforme a fala do Presidente do Cetepe sobre a política de informática em reunião ocorrida com os Secretários do Planejamento e da Fazenda em 26 de fevereiro de 1985:

Secretários questionam política de informática.[...] Conforme esclareceu ainda, “o Cetepe possui hoje um moderno parque de computadores, onde se destacam dois IBM 4341 e que possibilitam a ampliação dos serviços atualmente prestados pela empresa através de novos projetos como o que permitiu a recente interligação entre a Assembléia (*sic*) Legislativa do Estado e o Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), bem como a ligação com o IBGE e o projeto para implantação de terminais de computador no Tribunal de Justiça, entre outros” (DOE de 27/2/1985, p. 20).⁹⁰

A estrutura organizacional do Cetepe sofreu alteração em virtude da reforma administrativa promovida pelo governo de Miguel Arraes de Alencar (1987-1990)⁹¹: a

⁸⁸ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

⁸⁹ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

⁹⁰ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

⁹¹ Miguel Arrais de Alencar nasceu em Araripe (CE) no dia 15 de dezembro de 1916. Em 1932, seguiu para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde passou a residir com seu tio materno José Arrais de Aguiar. Ingressou no ano seguinte na Faculdade de Direito, mas, ante a dificuldade de obter emprego que garantisse os recursos necessários a seus estudos, ao fim do primeiro ano transferiu-se para Recife, onde conseguiu modesto cargo no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Prosseguindo o curso superior na Faculdade de Direito de Recife, bacharelou-se em 1937. No pleito de outubro de 1950, concorreu à Assembleia Legislativa pernambucana na legenda do Partido Social Democrático (PSD), obtendo a primeira suplência. Em outubro de 1954 voltou a candidatar-se a deputado estadual, elegendando-se na legenda do Partido Social Trabalhista (PST). Assumiu o mandato de Prefeito da cidade do Recife em 15 de dezembro de 1959. Foi eleito para o cargo de governador do Estado de Pernambuco, cujo mandato teve início em 1963, porém foi deposto e preso pelo movimento político-militar no dia 1º de abril de 1964. Após exílio no exterior (Argélia), retornou ao país em 15 de setembro de 1979 com os benefícios da Lei da Anistia. Foi eleito deputado federal pelo Estado de

Diretoria de Projeto de Informatização (Dipin) foi transferida para a Fundação de Informática do Estado de Pernambuco e transformada em Empresa de Fomento de Informática do Estado de Pernambuco (Fisepe) em 18 de janeiro de 1989. O Centro Técnico ficou como fornecedor de mão de obra especializada para os demais órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Pernambuco até ser absorvido pela Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), criada pela Lei Complementar nº 049/2003.⁹²

A reforma administrativa do Poder Executivo, que afetou o Cetepe, deu-se pela aprovação da Lei nº 10.133, de 8 de junho de 1988.⁹³ Na capa do *Diário Oficial do Estado* e nas páginas seguintes do dia 3 de maio de 1988⁹⁴, o governador Miguel Arraes publicou a mensagem de envio do projeto de lei à Assembleia Legislativa da reforma, deixando claro se tratar de uma política de governo. Era uma mudança de curto e médio prazo dividida em três estágios: o primeiro a ser concretizado até meados de 1988, portanto, imediato; o segundo, durante o segundo semestre de 1988 e o terceiro, no decorrer do ano de 1989, pois:

Com essa amplitude e diversidade não há condições de se realizar, de um modo global e de uma só vez, a Reforma Administrativa do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Ela alcançará todo o horizonte do nosso governo; será conduzida de modo gradual, por etapas; e por isso com flexibilidade suficiente para tratar com problemas e flexibilidade emergentes ao longo do processo de mudança, e com a própria dinâmica da mudança e seus ensinamentos. (DOE de 03/5/1988, p. 1).⁹⁵

Esses acontecimentos que influenciaram as decisões no Tribunal de Justiça de Pernambuco na adoção do segundo sistema informatizado para o controle de informações de processos judiciais serão retomados adiante.

2.3. A parceria TJPE e Cetepe para a informatização do Judiciário pernambucano

Sendo de sua competência institucional na área de gestão, o Presidente do TJPE firmou, em janeiro de 1984, um convênio com o Cetepe para implantar um sistema

Pernambuco para três mandatos (1983-1987; 1991-1995 e 2003-2005) e governador também de Pernambuco por dois períodos (1987-1990 e 1995-1998). Faleceu em 13 de agosto de 2005, em Recife. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>. Acesso em: 9 abr. 2020.

⁹² Disponível em: <http://www2.ati.pe.gov.br/web/site-ati/apresentacao>. Acesso em 27 ago. 2019.

⁹³ Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=1957&tipo=TEXTTOORIGINAL>. Acesso em 24 maio 2020.

⁹⁴ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 24 maio 2020.

⁹⁵ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 24 maio 2020.

informatizado para o controle dos processos judiciais. A parceria foi noticiada no *Diário Oficial do Estado*:

Processos do TJP (sic) terão controle por computador. Os processos do Tribunal de Justiça de Pernambuco serão controlados e acompanhados por computador. Para isso, foi firmado convênio ontem entre o Cetepe e o Tribunal objetivando a implantação e operação de um Sistema de controle que simplificará e agilizará as atividades relativas às informações processuais. [...]. (DOE, de 31/1/1984, p. 2).⁹⁶

Apesar de o conteúdo trazer o termo “convênio”, tratava-se em realidade de um contrato, tendo em vista que o Cetepe foi constituído como empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e capital exclusivo do Estado (art. 2º do Decreto-Lei nº172, de 30 de dezembro de 1969); logo, os serviços prestados deveriam ser remunerados pelo órgão contratante, tal como previa o art. 4º do mesmo decreto-lei:

Art. 4º Compete ao CETEPE: I – omissis; II – prestar serviços remunerados de processamento de dados a entidades públicas e privadas; III – prestar serviços remunerados de pesquisa operacional e programação a entidades públicas e privadas; IV – omissis; IV – omissis; V – omissis; VI – omissis.

Tanto é fato a relação entre as duas entidades públicas se tratar de um contrato que o termo foi reforçado pelo preâmbulo do Termo Aditivo⁹⁷ nº 3, publicado no DOPJ de 10 de outubro de 1984:

Aos 24 dias do mês de setembro de 1984, de um lado, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, doravante denominado simplesmente de TRIBUNAL, neste ato representado por seu Desembargador Presidente, e de outro, o Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco, doravante denominado simplesmente como CETEPE (sic), neste ato representado por seu Diretor-Presidente, já qualificado no **Contrato de Prestação de Serviços (grifos nosso)** celebrado entre as partes aqui representadas, em 30.01.1984, do qual o presente Termo Aditivo passa a fazer parte integrante conforme Cláusula Terceira do referido Contrato [...].⁹⁸

A informação do veículo oficial falava que a celebração do “convênio” (contrato, na realidade) entre o TJPE e o Cetepe ocorreu em 30 de janeiro de 1984, enquanto o Ofício nº 235/83-GP, de 13 de setembro de 1983, expedido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Gabriel Lucena Cavalcanti, para Luiz Otávio de Melo Cavalcanti⁹⁹,

⁹⁶ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2. ago. 2019.

⁹⁷ “Termo Aditivo de Contrato é um instrumento legal utilizado para corrigir ou esclarecer alguma cláusula específica, ou ainda, para complementar com novos dados em falta no contrato original.” Disponível em: <https://www.significados.com.br/aditamento-de-contrato>. Acesso em: 23 ago. 2019.

⁹⁸ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

⁹⁹ Luiz Otávio de Melo Cavalcanti nasceu no Recife, em 9 de julho de 1946. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1969 e pós-graduado em Planejamento Governamental pela Faculdade Getúlio Vargas (FGV) em 1972. Foi duas vezes Secretário da Fazenda de Pernambuco (1983/86 e

Secretário da Fazenda do Estado no governo de Roberto Magalhães Melo, já solicitava recursos financeiros para serem destinados à implantação e operação de um sistema computadorizado para o controle de processos judiciais, sob a execução do Cetepe (DOPJ, 20/9/1983, p. 1).¹⁰⁰

O Cetepe, por sua vez, antevendo a efetivação desse projeto de informatização do Poder Judiciário, organizou, no auditório da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 16 de setembro de 1983, um ciclo de exposições e debates sobre “Informática Jurídica”, cujo expositor foi o juiz José Roberto Ópice Blum, do Tribunal de Justiça paulista (TJSP). Na informação, publicada na capa do *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, falou-se que “O sistema a ser apresentado tem como objetivo, (*sic*) o acompanhamento, controle e racionalização dos processos em tramitação na Justiça, assim como o fornecimento de subsídios para maior celeridade desses processos” (DOE, 17/9/1983, p. 2).¹⁰¹

Destaque também foi dado para o fato de o Cetepe ter acesso às experiências vivenciadas na área de informática pelos tribunais de São Paulo (TJSP), Minas Gerais (TJMG) e Rio Grande do Sul (TJRS) graças ao acordo de cooperação que existia entre as Empresas Estaduais de Processamento de Dados¹⁰², que davam suporte aos órgãos e Poderes de seus respectivos estados:

Cetepe inicia ciclo de debates em torno de Informática Jurídica. [...] Vale salientar que as experiências bem sucedidas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são amplamente acessíveis ao Cetepe, através de acordo de cooperação existente entre as Empresas Estaduais de Processamento de Dados, encetado pela ABEP – Associação que conjuga essas empresas estaduais – e que já vem sendo exercitado, dentro do qual o Cetepe ofertou a quatro co-irmãs o Sistema de Informações Imobiliárias e Financeiras de Habitação – SIFH (DOPJ, 17/9/1983, p 2).¹⁰³

Na organização do evento, o diretor-presidente do Cetepe pediu a mediação do TJPE para conseguir a participação do juiz José Roberto Ópice Blum por meio do Ofício nº 193/83-

1992/93) e Secretário de Planejamento de Pernambuco (1975/1979 e 1991/1992). Também ocupou o cargo de Secretário de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura do Recife (1979/1981). Exerceu a Presidência da Fundação Joaquim Nabuco do Ministério da Educação (2016/2018). Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1158%3Afundacao-joaquim-nabuco-uma-casa-de-cultura-e-educacao&catid=41%3Aletra-f&Itemid=1. Acesso em: 09 abr. 2020.

¹⁰⁰ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 1º ago. 2019.

¹⁰¹ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 1º ago. 2019.

¹⁰² Atualmente a Associação Brasileira de Entidades Estaduais da Tecnologia e Comunicação possui também como sigla ABEP-TIC, cuja sede executiva fica em Brasília-DF. Disponível em: www.abep-tic.org.br. Acesso em: 14 ago. 2019.

¹⁰³ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

GAPRE. A se crer na publicação do DOPJ de 31 de agosto de 1983, a presidência da Corte de Justiça aquiesceu ao pedido:

No Of. nº 0193/83-GAPRE, do Sr. Paulo Gonçalves dos Santos Filho, Diretor-Presidente da (*sic*) CETEPE. RESPONDER QUE JÁ FOI SOLICITADA A LIBERAÇÃO DO DR. JOSÉ ROBERTO ÓPICE BLUM, AO EXMO. SR. DR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. SOLICITAR A PRESENÇA DE RESPONSÁVEIS PELA REUNIÃO A FIM DE AVALIAREM AS CONDIÇÕES DO TRIBUNAL PARA A ANUNCIADA SESSÃO. (DOPJ, 31/8/1983, p. 1.).¹⁰⁴

Além disso, a parte final do despacho nos leva a acreditar que, aproveitando a vinda do juiz paulista, haveria também uma reunião possivelmente para avaliar as condições técnicas e jurídicas do Tribunal de Justiça pernambucano em face de uma futura implantação de um sistema informatizado para acompanhamento e controle processual, aproveitando a experiência exitosa da Corte de Justiça paulista.

Os sistemas informatizados utilizados pelos estados mencionados reuniam as informações referentes ao passo a passo do andamento do processo judicial na vara judicial onde tramitava: se estava com o juiz para se pronunciar sobre determinada questão posta pelos litigantes, ou se estava com o oficial de justiça para alguma providência, ou se estava com o ministério Público para expedir parecer, ou com o advogado de uma das partes para falar nos autos do processo sobre uma prova anexada ao feito, entre outros encaminhamentos.

E essas informações poderiam ser coletadas num só setor do tribunal de justiça por meio da impressão de um relatório da tramitação de um processo. Dessa forma, o advogado não precisava ir aos diversos cartórios de cada uma das varas judiciais onde tinha processos sob seu patrocínio. E mais: como o sistema distribuía de imediato a petição inicial que dava início ao processo, o advogado ou o próprio litigante saberia para qual vara judicial correria o seu pedido junto à Justiça. No caso de Recife, onde havia dez varas cíveis desde a década de 1970, no momento da distribuição qualquer dela era candidata para receber esse pleito inicial, e o cidadão ou seu representante legal saberia de imediato para qual delas foi distribuído.

Mas a implantação de um sistema informatizado requeria uma série de condições preexistentes para que fosse concretizada, possível motivo da reunião citada no despacho do Presidente do TJPE. Assim, colheria do relato do magistrado que participou do processo de informatização de TJSP como tal implantação ocorreu, os cuidados a serem tomados, as ações exitosas e as falhas cometidas, desmistificando também o uso desses modernos equipamentos e entendendo sua aplicabilidade nos muros do Poder Judiciário.

¹⁰⁴ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 13 ago. 2019.

Outro indício de que as duas instituições estavam em tratativas preliminares foram as publicações dos Atos nºs 74/83, de 21/12/1983 (DOPJ, 23/12/1983, p. 1) e 80/83, de 29/12/1983 (DOPJ, 3/1/1984, p. 1). No primeiro, o Presidente do TJPE, Desembargador Gabriel Lucena Cavalcanti, constituiu um Grupo Executivo de Trabalho composto pelos servidores do TJPE Carlos Alberto Pereira Vitório, Elisabete Primo dos Santos e Severino José Ferreira em face do início da execução do contrato com o Cetepe, destinado “a estabelecer e manter o fluxo de dados para implantação de sistema de computadorização e controle de tramitação de processos Cíveis e Criminais, neste Tribunal, dentro da programação orientada pelo CETEP (*sic*), a contar de 1º de janeiro de 1984 [...]”.¹⁰⁵

Por sua vez, o Ato nº 80/83, também expedido pela presidência do TJPE, observando as recomendações do Cetepe, determinava que:

a) – os processos que tiverem ingresso neste Tribunal a partir de 02 de janeiro de 1984, (*sic*) receberão, pela ordem, numeração a contar de 1, seguida de barra e indicação do ano representada por sua dezena; b) – os processos em tramitação permanecerão com a numeração recebida em seu início, cabendo ao serviço de computação cadastrá-los devidamente. (DOPJ, 3/1/1984, p. 1).¹⁰⁶

Portanto, a presidência do TJPE não teve alternativa quando decidiu modernizar os serviços prestados para o cidadão por meio de métodos e recursos tecnológicos vigentes. Havia a previsão legal de firmar contrato com o Cetepe.

Nesses primeiros movimentos para a informatização do Poder Judiciário pernambucano, o entendimento de uma parcela da magistratura brasileira se resumia a que essa tecnologia era capaz de reunir, ordenar e distribuir uma quantidade enorme de informações. Encontrando-se o ordenamento jurídico brasileiro com milhares de leis, decretos-lei e atos normativos vigentes, além de outras informações jurídicas pertinentes aos trabalhos dos juízes e servidores da Justiça, essa nova técnica poderia ajudar o Poder Judiciário a imprimir celeridade na prestação de seus serviços.

Vê-se essa significação nas falas de dois juízes, um de São Paulo e outro de Pernambuco. O magistrado paulista José Roberto Ópice Blum, citado no artigo “A Informação Automatizada e o Judiciário”, de autoria do juiz pernambucano Jones Figueiredo Alves, afirmava que “administrar a Justiça é conjugar a segurança da lei à rapidez exigida

¹⁰⁵ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 1º ago. 2019.

¹⁰⁶ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 13 ago. 2019.

pelos tempos atuais, e o único modo de consegui-lo é colocar o que há de mais moderno na técnica a serviço do Direito atuante nos tribunais” (DOPJ de 14/8/1985, p. 1).¹⁰⁷

Jones Figueiredo, no mesmo artigo, asseverava que:

Compelida a sociedade atual à Revolução da Informática anunciada por Alvim Toffler como a “Terceira Onda”, experimentamos a fascinante transformação dos empreendimentos do cotidiano, onde a morosidade situa o passado e a velocidade evidencia o presente, no discurso de um tempo novo que investe com urgência na vida moderna as conquistas da tecnologia (DOPJ de 14/8/1985, p. 1).

Pelo que os juízes expressaram, os antônimos “morosidade” e “celeridade” assombravam os integrantes do Judiciário, que vislumbravam, na aliança com a informática, a possibilidade de imprimir rapidez nas atividades judicantes.

O contrato entre o Cetepe e o TJPE teve como subscritor o Desembargador Gabriel Lucena Cavalcanti, que o fez no penúltimo dia de gestão, enquanto Presidente da Corte de Justiça pernambucana para o biênio 1982-1984. Em seu discurso de transmissão de cargo de presidente, o gestor do judiciário se referiu à dificuldade de se obterem recursos financeiros para a realização das ações necessárias visando à prestação de melhores serviços aos cidadãos, apesar de o Poder Executivo fazer inúmeros investimentos em outras áreas:

[...] No entanto, no plano federal, nem no nosso ou qualquer outro governo estadual, encontrará linhas de crédito, auxílios ou dotações a fundo perdido, para suprir necessidades de expansão e operosidade do Poder Judiciário. Encontrará no Ministério, (*sic*) da Justiça verbas para construir delegacias, cadeias, reformatórios de menores, mas porfiará em vão, se desejar recursos para beneficiar a infraestrutura dos serviços judiciais (DOPJ, 3/2/1984, p. 2).¹⁰⁸

Cavalcanti reclama, ademais, da falta de independência do Poder Judiciário, pois estava à mercê da boa vontade dos Poderes Legislativo e Executivo, mas principalmente deste último no tocante à centralização dos recursos financeiros e poder decisório para resolver suas questões administrativas:

Não se dirigem, no entanto, as reivindicações do Judiciário apenas a este aspecto de condições materiais necessárias ao seu pleno funcionamento. É de se aludir, como importância ainda maior, as referentes ao exercício integral da independência prevista na Constituição Federal. É que nesse sentido o regime jurídico não está, ainda, ao nível do objetivo desejado. A competência administrativa dos Tribunais permanece restrita, até mesmo no dizente ao provimento de cargos e movimentações de funcionários que têm funções judiciárias – exceção dos integrantes da Secretaria do Tribunal – e as disposições quanto à instalação e dotação de ofícios e serviços judiciais também restam alheias à decisão do Judiciário. Tal anomalia na

¹⁰⁷ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 24 maio 2020.

¹⁰⁸ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

distribuição da competência legal entre os Poderes do Estado tem sido objeto da observação dos melhores tratadistas nacionais do Direito Administrativo, como o fez, por exemplo, o jurista Oswaldo Aranha Bandeira de Melo, em seu “Princípios Gerais de Direito Administrativo”. As necessárias modificações nessa estrutura institucional, para contornar evidentes contradições de princípios básicos, não tem sido enfrentadas pelos legisladores, principalmente porque, ao nosso ver, dependerão de um posicionamento menos centralista, tradicionalmente voltado para o Executivo (DOPJ, 3/2/1984, p. 3).¹⁰⁹

O debate envolvendo a dependência do PJPE em relação ao Executivo era constante na Casa da Justiça e, em datas especiais como a cerimônia de posse da mesa diretora. As reclamações eram tomadas a termo por meio de notas taquigráficas. O Desembargador Benildes Ribeiro, durante o exercício do cargo de Corregedor Geral da Justiça, ao realizar discurso de saudação ao novo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Malta, para o biênio 1980/82 e que fora veiculado no jornal Diário de Pernambuco de 8 de fevereiro de 1980, no caderno Local, página A-6, afirmou:

[...] Agora, senhor Presidente, percorrida a fase evocativa, cabe-nos o indeclinável dever de lançar um grito de desespero em favor do soerguimento do Poder Judiciário, agonizante, desprestigiado, sem condições mínimas de funcionamento, notadamente na primeira instância, pela carência de recursos econômicos, financeiros, humanos e materiais, ...]. [... Essas assertivas são a resultante de um trabalho por nossa equipe realizado, em cada comarca do Estado, inclusive da Capital, com o levantamento de situação precaríssima das instalações dos Foruns, Cartórios, residências dos juizes, cadeias e delegacias, somando-se a isso o despovoamento de serventuários e funcionários, cuja nomeação está, pelo Poder Executivo, terminantemente proibida (Artigo 206, parágrafo 2º da Emenda Constitucional nº 7/77) ...]. [...”Pernambuco, Pátria da liberdade, asilo da honra, alcáçar da virtude” na definição sábia de Santa Rita Durão, na instância 75 do canto quinto do Caramuru – poderá assumir a sua posição de vanguarda e com a união do Judiciário de todos os outros Estados, sensibilizar os responsáveis pelos destinos desta grande Nação, para devolver, através de uma verdadeira reforma constitucional, ao Judiciário, o lugar de Poder, asseguradas as tradicionais garantias constitucionais, que são prerrogativas do povo, com a participação no orçamento do Estado para se autogovernar. Assim, se elidiria a ingerência do Executivo quanto ao manejo das verbas na construção de foruns, casas para juizes e sua conservação, o que induz a funcionários burocratas e até dos mais categorizados, o entendimento depreciativo de ser a Justiça um departamento da Secretaria de Justiça do Estado] (RIBEIRO, 1980, p. A-6).

Passados dois biênios, novamente durante o discurso de posse do Desembargador Cláudio Américo de Miranda no cargo de Presidente do TJPE para o biênio 1986/1988, o próprio magistrado registrou a necessidade de o Poder Judiciário ter independência administrativa e financeira, apesar de anotar anteriormente os esforços empreendidos pelo governador Roberto Magalhães em suprir as deficiências materiais do Poder Judiciário pernambucano. Na fala de Miranda (1985/1988, p. 294):

¹⁰⁹ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

Clama este, por imperiosa necessidade para o perfeito desempenho de seus misteres, pela sua independência financeira e administrativa, indispensável à sua libertação do jugo do Executivo, hipertrofiado em sua amplitude funcional. Atenderá, a nova Carta, a essa aspiração? Se não o fizer, pouco poderá ter feito em benefício do povo, em termos de justiça. Daí porque, concito a magistratura brasileira a empreender luta sem descanso para a consecução dessa meta.

Em face da mordaza aplicada ao Poder Judiciário pelo Ato Institucional nº 5, que retirou de seus membros as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade (AI-5, art. 6º) e, assim, lhe extraiu as garantias específicas essenciais ao seu livre desempenho¹¹⁰, a relação conflitante entre os Poderes Judiciário e Executivo estava arrefecida, mas, com a Emenda Constitucional nº 7/1977, os membros da Justiça tiveram novo fôlego para reivindicar sua autonomia administrativa e financeira mais abertamente, em geral preterida em relação aos outros poderes na liberação de recursos previstos no orçamento governamental federal e estadual.

O projeto político de uma nova Constituição Federal surgia com a expectativa de que essa autonomia fosse concretizada. Os magistrados não toleravam mais a ingerência do Poder Executivo. A dependência administrativa se materializava desde a autorização para realizar concurso público destinado aos cargos efetivos de atuação na Secretaria Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco até a edição de atos de remoção e promoção de juízes cuja competência era do governador do estado.

Por outro lado, a falta de recursos financeiros para o Poder Judiciário, como dito no discurso do Desembargador Cavalcanti, remete a situação econômica do país vivida nos anos de 1980, consequência das medidas tomadas pelos governos militares da década anterior. Segundo Francisco Luna e Herbert Klein (2014, p. 63):

Ocorreu extraordinário aumento na dívida externa, que se multiplicou por quatro, tendo passado de 17% para 27% do PIB. As taxas internacionais de juros ultrapassaram os 10% em 1979 e continuaram a subir pelos anos seguintes, afetando a maior parte da dívida externa brasileira, baseada em juros flutuantes. Por esse motivo, o serviço anual da dívida externa, inferior a US\$ 1 bilhão em 1973, ultrapassou os US\$ 5 bilhões em 1979 e dobrou em 1981. Neste último ano, os juros pagos da dívida externa representaram metade do valor das exportações brasileiras.

Assim, tinha-se a difícil questão econômica que o país vivenciava e, nesse fatiamento dos recursos financeiros, o Poder Executivo de Pernambuco não priorizava as demandas do

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/emenda-constitucional-n-1-1969>. Acesso em: 26 maio 2020.

Poder Judiciário, criando tensões entre os dois, materializadas aqui pelos discursos dos membros da Corte de Justiça local.

O Desembargador Benildes de Souza Ribeiro, eleito para o mandato de presidente no biênio 1984-1986, deu continuidade ao processo de informatização. Por meio do Ato nº 59, de 10 de abril de 1984, criou um grupo de trabalho denominado Grupo de Informática Jurídica, composto por juízes e servidores, com a finalidade de apresentar uma proposta de modernização dos serviços da Justiça empregando o processamento eletrônico de dados. Sob a presidência do juiz Jones Figueiredo Alves, estipulou-se o prazo de 90 dias para a elaboração e entrega de um relatório conclusivo dos trabalhos.

O então juiz Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, atualmente Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi um dos integrantes e em seu currículo consta que foi no ano de 1985. Os servidores Major PM José Lázaro de Souza e os bacharéis em Direito José Mariano da Silva e Risete Maria Laurentino de Souza completavam a equipe. (DOPJ, 12/4/1984, p. 1).¹¹¹

Em 9 de maio de 1984, o novo Chefe do Judiciário pernambucano também assinou com o Cetepe um contrato com a finalidade de implantar um sistema de controle que acompanharia o andamento dos processos na Justiça:

Cetepe acompanhará andamento dos processos no Judiciário. [...] Para tanto, estiveram reunidos o presidente do Cetepe, Paulo Gonçalves Filho e o presidente do Tribunal, Benildes Ribeiro, quando definiram as ações que modernizarão o sistema de processos e instituíram uma comissão para identificar as necessidades do uso da informática como meio de promover o aperfeiçoamento de procedimentos operacionais do órgão. De acordo com Paulo Gonçalves, “a medida será o primeiro passo dado pela empresa na prestação de serviços à área jurídica do Estado e que poderá evoluir para um sistema mais amplo, trazendo grandes benefícios sociais, já que contribuirá para a melhoria dos trabalhos dos juízes de Direito, cartórios, advogados, a exemplo do que vem ocorrendo em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul” (DOE, 10/5/1984, p. 20).¹¹²

Mais uma vez, a informação do periódico oficial lançou mão de uma linguagem desprendida de termos técnicos precisos, certamente para facilitar o entendimento da mensagem, pois possivelmente assinou-se um termo aditivo ao contrato em relação ao que fora celebrado em 30 de janeiro de 1984.

Em 12 de junho de 1984, o Conselho da Magistratura aprovou a proposição do Presidente do TJPE, Desembargador Benildes Ribeiro, para que os juízes Jones Figueirêdo

¹¹¹ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹¹² Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

Alves e Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes se ausentassem de suas comarcas para realizar viagem a São Paulo e Belo Horizonte juntamente com uma equipe do Cetepe a fim de obter subsídios para implantação de processamento de dados no Poder Judiciário do estado (DOPJ, 14/6/1984, p. 7 e 8).¹¹³

Em julho de 1984, o Grupo de Informática Jurídica realizou a entrega do Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário de Pernambuco à Presidência do TJPE, como consta no Ato nº 83/84, de 1º de outubro de 1984. Nesse mesmo ato, o presidente manteve o grupo e lhe atribuiu duas novas atividades: desenvolver e implantar, juntamente com o Cetepe, um sistema computadorizado de controle de processos na primeira instância e realizar estudos para viabilizar o desenvolvimento e implantação do Sistema de Gerência de Recursos Humanos, citado no Plano Diretor num prazo de 180 dias (DOPJ, de 3/10/1984, p. 1).¹¹⁴

Às vésperas da edição do Ato nº 83/84, o Presidente do TJPE e o Diretor-Presidente do Cetepe assinaram o Termo Aditivo nº 3, de 24 de setembro de 1984, designando uma equipe técnica composta de três técnicos do Cetepe – um analista de sistemas organizacionais e dois analistas de sistemas – para “os estudos referentes ao desenvolvimento e implantação de um sistema computadorizado de Controle de Processos de Primeira Instância, visando melhor atender as necessidades do Tribunal.” (DOPJ, 10/10/1984, p. 2).¹¹⁵

No ano seguinte, houve a publicação do Ato nº 37/85, de 11 de junho de 1985 (DOPJ, 13/6/1985, p. 1), editado pelo Presidente Benildes de Souza Ribeiro, nos idênticos termos do Ato nº 83/84, sinalizando que o prazo de 180 dias iniciais não seria suficiente para a execução dos dois objetivos estabelecidos, motivo pelo qual se fixou igual período para a conclusão dos trabalhos, o que praticamente se aproximava da data final de sua gestão em janeiro de 1986 (biênio 1984-1986).

A parceria entre o TJPE e o Cetepe foi benéfica para o Poder Judiciário pernambucano (PJPE) porque, além de essa empresa ter expertise em projetos de informatização, também detinha um quadro de pessoal qualificado para planejar e executar os projetos. O PJPE não possuía tais profissionais, pois os concursos públicos para o seu quadro àquela época não exigiam como requisito a formação superior na área de informática. Essa espécie de seleção só aconteceu na década de 1990.

Ademais, havia um déficit de profissionais com essa formação no país, uma vez que os cursos de graduação em ciência da computação e correlatos da área de informática

¹¹³ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 25 out. 2019.

¹¹⁴ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹¹⁵ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

começaram a ser criados na década de 1970. Na verdade, primeiro foram oferecidos minicursos; em seguida, os cursos de pós-graduação e, com a formação de professores pós-graduados, foi possível criar os cursos de graduação e, assim, o mercado de trabalho teria profissionais habilitados para lidar com essa nova área de conhecimento. Os alunos desses cursos de pós-graduação eram graduados das áreas de Matemática e Engenharia.

Marilza de Lourdes Cardi (2002, p. 92), em sua dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Informática e Estatística da Universidade Federal de Santa Catarina, relata esta situação:

O início do ensino da computação no Brasil nasceu com uma série de minicursos, como por exemplo, os que aconteceram dentro da PUC-Rio, ITA e UFMG. Na PUC-Rio os minicursos iniciaram no Centro de Cálculo [...]. Depois iniciaram as atividades de cursos de pós-graduação direcionados aos graduados em outras áreas como Matemática e Engenharia. Praticamente todas as universidades, exceto a USP, começaram suas atividades na área da computação com curso de pós-graduação (fato que ocorreu na maior parte do mundo). Pois o objetivo era formar professores para lecionar nos cursos de graduação.

Motoyama et al. (1994, p. 442) destacam o protagonismo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), conforme anotado no primeiro capítulo, pois foi lá que se construiu o Zezinho, o primeiro computador brasileiro. Os engenheiros eletrônicos e tecnólogos formados pelo ITA foram essenciais para a formação dos quadros iniciais da informática tanto no setor acadêmico como industrial.

Mas os autores também citam a colaboração da Universidade de São Paulo (USP), que, em 1965, criou um curso de pós-graduação em Eletrônica e, com o avanço na área de telecomunicações no país, um curso de comutação telefônica digital. Continuando as inovações na área de ensino, o Departamento de Engenharia Elétrica da USP implantou, em 1969, os Laboratórios de Sistemas Digitais, Microelétrica, Cristais de Silício e Sistemas Eletrônicos. Foi o Laboratório de Sistemas Digitais, sob a liderança de A. H. Guerra Vieira, que conseguiu projetar e desenvolver um computador nacional – o “Patinho Feio” – em 1972 (MOTOYAMA et al., 1994, p. 444-446).

Marilza Cardi (2020, p. 93) também anota a importância da criação de Departamentos de Informática nos centros acadêmicos como ocorreu na UFPE, Universidade e Centro Tecnológico de Campinas, USP, UFRGS e UFMG, ressaltando que o Departamento de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (DI-UFPE) foi criado em 1972 e o curso de mestrado funcionou a partir de 1974. Sob a coordenação de Dr. Múcio Gomes Queiroz, nessa primeira turma formavam-se quatro novos mestres: Paulo Cunha, João Jesus Pereira, Oceano Neves e Veríssimo Neto.

Ainda em Pernambuco, o curso de Bacharelado em Ciências da Computação da UFPE foi autorizado em 6/9/1979¹¹⁶ e o de Engenharia da Computação da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) somente em 10/8/1986, por meio da Portaria MEC nº 602 do Ministério da Educação e Cultura, publicada no *Diário Oficial da União* (DOU, 20/8/1986).¹¹⁷ A Universidade de Pernambuco (UPE) formou a primeira turma do curso de Engenharia da Computação em 2004.¹¹⁸

Repetindo a tendência nacional de formação de novos técnicos na área de informática, a Faculdade de Administração da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP) ofereceu, em caráter permanente, a partir do primeiro semestre de 1987, um curso de informática para formação de analistas de sistemas e programadores, a nível médio, universitário ou de extensão, como atividade extracurricular, com aulas teóricas e práticas em laboratório de informática, composto de 25 microcomputadores, impressoras e demais componentes do sistema Burroughs MI-5012 (Módulo Inteligente) (DOE, 12/12/1986, p. 28).¹¹⁹

O presidente do Tribunal de Justiça recorreu à FESP para capacitar os servidores públicos selecionados para trabalhar na área de informática, como se verá mais adiante nos relatos de Maria Valéria Tenório, funcionária do Cetepe.

Devido à ausência de servidores capacitados no TJPE e ao reduzido número de profissionais no mercado de trabalho com formação em informática, a atuação dos técnicos do Cetepe se revelou essencial para que o PJPE iniciasse o processo de informatização. Com a assinatura do Termo Aditivo nº 3 pelos gestores do TJPE e do Cetepe, foram enviados os primeiros profissionais dessa empresa para o Tribunal de Justiça, sendo um deles a analista de sistemas Maria Adriana Manso Martins Siqueira Ovídio Rodrigues:

Bem, inicialmente houve um momento no Cetepe, talvez em 84, 85, um momento de alto crescimento da empresa, [...] já tinha trabalhado em alguns sistemas de pensões do Estado, do sistema financeiro de habitação, então eu fui escalada para ajudar o Tribunal de Justiça num sistema de distribuição de processos da Primeira Instância. Essa equipe era formada por dois juizes, na época, Doutor Og e Doutor Jones e uma pessoa da Polícia Militar, que era o Major Lázaro. Da parte da T.I., tinha Roberto Azevedo, como uma pessoa de O & M, de desenvolvimento, eu, e se agregou também um colega, Mousinho, para a parte operacional. Essa equipe do Cetepe viajou a Minas Gerais, teve o conhecimento, o aprofundamento necessário de todo sistema e, chegando aqui, interagindo nessa equipe multidisciplinar, nós desenvolvemos todo o processo de informações e de saídas que o sistema, que o

¹¹⁶ Disponível em: <https://www.ufpe.br/ciencias-da-computacao-bacharelado-cin>. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹¹⁷ Disponível em: http://www.unicap.br/graduacao/pages/?page_id=88. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹¹⁸ Disponível em: <http://www.upe.br/graduacao/cursos-presenciais.html?view=article&id=434:bacharelado-em-engenharia-da-computacao&catid=113:project-2>. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹¹⁹ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

projeto deveria ter. Foi construído, foi um projeto construído então a cinco mãos que depois foi agregando procuradores, operadores da T.I., pessoas do Tribunal que tiveram que conviver com as máquinas, que na época eram fornecidas pela Elógica, então também um ambiente novo de implantação, tanto de sistema quanto de equipamentos. Dificuldades foram grandes, mas tivemos a possibilidade de começar a distribuir os processos. Não me recordo se, na época, efetivamente o sistema começou a funcionar no final de 85 ou início de 86.¹²⁰

Possivelmente o ano em que esses três especialistas do Cetepe começaram a atuar no Poder Judiciário foi realmente 1984, após a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato nº 3, pois o Grupo de Informática Jurídica tinha concluído a elaboração do Plano Diretor de Informática do PJPE em julho de 1984 e Maria Adriana Manso relata que, ao retornar da viagem ao Tribunal de Justiça de Minas (TJMG), os dois grupos – o multidisciplinar e o dos técnicos em informática – interagiram para realizar o trabalho de desenvolvimento do sistema informatizado para a primeira instância do PJPE.

Na elaboração de suas memórias, Adriana Manso destacou o momento de crescimento do Cetepe segundo recordava, em 1984 ou 1985. Logicamente tal acontecimento não estava apartado do que acontecia no mundo e no Brasil. Como dito no primeiro capítulo, em 1984 foi publicada a Lei de Política Nacional de Informática (Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984), que consolidava a reserva de mercado para as empresas nacionais do ramo de informática e as assemelhadas da área de tecnologia. Ainda pertinente ao protecionismo, os órgãos públicos eram obrigados a adquirir os produtos e serviços de tecnologia quase que exclusivamente de empresas brasileiras, categoria em que o Cetepe se enquadrava.

Outra menção se refere às máquinas fornecidas pela Elógica para o TJPE. A empresa pernambucana Elógica Microsistemas Ltda. foi criada em 1983, voltada para a comercialização de produtos de microinformática. Depois tornou-se a Corisco Tecnologia S.A., focada na fabricação de microcomputadores com tecnologia desenvolvida em Pernambuco em parceria com a UFPE¹²¹, mais um dado que reforça o resultado da Política Nacional de Informática.

A empresa que deu início a diversos empreendimentos na área de tecnologia, culminando na abertura da Elógica Microsistemas Ltda., foi a Pitaco Assessoria Técnica Ltda., com sede em Recife, criada em 1976 pelo engenheiro elétrico José Eduardo Belarmino Alcoforado. O gestor da empresa acompanhou o cenário político e econômico favorável ao campo tecnológico, pois no ano seguinte lançou a Elo Processamentos de Dados Ltda., que estabeleceu uma parceria com o Departamento de Física da Universidade Federal de

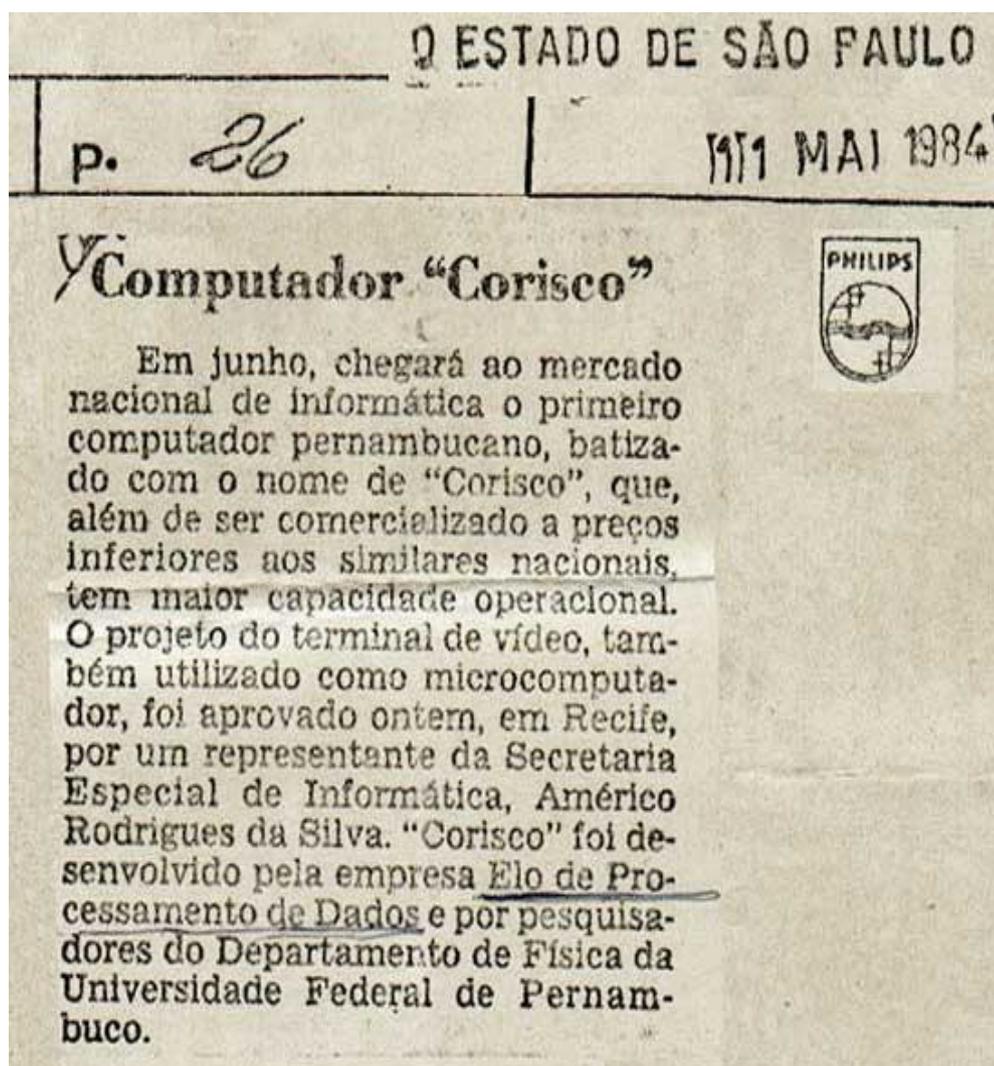
¹²⁰ Entrevista realizada com Maria Adriana Manso Martins Siqueira Ovídio Rodrigues, Recife-PE, em 12 de setembro de 2019.

¹²¹ Disponível em: <http://elologica.info/>. Acesso em: 30 maio 2020.

Pernambuco (UFPE), resultando na criação do primeiro microcomputador pernambucano em junho de 1984 – o “Corisco” (citado pela entrevistada Adriana Manso Rodrigues) –, que passou a ser produzido e comercializado pela Corisco Tecnologia S.A.

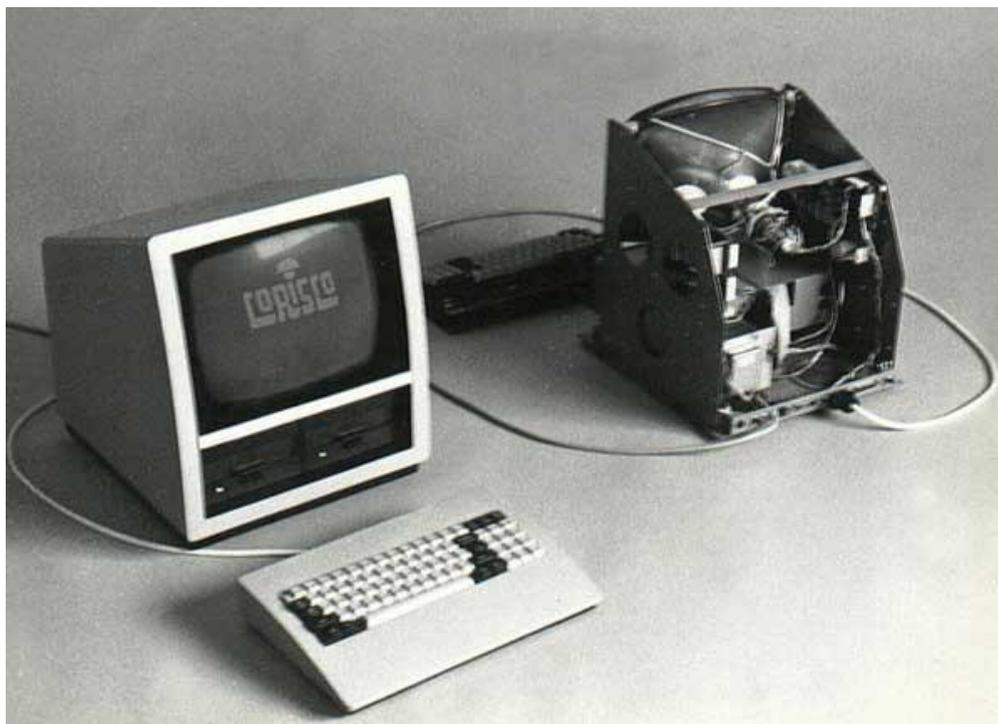
O êxito da parceria foi noticiado pelo jornal O Estado de São Paulo do dia 11 de maio de 1984.

Imagem nº 3 – Recorte da notícia jornalística publicada no jornal O Estado de São Paulo de 11 de maio de 1984, p. 26, sobre o primeiro computador produzido em Pernambuco.



Fonte: Imagem obtida do site: <http://elologica.info/>. Acesso em 13 de maio de 2020.

Imagem 4 – Corisco, o primeiro computador pernambucano, lançado em 1984.



Fonte: Imagem obtida do site: <http://elogica.info/>. Acesso em 13 de maio de 2020.

A Corisco Tecnologia S.A. deixou de produzir microcomputadores em 1988, provavelmente em decorrência das mudanças políticas e econômicas no país, ocorridas com o fim do protecionismo às empresas nacionais de tecnologia e a abertura do mercado brasileiro para os investimentos das empresas multinacionais. A competitividade com as grandes organizações de tecnologia da informação tornou-se inviável.

Adriana Manso destaca, ainda, a dificuldade de associar a linguagem jurídica à da informática pela falta de objetividade da primeira, o que influenciou na extensão do prazo para a construção do sistema:

Eu acredito que nós levamos alguns meses para fazer o trabalho conjunto. Porque a área jurídica não é uma área racional... racional, de ciências exatas, né? Então havia assim, muito debate entre o que podia ser e o que deveria ser. Para informática, nós precisávamos de respostas concretas e, muitas vezes, não conseguíamos chegar a essa concreta, né? Por conta da lei, os entendimentos da lei etc.¹²²

A entrevistada parece querer justificar o tempo decorrido para a construção do sistema informatizado para o PJPE: antes desenvolvia sistemas que guardavam uma

¹²² Entrevista realizada com Maria Adriana Manso Martins Siqueira Ovídio Rodrigues, Recife-PE, em 12 de setembro de 2019.

objetividade matemática, própria da linguagem da informática, como aqueles para gerir as pensões e o setor financeiro habitacional do Estado de Pernambuco, e passou a ter contato com a linguagem jurídica, essencialmente subjetiva, repleta de várias interpretações na busca de quem está com a verdade. “A Matemática não oferece a verdade, mas apenas fixa o significado de certos signos, pois suas proposições são gramaticais” (MONTENEGRO, 2018, p. 27), daí a dificuldade para um analista de sistemas enquadrar tais subjetividades jurídicas.

Em abril de 1985, o Cetepe enviou para a Corregedoria Geral da Justiça mais técnicos com o mesmo objetivo de desenvolver o sistema de Controle de Processos de Primeira Instância, que reuniria informações sobre o andamento processual das ações judiciais das comarcas do Estado de Pernambuco, iniciando pelos processos distribuídos para a comarca do Recife. Um dos técnicos, a analista de sistemas Maria Valéria Lins Tenório, narrou sua chegada ao Poder Judiciário de Pernambuco com as seguintes palavras:

Primeiramente eu fui convidada a participar de um grupo de trabalho de informatização do Poder Judiciário aproximadamente em abril de 85, quando se formou o primeiro grupo de trabalho que foi fruto de um contrato celebrado entre o Tribunal de Justiça e o Cetepe, na época, era Cetepe ainda. Se não me falha a memória, foi Doutor Cláudio Américo que fez esse contrato, que assinou esse contrato, depois foi seguido por Doutor Benildes Ribeiro, e aí nós começamos o processo de informatização. Então, em 85 formou-se o grupo de trabalho para desenvolvimento do sistema, já teve um grupo antes, duas ou três pessoas antes que fizeram o estudo de viabilidade, que fizeram visitas a outros estados para conhecer o que existia nessa área e daí se formou esse grupo.¹²³

Valéria Tenório cita o Desembargador Cláudio Américo como responsável pela celebração do contrato entre o TJPE e o Cetepe, mas, como vimos, quem o fez realmente foi o Desembargador Gabriel Lucena Cavalcanti, no último mês do mandato de Presidente, biênio 1982-1984. Foi posteriormente sucedido pelo Desembargador Benildes de Souza Ribeiro.

O relato de Valéria Tenório sobre sua ida para o PJPE coincide com a informação veiculada no *Diário Oficial* de 4 de abril de 1985:

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Benildes de Souza Ribeiro; e o do Cetepe, Paulo Gonçalves dos Santos Filho, assinaram, ontem termos aditivos ao Contrato de Prestação de Serviços para execução das Fases II e III do Programa de Trabalho que visa o Controle de Processos da 1ª Instância para o Poder Judiciário, visando agilizar a informação sobre o andamento dos processos. [...] Nestas II e III Fases haverá a colocação de equipamentos no Cetepe e no TJPE e será destinado pessoal técnico habilitado para coletar as informações a serem teleprocessadas referentes aos processos em tramitação (DOE, 4/4/1985, p. 1).¹²⁴

¹²³ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

¹²⁴ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

Ainda conforme Tenório, para auxiliar os técnicos do Cetepe no desenvolvimento do sistema informatizado, foram selecionados servidores concursados do PJPE¹²⁵:

Houve uma seleção, eu acho que meio que espontânea, quem queria e quem não queria trabalhar nessa área informatizada. Aí surgiram... tinha engenheiros formados lá que resolveram migrar para essa área que achavam mais próxima da formação deles. Então isso foi uma coisa boa, muito boa que aconteceu. Como isso não preenchia tudo, então veio também gente de outras áreas. Vieram muitos por curiosidade, para saber o que era aquilo, como é que aquilo ia funcionar. Foi uma época de muita mudança e até chocava, muitas vezes chocava o pessoal mais antigo no Tribunal.¹²⁶

Uma das servidoras que integrou a equipe de informática para a CGJ, Giovanna Schettini, relata como ocorreu sua inserção nesse grupo:

Inicialmente eu trabalhei na Corregedoria. Em 86, quando o Desembargador Mauro Jordão assumiu a Corregedoria, ele, com a intenção de informatizar o primeiro grau, me chamou. Eu me ofereci, na realidade, para trabalhar na informática e daí já comecei a participar dos treinamentos do primeiro sistema, que se chamava Infojus. Então, dois dias eu ia para o Cetepe e três dias ficava na Corregedoria.¹²⁷

Além dos treinamentos na sede do Cetepe, outras ações de capacitação foram oferecidas para ensinar os servidores a fazer programação computacional destinada à construção do novo sistema, como narra Valéria Tenório:

Era o Cetepe que cuidava disso. Com o passar do tempo, algumas pessoas, alguns servidores do TJ, foram aderindo e, como eu disse, tinha engenheiros no meio, então eles começaram a aprender a programar, Doutor Mauro ofereceu... Fez uma parceria com a UPE e ofereceu curso de programação para quem quisesse. [...] Nós combinamos que faríamos uma pré-seleção. Então eu dei um curso de noção básica para eles, de lógica de programação. Ali a gente aplicava uns testes, e eu filtrando para ver quem ia, mas o resultado foi muito pouco, muito pouco mesmo. Assim de pessoal que... Teve Giovanna, que depois deixou, não é? Teve uma outra, eu esqueci o nome dela, que era engenheira mesmo. Essa também ficou pouquíssimo tempo. Entraram outras pessoas, apareceu, eu me lembrei, apareceu uma engenheira agrônoma, que ficou lá muito tempo na programação. Uma engenheira civil. Os engenheiros foram chegando e iam gostando, iam ficando. Agora o pessoal da área jurídica mesmo, os advogados, esses não... não se agradaram não.¹²⁸

¹²⁵ Nota do autor - Antes de outubro de 1988, havia concurso público para a Secretaria do Tribunal de Justiça de Pernambuco e para os cartórios oficializados. Os nomeados tornavam-se funcionários da Justiça. Para os cartórios extrajudiciais, a seleção era para empregados da Justiça, em regime celetista, com concurso supervisionado pela Corregedoria Geral da Justiça. Os titulares dos cartórios extrajudiciais também eram concursados, sendo denominados “serventuários da Justiça”. Portanto, havia três categorias com vínculos diferentes que atuavam no sistema de Justiça. Os concursos não tinham a mesma publicidade, requisitos e garantias como têm os realizados sob a vigência da Constituição Federal de 1988.

¹²⁶ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

¹²⁷ Entrevista realizada com Giovanna Schettini, Recife-PE, em 31 de maio de 2019.

¹²⁸ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

O fato de graduados da área de Matemática e Engenharia terem sido os primeiros alunos de cursos de pós-graduação de computação e se tornarem mestres e doutores nessa nova área de conhecimento permite compreender sua identificação com a linguagem de programação de informática. Cabe recordar, ainda, que os Departamentos de Informática criados nas universidades brasileiras foram gestados nos Departamentos de Física, Eletrônica, Cálculos, entre outros, que eram ambientes de estudo de alunos de Engenharia e Matemática.

Por outro lado, os bacharéis em Ciências Jurídicas e os demais da área de Ciências Humanas normalmente não possuíam semelhante afinidade, fazendo crer que a ida temporária para o setor de informática decorreu da curiosidade e tentativa de investir num segmento de trabalho em amplo crescimento e excelentes perspectivas dentro das organizações públicas e privadas.

O relato cita a Fundação Universidade de Pernambuco (UPE), que só foi criada em 1990, por meio da Lei nº 10.518, de 29 de novembro de 1990. Então, a parceria se deu na realidade com a Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP), antecessora da UPE¹²⁹, cuja criação data de 1966. Tais informações coincidem com a notícia citada anteriormente da oferta de cursos de informática pela FESP a partir do primeiro semestre de 1987.

Com a falta de pessoal qualificado e a necessidade de integração de conhecimento da área de informática com a jurídica, o desenvolvimento do sistema com base em um modelo adotado (o do Tribunal de Justiça de Minas Gerais) com características diversas das especificidades do Judiciário pernambucano logicamente precisou de adaptações. Os ajustes duraram quase dois anos, antes de se entrar literalmente na fase de operação. Em palavras de Valéria Tenório:

[...] porque o do primeiro grau foi todo desenvolvido aqui baseado em um sistema de Minas, que na realidade o sistema de Minas era uma cópia do sistema do Rio Grande do Sul. Minas viu o do Rio Grande do Sul e adaptou. Pernambuco foi a Minas, foi ao Rio Grande do Sul, e eu não sei por que, isso aí não era comigo, isso foi antes. Foi na época de projeto mesmo, de planejamento. Então gostou do de Minas e trouxe para cá. Naquela época não tinha essa facilidade de trazer... Trazia quilos e quilos e quilos de papel. Então a gente ia lendo aquele negócio, tentando entender o que estava ali e reproduzindo, adaptando à realidade daqui. Tinha coisas bem diferentes.

[...] Tinha uma coordenadora da equipe, que era Adriana Manso, foi ela quem coordenou a equipe, ela coordenou a equipe desde o começo. Foi ela quem fez essas viagens, ela que foi conhecer lá fora, era ela que lidava direto com a Presidência do Tribunal, foi uma pessoa muito importante nesse processo¹³⁰.

¹²⁹ Disponível em:

http://www.upe.br/images/industriX/arquivos/institucional/documentos/estatuto_atualizado.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

¹³⁰ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

Em outra passagem de sua entrevista, ao falar da orientação que recebia do Juiz Geraldo Og para desenvolver o sistema observando as regras jurídicas, relata uma experiência fracassada, que certamente impactou o cronograma de entrega do sistema:

A princípio era dirigido tudo com ele. Inclusive ele foi, nos primeiros dias, na primeira parte, quando a gente começou a desenvolver, que não tinha nenhum da área jurídica. Então ele foi para lá, ele ia para lá, acho que quase toda a tarde, ensinar para a gente rudimentos de Direito. Explicar como é que funcionava, qual era a competência das varas, como era a distribuição, tudo isso ele ensinou para a gente. Tem umas coisas engraçadas que a primeira distribuição que a gente fez, a gente, claro, a gente tinha que botar um processo criminal, que era o fascinante, e ele caiu para a Primeira Vara Cível (risadas). Doutor Og disse: “para, para, para, para, que está tudo errado!”¹³¹.

O relato demonstra a dificuldade de conciliar a nova linguagem que surgia, a da informática, com a tradicional linguagem jurídica, repleta de conotações próprias.

Desenvolver o projeto de informatização da distribuição processual das varas da comarca do Recife demandou recursos financeiros elevados para atender o Cetepe e o TJPE, principalmente quanto à aquisição de equipamentos, mas, como mencionado anteriormente, essa iniciativa ficava a cargo do Poder Executivo. Sendo assim, o governador Gustavo Krause enviou o Projeto de Lei nº 989/86 à Assembleia Legislativa, que autorizava o Poder Executivo a contratar empréstimos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a finalidade de o Cetepe implantar Sistemas de Informatização do Poder Judiciário, de Identificação Civil e Criminal, de Controle de Mercadorias em Trânsito e de Atendimento a Reclamações e Informações (DOE, 10/6/1986, p. 29).¹³²

O envio desse projeto de lei gerou a publicação no DOE de 14 de junho de 1986 sob o título “Projeto governamental vai ampliar computação estadual” (DOE, 14/6/1986, p. 40). Destaca-se que, além do Poder Judiciário, também seriam atendidos órgãos das Secretarias de Segurança Pública, da Fazenda e da Desburocratização.¹³³

O projeto de lei teve rápida tramitação nas comissões legislativas, sendo aprovado sem dificuldades e sancionado pelo governador Gustavo Krause como a Lei nº 9.855, de 23 de julho de 1986 (DOE, 24/7/1986, p. 1).¹³⁴

Apesar disso, os recursos financeiros foram insuficientes, já que o novo projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa, com o nº 1089, requeria novamente autorização para a

¹³¹ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

¹³² Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹³³ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹³⁴ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

contratação de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O processo se repetiu com celeridade, transformando-se na Lei nº 9.979, de 23 de dezembro de 1986 (DOE, 24/12/1986, p. 6). Entre o envio do pedido do governador Gustavo Krause em 5/12/1986 e a sanção da lei em 23/12/1986, contam-se apenas 18 dias: este foi o tempo demorado para receber os pareceres favoráveis necessários de todas as comissões. Isso ocorreu no último mês de mandato do governo, uma vez que, a partir de 1º de janeiro de 1987, assumiria o governador recém-eleito Miguel Arraes de Alencar (DOE de 6/12/1986, p. 27).¹³⁵

O Brasil estava sob a presidência de José Sarney, num momento de promoção de medidas para a redemocratização do país, porém economicamente refém de uma inflação que, no final de 1985, alcançou a marca de 255,16%. O ano seguinte, quando ocorreram as aprovações dos dois empréstimos, não foi diferente. As negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não progrediram, pelo contrário: em fevereiro de 1987, o governo brasileiro decretou moratória. Mas o objetivo de avançar com as informatizações dos órgãos públicos superava essas dificuldades, tendo em vista o êxito na obtenção e aprovação dos empréstimos para tal.

Para acompanhar as modificações decorrentes da implantação dos sistemas de informatização e os efeitos que estes teriam sobre a estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, o Desembargador Presidente Cláudio Américo de Miranda enviou para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 1050, cujo ofício de encaminhamento afirmava que:

Inicialmente, visa o projeto a criação nos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Núcleo de Organização e Sistemas, a fim de atender a todos os órgãos do Tribunal, no tocante à administração dos sistemas de processamento de dados, organização e métodos, com a finalidade de aumentar a eficiência e a rapidez dos serviços. Com a implantação do Plano de Informática, torna-se inadiável a criação do mencionado Núcleo. Por outro lado, já se encontra em tramitação nessa Assembleia Legislativa, Projeto de Lei nº 989, do Poder Executivo, solicitando autorização para contratar operações de crédito com a Agência Especial do FINAME e com o BNDES, através do CETEPE, destinado, também à implantação do plano de informática do Poder Judiciário (DOE, 10/10/1986, p. 13)¹³⁶.

O projeto de lei tramitou na Assembleia Legislativa em regime de urgência, sendo aprovado e sancionado pelo governador Gustavo Krause. A Lei nº 9.959, de 16 de dezembro de 1986, redefiniu a estrutura organizacional do PJPE, que ganhou um Núcleo de Organização

¹³⁵ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

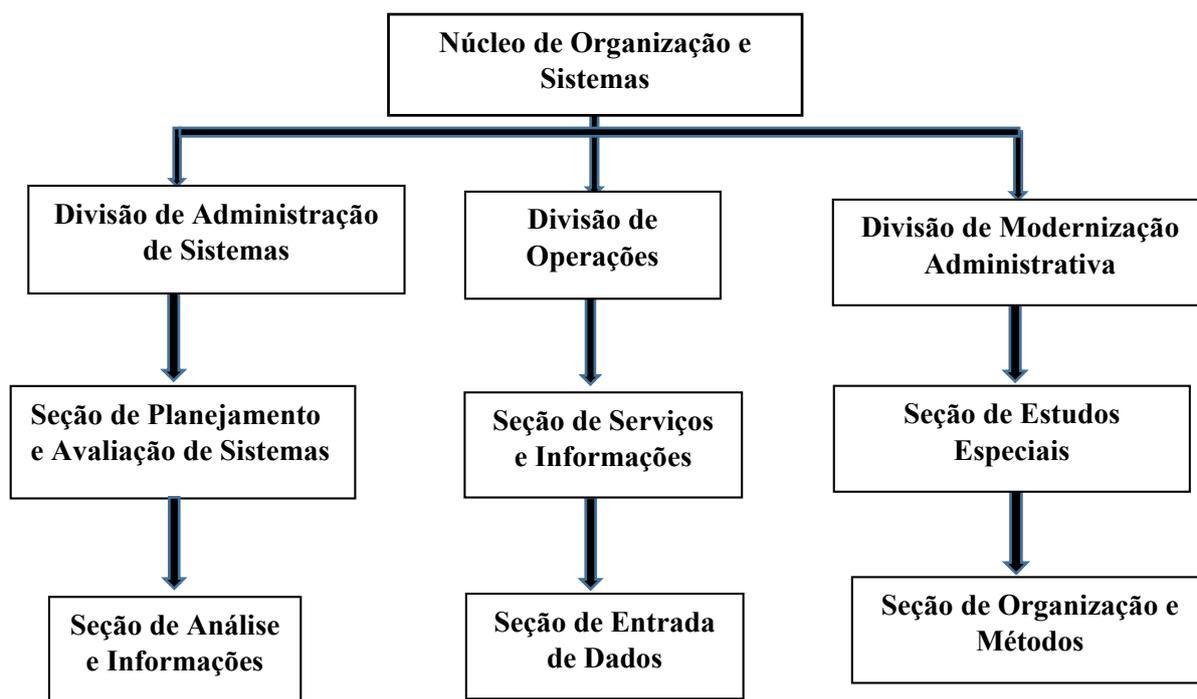
¹³⁶ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

e Sistemas (NOS) composto por três divisões, cada uma com duas seções (Organograma nº 4). A competência do Núcleo visava:

atender a todos os órgãos do Tribunal de Justiça no tocante à administração dos sistemas de processamento de dados, organização e métodos, desenvolvimento de trabalhos que visem a aumentar a eficiência dos serviços do Poder Judiciário e apoio às Comissões que realizem estudos especiais sobre expansão de instalações físicas, criação e instalação de novas Varas, e Comarcas e modificações administrativas e de Organização Judiciária.¹³⁷

Os efeitos da nova estrutura não foram imediatos: o primeiro diretor do NOS só foi nomeado em 1991, o que deu a impressão de um descompasso entre a criação da nova estrutura e sua iminente necessidade. Talvez centralizar toda a estrutura sob os cuidados de um magistrado – como ocorreu – fosse a estratégia mais adequada naquele momento para garantir a continuidade das ações de implantação.

Organograma 4 – Estrutura organizacional do Núcleo de Organização e Sistemas



Fonte: Elaborado com base na Lei nº 9.959, de 16 de dezembro de 1986 (DOE, 17/12/1986).

¹³⁷ Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=2148&tipo=TEXTTOATUALIZADO>. Acesso em: 2 ago. 2019.

Cargo em comissão criado pela mesma lei que instituiu a unidade organizacional no organograma do TJPE, o diretor do NOS estava subordinado diretamente à Presidência do Tribunal. Exigia-se formação de nível superior como analista de sistemas e experiência profissional de no mínimo três anos. Sua principal atribuição era: “Gerenciar as divisões sob a sua responsabilidade, orientando e controlando o desenvolvimento de todos os trabalhos de Informatização e modernização administrativa do Judiciário” (Anexo I da Lei nº 9.959, de 16/12/1986). A nomeação do primeiro ocupante do cargo de diretor do Núcleo de Organização e Sistemas, João Corte Magalhães Filho, só ocorreu em 7 de janeiro de 1991 por meio do Ato nº 11/91 (DOPJ, 8/1/1991, p. 1), ou seja, depois de quatro anos de sua criação¹³⁸.

Apesar de essa estrutura do Núcleo ter sido criada legalmente no final de 1986, somente em 30 de abril de 1993, após a publicação da Resolução nº 66, de 24 de abril de 1993¹³⁹, estabeleceram-se as atribuições das divisões e seções do NOS, ou seja, pouco mais de seis anos depois da Lei nº 9.959/86.

No período de janeiro de 1987 até dezembro de 1990, não houve designação de um responsável pelo novo Núcleo, situação contornada com a criação da função de coordenador de informática pela Resolução nº 29/88, aprovada em 23 de maio de 1988 pelos integrantes do Conselho da Magistratura¹⁴⁰. O juiz Geraldo Og Fernandes foi designado para ocupar essa função, cuidando, ainda, da equipe criada para executar a distribuição e o acompanhamento processual das varas da comarca da capital. Assim, todo o trabalho de informatização do PJPE ficou sob a responsabilidade do magistrado.

Paralelamente às modificações implantadas nos serviços auxiliares do TJPE, a Corregedoria Geral da Justiça avançou na implantação do sistema de distribuição e acompanhamento processual. Para regulamentar juridicamente as atividades relacionadas ao sistema informatizado cujas operações iniciaram em dezembro de 1986, o Desembargador Corregedor Geral da Justiça Mauro Jordão submeteu ao Conselho da Magistratura o Provimento nº 2, de 24 de julho de 1986, que disciplinava o Processamento de Dados dos Serviços Forenses do Primeiro Grau da Comarca do Recife, aprovado na sessão de 3 de novembro de 1986.

¹³⁸ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 25 out. 2019.

¹³⁹ Disponível em:

http://www.tjpe.jus.br/cgi/om_isapi.dll?clientID=449181&infobase=normasinternas&record={7621F}&softpage=ref_Doc. Acesso em: 27 jul. 2019.

¹⁴⁰ Disponível em:

http://www.tjpe.jus.br/cgi/om_isapi.dll?clientID=449181&infobase=normasinternas&record={76341}&softpage=ref_query. Acesso em: 27 jul. 2019.

O Conselho da Magistratura, órgão máximo da disciplina do Poder Judiciário Estadual, presidido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, à época era composto por mais quatro desembargadores: Vice-Presidente, Corregedor Geral da Justiça e dois desembargadores eleitos. Dentre as suas competências estava a que aprovou o Provimento¹⁴¹ nº 2, prevista no art. 59 da Resolução nº 10, de 28/12/1970: “VI – determinar, mediante provimento geral ou especial, as medidas que entender necessárias ou convenientes ao regular funcionamento da justiça, ao seu prestígio e à disciplina forense”.¹⁴²

Pelo Provimento nº 2, criou-se a Unidade de Distribuição Automatizada (UDA), cuja função era a distribuição de feitos¹⁴³ processada pela computação eletrônica de dados. Com isso, foi possível criar o relatório da Distribuição de Feitos em substituição ao livro de Registro de Distribuição, que era preenchido manualmente pelos distribuidores da capital. A função desses serventuários da Justiça era distribuir equitativamente entre os juízes cíveis, criminais e fazendários as ações judiciais impetradas pelos advogados de acordo com as suas respectivas competências em função da matéria a ser julgada.

Se havia dez varas cíveis e 20 processos sendo propostos, o setor da UDA deveria distribuir dois processos para cada vara cível, sendo que o sistema o fazia de forma aleatória. As petições iniciais que dariam início ao processo recebiam uma capa de papel espessa com o número recebido na distribuição e diversos campos em branco, cujos preenchimentos eram realizados com os dados do processo: nomes de autor, réu e advogado, data de autuação, nome jurídico da ação judicial, como ação de despejo.

Juntamente com esta unidade, acrescentou-se a criação de outros dois setores: a Unidade de Registro de Movimentações (URM) e a Central de Informações (CI). Eles completaram a tríade necessária para dar suporte à nova metodologia de trabalho adotada com a implantação do sistema informatizado, o Infojus, mesmo nome usado para designar o Projeto de Informatização do Judiciário do Estado, como consta no primeiro considerando do Provimento nº 2:

¹⁴¹ Nota do autor - Provimento – instrumento normativo interno do TJPE, no ordenamento jurídico é considerado norma infralegal, hierarquicamente fica abaixo da lei, ou seja, se uma lei disciplinar uma matéria, um Provimento não pode contrariar os ditames dessa lei. Os instrumentos normativos internos do TJPE são: Resolução, Provimento, Portaria, Instrução Normativa, Instrução de Serviço e Ato, nessa ordem de hierarquia. O emprego de um provimento depende da matéria a ser tratada e a legitimidade para a sua expedição, pode ser de um colegiado de desembargadores ou individualmente pelo Presidente ou Corregedor Geral da Justiça.

¹⁴² Disponível em:

http://www.tjpe.jus.br/cgi/om_isapi.dll?clientID=222760&PesqGlobal=resolu%e7%e3o%20n%ba%2010&TipoNormas=&advquery=resolu%e7%e3o%20n%ba%2010&infobase=normasinternas&record={3E4B7}&softpage=ref_doc. Acesso em 27 jul. 2019).

¹⁴³ Nota do autor - “Feitos” é sinônimo de “processos” na linguagem da área jurídica.

CONSIDERANDO o Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Estado de Pernambuco, através do Tribunal de Justiça, e o Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco, Cetepe, para implantação dos módulos de Distribuição e Acompanhamento de Processos da Comarca do Recife, integrantes do Projeto de Informatização do Judiciário do Estado-Infojus: [...].¹⁴⁴

O trabalho da URM começava com a recepção das etiquetas de movimentações preenchidas pelas varas judiciais do Recife com os códigos representativos de cada movimento do processo. Essas etiquetas eram enviadas junto com os processos distribuídos e entregues nas varas no fim do dia, por volta das 17 horas.

No trabalho de resgate de memória, o servidor Marcos Antonio Heliodoro do Nascimento, que atuou no setor da URM, relatou como era o fluxo inicial dos processos distribuídos e que, depois, seriam processados por essa unidade:

Após a distribuição na UDA, os processos seguiam para as unidades judiciárias, com etiquetas de movimentações grampeadas nas capas dos autos; Os servidores das Varas, quando movimentavam os processos, colocavam o código de cada movimentação nas etiquetas e as enviavam à URM. Me lembro, ainda, de alguns códigos: processo concluso ao Juiz (2127); conclusão para despacho (7986); conclusos para sentença (7962). Atualmente as Varas Criminais usam esses códigos para alimentar o sistema de informações processuais criminais, vez que os processos crimes não foram incluídos no Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Depois de recebidas as etiquetas, os servidores da URM lançavam os códigos de movimentações no sistema informatizado Infojus. Havia uma avaliação dos códigos anotados antes da inserção no sistema para evitar erros de codificação. Em seguida, o banco de dados registrava as movimentações inseridas referentes a cada processo judicial individualmente e, quando solicitadas, o sistema as fornecia, impressas no formato de relatório sequencial cronológico de movimentações processuais denominadas “comunicação de informação” (CI). Essa expedição da informação ficava sob a responsabilidade do terceiro setor, a Central de Informações (CI), mesma sigla do seu produto de trabalho.

A Central de Informações era o setor onde os advogados obtinham as informações sobre o andamento do processo na vara judicial. Era comum ouvir o pedido “Quero uma CI de tal processo!”, para saber se estava com o juiz para algum pronunciamento (concluso para despacho – 7986 ou para sentença – 7962), se estava com prazo para o advogado falar nos autos, entre muitas outras fases processuais. Nesse último caso, o advogado tinha que se dirigir à vara judicial e retirar o processo. Situação menos comum acontecia em que era o próprio autor ou réu da ação judicial que procurava informações sobre o seu processo.

¹⁴⁴ Disponível em: www.tjpe.jus.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

A organização de trabalho desses dois setores, URM e CI, lembra a linha *batch* de produção adotada pelos grandes Centros de Digitação e Processamento de Massa de Dados (CPMDs) implantados no Brasil, conforme anota Álvaro Merlo (1999, p. 98):

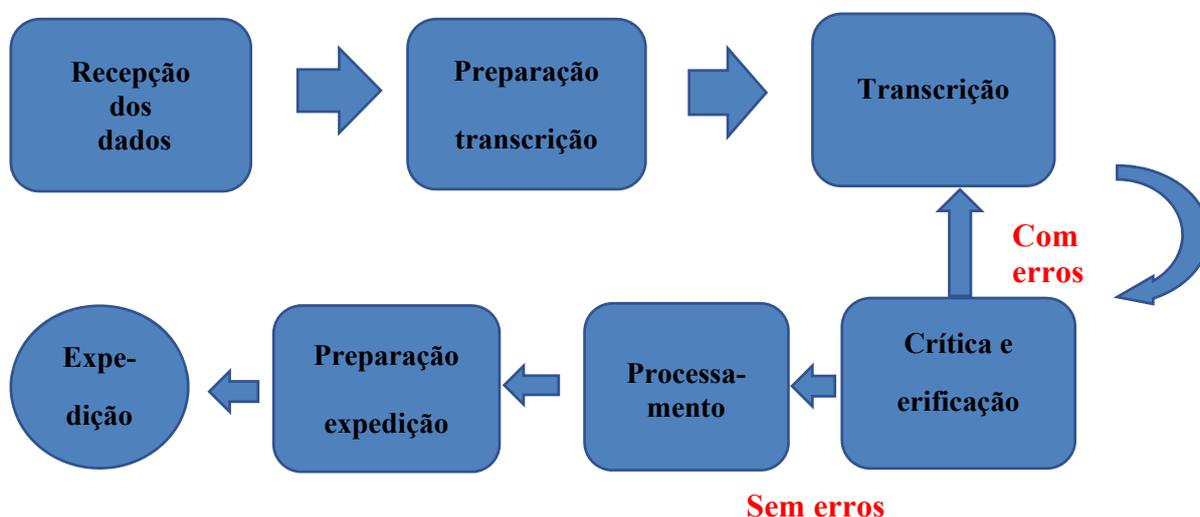
O modo *batch* obedece a uma concepção taylorista clássica de organização de trabalho. O fluxo produtivo é, inteiramente, definido pelo setor de desenvolvimento de sistemas, e as tarefas reservadas ao setor de produção – a qual incumbe, unicamente, a execução – são detalhadas nos manuais operacionais [...].

O autor ainda discorre sobre as etapas do fluxo *batch*:

Na recepção de dados, são acolhidos os documentos que contém as informações que passarão para o processamento. Nessa etapa, é estabelecido um rol dos documentos recebidos, para se permitir seu posterior acompanhamento no resto do ciclo produtivo e, ao final, sua localização para devolução ao cliente. É uma atividade essencialmente burocrática e se diferencia pouco do trabalho administrativo de qualquer outro ramo. [...]. Na preparação à transcrição, é feita uma primeira avaliação dos documentos a serem digitados na etapa posterior. Faz-se, também, uma eliminação de erros mais grosseiros, são salientados os campos preenchidos, visando facilitar a transcrição, e é realizada a seqüencialização (sic) e o agrupamento dos documentos (lotes). Na transcrição, os documentos e formulários têm as informações passadas do papel para o computador por intermédios de terminais [...]. A digitação nunca é feita diretamente no computador de grande porte (*main-frame*) (MERLO, 1999, p.98).

E Álvaro Merlo conclui asseverando que, após a transmissão de dados ao banco de dados, iniciava-se seu processamento. Em seguida, havia a emissão de resultados previstos na programação para aquele tipo de documento, podendo ser a impressão de relatórios, de carnês de cobrança, entre outras formas. E, finalmente, a expedição seria o fim do ciclo produtivo, quando a mercadoria deixava a empresa pela entrega de listagens ao cliente ou pelo envio de dados por via telemática ou por outro computador (1999, p.100).

Fluxograma 1 – Fluxo da linha *batch* de produção.



Fonte: Adaptado do Quadro 6 – Linha *batch* de produção, do livro *A Informática no Brasil: prazer e sofrimento no trabalho* (p. 99), de Álvaro Roberto Crespo Merlo.

Fazendo uma comparação entre a linha *batch* de produção e os trabalhos realizados pela URM e CI, notam-se as semelhanças: ambos utilizaram o conceito taylorista de organização de trabalho, de modo que o fluxo de trabalho e a técnica de codificação das informações a serem inseridas no Infojus seguiam os mesmos princípios. A execução realizada pela URM cumpria as tarefas constantes do fluxo conforme a Tabela 9.

Tabela 9 – Comparação entre a linha *batch* de execução e o fluxo de execução de tarefas da Unidade de Registro de Movimentações (URM).

Linha <i>batch</i> de execução	Fluxo de execução da URM
Recepção dos dados	Recepção das etiquetas de códigos
Preparação para a Transcrição	Preparação para a transcrição e Transcrição = digitação dos códigos (única fase)
Transcrição	
Crítica e verificação	Crítica e verificação
Processamento	Processamento
Preparação para a expedição	Preparação para a expedição
Expedição	Expedição na Central de Informação (CI)

Fonte: Criação própria.

Algumas considerações baseadas nos relatos de memória de Marcos do Nascimento comparadas com a narrativa de Álvaro Merlo merecem registros: as inserções no sistema Infojus eram apenas de códigos que a equipe de desenvolvimento tinha criado. Para cada código (número de quatro dígitos), um tipo de movimentação, ou seja, uma digitação mais simples, numérica apenas; na etapa de preparação para a digitação, o servidor lembra que o próprio sistema acusava erros quando havia e não aceitava o lançamento; portanto, as duas fases sofriam fusão. E, nesse caso, um dos servidores da URM se dirigia à vara judicial que havia emitido o código para conferir diretamente nos autos do processo correspondente a movimentação correta e fazer a mudança de código.

As etapas destacadas na tabela eram autônomas, sem intervenção humana, devidamente programadas no sistema. E na fase de expedição ocorria a atuação de outro setor,

a Central de Informações, que atendia a advogados, autores e réus da ação judicial e também promotores de justiça, procuradores estaduais e municipais – todos os que lidavam com o processo.

Resumindo, o trabalho desenvolvido pelos servidores lotados na Unidade de Registro de Movimentações (URM) era assemelhado, em menor escala, ao dos Centros de Processamento de Massa de Dados (CPMDs), objeto de estudo de Merlo (1999, p. 16):

Os CPMDs são verdadeiras “fábricas” de tratamento de informações, nas quais entram milhares de documentos com dados individualizados, que são incorporados um a um à produção através de preparo e digitação dos documentos por “operários” da informática. Essa informação é “industrializada” através do processamento eletrônico, resultando um produto sob a forma de informações aglutinadas e reorganizadas ou de dados estatísticos. Diferentemente da indústria tradicional, a matéria-prima da “indústria” de informação não é consumida durante a produção, mas é reaproveitada para criação de novos produtos.

Diferentemente do Núcleo de Organização e Sistemas, os três setores subordinados à Corregedoria Geral da Justiça não precisaram de uma lei para serem regulamentados, pois não houve criação de funções gratificadas nem cargos comissionados ou efetivos. Servidores efetivos que já atuavam na instituição foram lotados na URM, CI e UDA, fazendo parte desta última os três distribuidores da capital. O servidor Marcos Heliodoro, um dos entrevistados, foi convidado por meio de uma colega que trabalhava com o Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Sobre as funções dessas novas unidades da Corregedoria Geral da Justiça, Giovanna Schettini corrobora os citados registros com seus relatos de memória:

[...] Em 86, dezembro de 86, foi implantado o sistema Infojus, onde eu trabalhava na unidade de distribuição. Esse sistema era dividido em três setores, a UDA, que era a unidade de distribuição, a CI, que era Central de Informação, o público e advogados iam pegar o andamento do processo e a URM, que era o movimento dos processos. Então as secretarias, as varas mandavam, preenchiam formulários onde era digitado pela URM [...].¹⁴⁵

O trabalho da Unidade de Registro de Movimentação representava a incipiência do processo de informatização das varas judiciais da capital. Os servidores dessas unidades não lançavam dados no sistema Infojus – atividade que realizariam alguns anos depois, quando os terminais de computadores foram instalados nas varas.

O controle das movimentações processuais já era feito por meio de fichas de papel espesso (denominadas comercialmente de “fichas pautadas”), contendo resumidamente

¹⁴⁵ Entrevista realizada com Giovanna Schettini, Recife-PE, em 31 de maio de 2019.

informações do passo a passo do processo.¹⁴⁶ Tinham ainda as fichas para controle de entrega de processos para os advogados. As imagens abaixo contêm alguns exemplares dessas fichas.

Imagem 5 – Ficha do processo de nº 4365 – ano 1980 (frente), pertencente ao acervo da 1ª Vara de Sucessões da Capital, para controle de entrega ao advogado.

M. 14

PROCESSO N.º 4365 ANO 80

1ª VARA Sucessões - Primeira

AÇÃO Inventário

AUTOR Maria do Carmo de Souza Rodrigues

ADV. _____

RÉU _____

ADV. _____

DISTRIBUIDO EM: ____/____/____ TOMBADO EM: ____/____/____

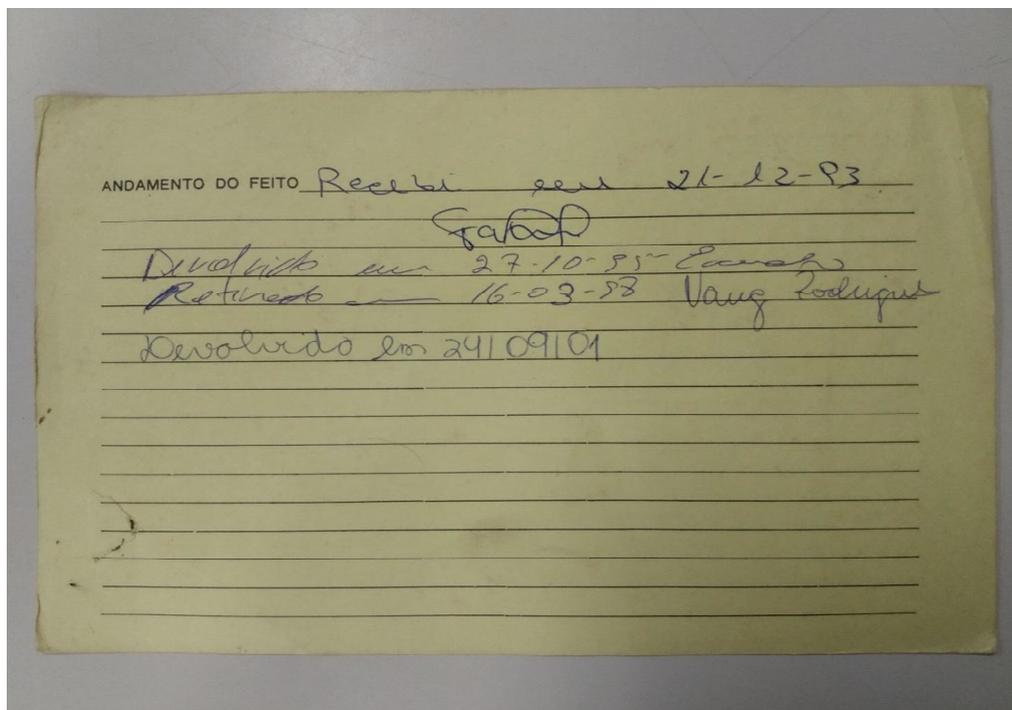
Fonte: Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Caixa sem identificação, guardada na Unidade de Buscas e Desarquivamento da Gerência do Arquivo Geral da Diretoria de Documentação Judiciária do TJPE.

No anverso estão anotados os dados de identificação do processo: número; ano; a vara judicial onde tramita; nome(s) do(s) autores, do(s) réu(s) e do(s) advogado(s); data da distribuição e a data do tomo.¹⁴⁷ Na imagem não há anotação do nome de réu porque se tratava de um inventário, que não possui réu, mas herdeiro(s) do falecido.

¹⁴⁶ Nota do autor - As fichas de acompanhamento de processo do 1º grau possivelmente foram descartadas algum tempo depois que o sistema Judwin do 1º grau, sucessor do INFOJUS, foi implantado em 1998. Buscas realizadas em diversas varas judiciais e no Arquivo Geral não tiveram êxito.

¹⁴⁷ Nota do autor - Tombo era o número que o processo recebia na vara judicial estabelecendo uma organização numérica própria e diferenciando-se daquela criada no momento da distribuição processual pelo sistema Infojus. Este era sequencial e crescente, mas abrangia todas as varas judiciais da comarca do Recife.

Imagem 6 – Ficha do processo de nº 4365 – ano 1980 (verso), pertencente ao acervo da 1ª Vara de Sucessões da Capital, para controle de entrega ao advogado.



Fonte: Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Caixa sem identificação, guardada na Unidade de Buscas e Desarquivamento da Gerência do Arquivo Geral da Diretoria de Documentação Judiciária do TJPE.

No verso, com a inscrição do andamento do feito, vê-se que houve duas retiradas do processo pelo advogado e posteriores devoluções.

No *Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco* de 13 de dezembro de 1986, publicou-se a primeira pauta de distribuição de processos por meio do sistema Infojus, de processamento de dados eletrônicos, na seção destinada aos departamentos do TJPE, e não a destinada à Corregedoria Geral da Justiça (DOPJ, 13/12/1986, p. 2 a 4).¹⁴⁸ O êxito dessa etapa inicial do processo de informatização do Poder Judiciário acabou ocupando lugar de destaque na capa do *Diário Oficial do Estado*:

Judiciário publica pauta de feitos através da Informática. Este **Diário Oficial**, através do encarte do “Diário do Poder Judiciário” publica hoje a primeira pauta de Distribuição de Feitos através de processamento de dados. O sistema de computação eletrônica do Fórum Paula Batista foi implantado no último dia 1º de dezembro, num esforço conjunto do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça e Cetepe, órgão da Secretaria de Planejamento do Estado” (DOE, 13/12/1986, p. 1).¹⁴⁹

¹⁴⁸ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹⁴⁹ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago. 2019.

Nas próximas duas imagens (7 e 8), uma reduzida e outra ampliada, vê-se a citada publicação no canto direito, terceira coluna da página, do *Diário Oficial do Poder Judiciário*. A primeira pauta ocupou as folhas de número 1 (capa) até a 4 do periódico.

Imagem 7 – Folha 02 do *Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco* de 13/12/1986, onde consta a parte inicial da publicação da primeira pauta de distribuição de processos judiciais gerada pelo sistema Infojus.

DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO Recife, Sábado, 13 de Dezembro de 1986

DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO CIVIL (Diretoria)

DISTRIBUIÇÃO DE FEITO REALIZADA EM 11.12.1986:

AO EXMº SR. DES. CARLOS XAVIER:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1621/86 - RECIPE REQUERENTE = Candy's e Carvalho & Góis, Sociedade de Por Quotas de Responsabilidade Limitada. (Adv. José Armando Burégio de Lima e Cláudio de Melo Valença)

REQUERIDO = O Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Capital.

Recife, 11 de dezembro de 1986

Apolônio Almeida
SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

a) Bel. Apolônio Almeida

DISTRIBUIÇÃO DE FEITO REALIZADA EM 11.12.1986:

AO EXMº SR. DES. CARLOS XAVIER:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1622/86 - RECIPE REQUERENTE = Mário George Sabino Nascimento (Adv. Luiz de Gonzaga Gomes de Freitas)

REQUERIDO = O Exmº Sr. Cel. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco

Recife, 11 de dezembro de 1986

Apolônio Almeida
SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

a) Bel. Apolônio Almeida

SOM A PRESIDÊNCIA DO EXMº SR. DES. DEMÓCRITO RAMOS REINALDO, TAMBÉM PRESENTE O EXMº SR. DR. MAREMÁRIO LAFRANCA, DA COMISSÃO DE SUBSTITUTO LEGAL DO PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA, REALIZOU-SE HOJE DIA 11 DE DEZEMBRO DE 1986, MAIS UMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEÇÃO CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, SECRETARIADA POR EURÍDICE CÂNDIDO BANDEIRA, DANDO-SE OS SEGUINTE JULGAMENTOS:

SEÇÃO CÍVEL

RELATADOS PELO EXMº SR. DES. DEMÓCRITO RAMOS REINALDO:

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº ... 1461/86 - GOIANA

AGRAVANTES = Severino Amaro Gomes e sua mulher, Maria José de Lima Gomes. (Adv. Afrânio Neves Baptista Neto)

AGRAVADO = O Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Goiânia "POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO. O EXMº SR. DES. BELÉM DE ALENCAR LAVRARA O ACORDOU"

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1698/85 - RECIPE REQUERENTE = Maria Salete de Souza Marques. (Adv. Zanoni Fortes Dantas e Antônio Pereira de Oliveira)

REQUERIDO = O Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 3ª Vara de Família da Capital.

LITISCONSORTE: Mario Marques Costa. (Adv. Mozyr Damplão)

UNANIMEMENTE, JULGOU-SE EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO"

RELATADO PELO EXMº SR. DES. WALDIR LINS:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 731/86 - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

REQUERENTE = Antonio José Berardo Loyo. (Adv. Marco Meira e Outros)

REQUERIDO = O Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Vitória de Santo Antão.

LITISCONSORTES: Cerâmica Vitória de Santo Antão Ltda. e Tarçilio Pio Fontes. (Adv. Waldenício Tavares de Melo e Outros)

"UNANIMEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA"

ACÃO RESCISÓRIA Nº 546/85 - RECIPE AUTORES = O Bel. Djalma Nunes Fernandes e sua mulher, Maria Zélia Picado Nunes Fernandes.

(Adv. Djalma Nunes Fernandes Júnior e Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho)

REU = Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. (Adv. Ely Ferreira Sales, Almer Waldinino de Araújo e Outros)

"UNANIMEMENTE, JULGOU-SE IMPROCEDENTE A AÇÃO"

Recife, 12 de dezembro de 1986

Eurídice Cândido Bandeira
SECRETÁRIA DAS SESSÕES

a) Eurídice Cândido Bandeira

MARIA DE LOURDES VANDERLEY MONTEIRO DE ARAÚJO PREZIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FEITOS CRIMINAIS

PROCESSO 00186000010 INQUÉRITO POLICIAL DISTRIBUIDO PARA 2ª - VARA CRIMINAL

FEITOS CÍVEIS

PROCESSO 00186000131 INQUÉRITO CANTILAN REU: VALTEMAR CARLA 7ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000128 EXECUÇÃO REU: EMPRESA EDITORIAL MANOARU LTDA. DISTRIBUIDO PARA 2ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000271 PROCESSO CÍVEL REU: "UNANIMEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA" DESAPARECIDO PARA 5ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000148 EXECUÇÃO AUTORIZADA REU: "UNANIMEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA" INVESTIMENTOS, INVESTIMENTOS, INVESTIMENTOS, INVESTIMENTOS, INVESTIMENTOS DISTRIBUIDO PARA 5ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000172 EXECUÇÃO REU: JOSÉ DAQUIR SILVA DISTRIBUIDO PARA 5ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000064 PROCED. ESPECIAL REU: CARLOS JOSÉ DA SILVA DISTRIBUIDO PARA 1ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000080 PRECATORIA ORDEM DE REALIZAÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA REU: SILVANO JOSE NEVES DISTRIBUIDO PARA 3ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000091 PRECATORIA ORDEM DE REALIZAÇÃO ADMINISTRADORA REU: CARVALHO E CAIS CAVALCANTE DE ARAÚJO REWALTER NEPOMUCENO DA SILVA, BENJAMIN RENICIO REITOS DISTRIBUIDO PARA 6ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000088 PRECATORIA ORDEM DE REALIZAÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA REU: CARVALHO E CAIS CAVALCANTE DE ARAÚJO REWALTER NEPOMUCENO DA SILVA, BENJAMIN RENICIO REITOS DISTRIBUIDO PARA 3ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000090 PRECATORIA ORDEM DE REALIZAÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA REU: CARVALHO E CAIS CAVALCANTE DE ARAÚJO REWALTER NEPOMUCENO DA SILVA, BENJAMIN RENICIO REITOS DISTRIBUIDO PARA 3ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000092 PRECATORIA ORDEM DE REALIZAÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA REU: CARVALHO E CAIS CAVALCANTE DE ARAÚJO REWALTER NEPOMUCENO DA SILVA, BENJAMIN RENICIO REITOS DISTRIBUIDO PARA 3ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000098 PRECATORIA ORDEM DE REALIZAÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA REU: CARVALHO E CAIS CAVALCANTE DE ARAÚJO REWALTER NEPOMUCENO DA SILVA, BENJAMIN RENICIO REITOS DISTRIBUIDO PARA 3ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000072 FEITO ADMINISTRATIVO DISTRIBUIDO PARA 2ª SUCESSÕES REG. PUBLICO

PROCESSO 00186000080 PROCED. ESPECIAL DISTRIBUIDO PARA 1ª - VARA ASS. JUDICIARIA

PROCESSO 00186000086 PRECATORIA ORDEM DE REALIZAÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA REU: CARVALHO E CAIS CAVALCANTE DE ARAÚJO REWALTER NEPOMUCENO DA SILVA, BENJAMIN RENICIO REITOS DISTRIBUIDO PARA 3ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000094 EXECUÇÃO AUTORIZADA REU: "UNANIMEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA" PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS REU: FARMACIA ABEIAS LTDA DISTRIBUIDO PARA 6ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000085 EXECUÇÃO AUTORIZADA REU: "UNANIMEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA" INVESTIMENTOS, INVESTIMENTOS, INVESTIMENTOS, INVESTIMENTOS, INVESTIMENTOS DISTRIBUIDO PARA 5ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000082 PROCED. ESPECIAL REU: "UNANIMEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA" FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, FUND FINANCIADORA REU: MAURICIO CIPRIANO OLIVEIRA DISTRIBUIDO PARA 7ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000082 PROCED. ESPECIAL REU: "UNANIMEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA" FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, FUND FINANCIADORA REU: MAURICIO CIPRIANO OLIVEIRA DISTRIBUIDO PARA 7ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000082 PROCED. ESPECIAL REU: "UNANIMEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA" FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, FUND FINANCIADORA REU: MAURICIO CIPRIANO OLIVEIRA DISTRIBUIDO PARA 7ª - VARA CÍVEL

PROCESSO 00186000082 PROCED. ESPECIAL REU: "UNANIMEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA" FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, FUND FINANCIADORA REU: MAURICIO CIPRIANO OLIVEIRA DISTRIBUIDO PARA 7ª - VARA CÍVEL

Recife, 11 de dezembro de 1986.

Apolônio Almeida
SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

a) Bel. Apolônio Almeida

Imagem 8 – Visão parcial da Folha 02 do *Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco* de 13/12/1986, com destaque da parte inicial da publicação da primeira pauta de distribuição de processos judiciais gerada pelo sistema Infojus.

DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO

Recife, Sábado, 13 de Dezembro de 1986

DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO CÍVEL (Diretoria)

DISTRIBUIÇÃO DE FEITO REALIZADA EM 11.12.1986:

AO EXMº SR. DES. CARLOS XAVIER:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1621/86 - RECIFE
 REQUERENTE = Candy's e Carvalho & Góis, Sociedade Por Quotas de Responsabilidade Limitada.
 (Adv. José Armando Burégio de Lima e Cláudio de Melo Valença)
 REQUERIDO = O Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Capital.

Recife, 11 de dezembro de 1986

Apolonio Almeida
 SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

a) Bel. Apolonio Almeida

DISTRIBUIÇÃO DE FEITO REALIZADA EM 11.12.1986:

AO EXMº SR. DES. CARLOS XAVIER:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1622/86 - RECIFE
 REQUERENTE = Mário George Sabino Nascimento (Adv. Luiz de Gonzaga Gomes de Freitas)
 REQUERIDO = O Exmº Sr. Cel. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco

Recife, 11 de dezembro de 1986

Apolonio Almeida
 SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

a) Bel. Apolonio Almeida

SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMº SR. DES. DEMÓCRITO RAMOS REINALDO, TAMBÉM PRESENTE O EXMº SR. Dr. MAYR MARANHÃO LAPENDA, NA QUALIDADE DE SUBSTITUTO LEGAL DO PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA, REALIZOU-SE HOJE DIA 11 DE DEZEMBRO DE 1986, MAIS UMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEÇÃO CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, SECRETARIADA POR EURÍDICE CÂNDIDO BANDEIRA, DANDO-SE OS SEGUINTE JULGAMENTOS:

SEÇÃO CÍVEL

RÉU = (Adv. Djalma Nunes Fernandes Júnior e Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho)
 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.
 (Adv. Ely Ferreira Sales, Abner Waldinino de Araújo e Outros)
 "UNANIMEMENTE, JULGOU-SE IMPROCEDENTE A AÇÃO".

Recife, 12 de dezembro de 1986

Euridice Cândido Bandeira
 SECRETÁRIA DAS SESSÕES

a) Euridice Cândido Bandeira
 MARIA DE LOURDES WANDERLEY MONTEIRO DE ARAUJO
 PRIMEIRO DISTRIBUIDOR DO FÓRUM DA CAPITAL

- FEITOS CRIMINAIS
- PROCESSO 00186000010 INQUÉRITO POLICIAL
 JOSÉ LITO INOCÊNCIO
 DISTRIBUIDO PARA 2ª VARA CRIMINAL
- FEITOS CÍVEIS
- PROCESSO 001860001513 PROCESSO CAUTELAR
 AUTOR JOSE JOAO XAVIER CARRIDO DA SILVA.
 REU VALDENAR CURY
 DISTRIBUIDO PARA 7ª VARA CÍVEL
- PROCESSO 001860001548 EXECUCAO
 AUTOR RECO MEMO LTDA.
 REU ENEM EMPRESA EDITORIAL MANDACARU LTOA.
 DISTRIBUIDO PARA 8ª VARA CÍVEL
- PROCESSO 001860000711 PROCESSO CAUTELAR
 AUTOR LUMISPOT COMERCIO E INDUSTRIA LTOA.
 REU IPAP INDUSTRIA PERNAMBUCANA ARTEFATOS
 DE PAPELÃO LTDA.
 DISTRIBUIDO PARA 5ª VARA CÍVEL
- PROCESSO 001860001483 EXECUCAO
 AUTOR FENICIA SA CREDITO FINANCIAMENTO
 INVESTIMENTOS, FENICIA SA CREDITO FINANCIAMENTO
 E INVESTIMENTOS, FENICIA SA CREDITO
 FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.
 REU MIZUEL JOSE DE FARIAS
 DISTRIBUIDO PARA 5ª VARA CÍVEL
- PROCESSO 001860001475 EXECUCAO
 AUTOR FENICIA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.
 REU JOSE JOAQUIM SILVA
 DISTRIBUIDO PARA 5ª VARA CÍVEL
- PROCESSO 001860000606 PROCED. ESPECIAL
 REU ARLINDO JOSE DE SOUZA
 DISTRIBUIDO PARA 1ª VARA CÍVEL
- PROCESSO 001860000860 PRECATORIA
 ORIGEM 2ª VARA LINS SP
 AUTOR REALCAR ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS
 LTDA.
 REU SILVANY JOSE NEVES
 DISTRIBUIDO PARA 10ª VARA CÍVEL
- PROCESSO 001860000916 PRECATORIA
 ORIGEM 3ª VARA LINS SP
 AUTOR GARAVELO E CIA
 DISTRIBUIDO PARA 8ª VARA CÍVEL
- PROCESSO 001860000894 PRECATORIA
 REU ONILDA MOREIRA DE MACEDO, ELIZARDO ROSENDO
 DO NASCIMENTO.
 DISTRIBUIDO PARA 2ª VARA CÍVEL

Fonte: Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE).

Ampliando-se a imagem 8, que apresenta duas das três colunas da folha do periódico, observam-se os dados que compõem a distribuição de cada processo: numeração fornecida pelo sistema, tipo de processo, nome do autor e do réu, identificação da vara que vai receber o processo. Há algumas situações peculiares na área jurídica para tal identificação, como no caso de processos de inventários: eles não têm réu e constam o nome do inventariante (normalmente um dos herdeiros) e o espólio do falecido, entre outras discriminações específicas.

A informação de capa do DOE no caderno do Poder Executivo também relatou a vantagem fornecida pela inovação tecnológica adotada pelo Poder Judiciário:

Numa primeira etapa, o Poder Judiciário instalou os sistemas de distribuição automatizada e informações processuais, que permitirão aos usuários – notadamente os advogados – a distribuição dos processos a toda hora e não, (*sic*) no horário vespertino, como acontecia anteriormente, bem como terão consultas dos feitos de todo o Fórum Paula Batista numa área reformada no térreo do prédio.

Em suas narrativas, as funcionárias do Cetepe Adriana Rodrigues e Valéria Tenório enaltecem as vantagens da distribuição de processos automatizada. A primeira analista frisou a distribuição aleatória, que impedia o direcionamento na escolha do juiz para julgar os processos:

A primeira coisa era a distribuição aleatória, né? O nosso grande foco inicialmente era esse, de os processos não serem direcionados. Também de a população ter alguma informação em tempo hábil, mas o enfoque maior era garantir uma boa distribuição com equidade.¹⁵⁰

Já Valéria Tenório, relata a vantagem de a distribuição ser imediata: o advogado fica sabendo, no momento em que a demanda entra no processo, em qual vara judicial ele tramitará:

[...] A distribuição, ela só acontecia, isso aí foi uma grande vantagem para o advogado, porque a distribuição de feito, ela só acontecia às cinco horas da tarde, na Corregedoria. Os distribuidores levavam todos os processos lá pra cima e sorteavam manualmente para onde ia cada processo daquele. Com a informatização, não. O advogado entrava e já saía dali, podia ser de manhã, já saía dali sabendo qual era a vara para onde o processo dele iria.¹⁵¹

Tem-se a visão das analistas escaladas para desenvolver o projeto sob estudo e do órgão a que a empresa pública Cetepe estava subordinado (Secretaria de Planejamento do Estado) – certamente um posicionamento unilateral. O projeto impactava vários atores sociais, como os servidores do PJPE, os cidadãos, os operadores do direito, outros órgãos públicos e empresas privadas, ou seja, todos os que potencialmente poderiam litigar perante a Justiça.

O foco desta pesquisa foi naqueles que desenvolveram o projeto e nos magistrados e servidores do PJPE, cuja reação será relatada mais adiante.

No relatório de atividades do biênio 1984-1986, sob a gestão do Desembargador Corregedor Geral Mauro Jordão, encaminhado ao Presidente do TJPE em Ofício nº 118/87-A/CG, de 2 de fevereiro de 1987, consta, na seção intitulada “O FÓRUM E A

¹⁵⁰ Entrevista realizada com Maria Adriana Manso Martins Siqueira Ovídio Rodrigues, Recife-PE, em 12 de setembro de 2019.

¹⁵¹ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

INFORMÁTICA”, menção das reformas do térreo do prédio Paula Batista e da criação dos três novos setores para possibilitar a informatização do 1º grau:

Para que se tornasse possível implantação da informática do Judiciário, no Fórum Paula Batista, fez-se necessária a reforma do andar térreo e da sobreloja do prédio. [...] Através da Corregedoria Geral da Justiça foram adquiridos bureaux, mesas, telefones, estantes, terminais de computadores e máquinas impressoras, para um bom funcionamento dos cartórios de distribuição, da Unidade de Distribuição Automatizada (UDA), da Unidade de Registro de Movimentações (URM) e da Central de Informações (CI), novos setores surgidos no Fórum em decorrência da implantação do Processamento de Dados.¹⁵²

A obtenção desse sucesso pode ser atribuída aos vários meses de estudos pela equipe do Cetepe, que incluíram: análise da viabilidade do projeto, levantamento de custos para aquisição de equipamentos, remuneração de pessoal e criação, desenvolvimento e implantação do sistema. Para isso, contou-se com a colaboração dos magistrados Jones Figueirêdo Alves e Geraldo Og Fernandes. Graças à orientação deste último sobre questões jurídicas, foi possível elaborar os fluxos de processos para o desenvolvimento do sistema de distribuição e acompanhamento processual, como anotado anteriormente por Valéria Tenório e confirmado pela servidora Maria Adriana Manso Rodrigues:

Com certeza, Doutor Og e Doutor Jones se desdobravam, reuniões tanto faziam-se no Tribunal como no Cetepe, eles se deslocavam com a maior facilidade, muito integrados, torcendo para que desse certo, nos esclarecendo com todas as dúvidas, nos ajudou a construir um diagrama de fluxo de dados, que se pode chamar o que nós desenvolvemos. Lembro assim, que ocupava uma folha de A3, enorme. Todo esse trabalho, quando foi concluído, estranhamente sumiu, mas o Cetepe, nossa equipe, tínhamos o histórico dos levantamentos, então foi possível reconstituir todo o trabalho perdido. Porque também naquela época, havia muita disputa em dar certo ou dar errado. Também havia muito jogo para que não desse certo. Porque como o Cetepe vivia muito essa fase de desenvolvimento quase autônomo, também havia outras direções que se impunham e queriam tirar do desenvolvimento, chamemos assim. Então, apesar de todas essas dificuldades também internas, o sistema cumpriu, que eu me recorde, todo o cronograma que tinha sido delineado, e o pessoal do Tribunal foi essencial, sem dúvida alguma.¹⁵³

Conforme já foi explicado, em 1987 o Corregedor Geral da Justiça teve um mandato de um ano apenas para corrigir os períodos de mandatos dos integrantes da mesa diretora do PJPE. Em julho de 1987, implantou-se a extração de relatórios – atualmente denominados de relatórios gerenciais – acerca dos processos que tramitavam nas comarcas do Estado de Pernambuco (DOPJ, 25/7/1987, p. 1)¹⁵⁴ por meio de processamento de dados. Isso demonstra

¹⁵² Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁵³ Entrevista realizada com Maria Adriana Manso Martins Siqueira Ovídio Rodrigues, Recife-PE, em 12 de setembro de 2019.

¹⁵⁴ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

que a curta gestão subsequente deu continuidade à operação do sistema Infojus e o aperfeiçoou.

Outra comprovação da continuidade da política de informatização se observa no relatório de gestão apresentado pelo Desembargador Corregedor João David de Souza Filho ao Presidente do Conselho da Magistratura (Ofício nº 78/87-CG, de 1º fevereiro de 1988). Nessa prestação de contas, encontram-se registradas sob o título “Setor de Informática da Corregedoria” as medidas tomadas referentes a essa área, a saber: informatização do controle de todas as comarcas do estado por sua Divisão Judiciária; troca de equipamentos de informática por outros com maior capacidade de processamento e armazenamento de dados; melhora das instalações do setor de informática localizado no Fórum Paula Baptista tanto na parte elétrica como no leiaute do espaço físico; atualizações no software do Sistema de Distribuição e Acompanhamento de Processos; cadastramento de processos antigos no sistema e a participação no desenvolvimento do Sistema de Recursos Humanos do Poder Judiciário por meio da informatização do Setor de Pessoal da CGJ (DOPJ, 25/7/1987, p. 1 e 12/2/1988, p. 3-6).¹⁵⁵

A melhoria do setor de informática a que o Desembargador Corregedor Geral se refere tinha a ver com a adequação da infraestrutura do prédio onde funcionava o Fórum Paula Baptista¹⁵⁶, que incluiu adaptações na rede elétrica principalmente e leiaute para o funcionamento das três unidades – UDA, URM e CI. Para isso foram consideradas as funções que elas desempenhavam, já que a primeira e última faziam atendimento ao público e a segunda exercia um trabalho interno, voltado para a inserção de dados no sistema informatizado.

A Imagem 9 mostra os principais acontecimentos que cronologicamente marcaram o processo de informatização das varas judiciais da comarca do Recife desde a assinatura do contrato entre o Poder Judiciário de Pernambuco e o Cetepe até o momento em que o sistema de distribuição e acompanhamento processual da 1ª instância – Infojus começou as suas operações, em 1º dezembro de 1986.

¹⁵⁵ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁵⁶ Nota do autor – O Edifício Paula Baptista, localizado na Rua Dr. Moacir Baracho, esquina com a Rua do Imperador Dom Pedro II, no bairro de São Antônio, Recife/PE, acomodava as varas cíveis e criminais da comarca da capital, sendo chamado de Fórum Paula Baptista.

Imagem 9 – Marcos cronológicos do projeto de implantação do Infojus – Sistema de distribuição e acompanhamento processual da 1ª instância



Fonte: Criação própria.

Com seu papel de organizar as informações referentes aos processos judiciais, o sistema Infojus remete a uma nota de Michel de Certeau (2002, p. 85):

Na medida em que está ligada ao uso do computador, a informática organiza, entre “entradas” e “saídas”, a arrumação de símbolos em lugares reservados na memória, e sua transferência para endereços convenientes, segundo as instruções programáveis. Ela regula as colocações e os deslocamentos num espaço de informação que não deixa de ter analogia com as bibliotecas de ontem.

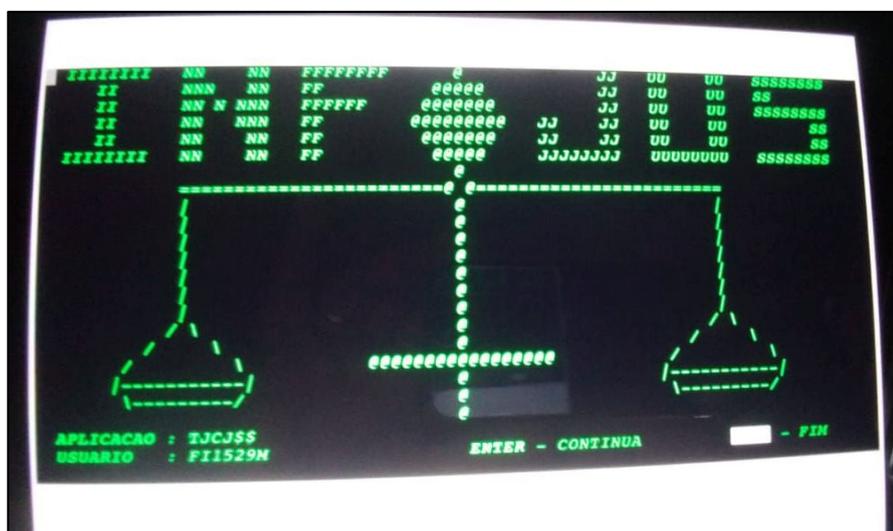
Raciocinando com o autor, pode-se imaginar a seguinte representação: que os processos judiciais equivaleriam aos livros organizados em espaços fracionados de uma estante e que tais espaços, por sua vez, corresponderiam às varas judiciais onde tramitam os feitos, sendo a estante o conjunto de todos os processos do Poder Judiciário pernambucano – seu acervo processual.

2.4. Uma imagem para o Infojus e sua representatividade para o PJPE

No desenvolvimento do sistema denominado Infojus, o programador Marlon Soares, funcionário do antigo Cetepe, criou uma imagem formada por caracteres para a tela inicial (Imagem 10). Segundo ele:

Aquele símbolo é uma balança. Foi o melhor que eu pude desenhar numa tela de 24x80 caracteres. Representa a balança da justiça. Só podia os caracteres disponíveis: @ | \ = - I N F @ J U S. Só letras e caracteres [...].¹⁵⁷

Imagem 10 – Tela inicial do sistema Infojus.



Fonte: Print de tela fornecido pelo programador Marlon Rodrigues Soares, da Agência de Tecnologia e Informação – ATI (sucessora do Cetepe), em 27 set. 2019.

O criador da imagem procurou estabelecer uma identidade para o sistema de distribuição e acompanhamento processual do 1º grau do PJPE. Cada vez que um juiz ou servidor da justiça ligasse o terminal de computador, faria uma associação entre a imagem da balança da Justiça, que apareceria de imediato, com o novo recurso técnico de trabalho que o situava no novo ambiente – o virtual. Durante a entrevista, Soares já tinha reconhecido não ter consciência da importância e dimensão do projeto em que estava atuando: “A gente tinha, sabia que era uma coisa importante, nova. [...] Agora, ter uma visão ampla do que é a informatização, aí eu não sei se eu tinha, não. Era tudo menino, eu era cabeludo, barbudo [...]”¹⁵⁸. O programador preparou as condições para formar na memória coletiva daquele grupo

¹⁵⁷ Entrevista realizada com Marlon Rodrigues Soares, Recife-PE, em 27 de setembro de 2019.

¹⁵⁸ Entrevista realizada com Marlon Rodrigues Soares, Recife-PE, em 12 de setembro de 2019.

de pessoas um sentimento de pertencimento àquela nova metodologia e ferramenta de trabalho.

Como a escolha foi feita de forma individual e não coletiva, poder-se-ia afirmar que se tratou da formação de uma memória coletiva impositiva, conforme a abordagem durkheimiana. Nas palavras de Michael Pollak (1989, p. 3), assemelhada à tradição metodológica de Émile Durkheim, a “balança da justiça” seria um ponto de referência como indicador empírico:

[...] da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.

Mas a escolha intuitiva da representação desse objeto possivelmente procurou estabelecer também uma memória coletiva afetiva, de acordo com Maurice Halbwachs, “reforçando uma coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo”, como dito por Michael Pollak (1989, p. 3). A balança possível de ser desenhada na tela com os poucos caracteres existentes naquele estágio dos recursos de programação computacional ligava-se à deusa grega da Justiça Themis (Imagem 11), que em uma das mãos segura tal objeto e na outra, uma espada.

Imagem 11 – Themis, a deusa grega da Justiça.



Fonte: Imagem obtida do site www.google.com.br em 28/9/2019.

A estatueta da deusa da Justiça com frequência estava nas mesas de trabalho e estantes de gabinetes dos juízes e nos escritórios de advogados. Era um item quase sempre lembrado para presentear os operadores da lei. Também a divindade grega era citada nas petições juntadas aos processos para evocar o valor Justiça. É, portanto, uma imagem e um conceito com uma representatividade consolidada na coletividade jurídica até hoje. Soares entendeu pela viabilidade de utilizar a balança como modelo de sua criação para identificar o primeiro sistema informatizado para o PJPE.

Conforme Ulpiano Meneses (2012, p. 258):

O caráter sensorial e afetivo da imagem e sua força evocativa fazem que, muitas vezes independentemente de sua natureza, mas por suas relações biográficas, objetivos visuais sirvam de gatilho para a rememoração, deixando em segundo plano os conteúdos específicos do suporte.

A imagem utilizou um elemento existente na memória daqueles que compunham o mundo jurídico para facilitar a conexão sistema–usuário porque: “Toda criação equivale a utilizar de maneira original elementos preexistentes. Todo uso criativo, ao descobrir novas possibilidades, atinge o plano da criação. Esta dupla face da operação técnica pode ser encontrada em todos os elos da cadeia de informática [...]” (LÉVY, 2010, p. 59).

Além de lembrar aos usuários de com quem estavam lidando – o sistema Infojus – a imagem da balança tinha também o papel de comunicar sua função – distribuição de ações judiciais e acompanhamento processual. Dessa forma, havia a contextualização para aqueles que manuseavam o Infojus:

O jogo da comunicação consiste em, através de mensagens, precisar, ajustar, transformar o contexto compartilhado pelos parceiros. [...] Palavras, frases, letras, sinais ou caretas interpretam, cada um à sua maneira, a rede das mensagens anteriores e tentam influir sobre o significado das mensagens futuras. Pierre Lévy (2010, p. 22).

A imagem que analisamos representou uma das precursoras dos ícones que, na década de 1990, preencheram a tela dos monitores de computadores pessoais e corporativos para identificar o programa, sistema ou aplicativo. Os ícones fazem a conexão entre o homem e a máquina porque:

[...] cada característica da interface remete ao exterior, desenhando em pontilhado as conexões práticas que poderão ser efetuadas em outras redes sociotécnicas, tanto no plano da representação (o nome, a forma dos ícones) quanto no dos agenciamentos práticos (o tamanho, o preço etc.) (LÉVY, 2010, p. 49).

E, assim, a balança da justiça como “imagem de extraordinário potencial linguístico, que pode ser exercido poderosamente” (MENESES, 2012, p. 255), inaugurou visualmente o processo de informatização do PJPE.

CAPÍTULO III

Controle e resistências na informatização

O Tribunal de Justiça de Pernambuco pretendia informatizar também setores administrativos e, de acordo com o Plano Diretor de Informática do TJPE, o setor de Recursos Humanos, que se chamava Departamento de Pessoal, foi o escolhido para ser modernizado. Entretanto, transcorrida a década de 1980, isso não ocorreu.

A incerteza de lidar com um campo tecnológico novo, desconstruindo uma rotina de procedimentos burocráticos alicerçados na escrita e num palpável montante de papéis, pode ser sido a razão para o insucesso das investidas repetitivas dos analistas de sistemas do Centro de Serviços Técnicos de Pernambuco (Cetepe) escalados para o projeto. Além disso, sua desfavorável condição de não pertencerem ao quadro de pessoal do Tribunal de Justiça de Pernambuco podem ter gerado falta de empatia. E, segundo Pierre Lévy (2010, p. 9), “não há informática em geral, nem essência congelada do computador, mas sim um campo de novas tecnologias intelectuais, aberto, conflituoso e parcialmente indeterminado. Nada está decidido a priori”.

Conforme relatos dos entrevistados desta pesquisa, os servidores do TJPE não foram preparados para a convivência harmônica entre a técnica de trabalho antiga e a nova. Não conseguiram perceber que uma não tinha que necessariamente anular a outra, nem que “o saber oral e os gêneros de conhecimento fundados sobre a escrita ainda existem, é claro, e sem dúvida irão continuar existindo sempre” (LÉVY, 2010, p. 10).

Tal convivência no setor de pessoal só ocorreria com a chegada do novo século, em novembro de 2001, quando foi contratada a empresa Inova Ação Consultoria e Serviços Internacionais S/C Ltda. para fornecer a licença de uso do Sistema Integrado de Recursos Humanos UniversalRH.

A distribuição e o acompanhamento de processos na 2ª instância encerrou a década com um sistema informatizado em plena operação, porém num formato diferente daquele produzido pelo Cetepe para as varas judiciais da comarca do Recife. A Presidência do TJPE adquiriu a concessão de licença de uso de programas da empresa MPS Informática Ltda¹⁵⁹,

¹⁵⁹ A MPS Informática Ltda., CNJP 78.583.721/0001-69, foi fundada em 1984 por Delfim José Trigo Corrêa, engenheiro civil. A empresa atua em projetos voltados para os mercados público e privado nas áreas de desenvolvimento de software, consultoria, gestão e suporte. A partir de 1995, passou a atuar como provedora de serviços em Internet, completando o portfólio de produtos que ostenta até hoje. A MPS também está presente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Disponível em: <https://www.mps.com.br/quem-somos/#historico>. Acesso em: 28 maio 2020.

sediada em Curitiba/PR, mas o contrato assinado não permitia que eles fossem transferidos para o PJPE nem que seu uso fosse exclusivo.

Os dois projetos de informatização implementados no PJPE visavam à modernização dos serviços oferecidos aos cidadãos e ela representava um trato ágil e simplificado das informações processuais para advogados, seus clientes e demais profissionais do campo jurídico diante de um crescente número de ações judiciais que abarrotavam os cartórios da Justiça.

A resistência dos magistrados e servidores da Justiça pernambucana se materializou pelo não fazer (omissão) e não querer aprender (indiferença) e também houve o fenômeno do medo de uma nova tecnologia, que poderia “causar mal à saúde”.

Embora a cibercultura fosse algo novo, as reações que ela gerou reforçaram conflitos preexistentes e ocasionaram novos embates entre seus frequentadores, talvez causados pela falta de referenciais imediatos de comportamento e pela percepção de se estar num mundo virtual paralelo com uma permissividade sem limites. De acordo com Azevedo (2014, p. 12):

A cibercultura torna ainda mais complexa esse problema, pois é um ambiente sem espaço e tempo, e como não possui um corpo físico que possa definir uma identidade matriz ou que possa alicerçar as demais identidades do sujeito pós-moderno, sendo totalmente presente e totalmente ausente em si mesmo. Com isso, o indivíduo também adquire as mesmas características do ciberespaço.

A cibercultura reflete a convivência das pessoas nos diversos ambientes de sociabilidade em uma modernidade descrita por Zygmunt Bauman (2007) como sendo líquida, carregada de intensa fluidez. E, como afirma o autor, a passagem da fase “sólida” para a “líquida” faz com que as organizações sociais não possam manter a forma durante muito tempo, de onde advém a necessidade de mudança.

Nesse cenário de conflitos e imposição de mudanças provocadas pela tecnologia, o TJPE empregou a força da lei e de normas internas para punir aqueles que impedissem, sob qualquer forma, a utilização dos dois sistemas de informática implantados no Poder Judiciário pernambucano, garantindo, assim, a continuidade das alterações que a informatização promovia nas atividades laborativas de magistrados e servidores.

3. 1. As tentativas de informatização no Palácio da Justiça

Enquanto a Corregedoria Geral da Justiça lançava o sistema de informatização do 1º grau, circunscrito às varas judiciais da comarca de Recife, o Tribunal de Justiça realizava suas tentativas em duas frentes: desenvolver um sistema para a área de Recursos Humanos e outro para a distribuição e acompanhamento dos processos do 2º grau, ou seja, processos que tramitavam nos gabinetes dos desembargadores e nos Departamentos Judiciário Cível, Judiciário Criminal, Jurisprudência e Secretaria do TJPE.

Aqui vale a pena um esclarecimento: relatar experiências não exitosas numa instituição pública é algo difícil, pois logicamente ninguém quer assumir a paternidade delas, pois geraram gastos públicos consideráveis sem nenhum retorno ao cidadão. As experiências não exitosas, embora não fossem consequência de ações fraudulentas, enfraqueciam gestores e gestões públicas.

De toda forma, percebe-se a inexistência no PJPE de uma cultura de aprendizado com erros. As lições aprendidas com programas, projetos e ações que não atingiram os resultados previstos normalmente são desconsideradas para reavaliar planejamentos, metodologia de execução, indicadores de monitoramento, viabilidade de desenvolvimento e a produção de produtos e serviços.

Assim, é compreensível que haja lacunas na documentação acerca desses acontecimentos institucionais. Muitos dos fragmentos documentais só podem servir a uma narrativa histórica viável quando entrecruzados com relatos orais da memória de quem testemunhou ou protagonizou alguns desses eventos. As dificuldades, as atitudes dos envolvidos e as tomadas de decisões dos gestores não constam dos registros. Cabe pensar, então, como Ferreira (2012, p. 177), que:

Por outro lado, o retorno do político e a revalorização do papel do sujeito estimulam o estudo dos processos de tomada de decisão. Esse novo objeto de análise também dá maior oportunidade ao uso dos depoimentos orais: os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos decisórios, e muitas decisões são tomadas por meio da comunicação oral, das articulações pessoais: o número de problemas resolvidos por telefone ou pessoalmente não para de crescer. Para suprir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia.

Dos fragmentos documentais citados no capítulo anterior – o Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário de Pernambuco, o contrato do TJPE com o Cetepe e a criação do Grupo de Informática Jurídica pela Presidência do TJPE –, tivemos acesso apenas ao

último. Há indícios de que os demais existem em outros documentos ou normativos legais internos relacionados neste trabalho.

Dessa forma, exercitou-se a prática de “rastreamento de sinais, indícios e signos”, que visa remeter a algum evento, mas sem captá-lo em sua integridade, conforme construção de Carlo Ginzburg (1989), que demonstrou que ela é inerente à ciência da história e também a outras disciplinas.

O Ato nº 83/84, de 1º de outubro de 1984, traz em seu item 3º uma referência expressa à implantação de um sistema informatizado para o setor de Recursos Humanos: “3º – DETERMINAR que o grupo de trabalho realize estudos junto ao CETEPE no sentido de viabilizar o desenvolvimento e a implantação do Sistema de Gerência de Recursos Humanos, identificado no Plano Diretor de Informática” (DOPJ de 3/10/1984, p. 1).¹⁶⁰

Maria Zélia Mendonça¹⁶¹, analista de sistemas organizacionais do Cetepe, foi uma das funcionárias destacadas para atuar no projeto de informatização da área de recursos humanos do TJPE:

Fui Coordenadora de Planejamento, tenho a honra de ter criado essa coordenadoria de planejamento inicialmente na Corregedoria e depois no Tribunal de Justiça e antes disso trabalhei como Assessora de Informática na Coordenadoria de Informática do Poder Judiciário, foi como eu cheguei lá, cheguei para desenvolver um trabalho, um sistema daqui do Cetepe, que a ATI. já foi Cetepe, Fisepe, e eu fui, pelo Cetepe, para finalizar um projeto que estava sendo desenvolvido pelo sistema de Recursos Humanos, que infelizmente nós nunca conseguimos implantar por conta da reação passiva do pessoal da área, [...]. [...] Eu fui para desenvolver, para finalizar esse projeto e, ao término do prazo, fui convidada pelo então Juiz Og Fernandes para ir à disposição do Judiciário e houve a articulação do Presidente do Tribunal com o Secretário de Planejamento, que era a Secretaria à qual o Cetepe era vinculado, foi autorizada minha ida e eu fui em março de 85¹⁶² para o Tribunal de Justiça e fiquei como Assessora do Juiz Og, que era o Coordenador de Informática, na Coordenadoria de Informática [...].¹⁶³

No seu trabalho de reelaboração da memória, a entrevistada afirma ter sido designada para finalizar o projeto de desenvolvimento do sistema para Recursos Humanos do PJPE, que certamente é anterior a 1987, como também se verifica em outro trecho da entrevista:

[...] Eu fui não convidada inicialmente pelo Judiciário, eu fui mandada pelo Cetepe para tentar fechar um processo do sistema de RH, que vinha já há mais mil anos e não se conseguia dar um desfecho para ele. Não sei, questões metodológicas mesmo, tudo. Não sei, questões contingenciais. Não posso relatar aqui o que tinha

¹⁶⁰ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁶¹ Zélia Maria Lucena de Mendonça é economista, lotada na Agência Estadual de Tecnologia da Informação desde 1975, ocupando atualmente o cargo de Superintendente de Gestão Institucional. Esteve à disposição do Poder Judiciário de 1988 a 2008.

¹⁶² O ano foi corrigido, em conversa informal, para 1987.

¹⁶³ Entrevista realizada com Zélia Maria Lucena Mendonça, Recife-PE, em 10 de maio de 2019.

acontecido antes, mas que não se tinha conseguido fechar o processo. Inclusive, quando eu cheguei lá fui refazer os levantamentos porque já estavam perdidos ao longo do tempo e quando eu chegava nos lugares o pessoal dizia: “De novo? É a terceira vez que se faz esse levantamento”. Então teve todas essas dificuldades, mas eu fui encaminhada, fui enviada pelo Cetepe. Porque era um projeto que estava sendo desenvolvido pelo Cetepe, contratado ao Cetepe pelo Poder Judiciário, de RH [...].¹⁶⁴

De acordo com Zélia Mendonça, os levantamentos foram concluídos, porém a implantação não obteve êxito, já que o sistema por si só não poderia funcionar sem que as pessoas da área de Recursos Humanos nele inserissem os dados de magistrados e servidores do TJPE, por colocar apenas um exemplo. A servidora justifica o fracasso do projeto com a falta de agir dos servidores do antigo Departamento de Pessoal do TJPE, apesar de o diretor da unidade organizacional assegurar que seus comandados estavam realizando o trabalho estipulado. Mas o gestor, isentando-se da responsabilidade, alegava que as informações não apareciam por falha operacional do sistema:

Mas quando terminou o sistema, quando se terminou a implantação do sistema que depois não vingou, porque assim, a questão da resistência passiva... O diretor de RH da época, ele dizia: “Ahhh, Doutor Og, não se preocupe, o que depender da gente será feito”. Essa é a pior situação, porque não faz e você não tem o que argumentar, porque ele está dizendo que está fazendo. Que não está dando certo porque o sistema não está dando certo. Então ficou muito difícil de implantar isso, mas eu fui convidada logo depois para ir à disposição como assessora da Coordenadoria de Informática, aí eu já não estava mais ligada a esse sistema de RH, mas eu estava ligada aos projetos todos da Coordenadoria. [...].¹⁶⁵

É importante salientar que o Cetepe tinha o conhecimento necessário para o desenvolvimento do sistema de RH, pois ele já havia realizado um projeto envolvendo este setor das Secretarias do Governo do Estado de Pernambuco e os Poderes Legislativo e Judiciário. O Centro elaborou inclusive a folha de pagamento de todos os servidores e membros dos três Poderes e demais órgãos públicos estaduais:

Administração conta agora com cadastro eletrônico de pessoal. O secretário Horácio Ferraz, da Administração, anunciou, ontem, a implantação do cadastro eletrônico de pessoal, que reúne os dados de 70 mil servidores estaduais, totalmente processados pelo Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco – CETEPE (*sic*), órgão do sistema estadual de planejamento. A medida pioneira, (*sic*) vai possibilitar à Secretaria de Administração exercer absoluto controle das informações funcionais e financeiras de todos os servidores do Estado, efetivos, contratados ou titulares de cargos em comissão, que estejam em exercício e mesmo dos que se encontram afastados por motivo de licença sem vencimento ou suspensão de contrato. [...] O Departamento de Administração Financeira de Pessoal está equipado com um terminal de teleprocessamento, ligado ao computador central do Cetepe, que permite a consulta instantânea à base dos dados funcionais e financeiros. O terminal está disponível para a programação de informações

¹⁶⁴ Entrevista realizada com Zélia Maria Lucena Mendonça, Recife-PE, em 10 de maio de 2019.

¹⁶⁵ Entrevista realizada com Zélia Maria Lucena Mendonça, Recife-PE, em 10 de maio de 2019.

gerenciais, emitindo relatórios sintéticos utilizados pela Secretaria da Administração e prestando serviços a todas as Secretarias de Estado, Assembléia (*sic*) Legislativa e Tribunal de Justiça (DOE, 24/9/1985, p. 1).¹⁶⁶

Pode-se inferir que o PJPE, ao contratar o Cetepe para desenvolver um sistema próprio de Recursos Humanos, visava se desvincular do modelo de centralização dos dados funcionais e financeiros de servidores implantado pelo governo estadual. Visava gozar da autonomia necessária para elaborar e controlar a folha de pagamento do quadro de pessoal do Judiciário pernambucano.

Uma vez que o foco da pesquisa são os processos de informatização da atividade-fim do PJPE – a área judicial – que engloba as ações judiciais, e não as da área administrativa, avançaremos no tempo para registrar o alcance da autonomia que ele almejava. Em 22 de setembro de 1993, a capa do *Diário Oficial do Poder Judiciário* noticiou que o TJPE implantaria a folha de pagamento dos funcionários:

Tribunal implanta folha de pagamento. O Núcleo de Informática está se preparando para implantar a folha de pagamento dos cerca de 4 mil funcionários do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que até agora vem sendo levantada pela Secretaria de Administração e FISEPE, a partir de planilhas enviadas mensalmente pelo Departamento Financeiro do TJPE, segundo informou a assessora de Planejamento, Silvana Maria Oriá. [...] A expectativa, de acordo com Silvana Oriá, é de que em novembro o TJPE já implante sua folha de pagamento própria, independente do Poder Executivo. Este mês, a folha está sendo implantada concomitantemente com a Secretaria de Administração, segundo o processo paralelo (DOPJ, 22/9/1993, p. 1).¹⁶⁷

A desvinculação com a Secretaria de Administração do Estado, que antes recebia os dados financeiros de magistrados e servidores para elaborar a folha de pagamento de salários do PJPE e realizava os respectivos depósitos nas contas bancárias, resultou no fortalecimento da autonomia institucional, reafirmando sua condição de Poder independente.

No DOE de 9 de novembro de 1993, estampou-se o aviso acerca da concretização da mudança:

Folha de pagamento. Com a implantação da folha própria de pagamento de servidores, o Tribunal de Justiça está orientando a todos para que procurem, a partir do dia 12, umas (*sic*) das agências do Bandepe, cujos nomes encontram-se afixados nos locais de trabalho. Os funcionários deverão assinar os cartões de autógrafa e receber seus cartões magnéticos. O pagamento dos funcionários será efetuado este mês através de contracheques emitidos pelo Tribunal.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁶⁷ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁶⁸ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

Em relação à informatização dos dados cadastrais e financeiros dos magistrados e servidores do TJPE, foi feito um contrato com a empresa Inova Ação Consultoria e Serviços Internacionais S/C Ltda., sediada em Recife – PE, para a execução de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, referentes ao Sistema Integrado de Recursos Humanos UniversalRH, destinado a atender as necessidades do setor de Recursos Humanos, hoje Secretaria de Gestão de Pessoas. O contrato foi assinado pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco em 26 de novembro de 2001 e, assim, após 17 anos do diagnóstico realizado pelo Plano Diretor de Informatização do PJPE, a instituição teve um sistema informatizado para a área de recursos humanos (Contrato nº 109/2001, de 26 de novembro de 2001).¹⁶⁹

3.2. A informatização chega ao Palácio da Justiça de Pernambuco

Os documentos arrolados até aqui dão conta apenas dos dois projetos anteriormente reconstruídos. É importante sublinhar que nenhuma ação se deu para que o desenvolvimento e a implantação de um sistema de distribuição e acompanhamento dos processos que tramitavam no TJPE ocorressem antes de 1988. De fato, foi apenas durante a Presidência do Desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos, cuja gestão iniciou em 1º de fevereiro de 1988, que teve início o processo de informatização judicial do 2º grau.

O próprio Jordão, enquanto Corregedor Geral da Justiça, no biênio 1985-1987, teve o mérito de implantar o sistema semelhante para o 1º grau de jurisdição.

Nas entrevistas realizadas com servidores, fizeram-se várias referências ao incentivo que o desembargador destinou à informatização do Poder Judiciário pernambucano. Concretamente, foi o responsável pela elaboração do Anteprojeto de Resolução nº 29/1988, aprovado pelo Conselho da Magistratura que ele presidia, em 23 de maio de 1988 (DOPJ, 1/6/1988, p. 1).¹⁷⁰ Essa Resolução criou a função de coordenador de informática, diretamente subordinado ao presidente do Tribunal, para ser exercida por um juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ). O Coordenador de Informática reunia sob o seu comando todos os profissionais lotados no Núcleo de Organização e Sistema (NOS) e nas três unidades que davam apoio ao sistema de distribuição e acompanhamento das varas da comarca do Recife, anteriormente subordinadas à CGJ.

¹⁶⁹ Arquivado na Unidade de Controle de Contratos da Secretaria de Administração do TJPE.

¹⁷⁰ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

A resolução colocava ainda todo e qualquer projeto de informatização/modernização da estrutura organizacional do TJPE sob a responsabilidade do coordenador de informática. A Presidência do Tribunal optou pela centralização das decisões e, para a função, designou o Juiz Geraldo Og Fernandes, antigo colaborador do Desembargador Mauro Jordão durante sua gestão como Corregedor Geral da Justiça, ao ocupar a função de Juiz Auxiliar da CGJ em 1986.¹⁷¹

Outra alteração importante no âmbito legal deu-se com a edição da Resolução nº 32, de 10 de maio de 1989. O dispositivo alterou normas do Regimento Interno do TJPE para introduzir a distribuição eletrônica de processos: “Os feitos que tiverem de ser julgados em segunda instância serão distribuídos por processamento eletrônico de dados, autuados e registrados na data da sua apresentação, devendo ser publicada a respectiva entrada no *Diário do Poder Judiciário*” (DOPJ, 12/5/1989, p. 1).¹⁷²

Entre o estabelecimento de um gestor para coordenar o processo de informatização na segunda instância e a previsão legal para realizar a distribuição eletrônica de processos, tratou-se de decidir como desenvolver (ou adquirir) o sistema informatizado. Repetir a parceria com o Cetepe não seria possível porque, em 2 de maio de 1988, o governador Miguel Arraes enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que daria início à reforma administrativa do Poder Executivo (DOE, 3/5/1988, p. 1).¹⁷³ Nessa reforma, o Cetepe foi submetido à reestruturação organizacional e se extinguiu a Diretoria de Projeto de Informatização (Dipin), cujas atribuições foram passada para a Fundação de Informática do Estado de Pernambuco, que, por sua vez, foi transformada em Empresa de Fomento de Informática do Estado de Pernambuco (Fisepe). Os contratos trabalhistas dos funcionários da extinta diretoria ficaram sob a responsabilidade da nova empresa (Decreto nº 13.486, de 18 de janeiro de 1990).¹⁷⁴

Não obstante, as mudanças concretizadas no ano de 1989 não pegaram o TJPE de surpresa. Durante a gestão do governador Roberto Magalhães Melo, já se discutia a política de informatização do estado, com forte inclinação para a descentralização dos serviços prestados pelo Cetepe (DOE, 17/1/1984, p. 1, e 27/2/1985, p. 20). Em fevereiro de 1986, a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe) e a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) já estavam desvinculadas do Cetepe, tendo-se implantado serviços

¹⁷¹ Disponível em: http://www.stj.jus.br/web/verCurriculoMinistro?parametro=1&cod_matriculamin=0001193. Acesso em: 25 maio 2020.

¹⁷² Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁷³ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁷⁴ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

próprios de informática e processamento de dados, conforme o Decreto nº 11.185, de 7 de fevereiro de 1986 (DOE, 8/2/1986, p. 2). No mês seguinte, foi a vez do Departamento de Trânsito (Detran) iniciar sua autonomia na área de informática, com aquisição de equipamentos que seriam instalados em sua sede (DOE, 8/3/1986, p. 32).¹⁷⁵

Possivelmente em função desse cenário político e administrativo do Poder Executivo Estadual influenciado pela redemocratização do Brasil e com o fim do monopólio do Cetepe quanto ao fornecimento de serviços de processamento eletrônico de dados, a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco optou por contratar os serviços da empresa MPS Informática. O sistema de informatização de processos judiciais para o segundo grau de jurisdição¹⁷⁶ da Justiça pernambucana teve, então, um formato diferenciado.

O contrato entre a Presidência do TJPE e a MPS Informática S/C Ltda. foi assinado em 20 de abril de 1988. Seu objeto era a concessão pelo direito de uso não exclusivo de programas aplicativos que formariam o sistema denominado Judwin II ou Judwin do 2º Grau e cujos códigos de programação não podiam ser transferidos para o PJPE.¹⁷⁷

À época, a MPS Informática era a única empresa de tecnologia que desenvolvia software para controle de processos judiciais, por isso foi contratada sem licitação pública.¹⁷⁸

Apesar de não ter contratado o Cetepe para desenvolver um sistema para a distribuição e acompanhamento de processos no TJPE, a Presidência do Tribunal precisou de seus serviços, opção que foi possível porque no contrato com a MPS Informática havia a previsão de essa empresa fornecer assistência para instalar o produto no equipamento do TJPE (Cobra modelo 580), mas não para a instalação de terminais de computadores e demais serviços técnicos para o sistema entrar em operação.

A atuação dos técnicos do Cetepe cedidos ao TJPE em 1988 tinha como objetivo “gerir a instalação, o processamento em geral e dar apoio ao pessoal”. Entretanto, o cenário que o técnico Antônio da Paz Gomes da Costa encontrou foi outro. Segundo ele, apesar de o Tribunal ter investido financeiramente no envio de uma equipe de servidores para a sede da

¹⁷⁵ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁷⁶ “Grau de jurisdição – Ordem hierárquica da instância judicial em que tramita a ação. Divide-se em: primeiro grau (exercido por um juiz singular), segundo grau (desempenhado por tribunais estaduais ou federais) e superior (cumprido por tribunais superiores)”. (Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>. Acesso em: 25 set. 2019).

¹⁷⁷ Contrato s/nº, de 20/04/1988, assinado pelo Desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos, Presidente do TJPE e o senhor Delfim José Trigo Correa, Diretor da MPS Informática S/C Ltda., arquivado na Unidade de Controle de Contrato do Núcleo de Apoio Técnico da Secretaria de Administração do TJPE.

¹⁷⁸ As licitações públicas são disciplinadas pela Lei nº 8.666, de 21/6/1993, sendo os casos de dispensa de licitação previstos em seu art. 24.

empresa MPS Informática em Curitiba para que fossem capacitados na operação do sistema contratado, apenas 30% deles estavam aptos:

A cessão foi solicitada na época do Desembargador Mauro Jordão, em final de 88, eu acredito que tenha sido em novembro ou dezembro que tinha chegado o ofício aqui para, na época, o Cetepe, solicitando pessoas para tentar fazer funcionar um sistema que tinha vindo de Curitiba, da MPS Informática na época, que iria gerir o segundo grau. Então assim, teria que ter gente capacitada em operação de computador, desenvolvimento de sistema, analista e digitadores. Então, daqui do Cetepe, à época, fomos oito pessoas diretamente para o Tribunal de Justiça. [...] o cenário que tinha era de o TJ já ter uma equipe formada de desenvolvedores e de analistas e operadores de computadores, que na época era um computador Cobra, se eu não estou enganado era um computador Cobra 580. Assim, a equipe estaria formada e nós iríamos lá somente para gerir a instalação, o processamento em geral e dar apoio ao pessoal. Não foi isso que quando chegamos lá encontramos, isso foi o que nos passaram, mas encontramos outra realidade. Disseram que o pessoal tinha ido, feito os cursos dentro da própria MPS sobre o sistema, sobre o programa que, na época, a linguagem era *mumps*, e que assim: 30% das pessoas que fizeram esse treinamento em Curitiba, pessoal do TJ, e que foi pago diária, as despesas todas deles, só 30% desse pessoal tinham condições de efetivamente colocar a mão na massa.¹⁷⁹

Conforme seu relato, o sistema contratado não foi implementado imediatamente: entrou em operação apenas após alguns meses por conta do volume de trabalho com as instalações das máquinas, aplicações e rede que interligaria os computadores, sem contar o período de 45 dias de testes do sistema:

Nós chegamos lá em janeiro de 89 para começar a instalar tanto as máquinas como as aplicações, como a parte de rede. Então houve um período de quatro meses até ser implantado realmente o sistema, que veio a funcionar no final de junho ou julho¹⁸⁰, porque teve um período de um mês e meio que o sistema ficou em treinamento com a base de dados teste e depois você limpa toda essa base para começar do zero¹⁸¹.

O computador Cobra 580, constando dos relatos de memória de Costa, fez parte de uma série de modelos da mesma linha do Cobra 530, primeiro computador totalmente projetado, desenvolvido e industrializado no Brasil, que foi lançado no início da década de 1980 pela empresa Cobra (Computadores Brasileiros) criada em 1974. No Capítulo 1, há o relato sobre essa empresa, que surgiu quando o governo brasileiro incentivou a criação de empresas nacionais de tecnologia e implantou políticas de proteção e reserva de mercado para o setor de informática.

O Cobra 580 era um microcomputador de 16 bits, versão reduzida do computador de mesma linha, o C-540, construído em 1983. Abaixo, temos a imagem de um modelo Cobra da série C-530 e a logomarca da empresa.

¹⁷⁹ Entrevista realizada com Antônio da Paz Gomes da Costa, Recife-PE, em 24 de maio de 2019.

¹⁸⁰ Numa fala seguinte, Antonio da Paz Gomes da Costa confirma o ano de 1989.

¹⁸¹ Entrevista realizada com Antônio da Paz Gomes da Costa, Recife-PE, em 24 de maio de 2019.

Imagem 12 – Computador Cobra 530 e logomarca da empresa Computadores Brasileiros (Cobra).



Fonte: Imagem obtida do Museu de Computação e Informática – site www.mci.org.br.

É importante ressaltar que as fases de tramitação de processos no 2º grau de jurisdição eram muito menores se comparadas às de primeiro grau. Por isso, acredita-se que a implantação do sistema informatizado seria mais rápida, o que finalmente não ocorreu. Antônio da Paz da Costa procurou sintetizar o fluxo de trabalho dos departamentos por onde os processos tramitavam, descrevendo inclusive parte da estrutura organizacional do TJPE: tem-se uma secretaria judiciária comandando os departamentos cível (para os processos cíveis) e criminal (para os processos criminais), além dos gabinetes dos desembargadores e unidades judiciais autônomas que julgavam esses processos – todos com início no setor de distribuição processual do 2º grau:

No início houve alguns contratemplos por conta de erros de informação, tempo, o tempo hábil da informação. Da distribuição, era encaminhado aos gabinetes e dos gabinetes, que eram levados à sessão, ao pleno, à Corte, alguma coisa assim, eram devolvidos às áreas de Direito. Ou seja, existia uma secretaria judiciária que, dentro dela, tinha o departamento cível e o departamento criminal, então dependendo da matéria ia para lá. No início, começou a haver um certo atrito porque teve uma quebra de fluxo, porque antigamente o processo era carimbado, era assinado, era costurado e assim, começou a acabar isso. Mas isso só veio a acabar realmente depois de dois anos de implantado, porque no início foi feito um encaminhamento paralelo. Por que o paralelo? Para os funcionários dos setores, dos departamentos, dos gabinetes empreenderem o mesmo ritmo que eles tinham só que na parte eletrônica. Então eles tiveram um retrabalho inicial para depois esse retrabalho manual ser colocado de lado¹⁸².

A narrativa do técnico em informática destaca o fenômeno do retrabalho que os servidores realizaram por dois anos, a contar da implantação do sistema, que correspondia ao preenchimento de fichas com as informações das movimentações do processo e sua inserção no sistema Judwin do 2º grau. Realizar tal trabalho manualmente requeria tempo considerável

¹⁸² Entrevista realizada com Antônio da Paz Gomes da Costa, Recife-PE, em 24 de maio de 2019.

porque envolvia carimbar a folha de encaminhamento do processo, costurá-la nos autos do processo, colher a assinatura do diretor do departamento e transportar o processo de um setor para outro ou para o gabinete do desembargador. Havia ainda a hipótese de se ele ter de ser entregue em outro prédio, onde ficava a sede das Procuradorias do Ministério Público. Todas essas movimentações eram anotadas ou datilografadas resumidamente nas fichas. Com a chegada do sistema, elas também passaram a ser digitadas nos terminais de computadores, daí o retrabalho.

As narrativas revelam claramente a resistência dos servidores em aceitar a nova sistemática de trabalho com o suporte da informática: foi uma dolorida passagem do manual para o processamento eletrônico, pois ela implicava ter que trabalhar dobrado já que se duplicavam as atividades.

Outra razão para esse longo período de dois anos era a falta de confiança no armazenamento de dados. Os servidores questionavam se os dados dos processos não corriam o risco de sumir do sistema, já que estavam armazenadas num local inacessível fisicamente.

Costa relata um momento em que testemunhou essa desconfiança: estava num gabinete de desembargador para instalar e realizar a apresentação do sistema Judwin do 2º grau e um assessor disse o porquê de as fichas de controle de processo serem mais confiáveis que as informações inseridas no computador:

Um fato curioso na época foi quando fomos apresentar o terminal de computador lá para o gabinete de um desembargador. Instalamos ele e fomos fazer uma apresentação de como acessar o sistema, de como fazer uma consulta. O assessor desse desembargador chegou assim, olhou tudo muito bonito, muito interessante, como fazia a consulta, mas ele tinha um fichero, um ficheirozinho que tinha os processos do gabinete lá e nesse fichero ele preenchia manualmente a ficha lá da tramitação do processo. Aí ele disse: “Olhe, eu tenho aqui em mãos 24 horas, independente de informática, toda a vida do processo do gabinete, então assim, para mim é muito mais ágil, é muito mais prático, o meu fichero do que o computador”.¹⁸³

A passagem do físico para o virtual trazida pela tecnologia causava essa desconfiança nos servidores, os ficheiros eram materialmente acessível, manipulável a qualquer momento, mas os dados que se lançavam no terminal de computador não proporcionavam a dimensão do visual, do palpável. Daí a desconfiança que permeou a utilização das novas máquinas, mantendo as fichas em papel como solução de segurança, caso o equipamento eletrônico falhasse.

¹⁸³ Entrevista realizada com Antônio da Paz Gomes da Costa, Recife-PE, em 9 de junho de 2019.

O sistema informatizado da segunda instância, denominado Judwin do 2º grau, tinha funções semelhantes às do que fora desenvolvido para o primeiro grau, distribuição de feitos e acompanhamento processual. A distribuição, antes de competência da Presidência do TJPE (Art.25, X, da Resolução nº 10, de 28/12/1970), passou a ser automatizada, de forma aleatória e equânime entre os desembargadores que integravam o Tribunal de Justiça.

Costa asseverou que o sistema entrou em operação ou produção em junho ou julho de 1989 possivelmente no formato experimental, como ocorre normalmente ao se implantar um novo sistema informatizado. A primeira distribuição por esta via foi homologada pelo Secretário do Tribunal de Justiça de Pernambuco em 11 de setembro de 1989 e foi publicada no dia seguinte no *Diário de Justiça do Poder Judiciário* (DOPJ, 12/9/1989, p. 2 e 3).¹⁸⁴

Na Imagem 13, observa-se, a partir da segunda coluna da página 2 do *Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco*, a primeira pauta de distribuição processual do 2º grau emitida pelo sistema Judwin do 2º grau, onde constam os dados de cada processo, como: tipo da ação, nome do apelante e seu(s) advogado(s), nomes do apelado e seu(s) advogado(s), tipo de distribuição e nome do relator e do órgão julgador. Nota-se que não há aqui as identificações do autor e réu, mas de apelante e apelado porque no segundo grau de jurisdição recebem-se os recursos judiciais sobre uma decisão ou sentença do juiz do primeiro grau. Assim, quem entender que foi prejudicado apela para o tribunal para tentar reformar tal decisão ou sentença. Daí as novas denominações para os litigantes.

¹⁸⁴ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em 14 out. 2019.

Imagem 13 – Folha 02 do Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco de 12/9/1989, onde consta a parte inicial da publicação da primeira pauta de distribuição de processos judiciais gerada pelo sistema Judwin do 2º grau.

DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO Recife, Terça-feira, 12 de Setembro de 1989

02

de 02 (dois) anos na Entrância e 06 (seis) meses de exercício na Comarca, requereram a sua inscrição para efeito de REMOÇÃO para a aludida Comarca, ou outra que vier a vagar em decorrência do seu preenchimento, consoante o disposto nos Artigos 216 e 217 do Código de Organização Judiciária, com as alterações constantes do Art. 84 da Lei No. 8034, de 01 de novembro de 1979, através de petição ou telegrama devidamente autenticado. DADO e PASSADO nesta Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, aos 08 (oito) dias do mês de setembro de 1989 mil novecentos e oitenta e nove). Mandei datilografar, subscrevo e assino.

Mauro Jordão de Vasconcelos
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
a) Mauro Jordão de Vasconcelos

EDITAL PARA PROMOÇÃO No. 07/89
(PM 2a. p/ 3a. ENT.)

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA LEI, ETC...

F A Z saber, pelo presente EDITAL, aos Senhores Juizes de Direito de Segunda Entrância, que se achando vago o cargo de Juiz de Direito Substituto de 3a. Entrância, em face da remoção do titular Bel. BERALDO DE ARRUDA VERAS, fica aberta concorrência na Secretaria do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 10 (dez) dias, devendo os Juizes de Direito que contarem mais de 02 (dois) anos na Entrância, requererem a sua inscrição para efeito de PROMOÇÃO para o critério de MERECIMENTO para o aludido cargo, consoante o disposto no Art. 80, Parágrafo Único, da Lei No. 8034 de 01 de novembro de 1979, através de petição ou telegrama devidamente autenticado. DADO e PASSADO nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (08/09/1989). Mandei datilografar, subscrevo e assino.

Mauro Jordão de Vasconcelos
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
a) Mauro Jordão de Vasconcelos

EDITAL PARA PROMOÇÃO No. 08/89
(PA 2a. p/ 3a. ENT.)

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA LEI, ETC...

F A Z saber, pelo presente EDITAL, aos Senhores Juizes de Direito de Segunda Entrância, que se achando vago o cargo de Juiz de Direito Substituto de 3a. Entrância, em face da aposentadoria do titular Bel. JOSÉ DE RIBAMAR TELES DE ARAÚJO, fica aberta concorrência na Secretaria do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 10 (dez) dias, devendo os Juizes de Direito que contarem mais de 02 (dois) anos na Entrância, requererem a sua inscrição para efeito de PROMOÇÃO pelo critério de ANTIGUIDADE para o aludido cargo, consoante o disposto no Art. 80, Parágrafo Único, da Lei No. 8034 de 01 de novembro de 1979, através de petição ou telegrama devidamente autenticado. DADO e PASSADO nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (11/09/1989). Mandei datilografar, subscrevo e assino.

Mauro Jordão de Vasconcelos
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
a) Mauro Jordão de Vasconcelos

EDITAL PARA REMOÇÃO No. 17/89
(R 1a. ENTRANCIA)

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA LEI, ETC.....

F A Z saber, pelo presente EDITAL, aos Senhores Juizes de Direito de Primeira Entrância, que se achando vaga a Comarca de Petrolândia, em face da promoção do titular Bel. JOSÉ PEREIRA LEMOS, fica aberta

concorrência na Secretaria do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 15 (quinze) dias, devendo os Juizes de Direito que contarem mais de 02 (dois) anos na Entrância e 06 (seis) meses de exercício na Comarca, requererem a sua inscrição para efeito de REMOÇÃO para a aludida Comarca, ou outra que vier a vagar em decorrência do seu preenchimento, consoante o disposto nos Artigos 216 e 217 do Código de Organização Judiciária, com as alterações constantes do Art. 84 da Lei No. 8034, de 01 de novembro de 1979, através de petição ou telegrama devidamente autenticado. DADO e PASSADO nesta Cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (08/09/1989). Mandei datilografar, subscrevo e assino.

Mauro Jordão de Vasconcelos
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
a) Mauro Jordão de Vasconcelos

SECRETARIA DO TRIBUNAL

ATA DE DISTRIBUIÇÃO

De Geraldo Correia da Silva

RESENHA DE DISTRIBUIÇÃO, POR COMPUTADOR, DE PROCESSOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO HONROLOGADA EM AUDIÊNCIA REALIZADA NO DIA 11/09/89.

<p>89.0001232-0 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : BOA VISTA CONFECOES LTDA ADVOG : YVES EDWIN BRODY ADVOG : CARLOS FENSTERSEITER ADVOG : LUCAS FELIO ACCESSORIOS DA MDDA ADVOG : DANIANA MEDEIROS DE FIGUEIREDO E OUTROS TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : DEMOCRITO RAMOS REINALDO ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001230-4 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : ARGENTINO INACIO DE BARROS ADVOG : UZ JOSE ALVES DA SILVA FILHO ADVOG : IMETE GOMES FERREIRA RIFD ADVOG : NELSON DE ALBUQUERQUE MELO NETO TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : ETERIO RAMOS GALVAO FILHO ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001233-9 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : MARIA TEREZINHA MEDEIROS MARRANHAO VIEIRA ADVOG : MARIA DO SOCORRO LIMA DANTAS DA SILVA E OUTROS ADVOG : LIZETE FERNANDES DE LUNA PEDROSA ADVOG : SYLVIO DE FIGUEIREDO GALVAO TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : ETERIO RAMOS GALVAO FILHO ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001229-0 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : DIMED-NORDESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LIDA ADVOG : FRANCISCO BATISTA COELHO DE ALMEIDA NETO ADVOG : MADIA MARIA SANTOS DA CUNHA E OUTROS ADVOG : JOSE EDSON BEZERRA ADVOG : JOSE NEWTON CARNEIRO DA CUNHA TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : GABRIEL LUCENA CAVALCANTI ORG.JUG.: SEGUNDA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001236-3 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : CARLOS ALBERTO OTAVIANO DE SOUZA ADVOG : PAULO DE ALBUQUERQUE BELFORT ADVOG : FLAVIO HARDEUS KOURY E OUTROS ADVOG : MANOEL CARREIRO DE ANDRADE ADVOG : (EM CAUSA PROPRIA) TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : CLAUDIO AMERICO DE MIRANDA ORG.JUG.: SEGUNDA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001235-5 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : ADEMILSON DIAS DO NASCIMENTO ADVOG : MARIA ALBUQUERQUE CAVALCANTE ADVOG : ELZA MARRANHAO RODRIGUES ADVOG : ESTAD. DE PERNAMBUCO ADVOG : LUIZ SANTOS MARGUES DE SOUZA - PROCURADOR TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : LUIZ BELEM DE ALENCAR ORG.JUG.: SEGUNDA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001228-2 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : ESPOLIO DE ESTEVAO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE APTE : ESTEVAO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO - INVENTARIANTE ADVOG : PAULO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE ADVOG : FARNALOR LIMITADA ADVOG : MARIO UCHOA CAVALCANTI TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : WALDEMAR DE OLIVEIRA LINS ORG.JUG.: SEGUNDA CAMARA CIVEL</p> <p>01.8900321-9 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : HABERAS CORPUS IMPTE : DARIO DE LIMA MAGALHAES EM FAV. : MARCOS MARRANHAO DA SILVA - JOSE CARLOS LOURENCO DA SILVA - LOURENCO DA SILVA TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : JOAO DAVID DE SOUZA FILHO ORG.JUG.: SECAO CRIMINAL</p> <p>00.8901075-2 AUTUACAO 15/08/89 ACAO : EXCECAO DE SUSPEICAO CRIME EXCPTO : BEL - GIL TEODALDO DE AZEVEDO EXCPTO : EXMO SR DR JUIZ DE DIREITO DA 1a. VARA CRIMINAL DA COMARCA DO JABOATAO TIP.DIS.: REDISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : NELSON PEREIRA DE ARRUDA ORG.JUG.: CAMARA CRIMINAL</p>	<p>89.0001224-0 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : QUEIXA CRIME QUELTE : JOAO BELARMINO FILHO ADVOG : MARIA MARTA DE SOUZA C PACHECO E OUTRO QUELDO : JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BUTIQUE TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : DEMOCRITO RAMOS REINALDO ORG.JUG.: TRIBUNAL PLENO</p> <p>89.0001247-9 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : MANDADO DE SEGURANCA REQTE : EDUARDO DE BARROS MELO ADVOG : PAULO ROBERTO F NASCIMENTO ADVOG : MARCOS RUIZ REQDO : SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : ETERIO RAMOS GALVAO FILHO ORG.JUG.: SECAO CIVEL</p> <p>89.0001227-4 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : AGRADO DE INSTRUMENTO APTE : IVANILDO PEREIRA MENDES ADVOG : LAURA CANDIDA DIBOURCO DE BARROS ADVOG : JUSTITH PINHEIRO SILVEIRA BOMBA ADVO : LAMARIA LIMA DE OLIVEIRA MENDES, POR SI E COMO REPRESENTANTE LEGAL DE SUA FILHA MENOR E OUTRO ADVO : IVANILDA MARIA DE OLIVEIRA MENDES TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : PEDRO RIBEIRO ALTA ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001237-1 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A ADVOG : EDUARDO MARTINS DA SILVEIRA ADVOG : T. OLIVEIRA TRANSPORTES ADVOG : AJTON JOSE BEZERRA VASCONCELOS TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : PEDRO RIBEIRO ALTA ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001231-2 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : MARLUCE TRIGO MACHADO ADVOG : UJALMA DA SILVA NETO ADVOG : ANTONIO JOSE DE CERQUEIRA ANTUNES ADVOG : LUIZ GUILHERME G ANTUNES TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : BENILDES DE SOUZA RIBEIRO ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001234-7 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : ALFREDO LIMA FILHO ADVOG : FREDERICO JOSE DE BRITTO LEITE ADVOG : NORA THOME JUCA ADVOG : LUCIA MARIA DE OLIVEIRA CARVALHO TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : BENILDES DE SOUZA RIBEIRO ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p>
--	--

Imagem 14 – Visão ampliada e parcial da Folha 02 do *Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco* de 12/9/1989, com destaque para as colunas 2 e 3 da publicação da primeira pauta de distribuição de processos judiciais gerada pelo sistema Judwin do 2º grau.

DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO
Recife, Terça-feira, 12 de Setembro de 1989

02

de 02 (dois) anos na Entrância e 06 (seis) meses de exercício na Comarca, requererem a sua inscrição para efeito de REMOÇÃO para a aludida Comarca, ou outra que vier a vagar em decorrência do seu preenchimento, consoante o disposto nos Artigos 216 e 217 do Código de Organização Judiciária, com as alterações constantes do Art. 84 da Lei No. 8034, de 01 de novembro de 1979, através de petição ou telegrama devidamente autenticado. DADO e PASSADO nesta Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, aos oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (08/09/1989). Mandei datilografar, subscrevo e assino.

DESEMBARGADOR PRESIDENTE
a) Mauro Jordão de Vasconcelos

EDITAL PARA PROMOÇÃO No. 07/89 (PM 2a. p/ 3a. ENT.)

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA LEI, ETC....

F A Z saber, pelo presente EDITAL, aos Senhores Juizes de Direito de Segunda Entrância, que se achando vago o cargo de Juiz de Direito Substituto de 3a. Entrância, em face da remoção do titular Bel. GERALDO DE ARRUDA VÉRAS, fica aberta concorrência na Secretaria do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 10 (dez) dias, devendo os Juizes de Direito que contarem mais de 02 (dois) anos na Entrância, requererem a sua inscrição para efeito de PROMOCÃO pelo critério de MERECIMENTO para o aludido cargo, consoante o disposto no Art. 80, Parágrafo Único, da Lei No. 8034 de 01 de novembro de 1979, através de petição ou telegrama devidamente autenticado. DADO e PASSADO nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (08/09/1989). Mandei datilografar, subscrevo e assino.

DESEMBARGADOR PRESIDENTE
a) Mauro Jordão de Vasconcelos.

EDITAL PARA PROMOÇÃO No. 08/89 (PA 2a. p/ 3a. ENT.)

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA LEI, ETC....

F A Z saber, pelo presente EDITAL, aos Senhores Juizes de Direito de Segunda Entrância, que se achando vago o cargo de Juiz de Direito Substituto de 3a. Entrância, em face da aposentadoria do titular Bel. JOSE DE RIBAMAR TELES DE ARRUDA, fica aberta concorrência na Secretaria do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 10 (dez) dias, devendo os Juizes de Direito que contarem mais de 02 (dois) anos na Entrância, requererem a sua inscrição para efeito de PROMOCÃO pelo critério de ANTIGUIDADE para o aludido cargo, consoante o disposto no Art. 80, Parágrafo Único, da Lei No. 8034 de 01 de novembro de 1979, através de petição ou telegrama devidamente autenticado. DADO e PASSADO nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos onze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (11/09/1989). Mandei datilografar, subscrevo e assino.

DESEMBARGADOR PRESIDENTE
a) Mauro Jordão de Vasconcelos.

EDITAL PARA REMOÇÃO No. 17/89 (R 1a. ENTRANCIA)

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA LEI, ETC.....

F A Z saber, pelo presente EDITAL, aos Senhores Juizes de Direito de Primeira Entrância, que se achando vaga a Comarca de Estrelândia, em face da promoção do titular Bel. JOSE PEREIRA LENOS, fica aberta

concorrência na Secretaria do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 15 (quinze) dias, devendo os Juizes de Direito que contarem mais de 02 (dois) anos na Entrância e 06 (seis) meses de exercício na Comarca, requererem a sua inscrição para efeito de REMOÇÃO para a aludida Comarca, ou outra que vier a vagar em decorrência do seu preenchimento, consoante o disposto nos Artigos 216 e 217 do Código de Organização Judiciária, com as alterações constantes do Art. 84 da Lei No. 8034, de 01 de novembro de 1979, através de petição ou telegrama devidamente autenticado. DADO e PASSADO nesta Cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (08/09/1989). Mandei datilografar, subscrevo e assino.

DESEMBARGADOR PRESIDENTE
a) Mauro Jordão de Vasconcelos.

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Dr. Geraldo Correia da Silva
ATA DE DISTRIBUIÇÃO

RESENHA DE DISTRIBUIÇÃO, POR COMPUTADOR, DE PROCESSOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO HOMOLOGADA EM AUDIÊNCIA REALIZADA NO DIA 11/09/89.

<p>89.0001232-0 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : BOA VISTA CONFECCOES LTDA ADVOG : YVES EDWIN BRODY ADVOG : CARLOS FENSTERSEITER ADVOG : LUCAS FELTO ACCESSORIOS DA MODA ADVOG : DANIANA MEDEIROS DE FIGUEIREDO E OUTROS TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : DEMOCRITO RAMOS REINALDO ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001230-4 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : ARGERIO IRACIO DE BARROS ADVOG : UZ JOSE ALVES DA SILVA FILHO ADVOG : IVETE GOMES FERREIRA NIPO ADVOG : NELSON DE ALBUQUERQUE MELO NETO TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : ETERIO RAMOS GALVAO FILHO ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001233-9 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : MARIA TEREZINHA MEDEIROS MARANHAO VIEIRA ADVOG : MARIA DO SOCORRO LIMA DANTAS DA SILVA E OUTROS ADVOG : LIZETE FERNANDES DE LIMA PEDROSA ADVOG : SILVIO DE FIGUEIREDO GALVAO TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : ETERIO RAMOS GALVAO FILHO ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001229-0 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : DIMED-NORDESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LIDA ADVOG : FRANCISCO BATISTA COELHO DE ALMEIDA NETO ADVOG : MADIA MARIA SANTOS DA CUNHA E OUTROS ADVOG : JOSE EDSON BEZERRA ADVOG : JOSE NEMTON CARNEIRO DA CUNHA TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : GABRIEL LUCENA CAVALCANTI ORG.JUG.: SEGUNDA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001236-3 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : CARLOS ALBERTO OTAVIANO DE SOUZA ADVOG : PAULO DE ALBUQUERQUE BELFORT ADVOG : FLAVIO MARQUES KOURY E OUTROS ADVOG : MARCEL CARREIRO DE ANDRADE ADVOG : (EM CAUSA PROPRIA) TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : CLAUDIO AMERICO DE PIRANDA ORG.JUG.: SEGUNDA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001235-5 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : ADERILSON DIAS DO NASCIMENTO ADVOG : MARIA ALBUQUERQUE CAVALCANTE ADVOG : ELZA MARRAMAO RODRIGUES ADVOG : ESTADO DE PERNAMBUCO ADVOG : LUIZ SANTOS MARQUES DE SOUZA - PROCURADOR TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : LUIZ BELEN DE ALENCAR ORG.JUG.: SEGUNDA CAMARA CIVEL</p> <p>89.0001228-2 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : ESPOLIO DE ESTEVAO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ADVOG : ESTEVAO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO - INVENTARIANTE ADVOG : PAULO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ADVOG : FARMAL R LIMITADA ADVOG : MARLIO UCHOA CAVALCANTI TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : WALDEMAR DE OLIVEIRA LINS ORG.JUG.: SEGUNDA CAMARA CIVEL</p> <p>01.8900321-9 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : HABEAS CORPUS IMPTE : DARIO DE LIMA MAGALHAES EM FAV.: MARCOS MARANHAO DA SILVA- JOSE CARLOS LOURENCO DA SILVA E ANTONIO LOURENCO DA SILVA TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : JOAO DAVID DE SOUZA FILHO ORG.JUG.: SECAO CRIMINAL</p>	<p>89.0001234-7 AUTUACAO 11/09/89 ACAO : APELACAO CIVEL APTE : ALFREDO LIMA FILHO ADVOG : FREDERICO JOSE DE BRITTO LEITE ADVOG : NORA THOME JUCA ADVOG : LUCIA MARIA DE OLIVEIRA CARVALHO TIP.DIS.: DISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : BENILDES DE SOUZA RIBEIRO ORG.JUG.: PRIMEIRA CAMARA CIVEL</p> <p>00.8901075-2 AUTUACAO 15/08/89 ACAO : EXCECAO DE SUSPEICAO CRIME EXCPTE : BEL. SIL FERDANDO DE AZEVEDO EXCPTE : EXMO SR DR JUIZ DE DIREITO DA 1a. VARA CRIMINAL DA COMARCA DO JABOATAO TIP.DIS.: REDISTRIBUICAO AUTOMATICA RELATOR : NELSON PEREIRA DE ARRUDA ORG.JUG.: CAMARA CRIMINAL</p>
---	--



Para que as movimentações do processo tivessem equivalência com os registros colocados no sistema Judwin do 2º grau, era necessário que os servidores dos departamentos cível, criminal e jurisprudência do TJPE lançassem as informações corretamente, do mesmo modo como elas antes eram datilografadas em espessas fichas de papel, conforme reproduzem as Imagens 15 a 18 a seguir.

Imagem 15 – Ficha do Mandado de Segurança de nº 998/86, de 12/8/1986 (frente).

SAC. MANDADO DE SEGURANÇA

N.º 998/86 Comarca RECIFE

Requerente IDELSON ALEXANDRE JOSE DE ALENGAR

Requerido O EXMO. SR.DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CIVEL DA CAPITAL

Des. Relator PEDRO MALTA

Distribuido em 12 de 08 de 19 86

ANDAMENTO

Recebido com termo e Remessa ao Contador em 13.08.86. Com a conta em 14.08.86. Concluso ao Des. Presidente em 14.08.86. Distribuido e concluso ao Des. Relator em 14.08.86. Com desp. em 18.08.86. Expediu-se o of. nº 1952 ao Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital na forma do desp. em 18.08.86.S. Publicado no D.J. nº 161 o desp. em 27.8.86 - Com o officio e petição em 28.8.86 - Concluso ao des. relator em 29.8.86.Z Com desp. em 16.9.86 - Com as informações do Juiz da 7ª Vara Cível em 16.9.86.Z..... Expediu o mandado de Citação em cumprimento ao desp. de fls. nº 24 e entregu ao O.J. Paulo Camelo de Freitas em 01.10.86.S. Com o mandado e certidão em 3.12.86.Z

I. J. 13

Fonte: Ficha arquivada na caixa nº 17 sob a guarda da Unidade de Buscas e Desarquivamento da Gerência do Arquivo Geral da Diretoria de Documentação Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Imagem 16 – Parte superior da ficha do Mandado de Segurança de nº 998/86, de 12/8/1986 (verso).

Concluso ao Des. Pedro Malta em 11.12.86. Com desp. e com vista ao Proc. Ger. 1d 1 a Justiça em 22.12.86.S. Com o parecer pela denegação da segurança em 19.05.87. Concluso ao Des. Relator em 20.05.87.S. Na pauta em 04.11.87.S. JULGADO: REJEITADA, UNANIMEMENTE, PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE. POR MAIORIA DE VOTOS DECRETOU-SE A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO O EXMO. SR. DES. DES. GABRIEL CAVALCANTI LAVRARÁ O ACÓRDÃO EM SESSÃO EM 12.11.87 J C/o acórdão em 18.2.88 J. Registrado às fls. 151/172 do Livro 1.192, o acórdão retro, em 07.04.88.v1. Pub. no D.J. nº 69 o resumo do acórdão em 14.4.88. V Com o trânsito em julgado, em 29.04.88. Com o termo de Arquivamento encaminhado ao Arquivo Geral deste Tribunal, em 26.05.88.v1.

Fonte: Ficha arquivada na caixa nº 17 sob a guarda da Unidade de Buscas e Desarquivamento da Gerência do Arquivo Geral da Diretoria de Documentação Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Imagem 17 – Ficha da Apelação Cível de nº 146/88, de 8/2/1988 (frente).

JSC. **APELAÇÃO CIVEL** 9908381-9

Nº 146/88 Comarca RECIFE (ACID. TRAB. FAL. E CONCORDATAS)

Apelante: O INPS, REPRESENTADO POR SUA PROCURADORIA REGIONAL.

Apelado: LENIRA DA CONCEIÇÃO DONATO, POR INTERMÉDIO DA CURADORIA DE ACIDENTES DO TRABALHO.

Des. Relator DEMOCRITO RAMOS

Distribuído em: 8 de FEVEREIRO de 19 88

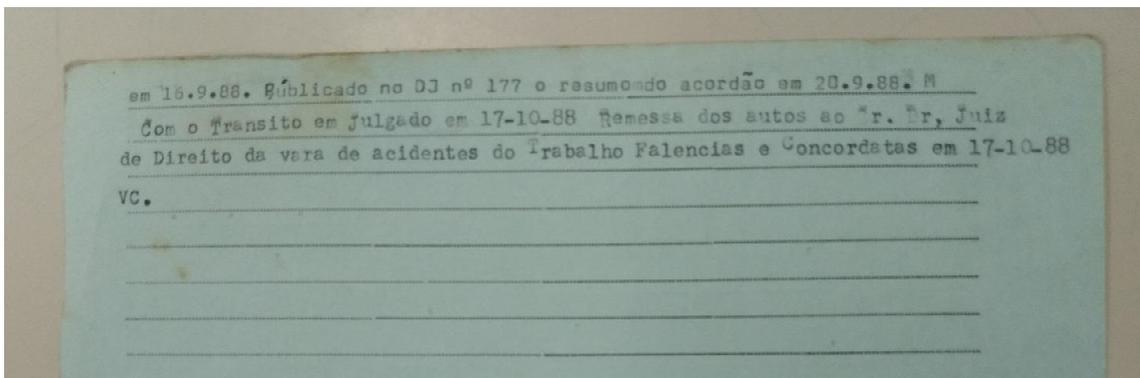
ANDAMENTO

Recebido c/o termo em 04.02.88 Concluso ao Des. Presidente em 4.2.88 c/a distribuição e concluso ao Des. relator em 08.02.88 J Com desp. e vista ao Proc. da Justiça em 10.2.88. V. Com o Parecer: Pela reforma da sentença, dando-se provimento ao apelo, em 05.05.88. Concluso ao Des. Demócrito Ramos, em 05.05.88.v1. Com o despacho, em 18.05.88. Na Pauta em 18.05.88.v1. JULGADO: UNANIMEMENTE, DEU-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO, em sessão de 17.6.88. Z C/o acórdão em 15.8.88 J Certidão registrando as fls. 180/186 do liv. 1.228 o competente acórdão retro em 16.9.88. c/termo

T. J. 14

Fonte: Ficha arquivada na caixa 17 sob a guarda da Unidade de Buscas e Desarquivamento da Gerência do Arquivo Geral da Diretoria de Documentação Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Imagem 18 – Parte superior da ficha da Apelação Cível de nº 146/88, de 8/2/1988 (verso).



Fonte: Ficha arquivada na caixa 17 sob a guarda da Unidade de Buscas e Desarquivamento da Gerência do Arquivo Geral da Diretoria de Documentação Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

As fichas tinham duas partes. Na primeira havia a identificação do processo com seus dados principais: numeração sequencial acompanhada de barramento e ano de sua chegada ao TJPE, nomes do apelante, do apelado, do desembargador relator e a data em que o processo foi distribuído. Essa numeração sequencial vem da determinação que fora estabelecida pelo Ato nº 80/83. A segunda parte, nominada de “andamento”, tinha o registro resumido de cada movimento que o processo realizava em ordem cronológica crescente. As anotações poderiam se estender ao verso da ficha, caso fossem muitas as movimentações processuais, como mostram as Imagens 14 e 16.

Comparando-se com o sistema Judwin 2º grau, cada movimentação que o processo realizava também deveria ser lançada nele e, em caso de consulta, as movimentações processuais referentes a determinado processo apareceriam na tela do terminal de computador em ordem cronológica decrescente, ou seja, da movimentação mais atual para a mais antiga – formatação inversa à que se utiliza no papel. Também poderia ser extraído do sistema um relatório com o histórico dessas movimentações que poderia ser impresso em papel numa impressora matricial.¹⁸⁵

¹⁸⁵ “Impressoras matriciais também classificadas como impressoras de impacto são basicamente de dois tipos: impressora margarida e impressora de agulha. O primeiro tipo tem funcionamento semelhante às clássicas máquinas de escrever, O dispositivo que equivale à cabeça de impressão contém diversos caracteres em relevo. Este componente se movimenta de acordo com o caractere a ser impresso. Para a impressão ocorrer, o caractere, depois de posicionado, pressiona uma fita com tinta contra o papel, em um movimento que lembra vagamente uma batida rápida de martelo. Já a impressora de agulha, a cabeça de impressão possui pequenas agulhas que, sob orientação eletromagnética, vão formando a impressão à medida que empurram a fita de tinta contra o papel. Ou seja, nesta tecnologia, em vez de os caracteres serem formados de uma única vez por impacto, são constituídos por pequenos pontos.” Disponível em: <https://www.infowester.com/impressoras.php#matriciais>. Acesso em: 14 out. 2019.

É importante destacar que as movimentações nos processos no 2º grau tinham números menores que as do primeiro grau porque no TJPE havia a revisão de uma decisão (sentença¹⁸⁶) já proferida pelo juiz da primeira instância. Nesta, a quantidade de atos judiciais eram (são) maiores por visarem a instrução e o julgamento do feito e por envolverem audiências com as partes e testemunhas, juntadas de documentos e provas, perícias técnicas – enfim, muitos atos processuais que geravam diversos movimentos. Na segunda instância no TJPE, esses atos não são refeitos. Portanto, as inserções de informações do processo no primeiro grau correspondiam a um elevado volume se comparadas com as dos processos que subiam ao TJPE em grau de recurso.

A Imagem 19 destaca cronologicamente os marcos do projeto de implantação do sistema informatizado do Judwin do 2º grau, cujo licenciamento foi adquirido pelo TJPE da empresa privada MPS Informática S/C Ltda. Foi, portanto, uma solução diferente daquela adotada para o 1º grau de jurisdição do PJPE.

Imagem 19 – Principais marcos cronológicos na implantação do Judwin do 2º grau – Sistema de distribuição e acompanhamento processual do 2ª instância.

A INFORMATIZAÇÃO NO PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO	
Principais marcos cronológicos da implantação	
20/04/1988	Assinatura do contrato com a MPS Informática S/C Ltda.
13/05/1988	Resolução nº 29 – Cria a função de Coordenador de Informática (Juiz Og Fernandes)
Jan/1989	Oito (08) técnicos do Cetepe são cedidos ao TJPE para implantação do sistema Judwin do 2º Grau
10/05/1989	Resolução nº 32 – Distribuição eletrônica de processos no Tribunal de Justiça de Pernambuco
11/09/1989	Publicação da 1ª pauta de distribuição eletrônica de processos

Fonte: Criação própria.

¹⁸⁶ “Sentença – Ato do juiz mediante o qual ele julga causa submetida à sua jurisdição.” Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>. Acesso em: 14 out. 2019.

O tempo de implantação foi menor no projeto do Palácio da Justiça porque foi adquirido um sistema informatizado pronto ou, na linguagem do mercado de informática, um “produto de prateleira”, que precisava apenas de ajustes para atender algumas especificidades internas do TJPE. E, de acordo com relatos de Antonio Costa, poderia ter sido num intervalo ainda mais curto se os servidores do próprio TJPE tivessem tido sucesso no treinamento de implantação e uso do sistema da MPS Informática em sua sede na cidade de Curitiba/PR.

3.3. Modernização como justificativa para a mudança

A justificativa para o processo de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco era a “modernização” das atividades judiciais, entendendo-se por esta a aplicação dos novos recursos tecnológicos produzidos pelos conhecimentos oriundos da área de informática e, deles, o desenvolvimento de programas e sistemas.

Nas informações de capa publicadas no *Diário Oficial* e nos *considerandos* que introduziam as regras legais nos instrumentos normativos editados pela Presidência do TJPE, sobretudo na década de 1980, lia-se que a modernização dos serviços públicos dependia da adoção dos conhecimentos e recursos produzidos pela ciência da computação, que trariam agilidade para na prestação de serviços do Poder Judiciário estadual.

Recordando-se do Ato nº59/1984, nos parágrafos explicativos que antecediam às determinações havia um que trazia esta representatividade entre modernização e agilidade: “[...] Considerando a imperiosa necessidade de agilizar os serviços da Justiça para melhor atender os anseios da sociedade, o que só será possível através do emprego de equipamentos modernos e eficazes”.

Com relação às informações publicadas no *Diário Oficial do Estado*, novamente se utiliza da linguagem jornalística para estabelecer essa ligação entre o uso de um sistema informatizado e a agilização e simplificação do controle das informações processuais:

Processos do TJ terão controle por computador. Os processos do Tribunal de Justiça de Pernambuco serão controlados e acompanhados por computador. Para isso, foi firmado convênio ontem, entre o Cetepe e o Tribunal objetivando a implantação e operação de um Sistema de controle que simplificará e agilizará as atividades relativas às informações processuais. (DOE de 31/1/1984, p. 2).¹⁸⁷

¹⁸⁷ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 02 ago. 2019.

Essa representação materializada nas publicações dos cadernos do Poder Executivo no DOE¹⁸⁸ perpassou três gestões de presidentes do PJPE e envolveu as tratativas preliminares para a contratação do Cetepe no ano de 1983 e a assinatura do contrato em janeiro de 1984 com o Desembargador Gabriel Lucena Cavalcanti, seguida pelos Desembargadores Benildes de Souza Ribeiro e Cláudio Américo de Miranda. Seus mandatos (1984-1986 e 1986-1988, respectivamente) corresponderam ao período para as etapas de desenvolvimento, implantação e execução do primeiro sistema informatizado do PJPE:

Cetepe acompanhará andamento dos processos no Judiciário. [...] Para tanto, estiveram reunidos o presidente do Cetepe, Paulo Gonçalves Filho e o presidente do Tribunal, Benildes Ribeiro, quando definiram as ações que modernizarão o sistema de processos e instituíram uma comissão para identificar as necessidades do uso da informática como meio de promover o aperfeiçoamento de procedimentos operacionais do órgão. (DOE de 10/5/1984, p. 20).¹⁸⁹

Tribunal de Justiça vai teleprocessar serviços. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Benildes Ribeiro; e o do Cetepe, Paulo Gonçalves dos Santos Filho, assinaram, ontem, termos aditivos ao Contrato de Prestação de Serviços para execução das Fases II e III do Programa de Trabalho que visa o Controle de Processos da 1ª Instância para o Poder Judiciário, visando agilizar a informação sobre o andamento dos processos. [...] Com isso, pretende o presidente daquela Corte de Justiça tornar mais rápida e dinâmica a prestação jurisdicional, uma das metas de sua administração (DOE de 4/4/1985, p. 1).¹⁹⁰

Judiciário publica pauta de feitos através da Informática. [...] Segundo salientam o presidente do TJ, desembargador Cláudio Américo de Miranda e o corregedor geral, desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos, a implantação da informática é um grande passo no sentido de modernizar o Judiciário (DOE de 13/12/1986, p. 1).¹⁹¹

A nova técnica a ser aplicada no PJPE visava substituir antigas formas de desenvolver os trabalhos na área jurídica e substituir a velha sistemática de controle de informações processuais por um moderno sistema informatizado, que prometia a eficiência na prestação dos serviços judiciários. Nessa retórica via-se a oposição do velho frente ao novo: o velho representava a morosidade do PJPE e suas fichas escritas à mão e o novo traria precisão e celeridade nas informações a serem prestadas ao cidadão. Nas palavras de Paulo Rezende (1997, p. 107-108):

Ganha mais claramente, o termo moderno o significado de novo, recente, de algo que não tem ligações aparentes com o passado, criando uma efetiva oposição entre o

¹⁸⁸ Nota do autor – O Poder Judiciário de Pernambuco não publicava notícias de capa, normalmente, estampada na primeira página de cada caderno do Diário Oficial do Estado, isso só veio a acontecer em 18 de agosto de 1992, após a formalização de um protocolo entre o TJPE e a CEPE (DOPJ, 18/8/1992, p. 1).

¹⁸⁹ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 02 ago. 2019.

¹⁹⁰ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 02 ago. 2019.

¹⁹¹ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 02 ago. 2019.

moderno e o antigo, entre o novo e o velho que iria marcar uma concepção de mundo instituída com o advento da sociedade capitalista, alicerçada na idéia de progresso.

Apesar de o TJPE publicar apenas atos administrativos e judiciais em seu caderno no *Diário Oficial* na década de 1980, devido à importância do processo de informatização, em 14 de agosto de 1985 ele publicou um artigo de autoria do juiz Jones Figueirêdo Alves, que presidia o Grupo de Informática Jurídica do TJPE, intitulado “A Informação automatizada e o Judiciário”. O juiz aproveitou a instalação de um terminal de vídeo para acessar os Bancos de Dados do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) no Palácio da Justiça de Pernambuco para enaltecer os benefícios que a informática poderia trazer para o Judiciário, como a modernização dos serviços de informação. Utilizou-se da linguagem jurídica e citações de seus teóricos, incluindo a fala do juiz José Roberto Ópice Blum, do Tribunal de Justiça de São Paulo, referência à época no uso da informática para a distribuição e o acompanhamento dos processos, a fim de convencer seus pares a aderir aos inovadores recursos tecnológicos:

Hoje, quando o tempo dos desafios para a modernização do Judiciário é vivido pela realidade fantástica da tecnologia e convoca a todos para adequá-lo com dignidade à civilização do silício, assume o Tribunal de Justiça de Pernambuco, num primeiro passo, seu rumo à informática e ao importante papel coadjuvante que ela representa, com a instalação do terminal de vídeo para acesso aos Bancos de Dados do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN). (DOPJ, 14/8/1985, p. 1).¹⁹²

O próprio Ministro Geraldo Og Fernandes, também integrante do Grupo de Informática Jurídica, ressaltou a ideia de rapidez na tramitação dos processos como algo a ser buscado:

O início do processo de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco foi motivado pela necessidade de melhorar a entrega da prestação jurisdicional ao povo pernambucano, pois a informática permite um trâmite mais célere dos feitos, diminuindo, por exemplo, os “tempos morto” (*sic*) que os processos físicos passam nos escaninhos da Justiça.¹⁹³

Também quem esteve responsável pelo desenvolvimento do sistema creditava à informatização essa característica de agilidade e controle de grande número de informações que circulavam no PJPE, como testemunha Valéria Tenório:

¹⁹² Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 25 out. 2019.

¹⁹³ Questionário respondido por Geraldo Og Nicéias Marques Fernandes, Brasília-DF, em 9 de abril de 2019.

Modernização dos serviços, o volume que a cada ano aumentava mais e mais e mais, então seria uma forma de controlar melhor, de ter um melhor controle sobre o que estava entrando porque tudo era lançado em livro manualmente, então isso dava um certo atraso, um... ficava um processo mais lento.¹⁹⁴

Nos textos acima, o termo “modernização” está associado a agilização, rapidez na prestação dos serviços a serem entregues ao cidadão pelo Poder Judiciário, que, adotando-se os recursos tecnológicos trazidos com a informatização, seriam eliminados os “tempos mortos” na tramitação processual. O que antes se fazia utilizando uma técnica antiga (manual) poderia ser realizado de forma mais rápida e em maior quantidade se usasse uma nova técnica ou um novo recurso técnico mais moderno (automatização).

Ao atribuir este conceito à palavra “modernização” que estabelece uma associação com os processos de informatização surgidos na segunda metade do século XX, defrontamos com a história dos conceitos e história social de Reinhart Koselleck (2006, p. 109):

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido.

Logo, o moderno a ser empregado nas atividades laborais dos setores da Justiça não seria mais a máquina de escrever manual ou elétrica, mas os terminais de computadores ligados a centrais de processamento de dados com os benefícios que estes tinham a oferecer.

Entretanto, o uso da palavra “modernização” não adquiriu o significado de uma oposição entre o novo e o velho, entre o moderno e o antigo, como defendido por aqueles que vivenciaram os anos seguintes às revoluções burguesas, à revolução industrial (REZENDE, 1997, p. 108): buscou-se trabalhar com o novo representado pelos inovadores recursos tecnológicos e uma nova metodologia de trabalho aplicada na tramitação de processos judiciais. Estes em si não passaram por mudanças, representavam o velho, formando uma simbiose no qual “o antigo entra no novo com a significação que o novo lhe dá e não poderia entrar nele de outra maneira” (CASTORIADIS, 1987, p. 238).

Hipoteticamente, a informatização do Poder Judiciário pernambucano não visava rever o rito processual ou reduzir as fases que compunham o processo judicial. Essa mudança estrutural e legal não fazia parte do projeto e nem poderia fazer, pois teria que ser antecedente

¹⁹⁴ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

ao desenvolvimento e implantação do sistema informatizado. A informatização vinha para sistematizar um percurso preexistente, racionalizando as suas etapas. O processo continuava sendo formado por um conjunto de papéis, cada um com sua representatividade no mundo jurídico com o objetivo de obter uma solução de uma disputa judicial entre cidadãos.

A expectativa com relação aos benefícios seria quanto a uma distribuição processual mais rápida e equânime entre os juízes competentes para processar e julgar as ações judiciais, à democratização das informações dos processos (antes retidas nas mãos de poucos) e ao registro de cada movimento que os processos realizavam no percurso traçado pelas leis processuais.

Claro que com o tempo houve ganhos e benefícios decorrentes da distribuição processual, principalmente para os advogados, mas também o acesso aos interessados em acompanhar o andamento das fases do processo, o que promoveu transparência dos processos.

Na informação veiculada no DOE de 13 de dezembro de 1986, constata-se tal melhoria, que também destacou o fato de a distribuição de processos ocorrer a toda hora e não só no final da tarde e falou sobre a obtenção de informações processuais, gerando um ganho para os advogados:

Judiciário publica pauta de feitos através Informática. [...] Numa primeira etapa, o Poder Judiciário instalou os sistemas de distribuição automatizada e informações processuais, que permitirão aos usuários – notadamente os advogados – a distribuição dos processos a toda hora e não, (*sic*) no horário vespertino, como acontecia anteriormente, bem como consultas dos feitos de todo o Fórum Paula Batista numa área reformada no térreo do prédio. (DOE, 13/12/1986, p. 1).¹⁹⁵

Valéria Tenório narra como ocorria a distribuição processual, que tinha um horário fixo para ser realizada – 17 horas –, mas, depois da informatização, ela se dava a qualquer momento:

A distribuição, ela só acontecia, isso aí foi uma grande vantagem para o advogado, porque a distribuição de feito, ela só acontecia às cinco horas da tarde, na Corregedoria. Os distribuidores levavam todos os processos lá pra cima e sorteavam manualmente para onde ia cada processo daquele. Com a informatização, não. O advogado entrava e já saía dali, podia ser de manhã, já saía dali sabendo qual era a vara para onde o processo dele iria.¹⁹⁶

Sistematizando os supostos benefícios arrolados, temos: 1) distribuição imediata do processo, permitindo que o advogado soubesse automaticamente a vara judicial de tramitação e 2) o acompanhamento de cada fase do processo pela Central de Informações (CI),

¹⁹⁵ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 4 ago. 2019.

¹⁹⁶ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

dispensando a ida presencial ao cartório da vara. Além disso, cumpria-se a promessa de celeridade e transparência no trâmite processual.

Entretanto, a nova forma de disponibilizar as informações processuais não significava que tal democratização fosse alcançada pelo cidadão: a dependência de um advogado para entender o vocabulário jurídico representava um obstáculo para isso. Portanto, a modernização dos serviços do Judiciário facilitou o acesso às informações pelos operadores do Direito, mas não houve melhoria para que o cidadão compreendesse as expressões jurídicas ali anotadas.

Para Carvalho (2002, p. 197-217), o processo de cidadania em geral inicia-se com a aquisição dos direitos civis, entre os quais está o da igualdade perante a lei: garantia de ir e vir; de organização, de escolha do trabalho, de manifestação do pensamento, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis em vigor, de ter respeitada a inviolabilidade do seu lar e da sua correspondência e, ainda, ser condenado somente após um processo legal regular.

Segundo o autor, esses direitos pressupõem a independência e a eficiência da Justiça, além da facilidade de acesso para toda a sociedade, garantindo o equilíbrio das relações entre as pessoas e um ambiente propício ao desenvolvimento socioeconômico.

A considerar o posicionamento do sociólogo, o Poder Judiciário na década de 1980, mesmo com a implantação de recursos tecnológicos para acelerar a prestação jurisdicional, era devedor desse acesso à justiça por todos os cidadãos. Vários eram os obstáculos para a pessoa ter condições de requerer direitos perante a Justiça, a começar pela linguagem jurídica falada e escrita nos processos, de difícil entendimento. Depois, o pagamento de custas judiciais¹⁹⁷ e outras taxas, a remuneração de advogados para propor e impulsionar as ações judiciais, entre outros custos.

Só em novembro de 1989, o Poder Judiciário pernambucano instalou o primeiro Juizado de Pequenas Causas, no bairro do Rosarinho, em Recife. A criação desse órgão na estrutura da Justiça brasileira decorreu da Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984, que criou os Juizados Especiais de Pequenas Causas. Em 1995, essa lei foi revogada pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que tratou dos Juizados Especiais de Pequenas Causas Cíveis e Criminais.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Custas judiciais: Despesas decorrentes da tramitação do processo pagas pelas partes em contraprestação aos atos praticados em juízo. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>. Acesso em: 31 maio 2020.

¹⁹⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 31 maio 2020.

O reconhecimento dessa relevante alteração no campo dos direitos sociais tem o crédito de Carvalho (2002, p. 209-210). Ele se refere aos Juizados Especiais de Pequenas Causas Cíveis e Criminais em 1995, sucessores dos Juizados de Pequenas Causas criados:

Cabe ainda mencionar como relevante a criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas Cíveis e Criminais, em 1995. Esses juizados pretendem simplificar, agilizar e baratear a prestação de justiça em causas cíveis de pequena complexidade e em infrações penais menores. Essas inovações legais e institucionais foram importantes, e algumas já dão resultados. Os Juizados, por exemplo, têm tido algum efeito em tornar a justiça mais acessível.

Porém, o autor ressalta a precariedade do cidadão em conhecer os direitos civis para, em momento seguinte, recorrer ao Poder Judiciário. Com efeito, foram muitos anos de violenta repressão ensinando, por meio de prisões e torturas, a triste lição de que quem detinha a legitimidade para definir os direitos do cidadão era o Estado. Estariam sob o comando de um regime coercitivo e persecutório os que pensavam de modo contrário aos ditames do governo ditatorial.

3.4. As ações de resistência na adoção dos sistemas informatizados do PJPE

As inovações trazidas com a informatização não foram acolhidas passivamente pelos atores que com elas tiveram que conviver. Houve movimentos reativos de ambos os lados – dos que as defendiam e dos que as rejeitavam ou lhes eram indiferentes. Nesse campo de batalha, a gestão impunha sua regra: “Manda quem pode e obedece quem tem juízo”, mas a desconfiança com relação à nova técnica era compartilhada por alguns juízes e escrivães, atualmente chamados de Chefes de Secretaria das Varas Judiciais. Ambos em posição de comando em suas unidades organizacionais, influenciavam-se mutuamente e exerciam pressão sobre seus comandados para adotar ou rejeitar as mudanças trazidas com a nova metodologia de trabalho. Assim, a regra não imperava absoluta nos cartórios judiciais.

Uma ação estratégica da alta gestão do TJPE para garantir a modernização e reprimir a desobediência foi estabelecer uma punição para os servidores públicos que impedissem a implantação do sistema informatizado, prevista no art. 10, do Provimento nº 2, de 24 de julho de 1986:

Incide nas sanções previstas no art. 390, III, J do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, sem prejuízo de outras cominações legais, o servidor que de qualquer forma impedir ou dificultar os trabalhos do pessoal encarregado da Implantação do Sistema de Processamento de Dados da Justiça de Primeiro Grau da

Capital ou, após implantado, descumprir as normas determinadas para o efetivo serviço (DOPJ, 6/11/1986, p. 5).¹⁹⁹

A punição era “uma multa de um (1) a quinze (15) dias de seus vencimentos, ou arbitrada pela autoridade, em quantia não inferior a um sexto (1/6), nem superior a vinte (20) vezes o maior salário de referência no País, se o servidor não perceber vencimentos”. Dessa forma, procurava-se coibir as ações contra o processo de informatização com uma penalidade que atingisse as finanças do servidor-infrator, fosse ele efetivo (concurado) ou contratado (celetista).

Era necessário impor disciplina aos comandados para que suas ações convergissem para o êxito da nova técnica de trabalho. Almejava-se menos desobediência e mais produtividade. Os gestores queriam, por meio dessa política de coerção, estabelecer com os servidores uma relação que os tornasse tanto mais obedientes quanto úteis (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Para os juízes, não havia uma previsão explícita de punição por não serem considerados servidores públicos *estricto senso*, mas a Corregedoria Geral da Justiça poderia, caso houvesse uma reclamação, instaurar uma sindicância e, sendo procedente, pedir abertura de processo administrativo disciplinar perante o Conselho da Justiça para apurar as responsabilidades do magistrado (art. 59, da Resolução nº 10, de 28/12/1970). (DOPJ, 30/12/1970, p. 25-77).²⁰⁰

Houve várias formas dessa resistência se materializar quando da adoção dos sistemas informatizados que foram (e o que não foi) implantados no PJPE: omissão, indiferença, boicote etc. Por ser um ambiente onde a autoridade, muitas vezes travestida de autoritarismo, de magistrados e seus representantes imediatos (escrivães, diretores de departamentos etc.) era exercida fortemente sobre os servidores, as reações pela omissão (o não-fazer) se destacaram em detrimento do enfrentamento direto. Dentre as formas do não-fazer, tiveram aquelas representadas por não querer aprender (conhecer os comandos e as funções do sistema), não querer usar (utilizar os comandos e as funções de uma forma mais rápida e eficaz) e não querer fazer (como ligar o computador, como extrair relatórios do sistema), assim, as pessoas não empregavam as competências, habilidades e atitudes necessárias para exercer suas atividades na instituição pública da qual faziam parte.

¹⁹⁹ Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 2 ago.2019.

²⁰⁰ Disponível em:

http://www.tjpe.jus.br/cgi/om_isapi.dll?clientID=222900&PesqGlobal=resolu%e7%e3o%20n%ba%2054&TipoNormas=&advquery=resolu%e7%e3o%20n%ba%2054&infobase=normasinternas&record={762A8}&softpage=ref_doc. Acesso em: 3 ago. 2019).

De novo, a Presidência do TJPE reagiu e editou outra norma legal para coibir os servidores a não burlar o sistema informatizado Infojus. Foi editada a Resolução nº 54, de 30 de outubro de 1991, que regulamentou a gratificação de 120% sobre os vencimentos, criada pela Lei nº 9.726, em seu § 2º, do artigo 3º, de 16 de outubro de 1985, condicionando o recebimento desta à inserção das informações processuais no referido sistema, o contra-ataque visou mais uma vez o bolso do servidor:

art. 2º – É condição imprescindível à percepção da gratificação de que trata esta resolução pelos servidores das serventias de Justiça, terem estas informado à (*sic*) INFOJUS todos os atos de movimentação praticados, em todos os processos em andamento, no mês anterior ao do respectivo pagamento.²⁰¹

Na mesma Resolução, há o detalhamento de critérios para a concessão da gratificação, discriminando a escala crescente de percentuais a serem concedidos a partir do quantitativo de atos realizados e inseridos no sistema Infojus (mas não no Judwin 2º grau), envolvendo os ocupantes de vários cargos existentes no quadro de pessoal que atuavam nas unidades judiciais do 1º grau sob a fiscalização da Corregedoria Geral da Justiça. Apesar do normativo não citar o sistema Judwin do 2º grau, havia a previsão para aplicar as mesmas regras de concessão da gratificação para os servidores lotados no Tribunal de Justiça, que utilizavam esse sistema de informática.

É importante analisar os tipos de resistências envolvidas nesse processo de informatização do PJPE, considerando resistência como “a ação – ou falta de ação -, intencional que se opõe ou ignora a implantação de um novo sistema de informação, podendo se manifestar e assumir intensidades diferentes ao longo do tempo” (GAETE, 2010, p. 16). Várias das atitudes dos servidores do PJPE descritas pelos entrevistados se enquadram nesse conceito.

Dentre elas, houve aquelas impulsionadas pelo medo ao “novo”, como no caso da servidora que pediu uma plaquinha para se proteger dos raios emitidos pelo computador, entendendo ela que o equipamento poderia fazer mal a sua saúde, como relata Zélia Mendonça:

[...] Aí a gente numa manhã, a gente terminou o treinamento porque era 11 da manhã, eu e Jackson, esqueci o sobrenome dele agora, daqui a pouco eu lembro...

²⁰¹ (Disponível em:

http://www.tjpe.jus.br/cgi/om_isapi.dll?clientID=222900&PesqGlobal=resolu%e7%e3o%20n%ba%2054&TipoNormas=&advquery=resolu%e7%e3o%20n%ba%2054&infobase=normasinternas&record={762A8}&softpage=ref_doc. Acesso em: 3 ago. 2019.

[...] E a gente saiu dali, veio para o elevador e essa senhorinha veio correndo atrás da gente e disse assim: “Jackson, Zélia, eu queria falar com vocês, mas fiquei com vergonha de falar na frente dos meus coleguinhas”. Aí Jackson disse: “Que é isso, fulana?! Que negócio tão sério é esse que você vai falar para a gente que ficou com vergonha de falar na frente dos coleguinhas?”. E ela disse assim: “Quando é que vocês vão me entregar a plaquinha?”. E Jackson, que era muito engraçado, disse assim: “Que plaquinha?”. Ela disse: “A plaquinha que vai me proteger dos raios laser que o computador emite”.²⁰²

Para o autor Lévy (2010, p.16): “Os produtos da técnica moderna, longe de se adequar apenas a um uso instrumental e calculável, são importantes fontes de imaginário, entidades que participam plenamente da instituição de mundos percebidos”. Essa fala do autor remete a questão de como percebemos o mundo, então, o computador nesse contexto, inicialmente, era percebido com um certo estranhamento pelos servidores do TJPE. A informática e suas tecnologias como um todo estavam (e estão) no campo da descoberta, causando perplexidade nas pessoas pelo alcance de suas funcionalidades e aplicabilidades, cuja adesão no trabalho geralmente é compulsória. Como consequência, os movimentos de resistência dos servidores em adaptar-se a nova tecnologia são reações recorrentes relatadas pelos entrevistados.

Por sua vez, Costa narra que, quando estava fazendo a implantação do sistema do 2º grau num departamento do TJPE, ocorreu um caso inusitado:

Um caso interessante se deu quando a gente estava fazendo a implantação de um determinado departamento lá do Tribunal de Justiça e nós fomos dizer como é que ligava o terminal do computador, que era um Cobra, e os terminais ligados a ele. Aí a pessoa se recusou a ligar com medo de levar um choque.²⁰³

Essas atitudes, que prescindem de um trabalho de conscientização e aprendizado diante do “novo”, causam às vezes estranheza para aqueles mais resilientes, como expressado por Pierre Lévy (2010, p.15):

O cúmulo da cegueira é atingido quando as antigas técnicas são declaradas culturais e impregnadas de valores, enquanto as novas são denunciadas como bárbaras e contrárias à vida. Alguém que condena a informática não pensaria nunca em criticar a impressão e menos ainda a escrita. Isto porque a impressão e a escrita (que são técnicas!) o *constituem* em demasia para que ele pense em apontá-las como estrangeiras. Não percebe que sua maneira de pensar, de comunicar-se com seus semelhantes, e mesmo de acreditar em Deus (como veremos mais adiante neste livro) são condicionadas por processos materiais.

²⁰² Entrevista realizada com Zélia Maria Lucena Mendonça, Recife-PE, em 10 de maio de 2019.

²⁰³ Entrevista realizada com Antônio da Paz Gomes da Costa, Recife-PE, em 24 de maio de 2019.

O medo possivelmente representa a mais paralisante das consequências ao lidar com o desconhecido, Gaete (2010, p. 17) traz uma tabela que consta esse elemento tendo como vetor a pessoa, assim, o motivo que impede a ação decorre do próprio usuário do sistema. Há também outros dois vetores considerados no processo de resistência: o vetor ligado ao sistema e o referente à interação:

Tabela 1: Perspectivas da Resistência a Sistemas de Informação.

Vetor Pessoas	Vetor Sistemas	Vetor Interação
Fatores internos às pessoas	Características técnicas do sistema de informação	Interação sistema-contexto de uso
Ausência de treinamento	Pouca ou nenhuma flexibilidade	Variante sociotécnica
Resistência individual à tecnologia	Interface gráfica pobre e usabilidade fraca	Interação do sistema com a divisão do trabalho
Distanciamento ou medo de computadores	Complexidade desnecessária	Variante política
Nenhuma utilidade percebida no sistema	Projeto técnico inadequado	Interação do sistema com a distribuição do poder intraorganizacional

Fonte: Baseado em Markus (1983) e Joia (2006).

Tais estudos datam do início da década de 1980, passando por revisões até a apresentação dessa síntese tabelada em 2006. Interessante constatar que, concomitantemente com a introdução de sistemas informatizados nas organizações, já se estudava o fenômeno da resistência aos mesmos pelos seus usuários. E as pessoas que integravam o PJPE e tiveram que lidar com esses sistemas não ficaram imunes a tais fenômenos. Zélia Mendonça, inclusive, relatava as reflexões realizadas por ela, o consultor Jackson e o juiz Og Fernandes, a respeito da atitude da servidora que tinha medo quanto ao mal que o computador poderia fazer à sua saúde.²⁰⁴

Mas depois, logo depois da brincadeira, nós fizemos uma reflexão com o Juiz Og. No sentido de que aquilo parecia muito hilário, muito engraçado, mas que trazia uma preocupação muito grande e mostrava a fragilidade do servidor frente a um

²⁰⁴ Nota do autor – Posteriormente, estudos médicos demonstraram que a luminosidade emitida pela tela dos monitores de computadores seriam prejudiciais à visão.

equipamento que ele não sabe o que é, que alguém disse para ele que emite um raio laser que vai ser danoso à saúde dele... A maior inovação que ela tinha tido até então era uma máquina de escrever elétrica e aquilo era uma coisa muito nova²⁰⁵.

Outro vetor pessoas, o distanciamento do sistema implantado tratado junto com o medo, aparece no testemunho de Costa, em diversas ocasiões, quando da instalação dos equipamentos de informática para operar o Judwin do 2º grau, nos gabinetes de desembargadores, nos departamentos cíveis e criminais, dentre outros setores. Os servidores e os desembargadores não tinham interesse pelos novos recursos tecnológicos que chegavam a seu alcance:

Então houve resistência não só por parte dos empregados como por parte dos desembargadores. Assim, nós quando começamos a instalar os equipamentos nos gabinetes dos desembargadores, nas salas das diretorias cíveis, criminais, dentre outras, o que nos chamou muita atenção foi assim: ninguém tinha interesse em ver, em aprender, em usar, porque diziam que era um trabalho a mais que iriam ter.²⁰⁶

Schettini, em sua narrativa, acresce esse mesmo comportamento em relação aos servidores dos cartórios judiciais na primeira instância. Os servidores tinham conhecimento de que os formulários a serem preenchidos por eles com as informações do andamento de processos iriam ser inseridos no sistema Infojus por outra equipe de funcionários, mas não se prontificavam a fazer a atividade: “Simplesmente eles ignoravam e não atualizavam o sistema. Então o sistema começou a cair em descrédito porque, quando a gente dava a informação na CI, quando o advogado, a parte²⁰⁷, ia no processo, estava desatualizado”.²⁰⁸

O distanciamento era tal que chegou ao extremo de uma servidora, que ocupava a função de distribuidora de processos na primeira instância, criar uma relação imaginária e conflituosa com os equipamentos de informática da unidade onde trabalhava. Ainda, o uso de novos vocábulos para se referir aos mesmos, como *imprimir*, era adaptado para o linguajar cotidiano, como relata Valéria Tenório:

Tinha o computador que tinha marcação com uma certa distribuidora, que toda vez que ela ia fazer uma consulta, ele não respondia. Então ela já mandava dizer que não foi ela. “Não diga que sou eu não, porque senão não sai”. Eles não diziam... Tinha um cartório de distribuição que não dizia “a impressora não imprimiu”, dizia “a impressora não cuspiu”.²⁰⁹

²⁰⁵ Entrevista realizada com Zélia Maria Lucena de Mendonça, Recife-PE, em 10 de maio de 2019.

²⁰⁶ Entrevista realizada com Antônio da Paz Gomes da Costa, Recife-PE, em 24 de maio de 2019.

²⁰⁷ Nota do autor - Nome dado ao cidadão que demandava o Poder Judiciário, independentemente de ser o autor ou o réu da ação judicial.

²⁰⁸ Entrevista realizada com Giovanna Schettini, Recife-PE, em 31 de maio de 2019.

²⁰⁹ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

Essa fala da servidora do cartório de distribuição para caracterizar um problema operacional de uma nova metodologia de trabalho, alicerçada em modernos equipamentos que requerem vocabulários próprios, demonstrava a luta para reaver o controle sobre as suas atividades laborativas num modelo consolidada de outrora. No uso da palavra “cuspiu” revelava um “movimento de rachar as palavras, de descrever outra prática e, por extensão, alterar o significado, desconstruindo a associação que se quer natural entre o signo e a coisa”, no dizer de Antonio Montenegro (2018, p. 32). Quiçá, desejava dizer na realidade: era melhor fazer da forma antiga, essa nova dá muitos problemas.

Essa indiferença para acessar novos conhecimentos e executar uma nova metodologia de trabalho representava um prejuízo financeiro para o PJPE, as ações de treinamento não obtinham resultados desejáveis. Dessa forma, era difícil detectar falhas a corrigir no treinamento aplicado, se o servidor não exercitava os conhecimentos adquiridos, não fornecendo corretamente as informações para a inserção no sistema Infojus.

Valéria Tenório relata como se dava a capacitação dos servidores do setor de distribuição processual e daqueles lotados nas varas judiciais, esses recebiam os treinamentos no auditório da sede do Cetepe, ministrado pelos técnicos desse centro técnico:

O grupo era somente o pessoal do Cetepe. Só Cetepe. Quando a gente tinha uma dificuldade maior, eu dava o treinamento normalmente de acompanhamento, distribuição era mais fácil dar o treinamento porque só eram três distribuidores, bem mais tranquilo. Agora vara, não. Eram... sei lá, umas 60, 70 varas na época. Aí a gente tinha o treinamento no auditório do Cetepe com mais de 100 lugares, lotado, sempre tinha algum problema, alguma pergunta tirada do bolsinho da OGB, uma provocação. Então, quando o clima pesava mais um pouco, então eu pedia ao Ministro Og para ir para lá. E aí ele esclarecia as dúvidas.²¹⁰

Enquanto o TJPE instituíva legalmente mecanismos para combater a resistência dos servidores frente às novas técnicas de trabalho, os profissionais de informática atuavam no sentido de construir argumentos, realizar testes comprobatórios para que os juízes, servidores e advogados confiassem no sistema informatizado, seja na primeira como na segunda instância.

Valéria Tenório relata como agia para obter a confiança dos juízes quanto à distribuição dos processos por vara judicial, utilizando conhecimento técnico e estudos estatísticos para garantir a confiabilidade no sistema:

Era uma coisa que eu me preocupava muito em fazer com que eles tivessem confiança naquilo. Então sempre que surgia uma dúvida, a maior dúvida que surgia

²¹⁰ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

era os juízes dizerem: “Eu estou recebendo mais processos que o meu colega vizinho”. Então eu pegava as estatísticas e mostrava a um e a outro e daí nunca tive grandes problemas. [...] Mas fazer uma queixa, alguma coisa maior, não. Nunca aconteceu, eles terminavam confiando.²¹¹

Ainda, Antônio Costa narra como garantiu aos desembargadores que os processos sigilosos não poderiam ser acessados no sistema Judwin 2º grau, apenas se fosse autorizado por um autoridade competente, inclusive, o sistema era protegido por um módulo que administrava todo esse acesso. Mas reconhece que as visitas realizadas a outros tribunais que utilizavam o Judwin 2º grau, por alguns dos desembargadores do TJPE, reforçaram a confiança dos magistrados no sistema:

Olhe, a resistência sempre houve. A parte do sigilo foi uma coisa que 90% dos desembargadores na época diziam que não acreditavam que a informática tivesse essa potência de segurar um sigilo ali. Depois de muita conversa, muito treinamento, de até visitas a outros tribunais, eles foram se conscientizando de que realmente era seguro e que a coisa poderia, por meio de instrução normativa interna lá, dizer o que poderia constar do sistema, o que poderia ser visto e o que poderia não ser visto. Então foram criados os níveis de segurança e os níveis de quem pode acessar o que. Quem pode só consultar, quem pode alterar e quem pode inserir alguma coisa. Então foram criados esses módulos, e a pessoa, quando era cadastrada para o acesso, a pessoa era limitada dentro do que seria. Tipo, eu sou um funcionário de um departamento, então o meu nível é de acesso de incluir, consultar, alterar. O meu chefe teria um acesso um pouco maior, ou seja, eu posso reeditar o que estava, mas assim, tudo com a segurança de *logs*. *Logs* são arquivos que dizem quem acessou o que, a tal hora e o que fez. Para uma dúvida, levantar algum... Sei lá. “Eu acho que isso era assim e depois não foi”, então solicitavam à gente o *log* lá e diziam: “quem foi que acessou isso e fez o que durante?”. A gente ia lá na parte estatística, via horário e local, porque todos os terminais, como hoje acontece, eles têm o endereço, e o acesso ao terminal é com o *login* e senha do funcionário.²¹²

Outro ator social de destaque neste contexto foi o advogado, representante do cidadão diante da justiça, diferentemente dos movimentos de resistência dos magistrados e servidores, o objetivo de uma pequena parcela desse profissional era procurar entender o funcionamento do sistema para direcionar a distribuição dos seus processos a um determinado juiz. Quando o sistema entrou em operação, ocorreu um fato, relatado por Valéria Tenório, que exemplifica essa estratégia de má-fé de um advogado, mas que serviu como aprendizado para os técnicos corrigirem o fluxo do sistema e evitar situações semelhantes:

[...] Teve um advogado que distribuiu dez ações iguais até cair na vara que ele queria. Interessante é que eles achavam que a gente sabia a vara que ia cair. Porque tinha um algoritmo, ele achava que era uma coisa simplérrima (*sic*). Esse mesmo que distribuiu dez ações, era uma história, não sei se você lembra, uma coisa da

²¹¹ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 29 de maio de 2019.

²¹² Entrevista realizada com Antônio da Paz Gomes da Costa, Recife-PE, em 24 de maio de 2019.

Telpe²¹³, aquelas ações da Telpe... Porque tinha um juiz que tinha um entendimento que o advogado gostava. Aí ele começou a distribuir, caiu para uma vara, para outra, para outra, para outra e tinha que cair naquela. Foi o último. Aí foi quando, isso aí foi uma das coisas que alertou para... Porque quando a gente fez, a gente desenvolveu o sistema, primeiro que a gente nem conhecia o que era o Judiciário, muito menos essas tentativas de fraude, não é? Foi quando a gente foi despertando para o que precisava ser feito, e aí foi quando entrou o Ministro Og e ajudou muito, muito, muito. Ele que definia. “Faça assim, quando você pegar, faça assim, mande para o juiz da vara”. Então essas dez mesmo, a gente pegou, juntou tudinho e mandou para a primeira vara que foi sorteada. [...] Porque o processo, ele era distribuído, mas ele não saía do cartório imediatamente, do cartório de distribuição, tinha os horários de entrega, então isso aí dava tempo de a gente perceber as duplicidades e aí a gente fez uma alteração no sistema para pegar duplicidade.

A analista de sistema expõe nesse caso o aprendizado gerado a partir de uma simulação fraudulenta que proporcionou as condições para corrigir o fluxo de distribuição de processos. Esse aprendizado que se dá por simulação, próprio da cultura informática, com os critérios e os reflexos mentais ligados às tecnologias intelectuais anteriores: da oralidade, da escrita e da impressão, como descreveu Pierre Lévy (2010, p. 19), ajudou a realizar ajustes e impedir tentativas de burlar o sistema Infojus.

Já em outro episódio, o advogado procurou entender como se dava a aleatoriedade da distribuição de processos. Assim, ficou uma manhã inteira observando o trabalho da Unidade de Distribuição (UDA) para, ao final, não conseguir entender como se dava a sequência de distribuição dos processos, como narrou Valéria Tenório:

[..] Tinha advogado que também achava que poderia um dia entender como funcionava a distribuição, que ela era absolutamente aleatória. Então eu lembro que teve um advogado que ele passou aproximadamente de 8 horas da manhã até 1 da tarde anotando todos os processos distribuídos para entender a lógica da distribuição. Então quando deu 1 hora ele disse: “eu vou-me embora” e eu disse: “e aí, doutor, entendeu?” Ele disse: “Nada”.²¹⁴

Esse relato mostra realmente como foi difícil a adaptação às inovações trazidas com os conhecimentos da informática, principalmente para aqueles que também detinham um saber específico, o jurídico.

A questão de o servidor permanecer realizando dois trabalhos com idêntica finalidade, como dito antes: preencher fichas de controle e formulários para o sistema Infojus ou lançamento de dados no Judwin 2º grau, representou, em geral, os sinais de resistência em acolher as novidades tecnológicas, diante de uma incerteza acerca do êxito dessa nova sistemática de trabalho.

²¹³ “A Telecomunicações de Pernambuco S/A (TELPE) foi a empresa de telefonia do estado de Pernambuco, privatizada em 1998 e adquirida pela Telemar, atual Oi.” Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Telecomunica%C3%A7%C3%B5es_de_Pernambuco. Acesso em: 14 nov.2019.

²¹⁴ Entrevista realizada com Maria Valéria Lins Tenório, Recife-PE, em 19 de setembro de 2019.

Mas o PJPE encerra a década de 1980 com dois sistemas de informática em operação, o Infojus para a distribuição e acompanhamento de processos das varas judiciais da comarca do Recife e o Judwin 2º grau, também, para a distribuição e acompanhamento de processos que tramitavam no Palácio da Justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informatização nos processos de prestação de serviços no setor público se mostrou uma solução viável para atender uma demanda crescente dos cidadãos. Apesar dos elevados custos iniciais com a locação e aquisição de equipamentos e o desenvolvimento de sistemas informatizados para esse fim, havia a expectativa de reduzir ou estacionar a contratação de funcionários públicos, que realizavam tais serviços manualmente ou com máquinas de datilografia. Essas começavam a se mostrar ultrapassadas perante as inovações tecnológicas presentes no mercado, no transcorrer da década de 1980.

Tendo como aliado o momento político presente no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980, onde uma ditadura civil militar tomou o poder em março de 1964, o processamento de dados e informações adotados pelos órgãos públicos teve especial atenção governamental sob o argumento de se tratar de uma questão de segurança nacional.

A política nacional de informática implantada no país visou incentivar a criação de empresas nacionais de tecnologia, abrangendo toda a cadeia de componentes para a produção de computadores brasileiros e desenvolvimentos de sistemas informatizados a fim de atender diversos setores da economia (bancário, industrial, prestação de serviços, dentre outros).

No setor público foram criadas empresas públicas de serviços técnicos e processamento de dados para atender as demandas dos órgãos públicos federais, das secretarias de governos estaduais e demais órgãos da administração indireta, com exclusividade para o fornecimento de locação de equipamentos e prestação de serviços de tecnologia. No âmbito do executivo federal, criou-se, por meio de uma lei de dezembro de 1964, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Enquanto isso, o legislativo federal institucionalizava o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) no início da década de 1970.

Em Pernambuco não foi diferente, a empresa Centro de Prestação de Serviços Técnicos do Estado de Pernambuco (Cetepe), criada para atender os órgãos públicos da administração direta e indireta, firmou contrato com o Poder Judiciário de Pernambuco para desenvolver um sistema informatizado que controlasse a distribuição e acompanhamento dos processos judiciais nas varas da comarca do Recife.

Dito projeto gerou as primeiras distribuições automatizadas de processos e inaugurou uma nova sistemática de trabalho no Judiciário local, ao ser concluído em dezembro de 1986.

Consideremos agora alguns pontos que permearam esse processo de informatização do PJPE. Primeiro a escolha da instituição parceira. Vimos que no desenvolvimento do sistema Infojus, o cenário político teve influência decisiva no estabelecimento da parceria entre o TJPE e o Cetepe, por sinal, arrisco a dizer que só havia essa alternativa, em que pese uma formal - mas não real - autonomia entre os poderes executivo e judiciário. A escolha se resumia em implantar a informatização no PJPE por meio da parceria com o Cetepe ou ficar como estava.

A dependência do Judiciário Pernambuco em relação ao Executivo estadual era evidente, ao ponto de não haver tratamento legislativo específico para o projeto de informatização daquele Poder, o governo estadual realizava os pedidos de empréstimos perante o BNDES para tal projeto juntamente com os outros similares destinados às várias secretarias estaduais. Nesse ponto não cuido de tratamento privilegiado, mas de questões de especificidades sobre um projeto institucional que poderia estar descolado de ações do Poder Executivo, que não deixam de visar ganhos eleitoreiros em suas realizações administrativas.

Outro reflexo positivo na desvinculação das ações do Executivo com as do Judiciário diz respeito a sedimentar na mente do cidadão que este Poder era autônomo, não se confundindo com um órgão ou secretaria pertencente a estrutura organizacional do próprio Executivo. O Desembargador Benildes Ribeiro, quando ocupava o cargo de Corregedor Geral da Justiça, no biênio 1980/1982, chamava a atenção para o fato de o PJPE ser considerado por muitos, inclusive funcionários do governo estadual, como integrante da Secretaria de Justiça do Estado.

Segundo, a decisão do Presidente da Corte de Justiça no âmbito interno da instituição quanto às unidades judiciais e administrativas a serem informatizadas: por qual motivo foi escolhido começar a informatização pelas varas da comarca do Recife e não pelo órgãos julgadores do 2º grau?. Questiono isso porque o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle processual para o segundo grau teria condições de maior viabilidade como projeto inaugural, em termos da menor complexidade de procedimentos na tramitação dos processos - menos fase processual -, pequeno número de órgãos julgadores e concentração física desses órgãos e dos servidores que neles trabalhavam num só prédio, o Palácio da Justiça.

Na pesquisa, há notícia de que na assinatura dos aditivos nºs 2 e 3 ao contrato firmado com o Cetepe fora definido o escopo do projeto de informatização. Para o segundo grau, foi o desenvolvimento de sistema destinado à área de Recursos Humanos e na área judicial, o sistema que contemplou as varas judiciais da capital. Vale relembrar que o

Presidente do TJPE que assinou os aditivos ao contrato de informatização não foi o mesmo que firmou o contrato inicial.

Lanço os questionamentos que outros pesquisadores poderão averiguar, o Presidente do TJPE não pode optar pela alternativa mais viável, por não ter obtido apoio de seus pares que o elegeram? Houve resistência corporativa do grupo de desembargadores, repassando-se a adoção de um sistema de controle processual aos acervos dos juízes da capital? Tive dificuldades em investigar ditas questões por não ter encontrado o contrato originário e seus aditivos assinado entre os representantes do TJPE e do Cetepe.

Sobre os objetivos e as vantagens obtidas com a implantação e operação contínua do sistema Infojus, por doze anos, entendo que o projeto teve êxito em seu propósito, como pesquisador e servidor público do PJPE. A possibilidade de direcionamento na distribuição processual e a concentração das informações processuais representavam uma porta larga para a prática de corrupção de advogados, servidores e magistrados. A falta de democratização das informações dos processos em sua tramitação era um ponto nevrálgico na instituição, podendo macular a lisura da atuação dos atores do Poder Judiciário de pernambucano.

Quanto à publicação das pautas de distribuição processual, que anteriormente já ocorria por meio do Diário Oficial do Poder Judiciário, houve celeridade na realização dessa atividade com a sua automação, antes eram confeccionadas na máquina de escrever. E a celeridade tão cobrada pelos cidadãos ao Poder judiciário deu mais um passo em sua trajetória evolutiva.

A informatização proporcionou ainda que o PJPE conhecesse de forma fidedigna a quantidade de seu acervo processual, da produtividade dos juízes e os tipos de ações judiciais em tramitação nas varas, tendo uma visão mais clara do que a sociedade lhe requisitava para poder planejar suas ações estratégicas e promover uma prestação de serviços mais eficaz.

Prova disso, que o Desembargador Carlos Xavier, Presidente do TJPE no biênio 1992-1994, passou a publicar no Diário de Justiça do Poder Judiciário as maiores produtividades trimestrais dos juízes pernambucanos, abrangendo as três entrâncias do Estado. Por outro lado, não o fez em relação aos gabinetes dos desembargadores, apesar da viabilidade do sistema Judwin do 2º grau, assim como o Infojus, poder fornecer os relatórios de produtividade.

A divulgação da produtividade foi um dos recursos utilizados pelo Chefe do Judiciário para promover impacto no processo de promoção dos juízes pelo critério do merecimento, um dos requisitos para alçar degraus na carreira da magistratura, porém não era o determinante ou de maior peso para as escolhas pelo colegiado de desembargadores.

O controle do acervo processual pôde fornecer informações sobre as fases da tramitação dos processos que geravam demora no julgamento dos feitos. Esses atrasos motivaram inúmeras reclamações de advogados junto à Corregedoria Geral da Justiça. Nas pesquisas realizadas foi encontrada uma reclamação, na qual o advogado questionava a existência de duas sentenças diametralmente opostas para um mesmo processo, proferidas por juízes diferentes. Tal fato parece demonstrar a ineficiência do antigo sistema manual de controle processual.

O que antes era inacessível, tornou-se corriqueiro obter com apenas um ou poucos comandos na tecla do computador. Impedir duas ou até mais ocorrências em que a associação entre corruptor e corrompido tivesse campo fértil para realizarem suas ações, demonstra a importância da informatização no Poder Judiciário pernambucano.

Reconheço que num primeiro momento, a democratização do acesso à informação ficou restrita àqueles que dominavam a linguagem jurídica e circulavam com desenvoltura pelos ambientes forenses, mas os avanços tecnológicos e o uso de seus artefatos abriram fronteiras para que, tempos depois, um número maior de cidadãos conseguisse acessar ditas informações. Atualmente, nem precisa ir aos fóruns e tribunais para isso.

Falei do Infojus, mas o segundo sistema informatizado do PJPE, o Judwin do 2º grau, sob o aspecto social, obteve o mesmo resultado.

Observei, como ponto de destaque, que o formato para a implementação dos dois projetos apresentou características diferentes. Inicialmente, o tempo para a implantação do Judwin do 2º grau, entre a contratação da empresa fornecedora do sistema e a sua entrada em operação, foi menos de dois anos. O Infojus precisou de quase três anos para ser desenvolvido e entrar em operação.

Essa diferença temporal na realização dos dois projetos pode ser atribuída a rápida evolução da informática, influenciada pelos cenários social, político e econômico no mundo e no Brasil, durante a segunda metade da década de 1980, que propiciou o surgimento de várias empresas de informática nacionais, como a que desenvolveu o sistema Judwin 2º grau e as questões internas de gestão administrativa do TJPE.

O sistema para o 1º grau resultou de um trabalho experimental, o Cetepe não tinha desenvolvido nenhum programa de controle de processos judiciais, os seus técnicos não dominavam a linguagem e os procedimentos processuais, apesar da expertise no desenvolvimento de sistemas informatizados nas áreas habitacionais, financeiras e administração de pessoal.

O sistema Infojus adotou um modelo de execução centralizado em três equipes, que distribuíam os processos judiciais, lançavam as informações de tramitação processual e extraíam os relatórios fornecidos pelo sistema. Os servidores dos cartórios das varas judiciais da capital não faziam os lançamentos de informações diretamente nos terminais de computadores, apenas anotavam manualmente os códigos de movimentação nas etiquetas afixadas nas capas dos processos.

Montar uma pequena equipe de digitadores para a inserção de informações no Infojus, pareceu-me uma estratégia de adaptação ao novo método de trabalho acertada. Trouxe economia, já que era elevado o custo financeiro para a instalação de terminais de computadores em todas as varas judiciais, promoveu a redução nos erros de lançamento e minimizou os boicotes e omissões por parte dos servidores dos cartórios. Com isso, retirou dos gestores - escrivães, denominados atualmente chefes de secretaria e juízes – a possibilidade de interferências na administração do sistema.

Importante lembrar trecho da entrevista do Marcos Nascimento. Em seus relatos de memória narrou que, em várias ocasiões, precisou se dirigir aos cartórios das varas judiciais para conferir se o código informado correspondia a real movimentação do processo, já que o próprio sistema criticava lançamentos fora dos parâmetros de conformidades. Também, citou os constantes atrasos no envio das etiquetas preenchidas pelos cartórios das varas, e assim, a equipe da URM tinha que ultrapassar o horário regular de trabalho para garantir o lançamento de dados em tempo hábil, evitando que as informações compiladas no sistema caíssem em descrédito, ao ser consultado no dia seguinte.

Também ressalto outros pontos positivos na estratégia de implantação e execução do Infojus, o acompanhamento e orientação de um juiz para estabelecer a relação entre as linguagens jurídica e de informática, a supervisão constante dos técnicos junto às três equipes de execução e a atividade de convencimento dos magistrados quanto ao parâmetro equidade da distribuição processual dos processos. Na verdade, a preocupação principal entre os juízes era que o sistema distribísse os processos de forma desigual. O desconforto das equipes com a nova forma de trabalho ficou em segundo plano.

Em relação ao sistema Judwin do 2º grau, vimos que houve a aquisição de uso de software existente no mercado comercial, as adaptações para o emprego no TJPE pareceu que foram pequenas. Conforme as palavras do entrevistado Costa, tudo leva a crer que o tempo de instalação e início de operação do sistema poderia ter sido menor, caso o treinamento aplicado aos servidores tivesse sido eficientemente planejado.

Já a fase de execução do Judwin do 2º grau teve outro formato, os servidores lotados nos gabinetes de desembargadores e nos departamentos lançavam as informações processuais diretamente nos terminais de computadores, não teve a intermediação de uma equipe para mediar um processo de adaptação.

Outra diferença, o juiz coordenador de informática teve uma atuação mais reservada, nos relatos não vejo a mesma dependência da equipe de técnicos do Cetepe responsável pela implantação do sistema. Nesse comportamento vislumbro um dado marcante, eram os desembargadores que estavam sendo submetidos a mudança tecnológica, cada qual com sua quota de autonomia e poder. As resistências certamente foram maiores por envolver mais participantes na informatização.

Anoto que as entrevistas foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, porém muito do que foi falado não teve autorização para ser reproduzido, especialmente, quando os assuntos eram sobre conflitos e resistências à informatização do PJPE.

Os relatos de memória descrevendo atitudes autoritárias, coercitivas e até violentas não puderam ser divulgados, enquanto entrevistador e pertencente ao quadro de servidores do PJPE há três décadas, observei uma preocupação com as possíveis consequências para o narrador. Tomei como razoável tal atitude de autoproteção, eis que, entre os membros do Poder Judiciário estadual pernambucano há juízes que seguiram a carreira da magistratura de seus avós, pais e tios, noutro lado, todos os entrevistados estão em atividade laboral nas suas respectivas instituições públicas.

As entrevistas complementaram lacunas na narrativa histórica não preenchidas pela documentação e humanizaram um tema árido e técnico. Recordo que sobre o desenvolvimento do sistema para o setor de Recursos Humanos só havia o ato de criação do Grupo de Informática Jurídica, o que apresento sobre o tema resultou dos apanhados de relatos de memórias dos entrevistados.

A introdução dos recursos da informática no Poder Judiciário de Pernambuco, na década de 1980 e início dos anos de 1990 não eliminou a morosidade da Justiça, mas auxiliou no preparo da instituição para o futuro aumento da demanda social proporcionado pela Constituição de 1988, que concedeu vários direitos sociais ao cidadão e o acesso à Justiça para requerer ditos direitos em caso de violação.

A informatização representou uma das possibilidades de instrumentalizar a Justiça pernambucana com ferramentas tecnológicas para reunir, organizar e divulgar as informações processuais. Viabilizou o controle do acervo de processos para subsidiar os objetivos e metas estratégicas destinadas ao aumento de produtividade e celeridade processual.

O contínuo desenvolvimento e a aplicabilidade dos conhecimentos da informática no PJPE proporcionaram a virtualização do processo judicial no início do século XXI. Em março de 2011, o Tribunal de Justiça de Pernambuco foi a primeira Corte de Justiça a implantar o processo judicial eletrônico, fato ocorrido no 24º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca do Recife.

O ganho social com a prestação de serviços pelo Poder Judiciário ocorre, mas com ressalvas. Se um por lado, diminuiu-se o tempo de resolução de conflitos, por outro, questiona-se o acesso à Justiça. Numa população com elevados indicadores de pobreza, nem sempre o cidadão se encontra beneficiado com políticas de inclusão digital.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Thiago Guimaraes. Identidade Digital: A crise das identidades no ciberespaço. **ARTEFACTUM – Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2014.
- BARBOSA, Cícero Ricardo França. A informática: situação e desempenho. *In*: BENAKOUCHE, Rabah (org.). **A questão da informática no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1985, p. 47-80.
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BENAKOUCHE, Rabah. Crise, informática e nova divisão internacional do trabalho: que perspectivas para o Brasil?. *In*: BENAKOUCHE, Rabah (org.). **A questão da informática no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1985, p. 81-105.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- CAMPOS, Roberto. Considerações sobre a política nacional de informática. *In*: BENAKOUCHE, Rabah (org.). **A questão da informática no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1985, p. 30-36.
- CARDI, Marilza de Lourdes. **Evolução da computação no Brasil e sua relação com fatos internacionais**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) – Departamento de Informática e Estatística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002, 254p. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30365442.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.
- CARRILHO, Carlos Alberto. **Memória da Justiça brasileira**. Coord. científico e editorial: Gérson Pereira dos Santos. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 2003. Disponível em: http://www.tjba.jus.br/publicacoes/mem_just/mem_just.htm. Acesso em: 20 maio 2020.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do labirinto II**: domínio do homem. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. *In: **Novos domínios da história***. CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (org.). Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012. p. 169-186.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GAETE, Luciano. **Análise da resistência a sistemas de informação: a percepção dos gestores de tecnologia da informação acerca de sistemas ERP**, 2010. Dissertação (Mestrado Profissional Executivo em Gestão Empresarial) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Severo. Informática e soberania. *In: BENAKOUCHE, Rabah (org.)*. **A questão da informática no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1985, p. 30-36.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão de tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora 34, 2010.

LUNA, Francisco V.; HERBERT S. Klein. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In: REIS, Daniel Abraão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. S (orgs.)*. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos de golpe de 1964**. São Paulo: Editora Zahar, 2014, p. 53-67.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. *In: **Novos domínios da história***. CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012, p. 243-262.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **A informática no Brasil: prazer e sofrimento no trabalho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MIRANDA, Cláudio Américo de. Posse Des. Cláudio Miranda como Presidente - 01/02/86. **Arquivo Forense**, Recife, v. 73, p. 291-295, 1985/1988. {CEJUD - BME}.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

MOTOYAMA, Shozo; VIEIRA, Cássio Leite e MARQUES, Paulo Q. A informática no estado de São Paulo. *In*: MOTOYAMA, Shozo (org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994, p. 419-450.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Benildes de S. Benildes: Gasto com juízes é porcentual irrisório. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 155, n. 38, 8 fev.1980. Local. p. A-6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 08 abr. 2019.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. *In*: REIS, Daniel Abraão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. S (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos de golpe de 1964. São Paulo: Editora Zahar, 2014, p. 18-27.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. *In*: REIS, Daniel Abraão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. S (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos de golpe de 1964. São Paulo: Editora Zahar, 2014, p. 102-109.

FONTES

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1936- . 1983-1993, versão *online*. Disponível em: <https://www.cepe.com.br>. Acesso em: 25 maio 2019.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (COJE). Recife: Companhia Editora de Pernambuco, [2019]. Disponível em: www.cepe.com.br. Acesso em: 25 maio 2019.

SITES ELETRÔNICOS

BRASIL. Associação Brasileira de Entidades Estaduais da Tecnologia e Comunicação. Disponível em: <http://www.abep-tic.org.br/sobre>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. Governo Federal. Controladoria Geral da União. Perguntas frequentes: correição. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/sobre/perguntas-frequentes/atividade-disciplinar/correicao>. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Glossário jurídico. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/Manual/article/view/1016/950>. Acessos em: 28 abr. 2019; 25 set. 2019; 14 out. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Museu do Voto. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/urna-electronica/seguranca-da-urna/eleicoes>. Acesso em 16 ago. 2020.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Leis ordinárias. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/Paginas/lista.aspx?tiponorma=1>. Acesso em: 01 ago. 2019; 02 ago. 2019.

PERNAMBUCO. Governo do Estado de Pernambuco. Agência Estadual de Tecnologia da Informação. Histórico. Disponível em: <http://www2.ati.pe.gov.br/web/site-ati/historico>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça de Pernambuco. Normas internas. Disponível em: http://www.tjpe.jus.br/cgi/om_isapi.dll?clientID=450427&infobase=normasinternas&softpage=ref_query. Acessos em: 27 jul. 2019; 02 ago. 2019; 03 ago. 2019; 12 ago. 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Cursos de graduação: ciência da computação. Disponível em: http://www.unicap.br/graduacao/pages/?page_id=88. Acesso em: 02 ago. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Cursos de graduação: ciência da computação. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ciencia-da-computacao-bacharelado-cin>. Acesso em: 02 ago. 2019.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Cursos de graduação: bacharelado em engenharia da computação. Disponível em: <http://www.upe.br/graduacao/cursos-presenciais.html?view=article&id=434:bacharelado-em-engenharia-da-computacao&catid=113:project-2>. Acesso em: 02 ago. 2019.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Estatuto. Disponível em: http://www.upe.br/images/industri/arquivos/institucional/documentos/estatuto_atualizado.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

APÊNDICES

ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS

APÊNDICE A

Entrevista de **Antônio da Paz Gomes Costa**, realizada em 24 de maio de 2019.

Local: Sede da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, bairro de São José, Recife - Pernambuco

190524_001

João Carlos (JC): Entrevista com o senhor Antônio da Paz, que hoje atua na Agência de Tecnologia da Informação, no estado de Pernambuco, sobre a sua atuação no Tribunal de Justiça de Pernambuco.

190524_002

Antônio Costa: Meu nome é Antônio da Paz Gomes da Costa, eu sou Analista em Gestão de Tecnologia da Informação aqui na Agência de Tecnologia do Estado. Minha formação é Economia, formado em 94 e depois Comunicação Social, formado em 2001, pela ESURP. Hoje, no meu campo de atuação, eu estou como Gerente de Gestão de Pessoas, respondendo aqui pela classe dos celetistas-estatutários porque nós temos esse dúbio de funcionalismo.

JC: Senhor Antônio, como ocorreu a sua cessão ao Poder Judiciário de Pernambuco?

Antônio Costa: A cessão foi solicitada na época do Desembargador Mauro Jordão, em final de 88, eu acredito que tenha sido em novembro ou dezembro que tinha chegado o ofício aqui para, na época, o CETEPE, solicitando pessoas para tentar fazer funcionar um sistema que tinha vindo de Curitiba, da MPS Informática na época, que iria gerir o segundo grau. Então assim, teria que ter gente capacitado em operação de computador, desenvolvimento de sistema, analista e digitadores. Então, daqui do CETEPE, à época, fomos oito pessoas diretamente para o Tribunal de Justiça.

JC: O CETEPE, que hoje é a T.I., era o Centro de Tecnologia de Pernambuco? Passou por outras modificações em termos de nomenclatura?

Antônio Costa: Sim. O CETEPE era o Centro de Tecnologia do Estado de Pernambuco e depois passou a ser FISEPE, que era a empresa de Fomento de Informática do Estado de

Pernambuco, que depois passou a ser o que é hoje: a Agência de Tecnologia da Informação do Estado de Pernambuco.

JC: E essa solicitação se dava sempre para a antiga CETEPE porque os órgãos não tinham uma área de informática, era isso?

Antônio Costa: É. Na realidade, assim, o CETEPE na época foi criado com o intuito de disseminar a informática dentro do Estado de Pernambuco, tecnicamente seria dentro do Poder Executivo, mas foram feitos convênios tanto para o Judiciário quanto para o Legislativo também.

JC: O senhor tinha ideia do cenário que iria encontrar lá no Tribunal de Justiça? Qual sua impressão assim que chegou com relação às pessoas e à organização?

Antônio Costa: Olha, o cenário que tinha era de o TJ já ter uma equipe formada de desenvolvedores e de analistas e operadores de computadores, que na época era um computador Cobra, se eu não estou enganado era um computador Cobra 580. Assim, a equipe estaria formada e nós iríamos lá somente para gerir a instalação, o processamento em geral e dar apoio ao pessoal. Não foi isso que quando chegamos lá encontramos, isso foi o que nos passaram, mas encontramos outra realidade. Disseram que o pessoal tinha ido, feito os cursos dentro da própria MPS sobre sistema, sobre o programa que, na época, a linguagem era *mumps*, e que assim: 30% das pessoas que fizeram esse treinamento em Curitiba, pessoal do TJ, a que foi pago diária, as despesas todas deles, só 30% desse pessoal tinha condições de efetivamente colocar a mão na massa.

JC: O que motivou esse início de processo de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco? Informaram ao senhor?

Antônio Costa: Olhe, a princípio seria modernização do Judiciário, já que o primeiro grau já tinha um sistema computacional e que já funcionava a parte de distribuição processual, estava em fase de implantação nas varas de um modo geral.

João Carlos: Houve resistência ou algum conflito para a aceitação desse novo sistema?

Antônio Costa: Olhe, na época houve sim. Porque assim, toda mudança gera alguma coisa que... algumas pessoas acham que sair de sua área de conforto seria um retrabalho para elas. Então houve resistência não só por parte dos empregados como por parte dos desembargadores.

João Carlos: Essa resistência se deu de que forma? O senhor sentiu o que na sua atuação lá cuidando dessas equipes?

Antônio Costa: Assim, nós quando começamos a instalar os equipamentos nos gabinetes dos desembargadores, nas salas das diretorias cíveis, criminais, dentre outras, o que nos chamou

muita atenção foi assim: ninguém tinha interesse em ver, em aprender, em usar, porque diziam que era um trabalho a mais que iriam ter.

JC: Esse projeto foi patrocinado pelo presidente do Tribunal ou algum juiz-assessor que o convenceu? O senhor tem ideia disso?

Antônio Costa: Na época, esse convite veio direto do Desembargador Mauro Jordão e quando nós nos apresentamos à presidência do TJ fomos apresentados a Doutor Geraldo Og, que era Juiz na época, que ele iria ser coordenador da informática do segundo grau, que hoje o Desembargador Geraldo Og é Ministro do STJ.

JC: O senhor teve acesso ao Plano Diretor de informatização do Judiciário criado em 85 quando Doutor Geraldo Og fez parte dessa equipe multidisciplinar?

Antônio Costa: Eu tive acesso a determinadas partes até por conta da minha área de atuação, que era mais a parte operacional. Então a gente tinha conhecimentos... às vezes nós tínhamos dúvidas do que implantar, de como implantar, então Doutor Geraldo Og é que tirava essas dúvidas. Agora, de ler assim, na íntegra, eu nunca fiz isso.

JC: O Núcleo de Organização em Sistemas, o senhor atuou junto a eles? Esses servidores com quem o senhor trabalhou, do Tribunal, que foram preparados pela MPS, faziam parte desse núcleo ou o senhor atuou num à parte? Num órgão à parte?

Antônio Costa: Nós atuamos num órgão à parte desse grupo. O grupo de Organização, que era multidisciplinar, eram pessoas do CETEPE, pessoas do TJ, eles atuavam em uma outra esfera na qual eram nos dadas as demandas que o grupo ou terminava ou fazia de comum acordo junto com os magistrados.

JC: Com relação ao segundo grau, o processo demorou quanto tempo mais ou menos?

Antônio Costa: Nós chegamos lá em janeiro de 89 para começar a instalar tanto as máquinas como as aplicações como a parte de rede. Então houve um período de quatro meses até ser implantado realmente o sistema, que veio a funcionar no final de junho ou julho, porque teve um período de um mês e meio que o sistema ficou em treinamento com a base de dados teste e depois você limpa toda essa base para começar do zero.

JC: Junho ou julho de 89 ou 90?

Antônio Costa: de 89.

JC: Com relação a esse sistema, o senhor trabalhou nele até quando?

Antônio Costa: No sistema do segundo grau, eu fiquei até o final de 98, já que a implantação já estava efetuada, o trâmite já existia e não tinha mais pendência tanto na área de implantação quanto na área de desenvolvimento. A manutenção do sistema ficou a cargo somente dos funcionários do TJ.

JC: Com relação à implantação desse sistema, o senhor viu algum comentário sobre o que seria o motivo de fazer a implantação do sistema? Seria para controle processual?

Antônio Costa: Seria mais assim... Uma... Como eu posso dizer? Uma finalidade de demonstrar ao público, porque, antigamente, os processos quando eram chegados ao segundo grau tinham a distribuição feita pelo Secretário. Eu não recorro na época se já existia o Secretário Administrativo e o Judiciário, mas era o Secretário Geral ou o Secretário Judiciário que fazia o sorteio dos desembargadores. Então esse sorteio passou a ser automático pelo sistema, dando mais dinâmica à coisa até por conta de demora que às vezes o processo chegava e... para a pessoa ler o processo, para a finalidade, fazer a distribuição, gerava em torno de dois ou três dias. Na automática, após o lançamento dos dados processuais, era distribuído na mesma hora.

JC: E o processo era controlado desde o início da distribuição até o final do julgamento?

Antônio Costa: Sim. No início houve alguns contratempos por conta de erros de informação, tempo, o tempo hábil da informação. Da distribuição, era encaminhado aos gabinetes e dos gabinetes, que eram levados à sessão, ao pleno, à corte, alguma coisa assim, eram devolvidos às áreas de Direito. Ou seja, existia uma secretaria judiciária que, dentro dela, tinha o departamento cível e o departamento criminal, então dependendo da matéria ia para lá. No início começou a haver um certo atrito porque teve uma quebra de fluxo, porque antigamente o processo era carimbado, era assinado, era costurado e assim, começou a acabar isso. Mas isso só veio a acabar realmente depois de dois anos de implantado, porque no início foi feito um encaminhamento paralelo. Por que o paralelo? Para os funcionários dos setores, dos departamentos, dos gabinetes empreenderem o mesmo ritmo que eles tinham só que na parte eletrônica. Então eles tiveram um retrabalho inicial para depois esse retrabalho manual ser colocado de lado.

JC: Em relação à aquisição dos equipamentos, das necessidades físicas que o senhor tinha para implementar esse sistema, houve dificuldade de obter por questões financeiras?

Antônio Costa: Na nossa chegada lá, em janeiro de 89, todos os equipamentos já estavam lá, já tinham sido comprados, a parte tanto do computador quanto a parte de impressoras, dos terminais, isso tudo já era adquirido. O que nós fizemos lá foi a parte assim 100% operacional. Desembalar e colocar para funcionar. Só isso.

JC: E no decorrer de 10 anos de sua atuação nesse projeto houve dificuldade em algum momento para adquirir equipamentos ou substituir servidores?

Antônio Costa: À época, dificuldade para equipamentos, não; a substituição de servidores, sim. Porque o Tribunal de Justiça não tinha gente qualificada o suficiente para atender a

demanda. Então aquele primeiro grupo inicial que eu falei que foi para Curitiba, fez um treinamento, passou um ou dois meses lá, que voltou, só 30% daquele grupo é que tinha realmente capacidade operacional.

JC: E depois o Tribunal contratou novos servidores, fez concurso ou foram mais pessoas da FISEPE para lá? Hoje T.I.

Antônio Costa: Não, o pessoal da FISEPE não. O que o TJ fez na época, além de um concurso, foi requalificar as pessoas. Então foi dado o treinamento para aquelas pessoas que diretamente ou indiretamente estavam envolvidas com a parte de informática e foram sendo qualificados. Inclusive, o Tribunal de Justiça pagou, eu não me lembro de foi no ITECE ou se foi em outro curso, um curso para formação de analistas de sistema e desenvolvedores.

JC: O senhor deu treinamento para os servidores ou foi tudo externo esse treinamento?

Antônio Costa: Não, o treinamento operacional foi todo interno nosso. Veio um pessoal de apoio da MPS informática, até porque assim: nós conhecíamos o hardware, mas nós não tínhamos muito conhecimento do software, de como tramitar. Uma outra coisa, quando nós fomos para lá, nenhum dos funcionários do CETEPE tinha conhecimento em Direito. Então assim, o fluxo, o trâmite, já não era mais com a gente. Nós recorriamos a Doutor Geraldo Og, que era o coordenador de informática, então ele nos ajudou o tempo todo. A parte técnica era conosco, a parte jurídica era em separado. O que foi que aconteceu? Teve a necessidade de, durante os treinamentos, vir gente da MPS tanto para melhorar a qualidade do fluxo, porque isso já rodava em outros tribunais, já rodava no TJ do Paraná, já rodava no TJ de São Paulo e tinha mais um outro lugar, não sei se era Santa Catarina ou se era Rio Grande do Sul que já rodava. Já tava bem afinado. Vieram dois técnicos, não. Três técnicos da MPS passaram um mês e pouco nos auxiliando tanto na parte de treinamento como na parte do fluxo dos processos.

JC: O senhor atuou na implantação do Juizado Especial ou só ficou realmente no processo do segundo grau?

Antônio Costa: Não. Só o segundo grau.

JC: Participou de algum outro processo de informatização da área administrativa?

Antônio Costa: Eu participei diretamente da criação da Central de Informações, na época. O Presidente era o Desembargador Belém de Alencar. Ele queria criar uma central em que fosse atendimento. Seria o tipo hoje uma ouvidoria mais operacional na qual o pessoal dava... Porque antigamente você não tinha essa facilidade hoje de acessar pela internet e ver como está a movimentação do seu processo. Então assim... 70% do fluxo dessa central de informações seria em cima de processos e 30% dele seria em várias demandas tipo

localização de gabinete, o número de telefone de algum departamento. Então foi tudo concentrado lá. Eu criei essa central de informações e me tornei chefe dela durante o período de dois anos.

JC: Essa central, ela interligava o trabalho de sistema que o senhor já dominava com a informação... Era telefônica para a parte?

Antônio Costa: Essa central funcionava assim: eram cinco, quatro cabines com o terminal de computador ligado diretamente ao computador como tinha nos gabinetes, nos departamentos, e a pessoa dizia: “olhe, eu tenho um processo assim, assim e assim e queria saber como é que tá a situação dele”, então a pessoa chegava lá num terminal, consultava, via o andamento e pelo telefone dizia como tava. Ou então dizia: “olhe eu queria o número de telefone, sei lá, da quinta vara cível”, aí o pessoal tinha a relação de telefones... Ou dizia: “Olha, onde é que fica o endereço do Fórum da Comarca de, sei lá, Floresta”, aí a pessoa via lá e informava. Tudo isso era informativo, essa foi a finalidade principal da central de informações.

JC: O Presidente lhe desse o que motivou a criar essa central de informações?

Antônio Costa: Na época, o Desembargador Belém se reuniu com a Secretária Administrativa dele, Fátima, e ela me chamou e disse que queria por conta de diminuir até o fluxo de pessoas lá dentro do Tribunal de Justiça e diminuir o tempo de espera de uma resposta. Porque assim, às vezes a parte ia ao TJ, ia ao gabinete do desembargador para saber como é que estava aquele processo. Aí o processo não estava lá, se encontrava sei lá, na Diretoria Cível, na Diretoria Criminal, na Jurisprudência. Aí essa pessoa era encaminhada ao local lá para a pessoa, na mão, folheando o processo, dizer o que houve naquilo ali. Então ele queria que esse tempo fosse mais ágil, a resposta. E evitar até gente demais dentro lá do Tribunal de Justiça.

JC: O senhor atendia os processos que eram do Palácio e atendia também lá do primeiro grau onde tinha um Juiz Monocrático como diziam, um juiz só que decide?

Antônio Costa: Não, era exclusivamente segundo grau. Toda essa informação era segundo grau.

JC: Com relação ao sistema, o senhor sentia falta de informações que deveriam ser colocadas pelos servidores para ajudar no seu trabalho para o cidadão?

Antônio Costa: É. Na realidade, o sistema, na época, ele contemplava o passo a passo do trâmite processual, mas ele não contemplava conteúdo. Ou seja, a pessoa entrou com uma petição dentro de um processo dizendo alguma coisa. Então nós dizíamos, olhe: “foi dada entrada numa petição, em tal data, dizendo isso”. Então nós só tínhamos o título, nós não tínhamos o acesso a manipular o que estava escrito. Então a pessoa tinha que saber onde é que

estava o processo. “Ó, o processo hoje está na Diretoria Cível”, a pessoa iria na Diretoria Cível para ver a que que essa petição se referia.

JC: Que sentido tinha essa questão da informatização na época em que o senhor atuou lá durante os dez anos, o que era informatizar o Tribunal de Justiça? E essa questão da modernidade atrelada a esse discurso de informatização?

Antônio Costa: A questão da informatização do Tribunal de Justiça era para se tornar uma coisa mais ágil, uma coisa mais transparente, uma coisa que você pudesse ter a certeza que assim... Eu posso até estar falando muito, mas assim, que não teria fraude dentro do fluxo, dentro da distribuição. Então, dentro disso, a modernização que se deu lá teve vários entraves, inclusive até entraves de procedimento, de entendimento, porque alguns entendiam que algumas coisas deveriam constar dentro do sistema, e algumas coisas não. Alguns diziam que teria que ter, pelo menos assim, um pequeno despacho, uma síntese do despacho, e outros diziam que não. Então assim, houve uns embates, uns entraves, mas isso aí era uma questão a ser resolvida ou pela Presidência do Tribunal ou pelo Conselho da Magistratura. Algumas vezes foi tratado isso em cima de algumas coisas, inclusive até da legalidade da informação. A legalidade de assim... É todo o segundo grau que vai ser informatizado? Sim. Mas o segundo grau vai prestar todas as informações ao público? Aí se levantou essa hipótese. No Conselho da Magistratura, o que é que se pode colocar num sistema do Conselho? Já que o Conselho tem a maioria dos processos de alto sigilo. Então, a princípio, o Conselho da Magistratura ficou à parte, isso o Conselho d Magistratura só foi informatizado acredito que três anos depois, já estava implantado o sistema. Mas acredito que mesmo assim não teria muitos detalhes. O processo existia, estava lá, chegou em tal data e estava com o desembargador tal, mas não entrava no mérito de por que, por onde, nomes.

JC: Mas chegou a garantir aos Desembargadores que haveria o sigilo e esse acesso seria permitido só a alguns para que eles não tivessem resistência a colocar tudo dentro do sistema?

Antônio Costa: Olhe, a resistência sempre houve. A parte do sigilo foi uma coisa que 90% dos desembargadores na época diziam que não acreditavam que a informática tivesse essa potência de segurar um sigilo ali. Depois de muita conversa, muito treinamento, de até visitas a outro tribunais, eles foram se conscientizando de que realmente era seguro e que a coisa poderia, por meio de instrução normativa interna lá, dizer o que poderia constar do sistema, o que poderia ser visto e o que poderia não ser visto. Então foram criados os níveis de segurança e os níveis de quem pode acessar o que. Quem pode só consultar, quem pode alterar e quem pode inserir alguma coisa. Então foram criados esses módulos, e a pessoa, quando era cadastrada para o acesso, a pessoa era limitada dentro do que seria. Tipo, eu sou

um funcionário de um departamento, então o meu nível é de acesso de incluir, consultar, alterar. O meu chefe teria um acesso um pouco maior, ou seja, eu posso reeditar o que estava, mas assim, tudo com a segurança de logs. Logs são arquivos que dizem quem acessou o que, a tal hora e o que fez. Para uma dúvida levantar algum... Sei lá. “Eu acho que isso era assim e depois não foi”, então solicitavam à gente o log lá e diziam: “quem foi que acessou isso e fez o que durante?”. A gente ia lá na parte estatística, via horário e local, porque todos os terminais, como hoje acontece, eles têm o endereço, e o acesso ao terminal é com o login e senha do funcionário. Agora, existia um grande problema que foi colocado, nós falamos várias vezes. Se você se loga num terminal, entrou com seu login e senha, deixa ele aberto. Sai, vai almoçar, alguém chega e faz, esse alguém não fez nada, quem fez foi a pessoa que colocou o login e a senha. A gente não tem como fazer nada para adivinhar a segunda pessoa que se utilizou de login e senha da primeira. Então isso foi uma coisa bem estudada, então assim “toda vez que tiver que se afastar da máquina encerre ou então desligue, não deixe nada na máquina. Isso foi uma coisa bem elaborada.

JC: Os terminais de autoatendimento que vieram posteriormente, o senhor atuou neles? Deu alguma ajuda na concepção?

Antônio Costa: Não. Os terminais de autoatendimento, na época, eu já estava na Central de Informações, eu não tinha mais uma ligação direta ao CPD. Foi contratado por uma firma externa que fez somente a interface para a comunicação. Para as pessoas chegarem lá nos terminais de autoatendimento e se informarem.

JC: Então eles correram junto com a atuação da sua equipe de Central da Informação, é isso?

Antônio Costa: É. Seria um paralelo das pessoas, porque a nossa Central de Informações tinha quatro atendentes, era o expediente, porque a época o Tribunal de Justiça tinha só um expediente, era um expediente corrido de seis horas. Então eram quatro pessoas que ficavam ali para as demandas. O expediente era das 12 às 18, mas o TJ abria às 7 da manhã. Tinha departamentos que funcionavam pela manhã, inclusive a informática, departamento cível, criminal, jurisprudência, tudo isso funcionava em dois horários. Mas o TJ mesmo, a parte de desembargador, a parte de julgamento, depois com o tempo, por conta até mesmo de espaço, é que foi dividido. Nem todos os julgamentos seriam à tarde, tinha julgamentos que seriam feitos pela manhã porque não tinha espaço o suficiente para ter dois julgamentos, duas turmas, duas sessões, no mesmo ambiente. Esses autoatendimentos foram até para facilitar isso, para a pessoa não ter que ir só à tarde, a pessoa pode chegar lá pela manhã e pegar essa informação.

JC: O senhor sentiu uma queda na procura da Central com autoatendimento ou foi indiferente?

Antônio Costa: Teve, teve uma queda de quase 50%. 80% das pessoas que ligavam para lá para o TJ para pedir informações eram ou partes ou advogados. Na sua grande maioria eram advogados, então por advogados estarem quase todo dia lá dentro do TJ, já que eles não tinham acesso físico à Central de Informações, porque a Central de Informações era tudo por telefone, era um 0800 que foi colocado na época para facilitar. O que acontecia... Já que eles iam para lá para resolver alguma coisa ou iam ali pertinho no Paula Batista, eles entravam no TJ e na própria central de autoatendimento eles faziam a consulta.

JC: Mas o cidadão procurava mais? Já que não tinha tanto acesso ao Palácio, não é?

Antônio Costa: Sim. O cidadão sim, o cidadão que era parte de processo ligava sempre lá para a Central de Informações.

JC: Depois desse projeto, o senhor entrou em algum? Iniciou algum outro depois da Central?

Antônio Costa: Não. Dentro do Tribunal de Justiça, à época, não. Nós retornamos em 98, foi em 98. A equipe que ficou lá foi só a equipe de O & M e a equipe de primeiro grau, já que segundo grau, por ser uma instância bem reduzida, bem menor, não tinha a necessidade dos técnicos lá, já que nós estávamos lá dez anos só dando manutenção.

JC: A sua equipe, que o senhor disse, foi o senhor mais uns quatro técnicos?

Antônio Costa: Mais seis.

JC: Mais seis. Ela foi bem acolhida, houve um trabalho de integração da sua equipe com os servidores que foram treinados pela MPS, do Tribunal?

Antônio Costa: Integração, não. Existiu uma apresentação em que se reuniu todo mundo que já tinha tido treinamento e nós que estávamos chegando. O que foi colocado por Doutor Geraldo Og foi o seguinte: nós que estávamos chegando tínhamos know-how da área, coisa que o pessoal do TJ que foi treinado ainda não tinha esse know-how. Então nós passaríamos esse know-how e os funcionários do TJ mais tarde, dois, três, quatro anos, assumiriam essa parte e nós retornaríamos ao nosso órgão de origem. Só que a coisa ficou por dez anos. Até que se teve concurso, se pegou... Já que o primeiro grau já tinha uma informática mais adiantada, mais evoluída porque já tinha mais tempo... E assim, muita gente do primeiro grau migrou para auxiliar o segundo grau. Então não teve mais a necessidade de nós técnicos.

JC: Com relação a esse apoio que o senhor disse, jurídico, além do hoje Ministro Og Fernandes, algum outro juiz-auxiliar deu algum auxílio à sua equipe?

Antônio Costa: Vários, vários. Inclusive na parte criminal Doutor Nildo Neri ajudou muito. Dúvida que nós tínhamos também por uma questão de amizade Doutor Geraldo Og. Doutor Geraldo Og era mais a parte Cível e Doutor Nildo Neri era criminal. Então dúvidas de fluxo, de procedimento, de como fazer, eles sempre iam lá no CPD. Doutor Nildo Neri nunca criou

nenhum obstáculo, ele saia lá da vara dele, ia lá no CPD para sanar as dúvidas. Dizia: “Ó, se tiver dúvida, pode ligar”. Sempre foi uma pessoa muito prestativa.

JC: E teve mais algum juiz ou desembargador que auxiliou no trabalho de vocês?

Antônio Costa: Teve vários. Dependia da necessidade. Tinha alguns juízes que eram auxiliares da Presidência, da Vice-presidência ou da Corregedoria e eles tinham algumas especializações que outros não tinham. Então quando a gente precisava sobre um mandado de segurança, um... sei lá... um mandado de injunção, nós recorriamos aos assessores da Presidência, independente assim de nomes, e eles sempre nos auxiliaram. Não tinha nenhum problema.

JC: Nesses dez anos de atuação do senhor lá, os processos de resistência e conflito foram minimizados ano a ano? Ou cada nova versão, cada nova modernidade que vinha com a tecnologia começava o processo todo novamente de convencimento dos servidores?

Antônio Costa: Não. Nova tecnologia, não. Porque a nova tecnologia não mudava o fluxo. Mudava assim, o equipamento, o tipo de acesso, mas o fluxo do processo não mudava. A não ser quando surgia uma novidade que, assim, a partir de agora tal tipo de processo não é mais julgado na sessão, vai ser julgado na Câmara ou vai ser julgado em Tribunal Pleno, vai ser julgado... então assim, aí nós reconfiguramos o sistema para que aquele tipo de processo tivesse um novo fluxo. Mas assim, empecilho nenhum.

JC: Esse resultado, todo esse trabalho, esses dez anos de projeto, o senhor acha que ajudou a população? O processo de informatização de que o senhor participou trouxe uma contribuição para o cidadão em termos de acesso à Justiça e ao processo?

Antônio Costa: Sim. Ele teve até assim... É muito difícil o cidadão, a pessoa fazendo parte do processo ter acesso à informação diretamente nas diretorias cíveis e criminais ou em gabinetes. Quem tinha normalmente esse tipo de acesso eram os advogados até por conta da representação que o advogado faz dentro de um processo. O que acontecia? Alguns desembargadores não recebiam as partes, só recebiam o advogado. Então facilitou para as partes mais no sentido de não ir até o Tribunal de Justiça por conta da Central de Informações. Reduzir a quantidade de pessoas dentro do Judiciário, ali dentro do Palácio da Justiça, como também de diminuir as pessoas dentro dos gabinetes. Porque às vezes assim, você tinha um processo de uma ação coletiva de alguma coisa que tivesse cinco, seis, oito, dez partes e as pessoas se juntavam e iam lá. Parecia uma romaria. Então isso ajudou demais, a pessoa nem precisava ir. O representante legal do processo, que é o advogado, esse sim teria as facilidades dele do acesso. Até de falar com o desembargador, de falar com o diretor de um departamento por conta de ele ser a pessoa responsável representando as pessoas do processo.

JC: Senhor Antônio da Paz obrigado pela entrevista, espero se precisar complementar contar com a sua ajuda e o senhor teria alguma coisa a mais a dizer de todo esse processo de trabalho que o senhor durante dez anos atuou lá no Tribunal?

Antônio Costa: Não, não teria não. Até porque hoje a informatização tanto em primeiro quanto em segundo grau aqui do Tribunal de Justiça está a nível Brasil. Ou seja, não está devendo nada. Porque o pessoal tem uma certa aversão. “Não, porque o Nordeste é mais atrasado, não porque o Nordeste...” Não tem isso não. Hoje o Tribunal de Justiça oferece em termos de acesso, em termos de informática, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná estão no mesmo nível. A facilidade hoje advém da internet, coisa que nós na época não tínhamos. Se na época nós tivéssemos, à época seria uma evolução muito maior, mas dentro do que era possível foi feito. Não teve nenhum problema quanto a assim... Você fazer a escalada de desenvolvimento de informática dentro do Poder.

JC: A internet fez 30 anos, não é? O acesso não era tão fácil como é hoje para chegar um projeto e o senhor implantar lá também isso, não é?

Antônio Costa: Sim. Não era tão fácil e não era tão rápido e não era barato. Nós tínhamos internamente lá, por conta de distância, alguns terminais que nós teríamos que ter links, então imagine um link de 256k para você trafegar dados. Hoje você tem internet de 200 giga para você tramitar o que for possível. Então dentro do possível, na época, foi feito o que tinha de melhor no mercado. Tanto a parte do parque de informática como a parte também de sistemas.

JC: O senhor com o conhecimento que tinha no Executivo, essas condições físicas de equipamento, de material, eram mais rápidas no Judiciário do que no Executivo?

Antônio Costa: Era. A aquisição era muito mais rápida. O fluxo, o trâmite, era muito mais rápido. Inclusive assim, quando se pensava, no Executivo, quando se pensava num projeto, esse projeto ia para várias comissões, várias câmaras, alguma coisa assim parecida, até chegar à conclusão dele para a aquisição. No Tribunal de Justiça se resumia no Tribunal Pleno. Se reunia e se mostrava da necessidade e era aprovado ou não. Se fosse aprovado, era compra imediata; se não fosse aprovado, paciência.

JC: Ok, senhor Antônio. Obrigado pela sua participação nessa pesquisa de Mestrado.

Antônio Costa: De nada, eu que agradeço aqui para relembrar os velhos tempos.

Z0000004

Entrevista complementar de Antônio da Paz Gomes da Costa, realizada em 09 de junho de 2019.

Local: Sede da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, bairro de São José, Recife – Pernambuco.

João Carlos: Senhor Antônio da Paz, que casos aconteceram que provaram essa resistência, esse medo ao novo que a sua equipe estava trazendo junto ao pessoal que implantou a informatização do segundo grau no Palácio da Justiça.

Antônio Costa: Foram muitas, não só por parte dos servidores como por parte dos desembargadores. Um fato curioso na época foi quando fomos apresentar o terminal de computador lá para o gabinete de um desembargador. Instalamos ele e fomos fazer uma apresentação de como acessar o sistema, de como fazer uma consulta. O assessor desse desembargador chegou assim, olhou tudo muito bonito, muito interessante, como fazia a consulta, mas ele tinha um fichero, um ficheirozinho que tinha os processos do gabinete lá e nesse fichero ele preenchia manualmente a ficha lá da tramitação do processo. Aí ele disse: “Olhe, eu tenho aqui em mãos 24 horas, independente de informática, toda a vida do processo do gabinete, então assim, para mim é muito mais ágil, é muito mais prático, o meu fichero do que o computador”.

João Carlos: Em relação a outros servidores que trabalhavam na ponta, teve alguma resistência, teve algum conflito caracterizado por casos?

Antônio Costa: Teve vários. Inclusive alguns por resistência, outros por verem a informática como um trabalho a mais e outros por não quererem mexer com a informática. Um caso interessante se deu quando a gente estava fazendo a implantação de um determinado departamento lá do Tribunal de Justiça e nós fomos dizer como é que ligava o terminal do computador, que era um Cobra, e os terminais ligados a ele. Aí a pessoa se recusou a ligar com medo de levar um choque.

JC: Tá ok, senhor Antônio da Paz, obrigado pelos seus relatos.

APÊNDICE B

Entrevista de Zélia Maria Lucena Mendonça, realizada em 10 de maio de 2019.

Local: Sede da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, bairro de São José, Recife - Pernambuco

190510_001

João Carlos (JC): Entrevista com a senhora Zélia Mendonça, atualmente na Agência de Tecnologia e Informação do Estado de Pernambuco (ATI-PE), que trabalhou no Tribunal de Justiça de Pernambuco.

190510_002

JC: Senhora Zélia, por favor, forneça sua identificação, nome, profissão, cargo e outras credenciais que entender necessárias.

Zélia Mendonça: Eu sou Zélia Maria Lucena de Mendonça, (o que mais?), sou economista, sou da Agência Estadual de Tecnologia da Informação, desde 1975, passei muitos anos à disposição do Poder Judiciário e hoje eu estou como Superintendente de Gestão Institucional, que corresponde ao Diretor Administrativo-financeiro de outras empresas, aqui na Agência. Fui Coordenadora de Planejamento, tenho a honra de ter criado essa coordenadoria de planejamento inicialmente na Corregedoria e depois no Tribunal de Justiça e antes disso trabalhei como Assessora de Informática na Coordenadoria de Informática do Poder Judiciário, foi como eu cheguei lá, cheguei para desenvolver um trabalho, um sistema daqui do CETEPE, que a A.T.I. já foi CETEPE, FISEPE, e eu fui, pelo CETEPE, para finalizar um projeto que estava sendo desenvolvido pelo sistema de Recursos Humanos, que infelizmente nós nunca conseguimos implantar por conta da reação passiva do pessoal da área, inclusive o Ministro Og dizia na época que isso é a mancha negra no currículo dele, esse sistema.

JC: Certo. Como ocorreu, em que momento, a sua cessão para o Poder Judiciário de Pernambuco?

Zélia Mendonça: Exatamente... Eu fui para desenvolver, para finalizar esse projeto e, ao término do prazo, fui convidada pelo então Juiz Og Fernandes para ir à disposição do Judiciário e houve a articulação do Presidente do Tribunal com o Secretário de Planejamento, que era a Secretaria à qual o CETEPE era vinculado, foi autorizada minha ida e eu fui em março de 85 (corrigido em conversa informal posterior para 1987) para o Tribunal de Justiça e fiquei como Assessora do Juiz Og, que era o Coordenador de Informática, na Coordenadoria

de Informática, depois de algum tempo nós conseguimos vender a ideia para o futuro Corregedor Etério Galvão, eu não conhecia o Desembargador Etério, fui levada pelo Juiz Og ao gabinete dele com João Fernando, que era uma pessoa que trabalhava conosco e vendemos a ele a ideia de um planejamento estratégico para a gestão dele como Corregedor e ele comprou a ideia dizendo assim: “É! Geraldo, você acredita nisso?” e Og disse: “Sim, acredito”, ele disse: “É... Se não der certo eu acabo”. E tem um discurso dele que no final da gestão, quando se despediu da gestão de Corregedor, ele agradece a Maria e João, a mim e a João Fernando, dizendo que, quando ele chegou para ser Corregedor, ele tinha ideia do que queria, mas que com o planejamento ele não tinha só ideia, ele sabia o que queria, sabia como ia fazer, quem ia desenvolver e quanto ia custar e que por conta disso a gestão dele tinha sido produtiva, então isso foi muito bom.

JC: O Ministro Og Fernandes, do STJ, respondeu um questionário deste pesquisador, no qual afirma que era objetivo dele implantar o planejamento estratégico e a informatização do TJPE desde 1985, à época Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, como foi o seu papel nesses dois processos?

Zélia Mendonça: Exatamente, eu estava como Assessora dele, eu acredito que o Poder Judiciário de Pernambuco tem uma dívida muito grande na sua modernização ao Ministro Og Fernandes, porque a ideia partiu dele, de se trazer, foi o primeiro planejamento estratégico judiciário no Brasil, nós fomos pioneiros no Brasil, assim como a Ouvidoria também foi ideia dele, que foi pioneira também no País e na informatização ele era o coordenador, era o Juiz Coordenador de Informática, era uma pessoa muito ligada a essa área de inovação, essa área de tecnologia, a ponto de a gente brincar com ele dizendo que ele era um juiz de *bits e bytes*.

JC: Perfeito. O que motivou o início do processo de informatização do Poder Judiciário? A senhora falou que foi com uma missão para implantar um sistema para a área de Recursos Humanos, mas depois desse projeto, falando um pouquinho desse projeto que a senhora participou e depois com a informatização na área judicial, como se deu isso?

Zélia Mendonça: Pois é. A ideia era de modernizar o Judiciário e já naquela época se descortinava que o futuro não aconteceria se não se implantassem novas tecnologias, novos métodos de trabalho, porque o número, já naquela época, muito grande de processos que inviabilizava ao Juiz e ao pessoal de cada Vara, de cada Comarca, trabalhar, produzir com eficiência, com agilidade e aí essa ideia que foi encabeçada pelo Ministro Og, Doutor Jones, o Desembargador Jones Figueredo também participou dessa comissão de informatização, quando eu cheguei no Judiciário isso já existia, já estavam à frente, o Juiz Og já estava à frente dessa Coordenadoria, que tinha sido criada, pelo que eu sei, inicialmente houve uma

Comissão de Informatização do Processo Judiciário, que não apenas via essa parte administrativa, cujo sistema eu fui trabalhar, mas o objetivo maior era o atendimento ao cidadão e a informatização do processo judicial para se ter agilidade, para se poder chegar ao cidadão com efetividade.

JC: A senhora teve acesso ao Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário de Pernambuco de 1985, elaborado pelo grupo multidisciplinar do qual à época o Juiz Og Fernandes participou?

Zélia Mendonça: Eu conheci o plano, não participei, mas quando eu cheguei lá me foi dado para ler, foi um dos documentos iniciais que eu li para poder tomar conhecimento do que é que a gente estava perseguindo.

JC: Esse plano era viável diante do seu conhecimento de planejamento estratégico?

Zélia Mendonça: Eu acredito que sim. O planejamento depois sistematizou mais as ações, mas ele era muito focado na informática e é tanto que começou a se informatizar a partir dele.

JC: Quais medidas e ações efetivas resultaram do Plano Diretor de Informatização do Poder Judiciário de Pernambuco de 1985?

Zélia Mendonça: João... Aí é danado eu lembrar disso. Veja...

JC: Em termos de estrutura organizacional...

Zélia Mendonça: Em termos de estrutura organizacional a criação da Coordenadoria de Informática, foi criada a Coordenadoria de Informática, que é fruto disso aí.

JC: Na Corregedoria?

Zélia Mendonça: Não, era no TJ, foi para o TJ, a Coordenadoria era no TJ, Mauro Jordão era o presidente na época. O Juiz Og então era o Coordenador de Informática, havia todo um elenco de ações em desenvolvimento para se implantar a informatização da área judicial, uma pessoa que eu acho que você deveria falar é Valéria Tenório, que participou diretamente dessa área judicial, da informatização dos processos, a implantação o Judwin, foi o primeiro sistema processual, de controle processual, o pessoal chamava de “Judi Ruim”, mas eu não trabalhava diretamente com o Judwin, no Judwin Valéria trabalhou, Antônio da Paz, que era da Coordenadoria de Informática também, você pode também conversar com ele, a informatização dos gabinetes dos desembargadores e juízes, as reações que aconteceram... Então tudo isso eles podem detalhar melhor do que eu ainda.

JC: O Núcleo de Organização e Sistema, um dos resultados do Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário de Pernambuco de 1985, participou das ações de algum planejamento estratégico elaborado pela senhora?

Zélia Mendonça: Veja, eu acho que quando a gente começou o planejamento em 92 esse núcleo já tinha sido transformado na Coordenadoria de Informática, então assim, a Coordenadoria de Informática estava com a gente, até porque a gente era de lá.

JC: Perfeito. O Plano de Informatização do TJPE tinha aplicação nos órgãos subordinados à Corregedoria e ao Tribunal simultaneamente ou foram atuações distintas?

Zélia Mendonça: João, eu não lembro como é que era no Plano Diretor, mas assim... Tinha que ter ligação porque as coisas não acontecem isoladamente, embora eu lembre que houve uma época em que a Corregedoria tinha um Núcleo de Informática totalmente independente da Coordenaria de Informática do Tribunal que foram comprados equipamentos para a Corregedoria que não se conectavam com os equipamento do Tribunal dada essa disfunção que existia, esse Muro de Berlim que existia entre Corregedoria e Judiciário, essa falta de visão sistêmica que existia de que era uma coisa só, mas eu acho que a partir de 98 isso já não aconteceu mais.

JC: Se for repetitivo, fique à vontade, que respondeu já tudinho... As atividades do Núcleo de Organização e Sistema foram desenvolvidas por servidores do próprio TJ ou servidores de outros órgãos servidos para essa finalidade? A senhora tem ideia?

Zélia Mendonça: Eu não alcancei esse Núcleo, eu cheguei já na Coordenadoria, na Coordenadoria tinha poucas pessoas do TJ, tinha muita gente do CETEPE na época, hoje a A.T.I... Valéria Tenório, Ivan... Antônio da Paz, tinha a consultoria da Infotec, que era Jackson, Mosinho e Rui... Eu, que era da A.T.I., também aí tinha Alcione, estou tentando lembrar da menina que é loirinha, do cabelo loirinho assim... Que era... Giovana! Giovana Schettini, Josiane, que é bem depois... Lizete, também bem depois... Mas assim, o apoio do CETEPE na época e da Infotec foram fundamentais para a evolução, a Infotec contratada como consultora e nós à disposição pelo CETEPE.

JC: Como se deu a capacitação desses servidores para atuar nesse Núcleo de Organização e Sistema ou foram já com a capacidade devidamente preenchida por participar de um órgão como o CETEPE?

Zélia Mendonça: A nossa? Não, nós fomos já com a condição de analistas de sistema e para dar apoio aos projetos específicos do Tribunal.

JC: E vocês trataram de treinar os do Tribunal? Os poucos servidores...

Zélia Mendonça: Sim. Eles inclusive foram fazer cursos fora também e a gente teve que – vou ser bem formal – praticamente “na tapa” aprender o “juridiquês”, aprender a cultura absolutamente diferente do Poder Judiciário, porque é uma cultura completamente diferente

da cultura do Executivo e a gente teve que aprender isso e tivemos um grande guru que foi o Juiz Og à nossa frente conduzindo os trabalhos e acho que deu tão certo por isso.

João Carlos: Houve resistência ou conflitos na adoção do Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário de Pernambuco e na aquisição de recursos tecnológicos aplicada ao processo de informatização do Poder Judiciário?

Zélia Mendonça: Resistência e conflito é inerente ao ser humano, ao medo da mudança, a gente tem medo não da mudança, mas do processo de mudar, porque o processo de mudar exige que a gente saia de um patamar de conforto para chegar no zero da linha de evolução. A gente tem que desaprender tudo o que sabia e começar de novo. Aí tem um caso folclórico, que eu vou contar aqui, com relação ao Sistema de Recursos Humanos, porque acho que, por conta desse tipo de coisa, é que o Sistema nunca conseguiu ser implantado. Nós estávamos treinando as pessoas do Tribunal para a implantação do sistema e uma senhora - uma senhorinha já bem idosa... A gente fazia o treinamento de manhã, o expediente do Tribunal era a partir do meio-dia, então eles estavam indo de manhã para a gente fazer esse treinamento, antes a gente explicou assim que ia mudar, mas não se tinha essa preocupação de fazer uma sensibilização para a mudança, porque na época ninguém estava muito preocupado com isso, a gente achava que o sistema, por si só, ia se impor e a gente dizia assim: “não, isso vai dar certo”, mas a gente... Isso foi um grande aprendizado para a minha vida toda, que eu acho que hoje, qualquer sistema, qualquer processo de mudança, ele tem que ser iniciado com uma profunda sensibilização para a mudança. Não explicando o que é o sistema, mas trabalhando a questão de que o mudar vai trazer dificuldade, o mudar vai trazer a necessidade de você desaprender, de você voltar para a estaca zero, mas que isso depois... Aí vem, entra com as vantagens do que o sistema vai trazer depois, mas não negar que vai trazer dificuldade, não negar que vai trazer sofrimento, porque vai. Aí a gente numa manhã, a gente terminou o treinamento porque era 11 da manhã, eu e Jackson, esqueci o sobrenome dele agora, daqui a pouco eu lembro... A gente saiu do... O RH era ali, logo que você sai do elevador, dobrando para a direita, era a sala no corredor da... naquele lado esquerdo, a primeira sala... E a gente saiu dali, veio para o elevador e essa senhorinha veio correndo atrás da gente e disse assim: “Jackson, Zélia, eu queria falar com vocês, mas fiquei com vergonha de falar na frente dos meus coleguinhas”. Aí Jackson disse: “Que é isso, fulana?! Que negócio tão sério é esse que você vai falar para a gente que ficou com vergonha de falar na frente dos coleguinhas?”. E ela disse assim: “Quando é que vocês vão me entregar a plaquinha?”. E Jackson, que era muito engraçado, disse assim: “Que plaquinha?”. Ela disse: “A plaquinha que vai me proteger dos raios laser que o computador emite”. Na hora a gente riu, brincou

com ela, disse que não tinha nada disso, chegando em cima brincando com o Juiz Og, “olha a gente quer a plaquinha da gente também...”. Mas depois, logo depois da brincadeira, nós fizemos uma reflexão com o Juiz Og. No sentido de que aquilo parecia muito hilário, muito engraçado, mas que trazia uma preocupação muito grande e mostrava a fragilidade do servidor frente a um equipamento que ele não sabe o que é, que alguém disse para ele que emite um raio laser que vai ser danoso à saúde dele... A maior inovação que ela tinha tido até então era uma máquina de escrever elétrica e aquilo era uma coisa muito nova. Em 85, tava se começando aqui na nossa região. Então, assim, a gente fez a reação de como isso podia prejudicar a implantação do sistema. Então eu estou contando esse caso porque eu acho que ele é assim, bem icônico no sentido de mostrar resistência. Porque... Olha, se eu faço assim a vida toda porque é que eu tenho que mudar? Então, se você não sensibiliza o agente público, a metodologia pode ser a melhor possível, a tecnologia pode ser a mais avançada possível, mas se a gente não desregulamenta a cabeça do agente público nada vai acontecer, porque ele vai ficar na resistência passiva e vai fazer tudo de novo. Nós aqui agora implantamos o SEI 2017, em setembro de 2017, a partir de setembro de 2017 acabou a tramitação de papel, você não vê nenhum papel na minha mesa, a não ser os financeiros que a SEFAZ ainda exige que eu assine, as notas de liquidação, ordens bancárias, isso aí, mas o resto não tramita nada. E aí eu descobri que aí, em uma das minhas áreas, eles estavam imprimindo todos os documentos que chegavam pelo SEI para guardar. E aí você inviabiliza completamente a ideia da economicidade, a ideia da agilidade, não é? Pelo contrário, a gente tem um custo duplicado, então é importante essa desregulamentação da cabeça do agente público para que as coisas aconteçam.

JC: No seu planejamento, a questão de recursos financeiros para obter os equipamentos, o que era necessário para a área de informática, ela tinha uma concorrência com outras prioridades do Poder em que a senhora teve que argumentar orientadas nesse sentido?

Zélia Mendonça: O planejamento foi em 92, não é? Não foi em 85. Em 92, um dos objetivos era a ampliação de recursos para a Corregedoria. Na época, nós estávamos fazendo o planejamento só da Corregedoria, ainda tinha aquela situação de separação e uma das primeiras coisas a partir do estabelecimento desse objetivo de ampliação de recursos que a gente pode ver aqui... Só um minuto... Como você falou no começo, às vezes a memória... (mexendo em papéis) Aqui! Obtenção e adequação de recursos... Prédio do fórum da Capital, imóvel para a Corregedoria, Varas de Execução Penal, Orçamento da Corregedoria... E aí estava aqui dentro. Então, por conta desse objetivo, o Corregedor foi à Secretaria da Fazenda do Estado, que até então as custas eram depositadas na Conta Única do Estado e o Executivo

repassava para o Judiciário, o que queria. Então uma das ações definidas nesse objetivo foi essa articulação junto ao Executivo para se conseguir que as custas judiciais viessem para o orçamento da Corregedoria e foi conseguido. O Corregedor fez várias articulações junto ao Governador, junto ao Secretário da Fazenda e conseguiu que as custas judiciais fossem depositadas não na Conta Única do Estado, mas na conta da Corregedoria e um pequeno percentual era repassado ao Tribunal, numa inversão de poder, não é? Porque a Corregedoria faz parte da... O chefe do Poder Judiciário está no TJ, não é o Corregedor, mas era o dono do cofre na época em função dessa articulação que foi conseguida a partir de uma definição de um planejamento em que se identificou que se precisava obter e adequar recursos.

JC: Perfeito. A partir de que momento a senhora atuou na informatização do Tribunal enquanto Coordenadora de Planejamento Estratégico e quais ações foram projetadas e alcançadas efetivamente?

Zélia Mendonça: Deixe ver... 92, quando o Desembargador Etério... Em 91, quando o Desembargador Etério ia assumir a Corregedoria na época já se sabia quem seria o próximo Corregedor, o próximo Presidente, em função de que era aquele que não tinha sido ainda, não é isso? O mais antigo que ainda não tinha sido Presidente, o segundo mais antigo era o Corregedor, acho que hoje já está bem diferente isso, não é? Mas, naquela época a gente já sabia e o Juiz Og foi que deu a ideia de a gente vender para ele essa... essa metodologia nova para que ele fizesse a gestão da Corregedoria. Nós não o conhecíamos, éramos eu e João Fernando, que também é aqui da A.T.I., mas está à disposição da UPE e João, eu tinha chamado João para trabalhar comigo lá na Assessoria, na Coordenadoria de Informática, e nós descemos no final do expediente com o Juiz Og, com aquelas folhas de formulário contínuo, um fluxo do planejamento impresso no formulário contínuo, colocamos na parede do Gabinete do Desembargador Etério, que eu estava conhecendo pessoalmente naquele momento, via pelos corredores, mas não o conhecia... E o Juiz Og, na época, hoje o Ministro Og, disse: “Etério, trouxe o pessoal aqui para a gente trazer uma ideia nova para você usar na sua gestão na Corregedoria”. E aí ele ouviu, quando terminou virou para o Juiz Og e disse: “Geraldo, você acredita nisso?” Ele disse: “Acredito”. Ele disse: “É, se não der certo, no final eu acabo. Eu posso acabar a qualquer momento”. Foi assim que começou, inicialmente era uma assessoria de planejamento na Corregedoria, depois se transformou numa Coordenadoria e seis meses antes de ele assumir como Presidente, ele solicitou que eu fosse lotada no Gabinete dele já para começar o planejamento para o TJ. Um planejamento conjunto, um planejamento considerando o Poder Judiciário, e não o Tribunal ou a Corregedoria, com objetivos, metas, ações para os dois, vendo o Poder numa visão sistêmica. E aí eu fui lotada

no Gabinete dele seis meses antes de ele assumir como Presidente e nós começamos a ouvir a sociedade civil, fazendo reuniões com toda a sociedade civil organizada. Ouvimos ONGs, ouvimos todos os juízes por circunscrição, reunindo os juízes para que se... Dissessem das suas expectativas, do que achavam, levantando dificuldades, pontos fortes, pontos fracos. Foi muito rico esse processo, foi muito rico e uma das ideias do Juiz Og, que era a Ouvidoria, foi trazida também por uma ONG, por Amparo, se eu não me engano Amparo Piedade. E aí se fortaleceu a ideia de se criar uma Ouvidoria Judiciária, que também foi fruto desse planejamento. Eu acho que muitas coisas foram feitas a partir do planejamento e acho que um grande benefício é a própria implantação dessa metodologia que é utilizada por todas as grandes multinacionais, por todas as grandes empresas privadas e que havia um mito muito grande na época exatamente de que isso era coisa para empresa privada, para multinacional, e não é. Planejamento a gente usa na vida da gente, para fazer uma festa de aniversário, uma festa de casamento, para sair de casa e chegar aqui, não é. A gente se planeja intuitivamente, só que para uma organização como o Poder Judiciário o nível de complexidade é maior, o nível de variáveis também, não é? A questão da cultura tem que ser considerada, mas eu acho que... logo depois, no primeiro dia, na primeira reunião do planejamento da gestão Etério Galvão, ele convidou o Desembargador Nildo Nery, que seria o próximo Presidente, para participar. Doutor Nildo participou de todas as reuniões do planejamento, o monitoramento do planejamento. Então, quando ele assumiu, embora não fosse uma coisa em que ele acreditasse como Doutor Etério acreditava, a própria casa já cobrava essa cultura. Depois eu saí do Tribunal, mas soube que foi suspenso o uso do planejamento, mas que havia uma cobrança muito grande da Casa. Depois foi trazido de volta, reimplantado o processo, por conta de que é uma metodologia que é forte por ela própria, porque ela mostra a necessidade, ela mostra os resultados, ela mostra o que a gente não está conseguindo fazer, então isso, hoje, para organização, seja pública, seja privada, para a nossa vida pessoal, a gente não consegue mais viver sem isso.

JC: As reclamações que os advogados apresentavam à Corregedoria Geral de Justiça por demora no julgamento dos processos motivaram a informatização do Poder Judiciário?

Zélia Mendonça: Eu acredito que sim. Porque a ideia de informatização era de se tornar o Judiciário ágil, eficiente, eficaz, ter efetividade junto ao cidadão. A Ouvidoria Judiciária veio trazer mais um canal, que foi um dos frutos do planejamento do TJ. Ela veio trazer mais um canal para que as pessoas fossem ouvidas. Inclusive, alguns juízes e desembargadores reclamavam muito porque se aceitava denúncia anônima e eles acham isso um absurdo, só que o Juiz Og dizia assim, já Desembargador Og, dizia assim: “Não, eu não estou aceitando a

denúncia anônima, eu estou aceitando uma informação que eu vou verificar se procede e os juízes e desembargadores deveriam achar isso muito bom, porque se não procede, vai ser dito que não procede, vai ser mostrado à sociedade de que é falsa a notícia”. Então foi muito interessante, também fomos pioneiros no País em Ouvidoria Judiciária, nós fomos visitar, à época, a ouvidoria da Polícia de São Paulo e a Ouvidoria Geral do Estado do Paraná. Fomos na época o Juiz Og e eu. Não! Desembargador Og já. Fomos para São Paulo e Paraná para ver e aí criamos o nosso modelo que depois foi usado pela Secretaria da Fazenda e TCE. Inclusive foi comprado um pequeno sistema para a Ouvidoria que foi disponibilizado pelo o TJ tanto para a SEFAZ quanto para o TCE. Ainda bem incipiente, né. Uma coisa que hoje deve ser bem diferente, deve estar bem melhor, mas que foi um primeiro passo.

João Carlos: E lá atrás, em 85, a senhora foi com um objetivo certo de implantar o sistema de RH...

Zélia Mendonça: Mas quando terminou o sistema, quando se terminou a implantação do sistema que depois não vingou, porque assim, a questão da resistência passiva... O diretor de RH da época, ele dizia: “Ahhh, Doutor Og, não se preocupe, o que depender da gente será feito”. Essa é a pior situação, porque não faz e você não tem o que argumentar, porque ele está dizendo que está fazendo. Que não está dando certo porque o sistema não está dando certo. Então ficou muito difícil de implantar isso, mas eu fui convidada logo depois para ir à disposição como assessora da Coordenadoria de Informática, aí eu já não estava mais ligada a esse sistema de RH, mas eu estava ligada aos projetos todos da Coordenadoria. Inclusive, eu participei ativamente, fui eu que trabalhei no projeto de implantação do Juizado Especial de Pequenas Causas.

JC: No caso, o Desembargador, o Ministro hoje, Og, trazia o conhecimento da senhora ou também naquele levantamento de cenário, a técnica do planejamento estratégico, foi trazia essa informação de que a falta de um controle processual prejudicava o andamento do processo?

Zélia Mendonça: Sim. Nós começamos o projeto de planejamento em 92, a gente já fazia isso informalmente na Coordenadoria de Informática, mas formalmente se iniciou o planejamento estratégico no TJ na Corregedoria Geral de Justiça em 92. Esse processo começou como você pode ver aqui nesse documento, a primeira etapa do... Não sei se está aqui... Se não tiver a gente procura... Como um diagnóstico. Está aqui o processo... Definição da missão, determinação dos objetivos... Não está mapeado aqui, mas nós começamos com o diagnóstico quando se identificava... Aqui! Como diagnóstico estratégico, então você vê... Para cada área foi levantado. Levantamento e análise dos pontos fracos, com relação a direção e

gerenciamento, com relação a Recursos Humanos e Financeiros, aplicações de informática, quantidade de equipamentos instalados na Corregedoria insuficiente para uma maior agilização dos serviços atuais e atendimento de novas demandas por serviço. Inadequação dos sistemas implantados no que se refere ao fornecimento de informações para subsidiar o gerenciamento da atividade-fim da Corregedoria: fiscalização e orientação. Inexistência de aplicações de informática direcionadas para automação das Varas da Capital. Falta de conscientização da importância da manutenção atualizada de arquivos dos sistemas de formações existentes, principalmente por parte de magistrados serventuários. Organização e racionalização dos trabalhos, atendimento ao público: deficiência na forma de atendimento e prestação de informações ao público. Inadequação das instalações físicas, dificultando o atendimento ao público em alguns órgãos da Corregedoria. Falta local apropriado. Processo de localização e recuperação de informações na Corregedoria confuso e desordenado, expondo ao público o nível de desorganização e dificuldades operacionais internas. Então você vê que se batia duro, não é? Nesse trabalho... Como se conseguiu fazer isso? Pela forte decisão do gestor maior, do Corregedor. Pelo forte querer. Ele era o primeiro a chegar nas reuniões mensais de monitoramento, oito horas da manhã, quinze para oito da manhã ele estava na sala. Quem chegava depois de oito, ele sentava de frente para a porta, batia no relógio assim mostrando que estava atrasado. Quando a gente tinha alguma meta, alguma ação que não tinha sido possível. Ah, a Coordenadoria de Informática não terminou o projeto, a licitação não recebeu o projeto, ou a gente mandou para a licitação e a licitação não encaminhou... Aí ele parava a reunião e dizia assim: “Vamos sair daqui com uma agenda para uma reunião entre vocês dois, informática e licitação para resolver isso daqui a até oito dias. Tá bom oito dias? Não. Dez, quinze...”. Então a gente já saía dali com os passos seguintes a fazer. E que não eram definidos pelo planejamento, porque planejamento não tem poder nenhum. O poder do planejamento decai do decisor maior. Então, se o decisor maior não está interessado no planejamento, não adianta implantar. Melhor procurar outra metodologia.

JC: A senhora atuou na informatização do Juizado de Pequenas Causas?

Zélia Mendonça: Sim. Eu participei do projeto, o projeto foi elaborado por nós na Coordenadoria de Informática, eu participei diretamente, fui a Minas visitar o Juizado Informal de Pequenas Causas de lá. Só que aqui a gente queria uma coisa mais estruturada. Lá funcionava com voluntários, aqui não. Atuei como corretora de imóveis. O Juiz Og brincava dizendo que ia me dar um Creci. Porque fiquei procurando casas para a gente alugar para o Juizado e participei da formulação do processo juntamente com o pessoal da Infotec. Do projeto participei ativamente.

JC: Os processos de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco envolvendo a Comarca da Capital e o Juizado de Pequenas Causas observaram o Plano Diretor de Informática de 85 ou se desenvolveram separadamente?

Zélia Mendonça: Não lembro se isso... Não sei o Juizado, mas o processo de informatização da Capital com certeza estava no Plano Diretor de Informática. O Juizado eu não lembro, João, não tenho esse documento comigo.

JC: Como ocorreu a ideia de ter servidores cedidos pela antiga FISEPE para efetivar o processo de informatização do Poder Judiciário? Como chegou até a senhora esse convite e aos seus colegas para fazer esse trabalho?

Zélia Mendonça: Veja, o CETEPE, FISEPE, a T.I., nós temos como competência também esse apoio, hoje nós temos servidores no Judiciário, ainda na área de informática. Na época isso era muito mais forte, porque o conhecimento de T.I. estava no CETEPE, era uma coisa muito nova ainda, os órgãos não estavam estruturados, principalmente o Poder Judiciário. Ele não dispunha de especialistas. Então foi pedido ao Governador a cessão de pessoas da Casa para irem para lá. Aí Valéria Tenório, Ivan, essas pessoas que eu falei. Eu fui não convidada inicialmente pelo Judiciário, eu fui mandada pelo CETEPE para tentar fechar um processo do sistema de RH, que vinha já há mais mil anos e não se conseguia dar um desfecho para ele. Não sei, questões metodológicas mesmo, tudo. Não sei, questões contingenciais não posso relatar aqui o que tinha acontecido antes, mas que não se tinha conseguido fechar o processo. Inclusive, quando eu cheguei lá fui refazer os levantamentos porque já estava perdido ao longo do tempo e quando eu chegava nos lugares o pessoal dizia: “De novo? É a terceira vez que se faz esse levantamento”. Então teve todas essas dificuldades, mas eu fui encaminhada, fui enviada pelo CETEPE. Porque era um projeto que estava sendo desenvolvido pelo CETEPE, contratado ao CETEPE pelo Poder Judiciário, de RH. Aí eu fui, não sei dizer se o pessoal que estava lá era um outro projeto contratado, não lembro. Mas assim, já tinha pessoas lá, Valéria, Ivan. Aí quando terminou esse projeto, o Juiz Og propôs ao Presidente, na época estava uma fase de transição o CETEPE e o FISEPE saindo da Empresa Pública para uma Fundação, o que terminou não acontecendo, terminou como empresa mesmo... E aí ele propôs um aditivo ao contrato para eu ficar lá, continuar lá, o que não foi aceito. Porque se disse que estava nessa fase de transição, estava mudando a forma de trabalhar... Foi quando ele conversou com Doutor Mauro Jordão, ele disse que era importante ter uma pessoa com a minha expertise lá na Coordenadoria de Informática e eu fui à disposição. Inicialmente não tinha uma expectativa de ficar tantos anos, fiquei direto 12 anos. Não! 15 anos direto, depois da Coordenadoria de Informática eu fui para a Corregedoria, voltei para o Tribunal, para a

Coordenadoria de Planejamento do Tribunal, que também foi criada e saí do Tribunal depois dos 15 anos. Quando o Desembargador Og assumiu a Presidência eu fui convidada para voltar, mas depois ele saiu, eu ainda fiquei um tempo e depois voltei para minha casa. Aliás, fui para o Ministério Público Federal e depois voltei para minha casa, onde estou até hoje.

JC: Como se deu essa transição de uma analista de sistema se tornar uma expert em planejamento estratégico?

Zélia Mendonça: Veja, eu sempre fui... Eu não sou analista de sistemas da área de desenvolvimento, eu sempre... A minha vida inteira no CETEPE eu fui contratada como o que hoje chama de analista de negócios, na época era analista de sistemas organizacionais, então todo o meu trabalho sempre foi no sentido de chegar no órgão, fazer um levantamento da situação, identificar o que se precisava... Hoje é o que o analista de negócios faz. E definir o que precisava ser feito, então vinha o pessoal de sistemas, de desenvolvimento de sistemas, programadores para desenvolver os sistemas, certo? E a gente acompanhava junto ao cliente, nós éramos o elo cliente-técnico da área de informática propriamente dita. Então a gente fazia até uma analogia que nós da GESO, que era a gerência de sistemas organizacionais, nós éramos os batedores do carro do Governador. A gente vinha para limpar o caminho porque não adiantava você pegar fluxos em que se tinha gargalos enormes e automatizar aquilo. Você teria o caos instalado mais rapidamente, do que manualmente. Então a gente primeiro racionalizava todos os processos de trabalho para que depois pudesse ser automatizado.

190510_003

Zélia Mendonça: Eu desde que entrei no CETEPE, eu já fui contratada, eu já cheguei aqui com mestrado em Engenharia de Sistemas, a minha área de concentração, na época se chamava tese, hoje em dia é dissertação, mas lá no IME na época se dizia tese. A minha tese foi em Pesquisa Operacional e quando eu entrei aqui, em 75, eu vim ser a oitava pessoa dessa gerência de Sistemas Organizacionais. O CETEPE sempre foi um centro considerado como um centro de excelência no Estado. Nós tínhamos uma cultura de aprendizado muito grande, era muito interessante, assim... Eu tive uma escola que poucos tiveram, porque nós trabalhávamos da seguinte forma: Poder Judiciário contrata o sistema de RH, então se monta uma equipe multidisciplinar com pessoas da GESO que iam racionalizar os processos, ver, para depois vir o pessoal desenvolver o sistema. Terminou aquele projeto, seis meses. Terminou o projeto, Polícia Militar quer um contrato para estruturação, nova estruturação. Aí Zélia ia para Polícia Militar, três meses, seis meses, quatro meses Polícia Militar. ADDIPE. Suape, participei da criação de Suape, desde o primeiro momento, passei um ano indo para

Suape todo dia depois que foi implantado. Então assim, isso me deu uma visão do Estado que não tem preço. Não tem curso que dê. Porque eu vivenciei a realidade dos órgãos desenvolvendo projetos para cada um. A primeira etapa era conhecer o órgão, era ler tudo, todos os documentos, todos os estatutos, todas as leis sobre aqui para saber qual era a competência, quais são os processos, tudo mais. Então foi muito rica. O Judiciário me deu uma oportunidade fantástica também porque por estar lá eu fui convidada a participar do processo de fortalecimento do Judiciário de Guiné-Bissau e de Moçambique. Guiné-Bissau eu só fiquei aqui, trabalhando aqui, mas a Moçambique eu fui cinco vezes, como consultora da FAO-ONU e isso aconteceu porque eu estava no Judiciário.

JC: A senhora como Coordenadora de Planejamento Estratégico da gestão do Desembargador Etério Galvão fez um trabalho de aproximar o Judiciário da sociedade, da população, porque, como foi dito, era batido muito forte no Judiciário a sua lentidão no processo. Como a senhora vê essas ações e esse levantamento feito para se trabalhar?

Zélia Mendonça: Eu acho o processo, esse processo de planejamento do TJ, de 98 a 2000, foi muito rico exatamente porque a gente iniciou seis meses antes trazendo toda a sociedade civil organizada para se discutir o Judiciário. Uma das ações, deixa eu mostrar aqui para você... Uma coisa muito interessante que trazia muita espécie quando era apresentado. Esse planejamento foi apresentado em vários lugares de Pernambuco, inclusive no Rotary, inclusive no Lions, para que a sociedade civil tomasse conhecimento dele. Esse objetivo três, moralização, isso era uma coisa que impactava. Como que o Judiciário está tendo o objetivo de moralizar? Empreender esforços no sentido de no desenvolvimento das atividades do Judiciário coibir as ações que firam a ética. O Desembargador Etério sempre dizia o seguinte: “Sim, a gente tem que trabalhar, porque corrupção é uma via de mão dupla. Existem corruptores e corrompidos. Se diz que no Judiciário tem corrompidos, onde estão os corruptores? Na sociedade. A gente vai trabalhar nas duas vertentes.”. Foi muito interessante isso, assim, é o que eu falo a você. É a força, é o querer do decisor. Abertura para a sociedade era o objetivo dois: interagir intensamente com a sociedade organizada através dos seus representantes, ONGs, associações, órgãos de classe, entidades, mídia, etc. Garantindo a transparência das ações do Judiciário e a participação dos diversos segmentos da sociedade. Então com esse objetivo a gente tinha como ação o Programa Ouvidoria Judiciária, que foi implantado logo, a Agenda Livre, o Ponche com Biscoito. Isso aqui o Desembargador Etério recebia os serventuários, porque havia uma... colocado como ponto fraco pelos serventuários como a Casa Grande e a Senzala, a separação muito grande... Programa Quiosques da Cidadania, convênios para avaliação dos serviços do Judiciário. TELPE, CELPE, COMPESA,

Correios, etc. Foi feito também uma pesquisa de opinião logo no início. Pesquisa de opinião pública aberta para toda a sociedade, ainda tem essas anotações aqui, ó. Pesquisa de opinião pública, isso foi feito no primeiro mês de gestão e o resultado foi terrível. Eu lembro do Juiz Og dizendo assim: “Eu não me enxergo nesse perfil do Juiz que está aí.”. O pessoal confundia Judiciário com Cartório, não tinha a menor ideia do que era o Judiciário. Muito interessante essa pesquisa. Campanha Publicitária, participação institucional em eventos e outros mecanismos. Modernização da Homepage, reformulação do caderno do Poder Judiciário no Diário Oficial, abertura do Palácio da Justiça como ponto turístico, implantação do Memorial e do Arquivo Geral no Brum. Você vê que está aqui e está lá agora funcionando ainda. Essa abertura do Palácio da Justiça não foi só como ponto turístico. Nós implantamos um programa que os alunos de Direito da Católica vinham, o professor Gilvan do Coelho, Padre Caetano trazia de dois em dois meses alunos de Direito. Aí eu fazia uma exposição, eu como Coordenadora de Planejamento, fazia uma exposição da estrutura do Judiciário. Alunos de escola também. Aí os meninos sentavam na mesa do Pleno, vestiam as togas. Foi muito interessante isso. Mais essas todas outras aqui, você vê que é bastante coisa.

JC: Essa questão ainda do social...

Zélia Mendonça: Outra coisa, objetivo um: melhoria na prestação dos serviços, esse era o objetivo UM da gestão do planejamento na época. A lei de Organização Judiciária, inclusão de ementas relativas à Lei Complementar, revisão do projeto do COJE, análise das emendas do COGE, os mecanismos alternativos de composição de litígios. Projeto de criação do Juízo de Paz, que eu acho que isso não chegou a ser implantado nunca. Análise de outros mecanismos de composição de litígio, elaboração do projeto da Lei Regulamentar do Concurso. Elaboração... Aqui: Serviço Público, Delegados: Lei Regulamentar de Concurso, Editais de Concurso, Regulamentação de Serviço Extrajudicial, Suporte de Apoio Técnico-Jurídico aos Magistrados, Estudo de Viabilidade do Suporte de Apoio. Centro de Estudos Judiciários, projeto para implantação do Centro. Aí tem o Moralização, né? Avaliar critérios, promoções e remoções. Diagnóstico preliminar da situação funcional e processual das Varas, efetiva aplicação das sanções disciplinares, garantir a transparência da produtividade dos órgãos judiciais de primeira e segunda instância, efetivar ações de fiscalização, avaliar critérios de promoção e remoção. Implantar controle de arrecadação dos serviços extrajudiciais, implantar controle de arrecadação das receitas próprias. Empenhar melhoria da estrutura do apoio logístico, que aqui é construir o Fórum, que foi construído em 18 meses, estão todas as ações aqui. Equipar todas as áreas do Poder Judiciário com bens móveis e equipamento adequado ao desempenho de suas atividades. Melhorar prestação dos serviços de

apoio, limpeza, manutenção, telefonia, atingindo setenta por cento de satisfação dos usuários. Racionalizar os procedimentos administrativos nas áreas do serviço consideradas críticas: área de compras, recursos humanos. Racionalização dos procedimentos administrativos. Estabelecer Plano de Cargos, Salários e Benefícios, que foi feito, embora não tenha agradado a gregos e troianos, como sempre. Plano de Cargos e Salários, Programa de Benefícios, incentivo à produtividade, que hoje vocês têm, né? Implementar programa de capacitação para Magistrados e servidores atingindo 100% dos magistrados e 80% dos servidores. Aí vem o diagnóstico, né. Isso para mim é documento histórico.

JC: Por favor Zélia, me diga uma fala sua sobre a vantagem do processo de informatização para o social, para o cidadão, para a sociedade, a partir de todo esse processo que trabalhaste lá no Poder Judiciário.

Zélia Mendonça: Veja, hoje a gente... Entra o cidadão, entra na sua casa, na internet, e pode saber o seu processo como é que está. Isso... eu vi um filminho semana passada, recebi no “zap”, um filminho de um sistema feito pelo pessoal da informática do TJ, que era uma outra ideia que se começou com pessoal do CETEPE, mas isso tinha que ser absorvido pela Casa. Hoje vocês têm uma grande equipe de informática lá e de excelente nível, é tanto que eu recebi um filminho mostrando que na Vara de Execuções Municipais o Elis em 15 dias deu baixa em 70 mil processos porque é um sistema que usa inteligência artificial, em que ele compara, já estabelece procedimento e dá baixa no processo. Então isso parece que seriam 11 meses e tanto para... Não! Onze funcionários em não sei quantos meses, um ano e meio. Então você vê que isso beneficia a sociedade. Até no sentido de não se ter a impunidade. “Ah, eu não pago tributo porque isso vai caducar no Judiciário, que ninguém vai conseguir resolver isso, depois de um tempo esse processo está extinto e acabou e quem paga está pagando por esse que não pagou.”. Então só há ganhos para a sociedade com informatização, não apenas na agilidade, mas na eficiência, na transparência. Enfim, eu acho que uma sociedade moderna não tem como a gente não ter a T.I. como a mola-mestra em qualquer instituição.

JC: Professora Zélia e grande profissional, obrigado pela entrevista e eu agradeço pelo trabalho desenvolvido aqui, que vai gerar bons frutos.

Zélia Mendonça: Eu que agradeço, João. Espero ter contribuído de alguma forma, se precisar de mais alguma informação, alguma explicação sobre esses documentos maravilhosos que você me trouxe. Chega me emocionei quando vi as cópias dos formulários contínuos aqui. Eu tenho isso guardado, esses eu não joguei fora não, estão em casa guardados, mas foi bom revê-los. Fico muito feliz, acredito que contribuí para o Poder Judiciário de alguma forma como tenho procurado contribuir onde estou, em tudo que faço, porque eu gosto muito do que

eu faço. Acredito que planejamento é importante. T.I. é extremamente importante, eu sou oriunda, a minha casa sempre foi uma casa de T.I., mas eu acho que principalmente o mais importante é o ser humano, é o servidor. O entendimento desse servidor, que o próprio nome do cargo dele está dizendo o que ele precisa fazer: servir ao cidadão, que é quem paga o salário da gente.

APÊNDICE C

Entrevista de Maria Adriana Manso Martins Siqueira Ovídio Rodrigues, realizada em 12 de setembro de 2019.

Local: Sede da Procuradoria Geral do Estado, bairro de Santo Antônio, Recife - Pernambuco

190912_002

João Carlos (JC): Entrevista com a senhora Adriana Rodrigues, inicialmente do CETEPE, hoje é da ATI, que atuou no primeiro momento de desenvolvimento, planejamento do programa ou projeto de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco. Senhora Adriana, por favor, sua identificação, cargo, função, a empresa em que trabalha.

Adriana Manso: Eu sou Maria... Meu nome é muito longo, Maria Adriana Manso Martins Siqueira Ovídio Rodrigues. Sou portuguesa, cheguei aqui no Brasil em 1976 e ingressei... Aliás, cheguei no Brasil em 75 e ingressei no CETEPE em 76. Minha carreira foi toda na área de análise de sistemas, atualmente eu sou consultora de T.I, mas estou à disposição da Procuradoria Geral do Estado com minha atividade básica inicial, Engenharia Civil. Estou trabalhando na área de Engenharia. Na realidade, as decepções com a informática foram grandes e eu me refugiei nesse ambiente que é a minha origem. Sou do tempo ainda que, chegando ao Brasil, não tinha vaga para área... as pessoas do sexo feminino mal concorriam a uma vaga de engenharia... respondiam que eram para o departamento do sexo masculino. Eu sou dessa época. Hoje eu estou na Procuradoria Geral do Estado, trabalhando na área de Engenharia, Licitações e Acompanhamento, Obras... Tudo que for necessário.

João Carlos - Como se deu a sua chegada ao Tribunal de Justiça?

Adriana Manso: Bem, inicialmente houve um momento no CETEPE, talvez em 84, 85, um momento de alto crescimento da empresa, eu já tinha uma... já tinha trabalhado em alguns sistemas de pensões do Estado, do sistema financeiro de habitação, então eu fui escalada para ajudar o Tribunal de Justiça num sistema de distribuição de processos da Primeira Instância. Essa equipe era formada por dois juizes, na época, Doutor Og e Doutor Jones e uma pessoa da Polícia Militar que era o Major Lázaro. Da parte do CETEPE, tinha Roberto Azevedo, com uma pessoa de OIM, de desenvolvimento, eu, e se agregou também um colega, Mousinho, para a parte operacional. Essa equipe do CETEPE viajou para Minas Gerais, teve o conhecimento, o aprofundamento necessário do sistema e, chegando aqui, interagindo nessa equipe multidisciplinar nós desenvolvemos todo o processo de informações e de saídas do sistema, que o projeto deveria ter. Foi construído, foi um projeto construído então a cinco

mãos que depois foi agregando procuradores, operadores da T.I, pessoas do Tribunal que tiveram que conviver com as máquinas, que na época eram fornecidas pela Elógica, então também um ambiente novo, de implantação, tanto de sistema quanto de equipamentos. Dificuldades foram grandes, mas tivemos a possibilidade de começar a distribuir os processos. Não me recordo se, na época, efetivamente o sistema começou a funcionar no final de 85 ou início de 86.

João Carlos - A sua chegada, a senhora se lembra o mês e o ano no Tribunal?

Adriana Manso: Não. Eu já não me lembro não.

João Carlos - Mas foi em 85?

Adriana Manso: Aí talvez... Não sei, aí talvez só olhando meu currículo porque lá tinha todas as atividades, todos os projetos que eu tinha me envolvido. Não posso precisar não. Eu acredito que nós levamos alguns meses para fazer o trabalho conjunto. Porque a área jurídica não é uma área racional... racional, de ciências exatas, né? Então havia assim, muito debate entre o que podia ser e o que deveria ser. Para informática, nós precisávamos de respostas concretas e, muitas vezes, não conseguíamos chegar a essa concreteza, né? Por conta da lei, os entendimentos da lei etc.

João Carlos - E a viagem a Minas?

Adriana Manso: Qual é a época? Não, também não. Aí realmente vou ter que fazer uma viagem mais longa... (risos) Mas se tivesse me dado essas perguntas talvez eu pudesse ter direcionado a minha pesquisa em casa.

João Carlos – Com relação a Rio Grande do Sul, que é citado por outras pessoas do CETEPE e São Paulo, a senhora chegou a ir por esses dois Estados?

Adriana Manso: Nós visitamos a CELEPAR , que é em Curitiba, salvo o erro. Esse eu me lembro bem, que nós também tivemos lá iniciando a experiência deles. Mas a implantação que foi feita foi personalizada para o Tribunal de Justiça de Pernambuco. Na realidade, lá conhecemos os ambientes, conhecer a forma de trabalho, as necessidades dos usuários, mas depois aqui nós criamos o modelo próprio. Aí Marlon foi uma pessoa essencial na parte de distribuição de processos. Foi?

João Carlos – Esse grupo que foi formado, que foi até chamado de Grupo de Informática Jurídica, onde tinha o Doutor Og e o Doutor, os juízes Og e Jones Figueiredo. Eles criaram um Plano Diretor de Informática para o Poder Judiciário de Pernambuco, deram até essa titulação. A senhora chegou a ver esse plano e o que ele continha?

Adriana Manso: Veja, numa época da FISEPE, FISEPE era responsável, junto aos órgãos, de fazer a elaboração desses planos. Com seminários, trabalhos em grupo, brainstorming etc.

Então, a mesma coisa foi utilizada no Tribunal de Justiça e sim, deve ter um plano de informatização do próprio Tribunal desenvolvido com o pessoal internamente ao Tribunal. Nessa parte a T.I, ela funcionava mais como motivadora, auxiliava, coordenava os eventos e tudo, mas realmente a produção de ideias e de informações vinha do próprio pessoal do Tribunal.

João Carlos – E o grupo começou a fazer o trabalho, o estudo para desenvolver o sistema, só foi do CETEPE ou tinha pessoas do Tribunal para ver essa parte técnica, a parte de tecnologia mesmo?

Adriana Manso: Eu acho que foi tudo... Só essa parte cabeça do Tribunal com os juízes e com a Polícia Militar, o major, porque na época ele dava expediente, estava cedido ao próprio Tribunal. Depois foi só repassado conhecimento para o pessoal interno, se não me falha a memória foi assim. Na parte operacional só se envolveu no treinamento e assumir o sistema.

João Carlos – E quando entraram os servidores do Tribunal para ajudar a equipe do CETEPE a efetivamente começar a implantar o sistema?

Adriana Manso: Assim eu não recorro que... há sempre resistência, né? Mas eu acho que foi uma resistência salutar porque o sistema se implantou. Realmente a quebra de paradigma, sempre nas épocas de implantação, mas o pessoal, eu diria, até conseguiu assumir o sistema até com equipe própria. Porque depois se formou posteriormente.

João Carlos – Essa equipe própria, a senhora sabe como se deu essa seleção, a senhora participou de algum processo seletivo para eles do Tribunal de Justiça?

Adriana Manso: Não, não. Aí eu não participei não. Eu fui... Tinha uma época, fui convidada também a integrar esse grupo de apoio ao Tribunal, mas não foi possível a minha saída, naquela altura, do CETEPE, acho que era CETEPE ainda.

João Carlos – A senhora saiu... deixou o Tribunal quando?

Adriana Manso: É porque assim, na realidade, você não deixava ninguém, não é? No momento que estava implantado, outra equipe de operação, de... assumia o acompanhamento e nós éramos deslocados para outro projeto. Como minha parte era mais de desenvolvimento e havia uma demanda muito grande dentro do Estado de Pernambuco nessa época, provavelmente eu fui desenvolver um outro projeto em outro órgão.

João Carlos – O pedido que o Tribunal fez, a senhora tem ideia se era mais amplo ou se era exclusivamente para área de primeiro grau ou tinha ainda para o Tribunal, recursos humanos, outros pedidos maiores?

Adriana Manso: Isso aí já fazia parte do plano de informatização, mas assim, o pé inicial visava apenas a distribuição de processos de primeira instância.

João Carlos – Nas minhas pesquisas, o contrato foi assinado por desembargador Gabriel em 30 de Janeiro de 1984 e, depois, desembargador Benildes, que assumiu no dia 1 de fevereiro, deve ter assinado atos ou o termo aditivo a esse contrato para especificar mais.

APÊNDICE D

Entrevista de Marlon Rodrigues Soares, realizada em 12 de setembro de 2019.

Local: Sede da Procuradoria Geral do Estado, bairro de Santo Antônio, Recife – Pernambuco
- Brasil

190212_004

João Carlos (JC) – Entrevista com o senhor Marlon Rodrigues Soares, também foi funcionário do CETEPE, depois FISEPE e a ATI, para o mestrado de História Profissional da Universidade Católica de Pernambuco falando do processo de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco. Senhor Marlon, por favor, seu nome, profissão, empresa em que trabalha hoje e no que trabalha.

Marlon Soares: Eu sou Marlon Rodrigues Soares, hoje eu sou gestor de T.I da ATI, Agência de Tecnologia de Informação do Estado de Pernambuco, trabalho na área de suporte a banco de dados, administrando bancos de dados, gerenciadores de bancos de dados. Minha formação é em informática.

JC – O senhor foi ao Tribunal em que momento e como se deu essa chegada lá no TJPE?

Marlon Soares: Olha, na verdade, eu era da equipe de programação do CETEPE e aí, quando Adriana estava iniciando a parte de... que já tinha ido buscar o sistema, Adriana pegou e colocou eu e Cléa, né? Para a gente iniciar a ver... Para ver os programas, como eram, eu entrar na lógica da rotina de distribuição, para ver se a gente precisaria fazer talvez alguma adequação para a realidade do Tribunal daqui. A gente mexeu na rotina para ela fazer a distribuição, eu entrei mais na área de técnica mesmo de programação. Na linguagem NATRO e alguma coisa de COBOL também. Eu era mais na parte técnica mesmo, no Tribunal só fui algumas vezes, poucas vezes...

Adriana Manso: Adequando o sistema de fora para a realidade de Pernambuco. Então, Marlon pegou essa parte, de analisar os programas e introduzir novas rotinas.

JC – O senhor ficava sempre na CETEPE ou fez visitas ao Tribunal para conhecer como se dava o espaço físico, o pessoal, logística?

Marlon Soares: Eu ficava mais no CETEPE mesmo, eu era mais ligado à área de programação mesmo, a parte de coleta de informação, de necessidades, tudo era a equipe de Adriana que fazia, e a gente pegou o miolo do sistema que veio de lá, a ideia da rotina de distribuição, depois foram feitos outros modos, modos de tabela... os outros modos que a gente acabou fazendo mesmo.

Adriana Manso: Na realidade, eram ele e Valéria, ela na época era programadora. Aí os dois se responsabilizavam por essa área de análise de programa e adequar às novas rotinas.

Marlon Soares: Na realidade, muita coisa foi feita mesmo. Muita coisa foi feita mesmo, que a gente pegou muita ideia, mas muita coisa não era bem a realidade que se queria no Tribunal. Aí levantava e a gente foi fazendo, desenvolvendo para a implantação.

Adriana Manso: Nós não fizemos o fluxo de dados da realidade de Pernambuco? Aí a responsabilidade deles em uso aqui do sistema, como atender a esse fluxo aqui. Aí então eles introduziram rotinas novas, tabelas novas...

Marlon Soares: Muita coisa foi feita novo mesmo. Inclusive, tinha uma parte, que era a entrada dos processos, que era online, mas tinha uma parte dos processos antigos que tinham que entrar também, que foi toda uma rotina que foi feita para fazer em COBOL, né? Que foi o que Greg depois entrou, que continuou a parte que eu estava desenvolvendo de... Que aí Clea desenvolveu toda a parte dos programas, que eu escrevi os programas em COBOL também. Aí era uma parte que era online, que eram os processos novos que iam entrando, mas tinha toda uma demanda da entrada dos antigos, que já estavam distribuídos. Aí esses aí foram feitas rotinas em outra linguagem COBOL, para processamento em batch para dar entrada em grande volume, né. Aí teve isso aí também.

JC – A senhora Valéria falou que dava também os treinamentos, inclusive no auditório do CETEPE, o senhor participou junto com ela desses treinamentos para as pessoas do Tribunal? A distribuição não, que eram poucas pessoas, aí treinavam lá mesmo, mas os chefes de secretaria, que antigamente eram chamados de escrivães, que trabalhavam nas varas?

Marlon Soares: Não. Esse tempo que eu fiquei até quando foi implantado o sistema. Foi implantado o sistema, aí Valéria... Até queriam que eu fosse também para o Tribunal... Aí Valéria foi para o Tribunal para fazer esse trabalho. Eu fiquei no CETEPE, porque na realidade o CETEPE estava precisando de gente no suporte, porque pessoas do suporte estavam saindo, suporte do banco de dados, né? Aí precisa de gente no suporte técnico do banco de dados do CETEPE. Aí quando deu... Aí meses depois, uns seis meses depois da implantação eu me desliguei do INFOJUS e fiquei mais voltado mesmo à parte de administração de bancos de dados do CETEPE, e Valéria que ficou no sistema.

Adriana Manso: Em paralelo, nessa época, tinha-se o modelo no Estado de descentralização das frentes de trabalho, chamemos assim. Então no momento que foi instalado o INFOJUS, uma equipe foi para lá para assumir o trabalho junto ao Tribunal. Então esse contato com a FISEPE, com o CETEPE, na época, era mais na necessidade de ajustar algum sistema que dependesse do equipamento de grande porte. Porque lá o pessoal começou a ganhar sua

autonomia, como é hoje. Uma coisa totalmente desvinculada da ATI, né. É por isso que nós... Se Valéria ia lá dar treinamento nós tínhamos uma sala grande de treinamento, mas nós não éramos mais envolvidos.

Marlon Soares: Meu envolvimento no caso era dar suporte ao ambiente de banco de dados, onde estavam armazenadas as informações e o ambiente que roda, que é esse ambiente daqui em que os programas rodam, que é o ambiente NATRO, então dar suporte para manter isso funcionando como é até hoje. Eu até hoje estou lá, fazendo, administrando os bancos de dados do Estado.

JC – O senhor tem ideia de quando esse banco de dados que dava apoio ao Tribunal desvinculou e ficou tudo a cargo do Tribunal?

Marlon Soares: Quando deixaram efetivamente de usar? Não. Não porque o que eles implantaram... eles implantaram um outro sistema lá e foram fazendo a migração dos dados. Aí teve umas duas vezes que houve um problema lá, que me chamaram porque eu conhecia como eram as tabelas, que eu fui e auxiliiei para que eles pudessem exportar os dados para fazer uma carga nos sistemas, que estavam lá os sistemas em Unix. Então eu fui umas vezes, umas duas ou três vezes auxiliar tecnicamente e depois se parou de usar. Aí quando eu não sei, tanto que ele ainda está no ar. Para mim ele ainda está no ar, agora quando parou de usar eu não sei.

Adriana Manso: Na realidade, a equipe do CETEPE se envolveu na criação do sistema do Tribunal de Pernambuco. Deixou instalado, deixou funcionando, com equipe própria do Tribunal. Deu o conhecimento, chamemos assim, o conhecimento ficou dentro do Tribunal. E aí, com a ida de Valéria, que dominava o sistema pelo CETEPE, ela realmente desenvolveu depois internamente e aí a desvinculação natural com o CETEPE porque o dia a dia era diferente, né? A demanda diária é diferente.

Marlon Soares: No caso para a gente é um cliente como os outros. O sistema está em produção, a gente tá mantendo, tem todos os backups, políticas de segurança, assim como tem dos outros.

JC – O senhor tem noção do grande projeto em que estava se envolvendo a partir do momento que resolveram informatizar o Poder Judiciário.

Marlon Soares: Não sei se eu tinha, não.

Adriana Manso: Tinha-se que era uma coisa nova, por isso que o trabalho foi roubado.

Marlon Soares: A gente tinha, sabia que era uma coisa importante, nova. Importante para o governo, para o momento do CETEPE, porque na época tinha saído também Compesa, Bandepe, aí o Infojus tinha sido um dos pilares de sustentação do CETEPE e a gente se

empenhou um bocado para que desse certo. A gente se empenhou muito, de dedicação mesmo, para fazer da melhor forma possível, para chegar lá do outro lado funcionando. Nesse sentido, sim. Agora, ter uma visão ampla do que é a informatização, aí eu não sei se eu tinha, não. Era tudo menino, eu era cabeludo, barbudo... Violão eu ainda toco...

JC – E o senhor olhando hoje a situação dessa informatização que houve no Poder Judiciário, que ideia o senhor tem da contribuição social desse trabalho que o senhor participou lá atrás, na década de 80?

Adriana Manso: Oh, para quem está dentro lá são as perguntas básicas, para a gente que fez uma contribuição, não sabe nem o tamanho dessa contribuição...

Marlon Soares: Olha, eu não tenho uma noção exata da dimensão. Eu sei que foi uma semente plantada e que teve continuidade. E que, se na época diziam assim, era lento... É porque os recursos, da época, de equipamentos, eram aqueles. Os mainframes que a gente tinha de memória e disco eram menores que um celular. Se for analisar assim na capacidade de processamento, de disco, mas funcionava. Lá era lento porque transmitiam via telefone, os links, né. Eram um negócio... Internet? Não sabia o que era internet não. Com os recursos que se tinha foi dado o melhor possível. Essa semente foi plantada... Eu acho que tem uma colaboração porque hoje a informação é uma coisa fundamental. Então, começou a se colocar em meio magnético, em meio digital, as informações. Depois que começa, não para. Nesse sentido, foi uma semente inicial, que depois não tinha como a gente não continuar. A máquina da gente quando começou a ficar lenta, aí já arrumaram verba para botar outra lá, a mudar os dados, a gerar outro sistema, de gerar uma coisa melhor. A essa parte de recursos humanos deve ter tido algum empurrão porque colocou a parte de processos, começou a informatizar, então vamos informatizar as outras coisas também... É tudo uma cadeia de acontecimentos, então, nesse sentido, tem, mas dizer que naquela época eu tinha ideia do que era? Tinha nada.

JC – Nas minhas pesquisas, também, eu vi que o CETEPE... Eram demandados recursos financeiros e havia um empenho do Executivo para que esses recursos chegassem às mãos do CETEPE devido aos grandes projetos que eram envolvidos com as várias secretarias. Então, nesse cenário, a senhora, que esteve lá diretamente no Tribunal, viu alguma dificuldade em termos de aquisição de equipamentos para começar a implantar esse Infojus?

Adriana Manso: Não. Na época, vinha um investimento muito grande em cima do CETEPE, para que o CETEPE realmente fosse um órgão central de informática de todos os órgãos do Estado. Inclusive os equipamentos que foram lá colocados eram um incentivo à produção local, porque eram equipamentos nacionais. Fabricados aqui em Pernambuco, que eram os marca Corisco, nem sei se ainda hoje existe.

Marlon Soares: Nessa marca não, mas a empresa continua.

Adriana Manso: A empresa é a Elógica, né? A Elógica continua... Mas também foi um incentivo à produção de Pernambuco. Assim... Nós éramos uma empresa mista e havia grande investimento do Estado, né. Se você olhar, não faltavam recursos para informática, não.

Marlon Soares: O CETEPE era um centro de referência técnica, de boas práticas, de documentação, de... Era um centro de referência, que eu me lembro que quando eu fui trabalhar lá. Eu fui em 84, cheguei lá em 84 e eu fui sabendo que eu estava indo, em termos de informática, era topo. É tanto que, na Terrabyte só tinha no Nordeste Valnorte e CETEPE. Celpe, essas coisas assim só foram muitos anos depois...

JC – E a formação do senhor foi aqui em Pernambuco ou em outro Estado? Em termos de conhecimentos de informática.

Marlon Soares: Eu me formei em São Paulo, na Faculdade de Tecnologia, FATEC. Basicamente é curso de programação COBOL, programação COBOL já entrava no mercado. E aí as outras formações eu tenho mais certificações. Aí eu tenho certificações de Oracle, de outras coisas.

JC – É porque olhando as Universidade, aí em 79 é autorizado o curso de Computação na Universidade Federal de Pernambuco. Já em 84 é que a Católica tem o seu primeiro curso reconhecido, e a UPE só em 2004, então existia uma carência, né?

Marlon Soares: Mas a FATEC não era faculdade, era uma faculdade de tecnologia como se fosse um ensino intermediário, era faculdade de tecnologia, como se fosse uma formação técnica. Porque não existia o termo Informática, era processamento de dados. Era um curso técnico intermediário.

Adriana Manso: É porque o meu conhecimento da informática, foi o meu primeiro emprego aqui no Brasil e em Pernambuco também, foi no CETEPE, eu tinha trabalhado em Angola na Junta Autônoma de Estradas de Angola. Tinha trabalhado com FORTRAN3, com o 4, tinha um conhecimento já de desenvolvimento. Nós lá desenvolvíamos trabalhos em cima de estatísticas de estradas e de acidentes nas vias de Angola, então isso foi o que me abriu a porta pela área de informática, era o conhecimento que eu trazia de África. Porque todos os meus colegas eram da área de engenharia, porque engenharia naquela época estava em baixo astral. Havia poucos empregos. Então os meus colegas eram engenheiro químico, engenheiro civil, também, engenheiro mecânico. Eram tudo da área de engenharia, que começaram pela curiosidade de entrar na área de informática, sabe? Depois começaram a aparecer os cursos.

JC – Essa mudança de CETEPE para o FISEPE, se lembram quando foi que aconteceu? Porque primeiro a diretoria do projeto de informática que foi para o FISEPE, e o CETEPE continuou, é isso?

Adriana Manso: Eu não estou lembrando não.

Marlon Soares: É de quando você veio me convidar para vir para o FISEPE, mudou matrícula e tudo.

Adriana Manso: Foi mesmo? Nem me lembro. E teve a PERPART, foi?

Marlon Soares: Foi. Alguns foram para a FISEPE e foram os outros para a PERPART

Adriana Manso: Isso não foi na ATI, não?

Marlon Soares: Não, a ATI já foi depois.

Adriana Manso: É porque quando nasceu a FISEPE foi antes de 88, mas houve um movimento de não ser Fundação por causa da autonomia que ela tinha como empresa mista, pelos investimentos que ela podia fazer, salários eram diferenciados e o atendimento aos órgãos também. Aí acho que foi nessa época o modelo de descentralização que se implementou com mais força. Foram pessoas para os órgãos e os que sobraram foram para a PERPART. Foram criados os núcleos de informatização de cada órgão.

Marlon Soares: Ficaram alguns na FISEPE, a gente de suporte, alguns assim centralizados e cada secretaria criou os núcleos de informática, os NSIs, núcleo setorial de informática. Aí saiu espalhando.

Adriana Manso: Aí mudou. Um novo modelo, né? Porque o CETEPE era centralizado e o crescimento da informática estava grande, a reclamação dos usuários, maior ainda. Porque todo programa era desenvolvido no CETEPE, toda análise era feita pelo CETEPE. Então houve esse movimento de criar um modelo descentralizado. As máquinas de porte ficariam e os desenvolvimentos que envolvessem vários órgãos, e iam os núcleos desenvolver as demandas locais.

Marlon Soares: Cada secretaria, cada local, tinha o seu núcleo. E tinha o da FISEPE, e os que não estavam nesse daí ficaram na PERPART.

JC – Senhor Marlon, me diga, por favor, o nome técnico para a tela que o senhor está mostrando.

Marlon Soares: É a tela de... Essa aqui é a primeira tela do sistema. A pessoa quando entrava no Mainframe, dava lá T1, dava usuário, a senha e caía nessa tela aqui do INFOJUS. Aí quando dava entra aqui, ele já caía no próprio menu que ele tinha direito.

Adriana Manso: Tu consegues abrir ainda?

Marlon Soares: O menu? Talvez. Capaz de eu entrar... Isso é a tela principal.

Adriana Manso: O usuário chegava lá, dava sua senha, o seu login, aí ela abria as funções que o sistema oferecia.

Marlon Soares: Conforme o perfil de cada usuário ele entraria no modo que ele teria acesso. Essa primeira tela é a tela de startup do sistema. A tela startup do INFOJUS.

Adriana Manso: Tem mais alguma coisa aí?

Marlon Soares: Não sei.

Adriana Manso: Não sabes?

Marlon Soares: Não sei se está ativo. Que tá, tá, agora se funciona... como tá...

Adriana Manso: Eu não tenho isso aí para acessar mais e se tive já nem me lembro...

JC – Senhor Marlon está fazendo o teste na base...

Marlon Soares: Olha quem é o autor... Marlon, 22 do 9 de 1986

JC – Ah, eu quero tirar essa foto.

Marlon Soares: Deixa eu ver aqui, isso aqui é a tela...

JC – Eu tenho muita coisa de Diário Oficial do CETEPE, se quiser um mando para a senhora.

Adriana Manso: Manda!

JC – Porque aí não tem que pesquisar tudo de novo...

Marlon Soares: Aqui, ele chamava para uma tela que pedia o usuário e a senha e aí depois, ó... Tem até cada módulo... Eu documentava tudinho, controle de armas, CEJA, vara da infância, prefeitura... Cada módulo. Eu posso entrar no menu de cada módulo, aqui. Vamos ver controle de armas...

190912_005

Adriana Manso: Mas já faz tanto tempo, segundo o Tribunal cresceu com suas próprias pernas, né? Então é um filho que se vai. Foi uma fase da vida que passou, não é? Então, assim, quando você me convidou a fazer essa entrevista... Aí eu... Digo meu Pai do céu, como vai ser retornar ao passado, não é? Porque eu não me lembro. A vida vai passando, outros desafios vão surgindo... Mas foi bom o exercício. Eu gostei, muito rápido que eu olho as minhas coisas. Porque no momento não está muito facilitador, mas consegui recuperar uma informação do Tribunal e foi gostoso, me incentivou a buscar mais uma informação para lhe ajudar, sinceramente. Foi gostoso.

JC – Senhor Marlon, como foi reativar essa memória em relação à sua história da década de 80 para cá, em relação à CETEPE.

Marlon Soares: Não sei. Porque a gente teve... Foi logo quando eu cheguei... Eu cheguei no CETEPE em final de 84, aí no ano de 85 eu me destaquei na área de programação, né. Eu

virei assim, bombeiro. Toda vez que dava um rolo, uma bronca, cola Marlon pra sair do outro lado, né? Aí Marlon, vai la... Aí Adriana estava iniciando o... Ela me chamou para participar disso aí. Ela chamou a gente e me deu um bolo de papel assim das listagens para eu começar a me entender, eu comecei a entrar. Então, para mim, também, foi uma oportunidade de eu pegar uma tecnologia nova para trabalhar, que era novidade. Porque eu era programador COBOL. Em São Paulo, era o seguinte, minha formação, em 78, quem fizesse um curso bem feito de programação COBOL estava empregado. Que foi o meu caso, eu fiz um curso de COBOL e estava empregado. Eu cheguei, eu passei em um concurso no CETEPE para programador. Aí, para mim foi uma oportunidade para eu entrar na área de banco de dados e NATRO. Lembrar disso agora, eu já tenho 35 anos... Rapaz tem tanta história, rapaz. Aconteceu tanta coisa, mas... Olha, é bom quando a gente mete a cara num projeto e ele acontece, porque a gente já viu muita coisa de a gente fazer e não acontecer. Eu não gosto de reunião, não. Agora, se você me chamar para fazer uma reunião técnica, para dizer o que vai fazer, para botar para frente, pode contar comigo. Ela sabe disso. Pode contar comigo, a gente vai botar para frente para fazer o que for preciso fazer. Para empurrar com a barriga, nem me chame. Então é bom a gente fazer... E, na época, o CETEPE começou a desmanchar, né. Saiu a CELPE, saiu a Compesa, era Celpe, Compesa, Bandepe e Administração, que eram os eixos. Os pilares, o dinheiro que entrava, que mantinha... A empresa era mista, né? Aí saiu Celpe, saiu Compesa, o Bandepe. Aí chegou... Era o INFOJUS, era o Tribunal. Aí eu estava nesse projeto. Foi importante, foi importante, tá? Aí era a equipe da Adriana lá... (risos). A equipe de Adriana, né... Então, é bom a gente lembrar de tempos assim que a gente era tudo junto. Botava para fazer, vamos fazer, vamos. Virava a noite para trabalhar e pronto.

Adriana Manso: Eu só não lembro quem era presidente na época, se era... Ricardo Samico.

Marlon Soares: Ricardo Samico foi depois.

JC – Em 84 era um outro senhor, era o senhor Paulo...

APÊNDICE E

Entrevista de Giovanna Schettini, realizada em 31 de maio de 2019.

Local: Restaurante Café Café – Av. Cons. Rosa e Silva – bairro da Jaqueira, Recife – Pernambuco - Brasil

190531_001

João Carlos (JC): Entrevista com a senhora Giovana Schettini, que trabalhou no Tribunal de Justiça, servidora efetiva desde 1984, sobre o processo de informatização do Tribunal de Justiça para o trabalho de mestrado deste entrevistador. Bom dia, senhora Giovana, me diga sua qualificação, nome, formação, cargo que ocupa no Tribunal.

Giovana Schettini: Bom dia, meu nome é Giovana Schettini, eu sou formada em Comunicação Social, depois em Direito, tenho pós-graduação e estou cursando mestrado, sou analista judiciário e trabalho hoje no comitê gestor do PJe.

JC: Como foi a sua trajetória no Tribunal de Justiça a partir de sua posse?

Giovana Schettini: Inicialmente eu trabalhei na Corregedoria. Em 86, quando o Desembargador Mauro Jordão assumiu a Corregedoria, ele, com a intenção de informatizar o primeiro grau, me chamou. Eu me ofereci, na realidade, para trabalhar na informática e daí já comecei a participar dos treinamentos do primeiro sistema, que se chamava Infojus. Então dois dias eu ia para o CETEPE e três dias ficava na Corregedoria. A partir de abril de 86, eu já fui trabalhar com o Desembargador... Oh, na época era Juiz Geraldo Og, que era o coordenador de informática. Em 87, dezembro de 87, foi implantado o sistema Infojus, onde eu trabalhava na unidade de distribuição. Esse sistema era dividido em três setores, a UDA, que era a unidade de distribuição, a CI, que era Central de Informação, o público e advogados iam pegar o andamento do processo e a URM, que era o movimento dos processos. Então as secretarias, as varas mandavam, preenchiam formulários onde era digitado pela URM. Em 88, esse núcleo de informática, Núcleo de Organização e Sistema, NOS, ele até 88 era vinculado à Corregedoria. A partir de 88, quando Mauro Jordão assumiu a presidência, passou esse núcleo para ficar ligado à presidência.

JC: Então seu trabalho em termos de implantação de sistema foi sempre com o primeiro grau?

Giovana Schettini: Sim, sempre com o primeiro grau. Exceto que depois que foi... Eu saí de trabalhar da distribuição, eu fui integrar o grupo de desenvolvedor, de programador. Então, no início, era em relação à Infojus, no primeiro grau, depois eu fui colocada a fazer alguns

relatórios no segundo grau, mas depois voltei para o Juizado. Mas minha área maior é com o primeiro grau.

JC: Ah, então a senhora participou do processo de informatização do Juizado também, a partir de quando?

Giovana Schettini: 95, eu acho. Eu me lembro que Doutor Og, ele era... Foi logo quando lançaram essa... A lei do Juizado. E eu participava das reuniões e fiz levantamento de dados para melhorar o sistema, mas salvo engano o sistema do primeiro sistema do Juizado era de fora, não sei se era de Minas Gerais. Porque, vale salientar, Infojus foi um sistema que veio de Minas Gerais adequado para o nosso Tribunal de Justiça, no primeiro grau. Eu participei pouco do Juizado.

JC: Em relação ao segundo grau, nesse período, a senhora não atuou?

Giovana Schettini: Não, eu me lembro muito assim... Que tinha um sistema que foi desenvolvido pela Cobra, no segundo grau, que era um sistema bem rudimentar, ele não tinha cê cedilha, não tinha til, isso incomodava muito os desembargadores. Eu fiz curso na Cobra, mas efetivamente trabalhar mesmo, o segundo grau não foi muito minha área.

JC: O Plano Diretor de Informática feito por um grupo multidisciplinar e coordenador pelo, na época, Juiz Og Fernandes, em 1985, a senhora teve conhecimento, leu esse plano ou alguém lhe falou sobre esse plano?

Giovana Schettini: Eu lembro, mas assim, eu sei que existiu, mas eu não me lembro de ter ele. A posse dele. Inclusive eu vou até olhar, porque eu tenho um bocado de coisa dessa trajetória, pode ser que esteja lá nas minhas coisas, mas faz tempo, né.

JC: Quando implantavam o sistema ou então traziam essas novidades para o Juizado mesmo, sempre lhe diziam que estavam obedecendo a esse Plano Diretor de Informatização do Judiciário?

Giovana Schettini: Sim. Tanto o Infojus como o Juizado, eles sempre diziam que o norte era justamente esse Plano Diretor, mas eu não me lembro de ter lido tão afincado ele assim, ter dominado o conteúdo dele não.

JC: Nessa trajetória algum momento levaram a senhora para viajar e conhecer outros sistemas em algum outro estado?

Giovana Schettini: Sim, eu acho que foi em 88 para 89, foi uma comitiva, Desembargador Mauro Jordão, o então Presidente, o Juiz Geraldo Og, na época era Juiz, eu, uma colega que trabalhava também com o Infojus, Alcione, fomos a São Paulo e ao Rio Grande do Sul em busca de procurar melhorar o sistema daqui de controle processual.

JC: E qual foi a sua impressão em relação aos sistemas desses dois estados? Eram mais evoluídos ou estavam em um patamar inicial também?

Giovana Schettini: Eram mais evoluídos, inclusive eu me lembro que eu fiquei impressionada com a grandiosidade de São Paulo, que, já na época, tinha um prédio Cível e um prédio Criminal. Era, assim, um volume espantoso.

JC: A sua escolha para trabalhar nessa área de informática se deu também com outros colegas? O Tribunal começou a preparar seus próprios servidores, sem depender daqueles do CETEPE, em que momento?

Giovana Schettini: Em 86, eu, a minha história que eu procurei o Desembargador Mauro Jordão, quando ele era Corregedor, porque eu fazia, por fora, cursos de programação. Aí ele se interessou com o meu currículo e me colocou para trabalhar com Doutor Og. Em meados de 86, quando foi dado posse a vários colegas: Alcione, Marcos, Giselda, Carlos... A cada vez que era dado posse, era perguntado se tinha interesse para trabalhar no setor de informática, com sistema. Aí foi criado esse grupo, esse grupo era Marcos, Carlos, Giselda, Alcione, Solange, Nelbi e outras colegas, que agora me fogem da memória, mas foi um grupo que foi dividido nessas três unidades: UDA, URM e CI.

JC: Os treinamento, como é que se davam para a senhora se adequar, se atualizar com esses sistemas que pretendiam implantar ou foram implantados?

Giovana Schettini: Em 86, eu participei de todo o treinamento juntamente com Valéria e outros Analistas, tinha Adriana também. Eu ia ao CETEPE, foi quando eu comecei a aprender o sistema, depois eu ficava na sala com o Desembargador... O Juiz Geraldo Og, na época, né, porque agora é Ministro. Lá a gente começou a alimentar as tabelas do sistema. Então 86, meu trabalho foi, em 86 e 87, foi alimentação, conhecer e alimentação. Participei junto com Valéria e outros colegas num treinamento do pessoal da Secretaria de como seriam as movimentações e os próprios distribuidores, como eles iriam preencher. Porque a gente tinha: os distribuidores recebiam os advogados e ali qualificavam o processo, botavam a classe, o assunto, botavam os dados das partes, para a gente, na UDA, fazer a transcrição dos dados, para aí o sistema distribuir. Então assim, eu participei, fui treinada pelo CETEPE e depois participei ajudando no treinamento das secretarias.

JC: Isso na década de 80? Final de 80?

Giovana Schettini: É. 86, 87. Antes da implantação... Dezembro de 87.

JC: E posteriormente, como é que se davam os treinamentos? Quem patrocinava era o próprio Tribunal? Contratavam o pessoal?

Giovana Schettini: Não houve muito treinamento, não. Porque a Secretaria, ela preenchia os formulários, inclusive, na época, a gente tinha no salário da gente uma gratificação de 100% e tentou se atrelar essa gratificação às movimentações para forçar que as secretarias mantivessem o sistema atualizado. Porque havia resistência, né. Porque de qualquer jeito era mais um trabalho que o pessoal tinha, que era preencher, movimentava fisicamente e ainda tinha que preencher esses documentos. Depois teve um... Depois que foi implantado em dezembro de 87, foi contratado um pessoal de fora para cadastrar todos os processos criminais e aí que foi a bronca. Porque pegavam os processos, esse pessoal ficava numa sala no CETEPE orientado lá pelo pessoal analista do CETEPE, eu não sei se tinha alguém da secretaria, mas depois a gente descobriu muitos erros de cadastramento. Isso aí foi, eu acho que foi uma coisa muito ruim, porque os dados vieram errados. Era, inclusive, depois a gente descobriu que tinha testemunha que foi cadastrada como acusado.

João Carlos: A senhora falou sobre resistências, como é que se configurava essa resistência dos servidores com essa nova forma de trabalho?

Giovana Schettini: Simplesmente eles ignoravam e não atualizavam o sistema. Então o sistema começou a cair em descrédito porque, quando a gente dava a informação na CI, quando o advogado, a parte, ia no processo, estava desatualizado. Então a gestão, o Judiciário, tentou atrelar justamente essa gratificação à movimentação para que o sistema vingasse, para que o sistema viesse a se firmar. Inclusive depois já de alguns anos eu soube que quando houve a informatização cível, que botaram o próprio sistema para lá, foi bem melhor a aceitação, mas sempre tem a resistência.

João Carlos: Em relação aos magistrados, a senhora teve conhecimento de alguma resistência? Em relação à implantação desse sistema?.

Giovana Schettini: Sim, sim. Apesar de que os magistrados em si não participavam porque era a secretaria que preenchia os documentos. Mas, no Tribunal de Justiça é histórico que tanto os servidores como os juízes, logo que se deparam com uma modificação, eles se retraem. Agora tão até melhor, mas há uma resistência maior.

JC: As vantagens desse sistema, na época, a senhora tinha a impressão... Que vantagens traziam para o advogado, para o cidadão, implantando, informatizando a tramitação processual?

Giovana Schettini: Veja, a vantagem é que o Tribunal começou a ser uma instituição mais transparente, onde podia a parte ir buscar a informação, porque eu acho que na época não tinha ainda o site do TJ. Por exemplo, não precisavam fazer mais o livro de... como é que chama, o livro de tomo, porque o sistema gerava. Então trouxe alguns benefícios, mas foram

pequenos para... eles reclamavam muito porque era esse retrabalho de ter que informar as movimentações, mas foi o início, né? Foi o iniciozinho de a gente modernizar o Tribunal, o Poder Judiciário no primeiro grau.

JC: Então essa informatização, nesse início, na década de 80 foi mais um controle da movimentação do processo e da distribuição?

Giovana Schettini: Exatamente, era a maior, a maior benefício que ele trouxe foi a aleatoriedade da distribuição e a garantia de que não havia direcionamento. Então, na época, o Juiz Geraldo Og, que era o coordenador, ele pegava os relatórios de distribuição, ele sempre fazia as auditorias, o acompanhamento. Realmente só servia mais para isso e para manter a movimentação em dia, era um controle processual rudimentar, mas a maior vantagem mesmo era na distribuição. Já, naquela época, já reclamavam da distribuição direcionada.

JC: Cuidavam só das varas da capital Recife ou envolvia outros municípios, Jaboatão, Caruaru, Petrolina?

Giovana Schettini: Infelizmente, o Infojus nasceu em dezembro de 87, morreu em 99, só servindo à capital de Pernambuco, só. Nunca saiu de Recife.

JC: As outras unidades não eram beneficiadas e continuavam no trabalho manual?

Giovana Schettini: Sim, continuavam no trabalho manual. A implantação desses outros locais começou com um outro sistema, que se chamou Judwin.

JC: A senhora participou da implantação do Judwin do primeiro grau?

Giovana Schettini: Sim, também. Foi inaugurado em Olinda, como comarca modelo, em 19 de abril de 99 e foi realmente, assim... Foi, na época o Presidente era... Etério Galvão, né? Etério Galvão... A gente implantou, em julho foi substituído o então Infojus, na capital, pelo Judwin. Esse era o maior benefício que a gente tinha. Correr contra o tempo por conta do bug do ano 2000, porque o Infojus não ia suportar o ano 2000. Então a gente começou por Olinda, amadureceu o sistema Judwin e correu para Recife. Aí depois foi espalhando o Judwin até na gestão de... Jones Figueredo, que a gente implantou as 151 comarcas com o Judwin. Totalmente informatizado.

JC: Conflitos, a senhora presenciou conflitos pela chegada dessa, por assim dizer, modernidade no Judiciário desde a década de 80?

Giovana Schettini: Muitos, muitos conflitos, assim... No Judwin mesmo, quando a gente entrou em Olinda... Aliás, o Judwin toda vez que chegava numa comarca, muitos colegas saíam da comarca, se aposentavam, tinham horror ao sistema, ficavam com medo dos controles e das novas diretrizes do sistema, porque ia ter várias coisas que eram feitas. Cada

um fazia de um jeito e ia ter uma nova normativa que o sistema veio regularizar, então houve muito problema, muito problema mesmo.

JC: Em algum momento se pensou um projeto para melhorar essa recepção pelos servidores, quebrar essa resistência, diminuir esses conflitos?

Giovana Schettini: Sim, a gente, a informática, juntamente com a DRH, a SGP, foi feito... Toda vez que a gente ia entrar numa comarca ou em várias comarcas, ia um grupo. Tinha a semana de sensibilização, então buscava sensibilizar, mostrar os benefícios, tirar aquele terror que é do novo. Isso foi muito importante, facilitou muito o trabalho da gente quando a gente ia dar o curso. Porque no começo, quando não tinha, às vezes a gente chegava e não era muito bem recebido. Depois, com essa parceria com a SGP, foi muito importante e amenizou muito, muito mesmo.

JC: A DRH e a SGP que a senhora fala... qual é o órgão mesmo?

Giovana Schettini: DRH é a Diretoria de Recursos Humanos ou Secretaria de Gestão de Pessoas.

JC: Em relação a quebrar esse medo do novo, a senhora presenciou situações onde os servidores realmente se expuseram com relação a essa modernidade que estava chegando com a informatização?

Giovana Schettini: Nesses encontros que ia o psicólogo Geraldo Melo, ia Ana, Ana Cantarelli... Karla, Karla Cantarelli, tinha outras colegas também... Então muitos diziam que tinham medo que... O que esse sistema era? Que iam aprender e não iam saber fazer, não iam conseguir trabalhar, que isso era mais uma forma, uma ferramenta para ser fiscalizado pelo Tribunal, que não era uma coisa boa. Então a gente tentava, principalmente eles que são dessa área, tentavam minimizar e mostrar que não era bem assim e mostrar os benefícios. Então era uma parceria muito boa porque eles atacavam psicologicamente, vamos dizer assim, e a gente entrava mostrando as vantagens que o sistema ia trazer.

JC: Então o trabalhar o medo do novo foi uma boa estratégia para poder implantar a informatização no Tribunal a partir do final da década de 90?

Giovana Schettini: Foi, foi uma ótima estratégia, melhorou muito. Porque, no começo, em Olinda, em 99... Recife, a gente sofreu muito, muito, muito mesmo. Em outras comarcas também, quando não tinha sensibilização. Depois é quando a gente em conversa, em reunião, aí foi montado essa estratégia. Melhorou muito, muito mesmo.

JC: O... Foi concluído quando esse processo de informatização do Judwin no primeiro grau? No caso, porque a senhora só trabalhou no primeiro grau.

Giovana Schettini: Foi na gestão de Jones Figueredo. O diretor era Luis Carlos... Eita, Luis Eduardo e a gente implantou o restante, mas durante a implantação de 99 até o final... 2008, 2009, foram 151 comarcas. Aí teve vários desembargadores que patrocinaram né, essa... Teve, no meio do caminho, na época quando Ioná era diretora, ainda se chamava Diretoria de Informática, e aí, na tentativa de informatizar todo o Estado, salvo engano de Desembargador Napoleão, foi feito um mini Judwin, que trabalhava offline. A gente implantou. Eu me lembro o trauma de implantar em Moreno. Era discado, não chegava... Porque no Estado de Pernambuco tinha locais que não chegava o link. A Oi não conseguia colocar o link. Então colocou-se esse... Que a gente chamava Judwin offline, mas assim, para mim foi uma péssima experiência. Aí, graças a Deus, depois, quando o Estado de Pernambuco conseguiu oferecer o link, a gente substituiu. Aí quando encerrou, na gestão de Jones Figueredo, era 151 comarcas todas informatizadas com Judwin, com links etc. A informática vem sempre tentando melhorar os links, trabalhando para isso.

JC: Esse link que a senhora fala é um contrato direto do Tribunal ou é uma parceria com o Governo do Estado?

Giovana Schettini: É justamente a parceria com o Governo do Estado, que eu agora não me lembro o nome. PE conectado, né? Mas no começo não eram todas as comarcas que eram atendidas pela Oi, não. Agora parece que está para mudar de Oi para Claro, não tenho certeza. Era meio sofrido, né? A qualidade dos links...

JC: A senhora falou do Infojus, depois vivenciou o Judwin do primeiro grau e aí chega o PJE, a senhora participou desse processo, viu a chegada dessa nova forma de informatizar o Poder Judiciário?

Giovana Schettini: Participei, eu fui... Eu já estava trabalhando vinculada à informática, eu era gestora da parte do Judwin, né, da equipe que tomava conta, testava etc. Quando começou o PJE, eu fui chamada para participar de uma reunião no CNJ da distribuição e depois eu fui com João Carlos, a gente foi participar e quando eu retornei eu fui para o núcleo que ia tomar conta do PJE, porque o PJE nasceu no Juizado, 24º Juizado. Eu fui trabalhar com Andréa, com... Para justamente a gente alimentar, conhecer o sistema, então eu participei desde a ida da implantação do sistema do PJE, juntamente com as colegas e do treinamento também.

JC: A senhora tem conhecimento de que Pernambuco foi realmente o primeiro estado a aderir ao PJE, processo judicial eletrônico, patrocinado pelo Conselho Oficial de Justiça?

Giovana Schettini: Foi. Pernambuco foi o primeiro, pioneiro, entrou no 24º Juizado e logo depois o então Juiz responsável Fábio Eugênio, que hoje é desembargador, começou, não parou não. A cada mês, entrava um, dois juizados e foi, foi, foi. Todos os juizados cíveis hoje

estão informatizados, aliás, todas as varas cíveis do Estado de Pernambuco já estão com o PJE e no segundo grau recursal e segundo grau também.

JC: Essas várias formas de se dizer informatizar o Poder Judiciário trouxe melhoria, trouxe benefício? Porque passando um primeiro momento um controle dos processos e andamento deles e num segundo momento com o Processo Judicial Eletrônico já temos a virtualização de todo o processo, ele é todo virtual. Que benefícios a senhora vê nesse caminhar dessa informatização?

Giovana Schettini: O PJE quebrou paradigmas e modificou a forma de trabalhar no Judiciário. Eu acho que já é o... a gente deu um pulo na modernidade onde transformou o sistema... o Poder Judiciário bem mais transparente, onde modifica como agora os advogados, defensores e Ministério Público, eles fazem a parte deles, eles protocolam 99% das ações, eles fazem a juntada. Então, as secretarias foram modificadas, inclusive foram implantadas diretorias do primeiro grau, onde a diretoria cível toma conta das varas cíveis, tem a diretoria de família das varas familiares, então começa-se a ver uma nova forma de trabalhar. Não precisamos mais ter cada vara com uma secretaria, com seis pessoas. Então, o trabalho da secretaria foi unido na diretoria e aí vai precisar muito mais de assessores para auxiliar os juizes para que não haja nenhum gargalo. Então, assim, eu acho que o Judiciário, com o PJE, ele deu um avanço. Contudo, ele precisa modernizar a mentalidade dele.

JC: Nessa caminhada, da década de 80 até agora, os medos ao novo, a senhora sentiu uma mudança de comportamento do servidor? Qual era o medo que ele tinha lá em 80, 90 e qual o medo que ele tem agora, no início do PJE, lá na década... no início desse século?

Giovana Schettini: Inicialmente o medo maior era de controle, era de perder, porque eles dominavam, de perder, de deixar de ser importante. Agora, o que eu noto mais é o medo de perder o seu cargo. Estou fazendo mestrado, tenho vários colegas juizados que ficam sem saber qual vai ser o destino deles com o PJE, com a virtualização do processo, com a implantação de inteligência artificial que já se iniciou no executivo fiscal. Chefe de secretaria vão... esses cargos vão diminuir. Então eu noto que muitos deles têm medo justamente dessa mudança. “O que é que eu vou fazer no Judiciário? Se eu vou ser colocado numa diretoria...” Tanto que o Judiciário recentemente, sei lá quando foi, dois anos atrás, perguntou quem tinha o curso de Direito e quem não tinha, porque quem tinha o curso de Direito podia ir para a área-fim. Então isso, está havendo uma seleção no Poder Judiciário, porque quando eu entrei no Judiciário, o cargo que eu fiz concurso era nível segundo grau, depois passou a nível superior e nunca foi exigido realmente, para ser analista, o curso de Direito. Eu fiz porque realmente me deu interesse para fazê-lo, mas hoje em dia há um funilamento. Há uma... uma...

tão querendo, assim, melhorar o nível, eu acho, do servidor, mas ainda tem muita gente que não tem esse curso nem nada. Então eles ficam agora, o temor é “onde é que eu vou ser lotado? Que é que eu vou fazer no Judiciário com o PJE?” Porque é como eu disse, o distribuidor vai ser quase nada. Parte do avaliador continua, por enquanto, Oficial de Justiça, ok, continua. Diretoria vai... O chefe de secretaria, eu acho que vai se estender, essa ideia, esse modelo de diretoria vai ser cada vez mais implantado, mais adotado. E aí? E os que estavam de chefe de secretaria? Vão ficar como? Vão para onde?

JC: Em relação ao benefício para o cidadão, socialmente, como está sendo melhorado por esse processo de informatização? A senhora fazendo esse percurso de década de 80 até o início do século agora.

Giovana Schettini: Veja, o PJE possibilita que a instituição, o Tribunal, faça o cadastro da parte e que ele tenha acesso ao seu processo com o login e senha. Infelizmente, até agora eu não vi nenhum movimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Para a parte em si, eu acho que ele ainda não consegue obter esse... ver esse benefício. Fora assim, só a agilidade. Mas, de ter acesso, ele ainda depende do advogado ou do defensor ou de ir lá na diretoria para saber, principalmente se for segredo de justiça. Porque se não for ele pode ver o que está acontecendo no resumo do processo, mas é muito resumidamente mesmo. Então assim, eu acredito que futuramente eles vão poder acessar e acompanhar mais de perto o andar do seu processo, não é? Apesar que não Justiça comum, para falar com o Juiz, 99% tem que ser o advogado, né? Mas eu acho que é a tendência da agilidade do processo. A transparência também, né? Porque está lá no site. Só que quando for segredo de justiça você tem que ir na diretoria.

JC: Em relação à década de 80, como se dá essa questão de melhoria para a população? A senhora já sentia também que, na década de 80, quando começaram a implantar, houve uma melhoria na prestação da Justiça?

Giovana Schettini: A melhoria houve porque, como eu disse, teve o controle na distribuição, evitando algumas manipulações, só que, naquela época, a população não era muito consciente ainda. Se ainda era aquela caixa preta para a gente que era funcionário, imagina para o público em si? Então o acesso não era fácil. Falar com o distribuidor... era tudo um protocolo, um distanciamento... então a área só para advogados mesmo. E assim, naquela época, foi um início, mas para eles, eu acho que eles não sentiram muito não, esse impacto, não.

JC: Em termos de equipamento, na sua trajetória, em algum momento a senhora sentiu falta desse equipamento, dessa atualização? Ou seja, o Tribunal sempre realmente investiu nos equipamentos necessários para o processo de informatização?

Giovana Schettini: Veja, no começo a gente tinha todos os terminais ligados. Teve, era pouco. Depois eu soube, quando eu já não era do primeiro grau, eu soube que foram implantados alguns terminais em algumas varas cíveis, ainda com o Infojus. Quando a gente implantava com o Judwin, foi fornecido. Infelizmente, tinha comarcas que não tinham os equipamentos mais modernos. Realmente, o CNJ, quando a gente foi para o PJE, ele fez um esforço. Ofereceu equipamentos, inclusive, cedeu equipamentos para que a gente adentrasse no PJE com todo o afinco, que foi o que o Tribunal fez. Inclusive a cada nova versão que o CNJ lança, ele fica esperando que o Tribunal implante logo, porque a gente tira um bocado de erro, para que o resto nacionalmente vá atrás. Então a gente é como um espelho para o PJE. Mas de vez em quando eu sinto que há uma necessidade, acho que por falta de dinheiro, né? Porque a crise do Brasil está grande. Agora mesmo, eu acho que já estaria numa época de trocar muitos equipamentos, mas não tem... Mas na sua maioria, eles fornecem. Equipamentos, impressora, scanner, tudo que é necessário para funcionar. Talvez não na quantidade que seria o ideal, mas fornece pelo menos o mínimo.

JC: Que palavra a senhora teria para esse, todo esse processo de informatização em relação ao atendimento ao cidadão, à melhoria da prestação jurisdicional, que é de fornecer a justiça, hoje?

Giovana Schettini: Olha, para mim, o Poder Judiciário melhorou muito com a implantação do CNJ, para mim foi ótimo. Porque os Tribunais nem sempre sabem o que querem. Então o CNJ veio como um norteador. Então hoje, no PJE, eu trabalho num comitê. Esse comitê é formado por desembargadores, por juizes e por pessoas competentes como Joselma, na área de Direito e Ioná, na área de Informática, uma equipe muito boa, apesar de pequena. É um trabalho constante na melhoria do atendimento. Constante. Agora, eu acho que o Judiciário ainda tem que melhorar muito para atender o público. Com a implantação desses acessos para a parte comum, sem token, para que eles possam acompanhar os processos.

JC: A senhora poderia esclarecer o que é o token mesmo?

Giovana Schettini: O PJE, Processo Judicial Eletrônico, ele é, ele não é acompanhamento de processo, ele é realmente o processo, então todos os dados são lá. Então para você assinar, você assina com um equipamento, o token, que é justamente o certificado de assinatura, e aí fica garantido que você protocolou, que você juntou um documento. A lei 11419, salvo engano, é a lei que permitiu o Processo Judicial Eletrônico, ele diz todas as regras e o funcionamento, o que é o processo. Todos os documentos que nasceram no sistema PJE, assinado com esse token, certificado digital, são originais. Os que são escaneados são cópias.

JC: Então, no final, a senhora entende realmente que houve uma melhoria em termos de agilidade e transparência, mas que tem que ter melhorias ainda para alcançar o cidadão de uma forma geral, sem depender do seu advogado?

Giovana Schettini: Sim, porque eu digo que o PJE nasceu com um projeto megalomaniaco. Ele nasceu querendo unificar um sistema que servisse a todos os tribunais nacionalmente. Infelizmente, isso a gente ainda não vê, porque o TRF tem o seu próprio, o de Trabalho tem o seu próprio muito mais avançado e o CNJ tem o nacional, que é o que a gente trabalha, aqui em Pernambuco. Ele precisa avançar em muitas coisas. Está para vir, justamente, uma versão que vai começar a tratar o processo criminal. Então é um sistema que ainda é novo, ainda está amadurecendo e precisa de muitas mãos para que ele amadureça e forneça um melhor trabalho para a parte.

JC: Lembrando o processo de sensibilização, esse trabalho de sensibilização, ele tinha um aporte de divulgação? A Diretoria de Recursos Humanos, à época, ela trabalhava com algum suporte como cartazes, panfletos, alguma coisa que ajudasse ao trabalho de vocês antes de começar a questão de ensinar o sistema para o servidor?

Giovana Schettini: Tinha, eu me lembro que tinha e a gente se reunia, eles entravam, eu me lembro que passavam filminhos para trazer o pessoal a pensar e depois aí faziam um trabalho de o que é que eles tinham de expectativa do sistema e só no final é que a gente entrava para responder as expectativas dos colegas e dizer o que é e como seria o treinamento. Tinha, teve todo esse apoio da SGP.

JC: Então teve todo um trabalho gráfico para poder mostrar, dar visibilidade a esse trabalho de sensibilização e posteriormente de vocês, né?

Giovana Schettini: Tinha uns banners, eu me lembro que tinha. Eles sempre faziam isso. Eles ajudaram muito.

JC: Ok, senhora Giovana Schettini, eu agradeço pela sua colaboração, espero contar com alguma complementação que for necessária e agradecer pela disponibilidade.

Giovana Schettini: Eu que agradeço, estou à disposição, qualquer coisa é só me procurar.

JC: Encerrando a entrevista com a senhora Giovana Schettini.

190531_002

João Carlos (JC): Senhora Giovana, qual foi a impressão, algum fato que ocorreu em relação na implantação de algum desses sistemas?

Giovana Schettini: Foi, na época, um treinamento do Judwin, que os juízes começaram na sala a fazer: “Ah, nós vamos ficar escravos do sistema, agora a gente vai ter que trabalhar na

máquina, isso vai prejudicar...”. Um dizia assim: “vou passar meu login e senha para o assessor colocar”. Aí eu disse: “Se eu fosse juiz, eu não passaria, e se eu trabalhasse com um juiz, eu não aceitaria, porque na hora de um erro, iria cair para o mais fraco”. Mesmo depois, juízes novos, eu vi juízes no treinamento, há uns 3, 4 anos atrás, não me lembro bem a data, vi juízes dizendo: “é, no interior não tem assessor, pois eu vou pegar o melhor servidor da secretaria para ser o meu assessor, para que ele alimente no sistema”.

JC: Isso a senhora certamente estava representando uma política de segurança de informática, não é? Todos davam essa orientação para os treinandos, seja servidor ou magistrado?

Giovana Schettini: Sim. A gente sempre alertava que não passasse, quando for se levantar, fechasse o sistema. O mesmo jeito no PJE, que a gente pede para que as pessoas fechem o sistema. Porque todo e qualquer ato vai ficar registrado no seu nome, então não adianta você dizer que não foi você. Por sinal, no Judwin, tinha muitos casos que colegas ligavam para lá: “tiraram o processo de tal lugar”. Quando eu ia pesquisar, era o login daquela pessoa, aí ela fazia: “Mas eu nem estava aqui”. Eu digo: “Mas você deu sua senha, então foi você”.

JC: Tá ok, obrigado. Muito bom.

APÊNDICE F

Entrevista de Maria Valéria Lins Tenório, realizada em 29 de maio de 2019.

Local: Sede da Controladoria Geral do Estado, bairro do Espinheiro, Recife – Pernambuco - Brasil

190529_001

João Carlos (JC): Entrevista com a senhora Maria Valéria Lins Tenório para o trabalho de mestrado da Universidade Católica de Pernambuco

190529_002

Valéria Tenório: Meu nome é Maria Valéria Lins Tenório, eu sou Analista de Sistemas, trabalho na área desde 1978, desde 81 eu sou funcionária da Empresa de Tecnologia do Estado. Tenho formação na área de T.I. Sou Analista de Sistemas hoje e também estou aqui como Analista de Sistemas. Atualmente estou na Secretaria de Direitos Humanos.

JC: A sua cessão ao Tribunal, como ocorreu? Num primeiro momento.

Valéria Tenório: Primeiramente eu fui convidada a participar de um grupo de trabalho de informatização do Poder Judiciário aproximadamente em abril de 85, quando se formou o primeiro grupo de trabalho que foi fruto de um contrato celebrado entre o Tribunal de Justiça e o CETEPE, na época, era CETEPE ainda. Se não me falha a memória, foi Doutor Cláudio Américo, que fez esse contrato, que assinou esse contrato, depois foi seguido por Doutor Benildes Ribeiro e aí nós começamos o processo de informatização. Então em 85 formou-se o grupo de trabalho para desenvolvimento do sistema, já teve um grupo antes, duas ou três pessoas antes, que fizeram o estudo de viabilidade, que fizeram visitas a outros estados para conhecer o que existia nessa área e daí se formou esse grupo.

JC: A sua cessão se deu quando? Num primeiro momento a senhora foi requisitada por causa do contrato e depois foi cedida, não é?

Valéria Tenório: Fui cedida em, se eu não me engano, 88. 88 ou 89, foi quando Doutor Mauro Jordão assumiu a presidência. Então ele levou para trabalhar no Tribunal as pessoas que estavam mais ligadas ao projeto.

JC: Quando a senhora chegou lá, no primeiro momento, qual foi o cenário que encontrou no Tribunal de Justiça?

Valéria Tenório: O Tribunal... A informática, a informatização dos órgãos ainda era uma novidade acho que no Brasil todo. Não existia... Não tinha nenhum... Eu não conheci, na

época, nenhum sistema que funcionasse no Tribunal de Justiça, um sistema informatizado, nem primeiro grau, nem segundo grau, nem administrativo. Tinha alguns micros que foram adquiridos na época, microcomputadores, que eram bons, eram o que havia de mais moderno na época, mas eram usados muito mais até como máquina de escrever moderna, o que já foi o primeiro passo para eles começarem a conviver com aquela tecnologia e mais adiante haver a aceitação, porque é uma mudança muito radical você sair dos processos manuais, como eles eram historicamente acostumados, e partir para a informatização - onde eles não tinham acesso ao dado, não pegavam no processo, sobretudo no processo de distribuição de feito, que acho que foi uma das coisas mais - para eles - talvez das mais chocantes.

JC: A senhora coordenou uma equipe? Quantos foram da CETEPE na época com a senhora?

Valéria Tenório: Do CETEPE, na época, fomos Zélia, Ivan, Antônio foi depois, Antônio da Paz foi depois, eu acho que só. Eu acho que só.

JC: E os servidores do Tribunal, qual foi o cenário em termos de capacitação, em termos de competências lá em relação a esses servidores que vieram a trabalhar com a senhora?

Valéria Tenório: Houve uma seleção, eu acho que meio que espontânea, quem queria e quem não queria trabalhar nessa área informatizada. Aí surgiram... tinha engenheiros formados lá que resolveram migrar para essa área que achavam mais próxima da formação deles. Então isso foi uma coisa boa, muito boa que aconteceu. Como isso não preenchia tudo, então veio também gente de outras áreas. Vieram muitos por curiosidade, para saber o que era aquilo, como é que aquilo ia funcionar. Foi uma época de muita mudança e até chocava, muitas vezes chocava o pessoal mais antigo no Tribunal. Principalmente... eu não lidava com o Tribunal em si, eu lidava com a Corregedoria e as Varas.

JC: É o que chamavam de primeiro grau, o projeto da senhora?

Valéria Tenório: Era o primeiro grau, meu projeto era o primeiro grau. Quando a gente começou lá ainda não tinha o projeto de segundo grau. Era implantar o primeiro grau e depois seguia. Foi quando Doutor Mauro Jordão convidou o hoje Ministro Og Fernandes para coordenar essa área de informática e daí ele seguiu levando e levou até o segundo grau, mas primeiro nós implantamos o primeiro grau.

JC: Isso em que ano?

Valéria Tenório: 85, 85 foi implantado o primeiro grau. A distribuição e acompanhamento de feito do primeiro grau.

JC: Esse... a intenção, o objetivo de fazer essa implantação, chegaram a repassar para a senhora? A senhora em algum momento sentiu qual era o objetivo desse trabalho?

Valéria Tenório: Modernização dos serviços, o volume que a cada ano aumentava mais e mais e mais, então seria uma forma de controlar melhor, de ter um melhor controle sobre o que estava entrando porque tudo era lançado em livro manualmente, então isso dava um certo atraso, um... ficava um processo mais lento. A distribuição, ela só acontecia, isso aí foi uma grande vantagem para o advogado, porque a distribuição de feito, ela só acontecia às cinco horas da tarde, na Corregedoria. Os distribuidores levavam todos os processos lá pra cima e sorteavam manualmente para onde ia cada processo daquele. Com a informatização, não. O advogado entrava e já saía dali, podia ser de manhã, já saía dali sabendo qual era a vara para onde o processo dele iria.

JC: Essas varas se concentravam na capital ou atingia já o interior?

Valéria Tenório: Não, não, não... Somente a capital. Só o Recife e quase todas elas ficavam ali no prédio ao lado da Fazenda, no Paula Batista. Nessa época tinha as varas da Assistência Judiciária, que era na Rua da Aurora, e as varas da Fazenda já tinha, parece que já tinha alguma coisa, se eu não me engano tinha alguma coisa já na Rua do Sol.

JC: O Plano Diretor de Informática construído em 1985, sob a coordenação do então Juiz Og Fernandes, a senhora chegou a ter acesso a esse documento em todo ou em parte?

Valéria Tenório: Não. Eu posso ter visto, mas como era... Eu tinha... A coordenação quando estava comigo na época da distribuição de feito e acompanhamento do primeiro grau já me absorvia o dia inteiro, então eu não tinha tempo mais para estar entrando em outras áreas.

JC: Com relação ao núcleo que foi criado de Organização e Sistema, ele trabalhou com a senhora ou foi uma coisa destinada ao segundo grau?

Valéria Tenório: A visão do núcleo era o todo, mas a Corregedoria nessa época ainda era independente e o primeiro grau, ele pertencia à Corregedoria. Então o serviço do Ministro Og, na época, tornava-se mais voltado ao Tribunal porque ele estava no Tribunal, mas a Corregedoria seguia aquela linha.

JC: Com relação aos processos de resistência, houve muita resistência dos servidores?

Valéria Tenório: Sim, e como houve! De servidor, de magistrado. A mudança era muito radical, o primeiro sentimento que a gente percebia era como se estivessem perdendo o poder. Não vão mais falar comigo, não vêm mais me perguntar. Sobretudo no acompanhamento do feito, porque a ideia era o advogado ir lá na distribuição, que era uma central de informação, perguntar como estava o feito e dali mesmo ele voltar, ele não ia mais ao cartório. Isso foi preciso anos, anos e anos para fazer com que esse acompanhamento funcionasse, porque os cartórios não alimentavam.

JC: Então o sentido da informatização naquela época seria fazer esse controle, que antes era manual, dos processos e a tramitação deles, seria isso?

Valéria Tenório: A tramitação deles, a distribuição e o acompanhamento.

JC: Muito diferente do que hoje acontece com o PJE, né? Que é um processo totalmente virtualizado.

Valéria Tenório: Não, não existia tecnologia para tal. Não tinha como fazer isso. Os primeiros mandados que a gente emitiu no automático, que era o mandado inicial de cada processo, eles não tinham acentuação porque as impressoras não tinham, os computadores não tinham acentuação.

JC: A senhora sempre teve apoio na aquisição de equipamentos? Houve momentos em que foi difícil atender já que a modernização sempre exige estar com equipamentos novos, mais modernos?

Valéria Tenório: Não. Isso aí é uma coisa, um problema que a gente não tinha. Porque na época de Doutor Mauro ele dava total apoio e até além, quando a gente pensava uma coisa, ele ia muito mais adiante, a gente nunca teve esse tipo de problema. Houve uma remodelação total do térreo do Fórum do prédio do Paula Batista. Adaptação à entrada da tecnologia. Foram feitas redes de computadores no prédio, então isso aí não... Mais adiante quando se precisou mudar para o antigo Grande Hotel também não houve problema. Problema financeiro, não. Resistência, não.

JC: E com relação aos magistrados? A senhora teve apoio de magistrados para ajudar nesse processo de informatização ou era dirigido exclusivamente ao Desembargador, hoje Ministro Og?

Valéria Tenório: A princípio era dirigido tudo com ele. Inclusive ele foi, nos primeiros dias, na primeira parte, quando a gente começou a desenvolver, que não tinha nenhum da área jurídica. Então ele foi para lá, ele ia para lá acho que quase toda a tarde ensinar para a gente rudimentos de Direito. Explicar como é que funcionava, qual era a competência das varas, como era a distribuição, tudo isso ele ensinou para a gente. Tem umas coisas engraçadas que a primeira distribuição que a gente fez, a gente, claro, a gente tinha que botar um processo criminal, que era o fascinante, e ele caiu para a Primeira Vara Cível (risadas). Doutor Og disse: “para, para, para, para, que está tudo errado!”

JC: E posteriormente, a senhora teve apoio de... Se formou um grupo de magistrados...

Valéria Tenório: Mais adiante foi designado um Juiz para ficar lá na distribuição. Doutor Enéas. Foi uma época muito boa, porque sempre a gente tinha que estar subindo para tirar

uma dúvida ou com o Ministro ou com o Juiz da vara mesmo e depois que Doutor Enéas foi para lá ficou bem mais tranquilo.

JC: Do período, a senhora se lembra?

Valéria Tenório: Deixa eu pensar... Isso deve ter sido 90, 91, por aí assim.

JC: O trabalho da informática do Tribunal coincidia com o trabalho do seu grupo lá da Corregedoria ou eram feitos à parte?

Valéria Tenório: Não entendi.

JC: Como no segundo grau tinha uma distribuição e depois veio com o apoio de Antônio da Paz, e o seu era no primeiro grau, havia uma comunicação, um trabalho conjunto, ou eram isolados?

Valéria Tenório: Eram isolados. Eram completamente isolados porque até os processos eram outros, ele tinha que encerrar a primeira para ir para a segunda instância, então a gente não tinha não. Uma vez ou outra a gente trocava uma ideia, em tecnologia, mas... No que se diz respeito à parte jurídica, não.

JC: No Juizado, a senhora teve alguma atuação no projeto?

Valéria Tenório: Nenhuma.

JC: Só no primeiro grau?

Valéria Tenório: Só no primeiro grau.

JC: Em termos de conflitos entre os servidores ou os próprios magistrados, a senhora registrou casos relevantes?

Valéria Tenório: Não. Não.

JC: E com relação a quando a... Quando a internet, a internet fez 30 anos agora em 2019, a internet quando chegou, a senhora teve a oportunidade de implantar isso?

Valéria Tenório: Não. Eu saí de lá em... Quando Doutor Etério assumiu... O pessoal foi devolvido aos órgãos de origem, acho que 99% do pessoal foi devolvido, nessa época a gente não tinha internet lá dentro ainda. (Desemb. Etério Galvão, biênio 1998-2000)

JC: Então o trabalho era todo em rede interna?

Valéria Tenório: Rede interna e externa porque todos os dados da distribuição de primeira instância ficavam no computador do CETEPE na época.

JC: A credibilidade foi rápida dos magistrados com relação a essa distribuição, esse controle?

Valéria Tenório: Era uma coisa que eu me preocupava muito em fazer com que eles tivessem confiança naquilo. Então sempre que surgia uma dúvida, a maior dúvida que surgia era os juízes dizerem: “Eu estou recebendo mais processos que o meu colega vizinho”. Então eu pegava as estatísticas e mostrava a um e a outro e daí nunca tive grandes problemas. Essa

dúvida é... Num é... Mas fazer uma queixa, alguma coisa maior, não. Nunca aconteceu, eles terminavam confiando. Quanto à distribuição, sim.

JC: E a questão do controle? Antigamente tinha umas fichinhas que as unidades preenchiam, né? E o seu trabalho tinha já por eliminar essa necessidade manual, ela persistiu? Houve uma permanência desse trabalho no seu conhecimento?

Valéria Tenório: Muito tempo. Persistiu muito tempo porque ali é que... é o que eu estava falando... É aquela sensação de perda de poder: “A informação é minha, o cartório é meu, eu trabalho do jeito que eu quero e aqui eu faço assim. Esse negócio desse computador, eu não sei se vai dar certo. Então eu continuo fazendo minhas fichinhas.” Isso não empatava, não impedia em nada que a gente continuasse fazendo a informatização, então eu acho que depois de um ano aproximadamente nós começamos a emitir o livro tombo, o livro de folhas soltas, que foi uma das maiores reações, foi o livro de folhas soltas. Eles recebiam, armazenavam, mas faziam o deles. Por muito tempo, muito tempo.

JC: E o treinamento de servidores? Eram o seu grupo que saiu aqui da CETEPE ou depois entraram grupos do Tribunal para lhe ajudar nessa capacitação?

Valéria Tenório: O grupo era somente o pessoal do CETEPE. Só CETEPE. Quando a gente tinha uma dificuldade maior, eu dava o treinamento normalmente de acompanhamento, distribuição era mais fácil dar o treinamento porque só eram três distribuidores, bem mais tranquilo. Agora vara, não. Eram... sei lá, umas 60, 70 varas na época. Aí a gente tinha o treinamento no auditório do CETEPE com mais de 100 lugares, lotado, sempre tinha algum problema, alguma pergunta tirada do bolsinho da OGB, uma provocação. Então quando o clima pesava mais um pouco, então eu pedia ao Ministro Og para ir para lá. E aí ele esclarecia as dúvidas.

JC: Então ele sempre apoiou totalmente?

Valéria Tenório: Ele sempre, sempre, sempre, sempre.

JC: O Ministro Og passou quanto tempo nesse trabalho de auxiliar como juiz da Presidência... Corregedoria?

Valéria Tenório: Olhe, eu acho que ele nunca se desligou disso. Enquanto eu tive lá, ele nunca se desligou disso, porque ele era o referencial. Qualquer dúvida, era a pessoa que mais entendia na área jurídica de informatização, era ele. Então qualquer dúvida que a gente tinha, mesmo que não fosse ele, ia para ele. Teve uma época em que teve um coordenador, que foi nomeado, tudo bem, ele tentou. Ele fazia mais a parte técnica, mesmo técnica, de T.I. Agora, aquela parte de processo, qualquer dúvida que a gente tinha, “pode, não pode, faço, não faço”, era com o Ministro.

JC: Teve situações hilárias de servidores com relação ao treinamento e lidando com o mundo da tecnologia, essa coisa nova que a CETEPE levava para eles?

Valéria Tenório: Tinha, só que agora o tempo já passou, faz muito tempo, e a gente vai esquecendo. Tinha o computador que tinha marcação com uma certa distribuidora, que toda vez que ela ia fazer uma consulta, ele não respondia. Então ela já mandava dizer que não foi ela. “Não diga que sou eu não, porque senão não sai”. Eles não diziam... Tinha um cartório de distribuição que não dizia “a impressora não imprimiu”, dizia “a impressora não cuspiu”.

JC: E essa linguagem moderna vocês passavam no treinamento, mas tinha essa resistência de adotá-la?

Valéria Tenório: Tinha. Eu não chamo nem de resistência, eu acho que era acomodação ainda, que nome que eu vou dar para isso? Como o papel saía da impressora, ela entendia que ele estava cuspiendo o papel. Tinha umas coisas bem... Teve juízes que não aceitavam... Teve um que chegou para mim e disse: “está tudo muito bom, mas o que eu queria era ser o fornecedor de papel desse negócio”.

JC: A mudança de equipamento era, a senhora sentia que era rápido? Já que a senhora veio de um centro de tecnologia, quando tinha novos equipamentos, novas impressoras, essa mudança se dava de forma rápida ou tinha um tempo para adquirir e colocar em funcionamento nas suas unidades?

Valéria Tenório: Não. A gente, como eu disse, a gente não tinha problema quando a gente precisava mudar um equipamento, tinha total apoio da Presidência, sobretudo na época de Doutor Mauro. Não tinha problema nenhum. Quando a gente precisava fazer uma mudança, a gente tinha a equipe técnica para deixar o cartório funcionando redondinho para poder sair de lá.

JC: Com relação às outras unidades, a senhora, chegou ao conhecimento da senhora da facilidade de implantação de novos... Como no segundo grau, como juizado, desse processo de informatização do Tribunal?

Valéria Tenório: Sim, eu conhecia o projeto dos juizados, eu conhecia o projeto do segundo grau, que inclusive foi até uma empresa do Paraná que forneceu para cá já todo prontinho, bem diferente, porque o do primeiro grau foi todo desenvolvido aqui baseado em um sistema de Minas, que na realidade o sistema de Minas era uma cópia do sistema do Rio Grande do Sul. Minas viu o do Rio Grande do Sul e adaptou. Pernambuco foi a Minas, foi ao Rio Grande do Sul, e eu não sei por que, isso aí não era comigo, isso foi antes. Foi na época de projeto mesmo, de planejamento. Então gostou do de Minas e trouxe para cá. Naquela época não tinha essa facilidade de trazer... Trazia quilos e quilos e quilos de papel. Então a gente ia

lendo aquele negócio, tentando entender o que estava ali e reproduzindo, adaptando à realidade daqui. Tinha coisas bem diferentes.

JC: Então a análise, pelo menos dessa parte tecnológica, era toda da sua equipe?

Valéria Tenório: Era toda da minha equipe. Tinha uma coordenadora da equipe, que era Adriana Manso, foi ela quem coordenou a equipe, ela coordenou a equipe desde o começo. Foi ela quem fez essas viagens, ela que foi conhecer lá fora, era ela que lidava direto com a Presidência do Tribunal, foi uma pessoa muito importante nesse processo.

JC: Quando foi que a senhora deixou o Tribunal para voltar ao seu órgão de origem?

Valéria Tenório: 99.

JC: Nessa sua saída, essa transição, qual o seu sentimento desses mais de 14 anos de atuação no Tribunal no processo de informatização dele?

Valéria Tenório: Eu gostava muito porque era uma coisa nova, era uma coisa que as referências eram pouquíssimas, eu tive duas vezes no Rio Grande do Sul vendo o funcionamento deles lá, inclusive a central de mandados eu copiei inteiramente do Rio Grande do Sul, passei uma semana lá. Copiei integralmente, porque acho que... Na época, era Doutor Belém de Alencar o Corregedor. Nós implantamos assim sabendo que estava copiado e funcionou, hoje não sei como é que está, mas funcionou anos e anos e anos e funcionou bem. Então tinha isso da descoberta, tinha isso do novo, de você não ter um livro para ir buscar orientação, então você tinha que ir formando aquilo ali. Isso era desafiador, não é? Eu gostava muito.

JC: No seu retorno à T.I., viu muita diferença do que se fazia no Judiciário, com o seu protagonismo e equipe e o que tinha aqui no Executivo?

Valéria Tenório: Abissal a diferença. (Risadas)

JC: Como seria essa diferença? Pró-Tribunal?

Valéria Tenório: A T.I estava anos na frente. Porque a gente tinha ainda que fazer funcionar, ser aceito dentro do Tribunal, dentro das varas... Ainda lutavam muito. Dez anos depois, eles ainda eram contra fazer o acompanhamento dos feitos. Então a gente não podia estar evoluindo muito a tecnologia, porque senão... Se eles já estavam com um problema ali, ia ter dois problemas. Uma nova tecnologia para fazer uma coisa que eles já não queriam que fosse feita, então a gente manteve... Sabendo, tendo consciência que mais adiante aquilo ia mudar tudo, mas que por enquanto, para que a coisa entrasse no ritmo da Corregedoria, dos cartórios, sobretudo, a gente tinha que manter aquilo ali. Até que eles absorvessem, internalizassem aqueles novos conceitos, aquela nova forma de trabalhar. Isso foi muito tempo.

JC: Quando as comarcas do interior começaram a ser informatizadas, a senhora atuou nesse processo?

Valéria Tenório: Não, não estava nem lá mais. Isso deve ter sido em 92, 93, por aí assim. Não, mais, acho que talvez seja mais do que isso. Olhe, eu saí de lá em 99, isso deve ter sido depois do ano 2000. Não tinha isso, não.

JC: A MPS quando chegou com o seu programa para o primeiro grau, a senhora estava lá?

Valéria Tenório: A MPS? A MPS fez o segundo grau primeiro, né? Não, primeiro grau eu não estava mais lá.

JC: Quer dizer que primeiro foi feito no segundo grau para depois chegar no primeiro grau?

Valéria Tenório: Foi. Foi.

JC: Então até então era a equipe do CETEPE que cuidava dessa parte?

Valéria Tenório: Era o CETEPE que cuidava disso. Com o passar do tempo, algumas pessoas, alguns servidores do TJ foram aderindo e, como eu disse, tinha engenheiros no meio, então eles começaram a aprender a programar, Doutor Mauro ofereceu... Fez uma parceria com a UPE e ofereceu curso de programação para quem quisesse. Aí para isso, eu... Nós combinamos que faríamos uma pré-seleção. Então eu dei um curso de noção básica para eles de lógica de programação. Ali a gente aplicava uns testes, e eu filtrando para ver quem ia, mas o resultado foi muito pouco, muito pouco mesmo. Assim de pessoal que... Teve Giovana, que depois deixou, não é? Teve uma outra, eu esqueci o nome dela, que era engenheira mesmo. Essa também ficou pouquíssimo tempo. Entraram outras pessoas, apareceu, eu me lembrei, apareceu uma engenheira agrônoma, que ficou lá muito tempo na programação. Uma engenheira civil. Os engenheiros foram chegando e iam gostando, iam ficando. Agora o pessoal da área jurídica mesmo, os advogados, esses não... não se agradaram não.

JC: Os primeiros concursos do Tribunal para esse pessoal da área de tecnologia, a senhora não vivenciou?

Valéria Tenório: Não, não foi do meu tempo.

JC: Porque em 88 começaram os concursos e quando chegaram esses engenheiros foi o que foram aproveitados.

Valéria Tenório: Foram os que foram aproveitados. Foi exatamente desses concursos que engenheiros fizeram, não sei, talvez por falta de opção, e quando viram que estava se informatizando aderiram porque era muito mais próximo da formação deles.

JC: O mercado de trabalho... Existia uma carência, já que a sua formação era justamente nessa área de tecnologia, de profissionais para que viessem a esses órgãos?

Valéria Tenório: O mercado era carente por tal, como ainda é hoje, não é? O mercado é muito carente, então era... era... quem queria, conseguia entrar para essa área. Agora tem que ter o perfil, né? Como todo curso, atividade, tem que ter o perfil. Eu vejo um perfil muito diferente de quem é da área jurídica de quem é da área de tecnologia. A maneira de pensar é muito diferente, a maneira como encara solução de problema é muito diferente, e às vezes não se adaptavam.

JC: Isso criou uma certa dificuldade na hora de implantar os sistemas, não é? Já que precisa do conhecimento jurídico.

Valéria Tenório: Na hora de desenvolver e manter, de implantar, não. Porque o desenvolvimento era todo feito no CETEPE. Então, como eu digo sempre aqui: “Olhe, sistema é um ser vivo, você tem que estar mantendo, tem que estar alimentando, tem que estar olhando...” Isso a gente precisava de equipe. Na época, foram contratados dois técnicos, terceirizados, para dar apoio nessa parte lá dentro, porque começou a se afastar do CETEPE, não é? Então não tinha mais, tinha eu à disposição na área técnica. Tinha eu, tinha Ivan, mais adiante tinha Antônio. Eu não me lembro mais quem. Acho que não. Mas precisava de gente. Então o Tribunal contratou. Foi na época de Jackson, a empresa de Jackson foi que botou técnico lá dentro. Saulo, Saulo faz parte da história do Tribunal.

JC: Essa empresa, a senhora lembra o nome?

Valéria Tenório: Era... Deixa eu me lembrar... A empresa de Jackson... Depois eu me lembro, daqui a pouco eu me lembro do nome dela.

JC: Aí graças a ela tiveram o apoio suficiente para poder continuar o trabalho?

Valéria Tenório: Foi. Eles ajudaram bastante.

JC: Com os treinamentos que a senhora dava e detectava esses funcionários do próprio Tribunal, existia um percentual considerado de aproveitamento ou as pessoas não tinham o perfil como a senhora falou?

Valéria Tenório: Eu acho que esse pessoal foi a base da... do grupo de T.I que se formou lá dentro. Que era Paulo... Eu me lembro bem de Paulo.

JC: Paulo Leão, não é?

Valéria Tenório: Não... Paulo Roberto. Ele saiu e depois foi para a área de RH, mas ele era programador. Então, é como eu disse, aquelas pessoas que fizeram concurso e não eram da área jurídica e vieram da área de tecnologia, de alguma coisa desse tipo, eles gostavam e entravam, e muitos ficavam. Edvaldo mesmo foi outro técnico que trabalhou lá com a gente que entrou no concurso, foi para uma vara, daí ele veio para a informática e acho que nunca saiu. Ficou lá todo o tempo.

JC: O que a senhora teria a dizer com todo esse processo que a senhora ajudou e que hoje a senhora sabe de informatização em relação a auxiliar o cidadão no trâmite de processo? Foi positivo? Foi um ganho social? O que essa melhoria de informatização do Tribunal trouxe que a senhora percebeu enquanto esteve lá e logo depois?

Valéria Tenório: Extremamente positivo. Na época foi uma grande mudança pela agilidade que ele deu, sobretudo para o advogado. O andamento... Eu acho que até o andamento dos trabalhos dentro do fórum. Porque o advogado só ia à tarde e ele começou a ir de manhã, porque ele ia, distribuía o processo dele, não tinha ninguém porque não havia o hábito de o advogado ir para lá de manhã. Distribuía o processo dele calmamente, não esperava aquela distribuição no fim da tarde. Ele tinha, quando precisava de informação sobre partes envolvidas no processo, essa informação a gente tinha e tinha completa porque na hora de distribuir o processo tem que botar o nome das partes. Isso aí ajudou muito e também na parte de segurança. Com relação à repetição de distribuição, que tinha advogado... Teve um advogado que distribuiu dez ações iguais até cair na vara que ele queria. Interessante é que eles achavam que a gente sabia a vara que ia cair. Porque tinha um algoritmo, ele achava que era uma coisa simplérrima. Esse mesmo que distribuiu dez ações, era uma história, não sei se você lembra, uma coisa da TELPE, aquelas ações da TELPE... Porque tinha um juiz que tinha um entendimento que o advogado gostava. Aí ele começou a distribuir, caiu para uma vara, para outra, para outra, para outra e tinha que cair naquela. Foi o último. Aí foi quando, isso aí foi uma das coisas que alertou para... Porque quando a gente fez, a gente desenvolveu o sistema, primeiro que a gente nem conhecia o que era o Judiciário, muito menos essas tentativas de fraude, não é? Foi quando a gente foi despertando para o que precisava ser feito, e aí foi quando entrou o Ministro Og e ajudou muito, muito, muito. Ele que definia. “Faça assim, quando você pegar, faça assim, mande para o juiz da vara”. Então essas dez mesmo, a gente pegou, juntou tudinho e mandou para a primeira vara que foi sorteada.

JC: Foi um aprendizado, não é? Era uma troca.

Valéria Tenório: Era uma troca, isso aí a gente ia com... Porque o processo, ele era distribuído, mas ele não saía do cartório imediatamente, do cartório de distribuição, tinha os horários de entrega, então isso aí dava tempo de a gente perceber as duplicidades e aí a gente fez uma alteração no sistema para pegar duplicidade.

JC: Aí tornou mais transparente?

Valéria Tenório: Com toda certeza, bem mais transparente, bem mais fácil para os advogados. Ficou bem melhor. Tinha advogados que iam lá para perguntar como é que fazia para acessar direto. Eu dizia: “ainda não pode, ainda não pode”.

JC: A senhora teria mais alguma palavra nessa conclusão de entrevista sobre esse processo de informatização?

Valéria Tenório: Eu acho que tem tanta coisa, ali foram tantos anos, tinha tanta... São tantas lembranças, né, mas assim, pensar tudo assim numa hora fica mais difícil, mas qualquer coisa a gente repassa.

JC: Ok Dona Maria Valéria, muito obrigado pela sua ajuda, pela sua exposição de memória que vai ajudar no meu trabalho de mestrado. Obrigado.

Valéria Tenório: De nada, disponha.

APÊNDICE G

Questionário aplicado para o Ministro Geraldo Og Niceas Marques Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, Distrito Federal - Brasil

Perguntas ao Ministro Og Fernandes para dissertação de curso

Tema: História da informatização do poder judiciário de Pernambuco (1985-2011)

Prezado Ministro Og Fernandes,

Estou feliz com essa oportunidade de nos encontrar, mesmo que não seja presencial, para fazermos esse trabalho.

Meu projeto inicial foi apresentar uma proposta de metodologia para que os processos judiciais eletrônicos fossem preservados como fonte de pesquisa para historiadores, operadores do direito e o público interessado. Entretanto, o meu coordenador entendeu ser esse um tema de doutorado, em face da extensão das pesquisas e o período de tempo necessário para realizá-las.

Assim, o que seria o primeiro capítulo da dissertação, tornou-se a própria dissertação. Espero abrir caminho para outros pesquisadores ou retomá-lo num possível doutorado.

O senhor por ter exercido a profissão de jornalista sabe que a entrevista presencial tem uma riqueza de possibilidades muito extensa, mas ciente de sua longa agenda de compromissos, apelo para os seus préstimos em responder o presente questionário. Por favor, fique à vontade para registrar tudo que sua memória possa recuperar em face desses acontecimentos que foram relevantes para uma prestação jurisdicional mais célere para a sociedade pernambucana, a implantação dos processos de informatização do PJPE.

Se um dia pudermos nos encontrar para falarmos desse assunto, estarei a posto. Minha banca de qualificação, onde devo defender dois capítulos da dissertação, será em agosto de 2019.

Muito obrigado pela sua generosidade e aproveito para agradecer pelo muito que aprendi com o senhor. Deus o abençoe e ilumine sempre, meu caro professor.

Envio também um termo de cessão gratuita de direitos de entrevista escrita para garantir os seus direitos de entrevistado.

BLOCO 1

1.O que motivou o início do processo de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco?

R: O início do processo de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco foi motivado pela necessidade de melhorar a entrega da prestação jurisdicional ao povo pernambucano, pois a informática permite um trâmite mais célere dos feitos, diminuindo, por exemplo, os “tempos mortos” que os processos físicos passam nos escaninhos da Justiça.

2. Como o senhor define o seu papel como integrante do Grupo Multidisciplinar responsável pela elaboração do Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, de 1985?

R: À época, eu trabalhava como Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça no TJPE, e tencionava implantar uma melhora da prestação jurisdicional por meio da adoção de conceitos e ideias gerenciais modernas. Dentre essas, destacavam-se aquelas voltadas à informatização do Poder Judiciário e à utilização do planejamento estratégico.

3. O Núcleo de Organização e Sistemas foi fruto do Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, de 1985?

R: Sim.

4. O Senhor atuou diretamente na concepção do Núcleo de Organização e Sistemas, criado pela Lei nº9.959, de 16/12/1986?

R: Sim, colaborei com os servidores da FISEPE na concepção do Núcleo de Organização e Sistemas.

5. Além do Núcleo de Organização e Sistema, quais medidas e ações efetivas resultaram do Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, de 1985?

R: Uma primeira ação efetiva foi a informatização dos processos que tramitavam no Recife, e uma progressiva informatização dos processos do interior do Estado de Pernambuco.

6. As atividades do Núcleo de Organização e Sistema foram desenvolvidas por servidores do próprio TJPE ou servidores de outros órgãos foram cedidos para esta finalidade?

R: As atividades do Núcleo foram desenvolvidas por servidores da FISEPE, que em um momento posterior foram cedidos ao TJPE para realização dessa tarefa.

7. Como se deu a capacitação destes servidores para atuar no Núcleo de Organização e Sistema?

R: Os servidores da FISEPE já eram bastante capacitados para o exercício de tal mister, com ensino superior e muitos com pós-graduação.

8. Houve resistências na adoção do Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco? E na aquisição dos recursos tecnológicos aplicados no processo de informatização do PJPE?

R: Na concepção do plano não houve qualquer resistência. Na efetivação do plano, no entanto, houve a resistência natural em face do novo. Não houve atitude reativa do Poder Público à adoção do Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

BLOCO 2

9. Como foi a atuação do senhor na informatização da Capital, em 1986, enquanto Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça?

R: Essa foi uma das primeiras ações efetivas que pude perseguir como Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do TJPE. Foi um dos meus focos principais naquele momento.

10. As reclamações que os advogados apresentavam a CGJ por demora no julgamento de processos motivaram o início do processo de informatização do PJPE?

R: A incessante busca por processos com uma tramitação em tempo mais razoável sempre foi um pleito levado pelos advogados à CGJ, e a informatização também buscava a responder a esse anseio.

11. Havia integração entre as ações para a informatização das varas da Capital e o Plano Diretor de Informática do PJPE? Ou foram ações e medidas que observavam um plano/planejamento próprio?

R: A informatização das varas da Capital estava integrada ao Plano Diretor de Informática do PJPE, sendo um de seus objetivos principais.

12. O processo de informatização da Capital gerou mudança na estrutura organizacional da Corregedoria Geral? Alguma unidade organizacional foi criada? Ficou subordinada a quem? Como era composta?

R: Sim. Houve a criação do Núcleo de Organização e Sistemas, que ficou inicialmente subordinado à Corregedoria do TJPE. O Núcleo era composto por três seções, e havia a indicação de um juiz auxiliar para trabalhar com desenvolvimento e implantação do sistema, que na época fui eu.

BLOCO 3

13. O senhor no papel de coordenador da implantação dos Juizados de Pequenas Causas, em 1989, teve participação no processo de informatização dos Juizados?

R: Sim. Os juizados especiais sempre tiveram a vocação para o trâmite de processos de forma mais célere e informal. Sendo assim, a sua informatização foi encarada como prioridade.

14.Os processos de informatização do Poder Judiciário de Pernambuco, envolvendo a comarca da Capital e os Juizados de Pequenas Causas observaram o Plano Diretor de Informática de 1985? Ou se desenvolveram separadamente?

R: A informatização das varas da Capital e dos Juizados de Pequenas Causas estava integrada ao Plano Diretor de Informática de 1985.

15.Como ocorreu a ideia de ter servidores cedidos pela antiga FISEPE para efetivar o processo de informatização do PJPE?

R: A falta de pessoa especializado no próprio TJPE e a presença de servidores especializados em planejamento e dotados da nova ferramenta tecnológica na FISEPE.

16.Como se deu a seleção e capacitação de servidores do próprio PJPE para formar um núcleo de informatização?

R: Inicialmente, houve um concurso geral para servidores do TJPE, sendo que os entrevistávamos para identificar o perfil e a vocação para a tarefa a ser realizada no núcleo de informatização. Depois, houve um concurso específico para analistas e programadores aptos a trabalharem no núcleo.

Caso o senhor tenha mais alguma informação relevante para a história da informatização do PJPE, por favor, faça os acréscimos necessários.

APÊNDICE H

Questionário aplicado a Marcos Antonio Heliodoro do Nascimento, Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Recife – Pernambuco – Brasil

Respostas enviadas por email, devido a pandemia do Covid-19, não foi possível realizar entrevista presencial.

1. Como era o fluxo de atividades da Unidade de Registro de Movimentações?

R - Quando a distribuição dos processos judiciais passou a ser automatizado, a Unidade de Registrado de Movimentações, tinha o seguinte fluxo:

1. Após a distribuição na UDA, os processos seguiam para as unidades judiciárias, com etiquetas de movimentações grampeadas nas capas dos autos;
2. Os servidores das Varas, quando movimentavam os processos, colocavam o código de cada movimentação nas etiquetas e as enviavam à URM.
3. Me lembro, ainda, de alguns códigos: processo conclusos ao Juiz (2127); conclusão para despacho (7986); conclusos para sentença (7962).
4. Atualmente as Varas Criminais usam esses códigos para alimentar o sistema de informações processuais criminais, vez que os processos crimes não foram incluídos no Processo Judicial Eletrônico (PJe)

2. Quando ela começou a funcionar?

R - Acredito que começou a funcionar no 2. semestre de 1987 ou no começo de 1988.

3. Quantos servidores tinham lotados na URM?

R - 04 servidores: Carlos Roberto dos Santos (Chefe Informal), Marcos Heliodoro, Rejane Leimig e Fernando Landin.

4. Sabes dizer quando ela foi desativada? E como ficou a realização do serviço que a unidade executava?

R - Não sei dizer quando a unidade foi desativada, pois fui transferido em 1991 para o

5. Gabinete do Des. Agenor Ferreira de Lima.

R - A realização dos serviços da URM (digitar as etiquetas no sistema INFOJUS), passou a ser realizada na própria unidade judicial.

6. A quem os servidores se reportavam para resolver problemas relacionados ao trabalho desenvolvido pela unidade?

R - Os problemas relacionados ao sistema, era reportado ao NOS, mas precisamente pessoal do então CETEPE: (Ivan, Valéria, Adriana)

7. Quem efetivamente era o gestor/chefe da unidade URM?

R - A Unidade de Registro de Movimentação - URM, não tinha chefia formalmente designada, mas o nosso líder, era o servidor Carlos Roberto dos Santos. Aliás, tanto na UDA, como na CI, não tinham chefias, mas uma pessoa designada informalmente, talvez porque essas unidades não existiam, naquele tempo, no organograma do TJPE.

8. Esse gestor era subordinado a algum magistrado ou diretor de departamento? se sim, quem?

R - Sim. Essas unidades (UDA, URM e CI) eram subordinada ao Núcleo de Organização e Sistema - NOS, tendo como Chefe a servidora do CETEPE, Zélia Mendonça que, por sua vez, era subordinada ao Assessor da Presidência, então Juiz Geraldo Og.

9. Qual a quantidade média de movimentações digitadas e lançadas diariamente no Infojus?

R - Não estou lembrado, mas era bastante. Na época trabalhávamos dois expedientes, e havia muito esforço da equipe deixar o serviço em dia, porque os advogados precisavam dessas informações que era repassadas através da Central de Informações. A ideia era centralizar as informações, evitando, assim, que os advogados "perdessem tempo" percorrendo várias unidades judiciais atrás de informações sobre o andamento de diversos processos.

Muitas vezes, íamos às Varas pegar as etiquetas para adiantar o serviço, uma vez que as Varas só as deixavam na URM no final da tarde e aí tínhamos que ficar após o expediente até terminar de inserir todas elas no sistema.

10. Sua lotação na unidade durou quanto tempo? de quanto a quanto?

R - Durou mais ou menos três anos (1988 a 1991). Infelizmente na minha ficha funcional não está detalhado esse tempo.

11. Quem estabeleceu a rotina de trabalho e procedimentos da unidade URM?

R - A gestora da Unidade de Organização e Sistema, juntamente com os servidores do então CETEPE.

Havia muita resistência por partes dos servidores das varas, notadamente os mais antigos, em cumprir a determinação, no sentido de remeter as etiquetas no momento em que o processo fosse efetivamente movimentado, fato este que criou uma certa "cara feia", desses servidores para com os servidores da URM, quando estes exigiam o cumprimento dessa demanda.

Quando os servidores das varas enviavam muito tarde as etiquetas com os códigos, nós da URM trabalhávamos além do expediente para inserir esses dados no sistema.

ENTREVISTAS

COSTA, Antônio da Paz Gomes. Entrevista concedida a João Carlos Gonçalves Cavalcanti. Recife, 24 maio 2019. [A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação].

MENDONÇA, Zélia Maria Lucena. Entrevista concedida a João Carlos Gonçalves Cavalcanti. Recife, 10 maio 2019. [A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “B” desta dissertação].

RODRIGUES, Maria Adriana Manso Martins Siqueira Ovídio. Entrevista concedida a João Carlos Gonçalves Cavalcanti. Recife, 12 de setembro de 2019. [A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “C” desta dissertação].

SCHETTINI, Giovanna. Entrevista concedida a João Carlos Gonçalves Cavalcanti. Recife, 31 maio 2019. [A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “D” desta dissertação].

SOARES, Marlon Rodrigues. Entrevista concedida a João Carlos Gonçalves Cavalcanti. Recife, 12 de setembro de 2019. [A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “E” desta dissertação].

TENÓRIO, Maria Valéria Lins. Entrevista concedida a João Carlos Gonçalves Cavalcanti. Recife, 9 set. 2019. [A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “F” desta dissertação].

QUESTIONÁRIOS

FERNANDES, Geraldo Og Nicéas Marques. Questionário respondido por meio de endereço eletrônico. Brasília, 9 abr. 2019. [O questionário respondido encontra-se no Apêndice “G” desta dissertação].

NASCIMENTO, Marcos Antônio Heliodoro. Questionário respondido por meio de endereço eletrônico. Recife, 5 jun. 2020. [O questionário respondido encontra-se no Apêndice “H” desta dissertação].

ANEXO

Imagem 1 – Fachada do galpão onde funciona o Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, localizado no bairro do Bongi/Recife-PE



Imagem 2 – Detalhe do acesso principal do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



Imagem 3 – Arquivos deslizantes eletrônicos grandes do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



Imagem 4 – Arquivos deslizantes mecânicos pequenos do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



Imagem 5 – Estantes em metal grandes do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



Imagem 6 – Estantes em metal pequenas do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



Imagem 7 – Caixas-arquivo confeccionadas em material plástico para guarda de processos judiciais e documentação administrativa do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador João Carlos Gonçalves Cavalcanti, outubro de 2019.